

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

A(Re)INVEÇÃO DA PRAÇA

A experiência da Rocinha e suas fronteiras

DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ

CAMPINAS

2008

DEDICATÓRIA

A todos habitantes das cidades informais
que em suas vivências cotidianas
inventam e (re)inventam praças.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Eugenio Queiroga, orientador primeiro, pelo acolhimento desde o início desta incursão no mundo acadêmico; pelo comprometimento e dedicação constantes; pelos ensinamentos e pelo carinho.

Ao Prof. Denio Benfatti, orientador tardio, pela dedicação e por seu olhar singular que trouxe grandes contribuições.

Ao Prof. Vladimir Bartalini e Raul Pereira pelas preciosas observações no Exame de Qualificação.

Ao Prof. Caracol pelo acompanhamento e carinho sempre.

À Profa. Raquel Rolnik por todo ensinamento, estímulo, exemplo e pela oportunidade de transformar o urbanismo em realidade.

A José Marcelo Zacchi que me aproximou da Rocinha, me acolheu e me acompanhou durante a maior parte da pesquisa de campo.

A Pedro Strozenberg por ter me introduzido à Rocinha pela primeira vez, iniciando o ciclo dos vários guias que se seguiram.

A todos os guias que me acompanharam na Rocinha sem os quais esta dissertação não seria possível. E especialmente a Carlinhos Costa e Hosana Pereira que além de guias tornaram-se parceiros na busca pelo entendimento de sua comunidade.

Aos professores da Puc-Campinas, Ricardo Moretti, Laura Bueno, Ari Fernandes, Maria Helena Machado, que durante o desenvolvimento deste trabalho contribuíram e incentivaram de diversas formas.

Ao Prof. Silvio Soares Macedo pelo incentivo e interlocução.

Aos pesquisadores do Quapá-SEL, núcleo São Paulo, pelas discussões e reflexões quinzenais.

À CAPES que apoio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos Pedro Castellano, Ana Carolina Bitencourt, Amanda Pimenta e Fabio Araújo, colegas do curso de mestrado, por compartilharem as dúvidas, angústias e reflexões durante todo o percurso.

A Luciana, Caco, Leo e Marcel que dividiram comigo as primeiras reflexões sobre a Rocinha.

Aos meus pais pela confiança, incentivo e apoio eternos e incondicionais.

Às amigas Carolina D'Horta, Maiana Freire e Márcia Crespo por dividirem comigo os momentos de cansaço, nervosismos e tensão.

RESUMO

Uma parte significativa da paisagem urbana do território das grandes e médias cidades do Brasil contemporâneo é composta por favelas e periferias pobres. Neste cenário, este trabalho propõe, utilizando como estudo de caso a Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, uma reflexão sobre os espaços públicos e as novas formas urbanas apropriadas cotidianamente nos territórios populares a fim de contribuir para o entendimento das práticas sócio-espaciais da “cidade informal”. Apesar da “cidade informal” representar uma importante parcela do território urbano brasileiro no século XXI, pouco tem se refletido a respeito das novas formas produzidas neste universo, centrando, muitas vezes, a reflexão apenas nas novas formas produzidas na “cidade formal”. Mesmo que aparentemente distantes, as duas partes da cidade, formal e informal, compõem um mesmo território urbano e, portanto, o entendimento global sobre a cidade só pode ser alcançado através da compreensão destas duas facetas constituintes da natureza urbana.

PALAVRAS CHAVES

Espaço-público, Cidade informal, Praça, Laje, Rocinha

ABSTRACT

A significant part of the urban landscape of the area of large and medium sized contemporary Brazilian cities is made up of slums and poor areas in the outskirts. In this scenario, this work suggests, using as a case study the Favela of Rocinha in Rio de Janeiro, a reflection on the public spaces and new forms appropriate urban popular daily in the territories in order to contribute to the understanding of the practices of socio-spatial "informal city". Despite the "city informal" represent a significant portion of territory in the urban Brazilian XXI century, little has been reflected about the new forms produced this universe, focusing often a reflection only on new forms produced in the "formal city". Even that seemingly distant, the two parts of the city, formal and informal, make up the same urban universe, and, therefore, the global understanding about the city can only be achieved through the comprehension of these two sides that constitute the urban nature.

KEY WORDS

Public space, Informal city, Square, Flagstone, Rocinha

SUMÁRIO

Introdução	02
 Capítulo 01 - (DES) ENCONTROS	
1.1. O Asfalto sobe o Morro	15
1.2. Cidade partida ?	29
1.3. A Rocinha pede passagem	41
1.3.1. Passagem para Gávea	44
1.3.2. Da Rocinha para o mar	49
1.3.3. Entre a Gávea e São Conrado	65
 Capítulo 02 - PLANETA ROCINHA	
2.1. Existência sócio-territorial da Rocinha	
2.1.1. Inserção metropolitana	68
2.1.2. A população e sua vida	74
2.2. Evolução morfo-territorial	82
2.3. Tecidos urbanos e configurações no começo do Século XI	96
 Capítulo 03 - Os DONOS DA ROCINHA	
3.1. Caminhando entre o público e o privado	118
3.2. Conquista da <i>Vita Activa</i> e relações de poder no espaço público	140
 Capítulo 04 - DOMINGO É DIA DE FESTA NA LAJE	
4.1. Outras formas, outros encontros	157
4.2. As praças suspensas da Rocinha	170
Referências Bibliográficas	196

DEDICATÓRIA

A todos habitantes das cidades informais
que em suas vivências cotidianas
inventam e (re)inventam praças.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Eugenio Queiroga, orientador primeiro, pelo acolhimento desde o início desta incursão no mundo acadêmico; pelo comprometimento e dedicação constantes; pelos ensinamentos e pelo carinho.

Ao Prof. Denio Benfatti, orientador tardio, pela dedicação e por seu olhar singular que trouxe grandes contribuições.

Ao Prof. Vladimir Bartalini e Raul Pereira pelas preciosas observações no Exame de Qualificação.

Ao Prof. Caracol pelo acompanhamento e carinho sempre.

À Profa. Raquel Rolnik por todo ensinamento, estímulo, exemplo e pela oportunidade de transformar o urbanismo em realidade.

A José Marcelo Zacchi que me aproximou da Rocinha, me acolheu e me acompanhou durante a maior parte da pesquisa de campo.

A Pedro Strozenberg por ter me introduzido à Rocinha pela primeira vez, iniciando o ciclo dos vários guias que se seguiram.

A todos os guias que me acompanharam na Rocinha sem os quais esta dissertação não seria possível. E especialmente a Carlinhos Costa e Hosana Pereira que além de guias tornaram-se parceiros na busca pelo entendimento de sua comunidade.

Aos professores da Puc-Campinas, Ricardo Moretti, Laura Bueno, Ari Fernandes, Maria Helena Machado, que durante o desenvolvimento deste trabalho contribuíram e incentivaram de diversas formas.

Ao Prof. Silvio Soares Macedo pelo incentivo e interlocução.

Aos pesquisadores do Quapá-SEL, núcleo São Paulo, pelas discussões e reflexões quinzenais.

À CAPES que apoio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos Pedro Castellano, Ana Carolina Bitencourt, Amanda Pimenta e Fabio Araújo, colegas do curso de mestrado, por compartilharem as dúvidas, angústias e reflexões durante todo o percurso.

A Luciana, Caco, Leo e Marcel que dividiram comigo as primeiras reflexões sobre a Rocinha.

Aos meus pais pela confiança, incentivo e apoio eternos e incondicionais.

Às amigas Carolina D'Horta, Maiana Freire e Márcia Crespo por dividirem comigo os momentos de cansaço, nervosismos e tensão.

RESUMO

Uma parte significativa da paisagem urbana do território das grandes e médias cidades do Brasil contemporâneo é composta por favelas e periferias pobres. Neste cenário, este trabalho propõe, utilizando como estudo de caso a Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, uma reflexão sobre os espaços públicos e as novas formas urbanas apropriadas cotidianamente nos territórios populares a fim de contribuir para o entendimento das práticas sócio-espaciais da “cidade informal”. Apesar da “cidade informal” representar uma importante parcela do território urbano brasileiro no século XXI, pouco tem se refletido a respeito das novas formas produzidas neste universo, centrando, muitas vezes, a reflexão apenas nas novas formas produzidas na “cidade formal”. Mesmo que aparentemente distantes, as duas partes da cidade, formal e informal, compõem um mesmo território urbano e, portanto, o entendimento global sobre a cidade só pode ser alcançado através da compreensão destas duas facetas constituintes da natureza urbana.

PALAVRAS CHAVES

Espaço-público, Cidade informal, Praça, Laje, Rocinha

ABSTRACT

A significant part of the urban landscape of the area of large and medium sized contemporary Brazilian cities is made up of slums and poor areas in the outskirts. In this scenario, this work suggests, using as a case study the Favela of Rocinha in Rio de Janeiro, a reflection on the public spaces and new forms appropriate urban popular daily in the territories in order to contribute to the understanding of the practices of socio-spatial "informal city". Despite the "city informal" represent a significant portion of territory in the urban Brazilian XXI century, little has been reflected about the new forms produced this universe, focusing often a reflection only on new forms produced in the "formal city". Even that seemingly distant, the two parts of the city, formal and informal, make up the same urban universe, and, therefore, the global understanding about the city can only be achieved through the comprehension of these two sides that constitute the urban nature.

KEY WORDS

Public space, Informal city, Square, Flagstone, Rocinha

SUMÁRIO

Introdução	02
 Capítulo 01 - (DES) ENCONTROS	
1.1. O Asfalto sobe o Morro	15
1.2. Cidade partida ?	29
1.3. A Rocinha pede passagem	41
1.3.1. Passagem para Gávea	44
1.3.2. Da Rocinha para o mar	49
1.3.3. Entre a Gávea e São Conrado	65
 Capítulo 02 - PLANETA ROCINHA	
2.1. Existência sócio-territorial da Rocinha	
2.1.1. Inserção metropolitana	68
2.1.2. A população e sua vida	74
2.2. Evolução morfo-territorial	82
2.3. Tecidos urbanos e configurações no começo do Século XI	96
 Capítulo 03 - Os DONOS DA ROCINHA	
3.1. Caminhando entre o público e o privado	118
3.2. Conquista da <i>Vita Activa</i> e relações de poder no espaço público	140
 Capítulo 04 - DOMINGO É DIA DE FESTA NA LAJE	
4.1. Outras formas, outros encontros	157
4.2. As praças suspensas da Rocinha	170
Referências Bibliográficas	196

"As favelas cariocas, fazem parte da cidade há mais de um século e representam contraditoriamente, o que temos de melhor e de pior em termos de vida na metrópole. As favelas são os lares de milhares de brasileiros. Lares marcados pela presença de grupos criminosos armados e policiais; facções formadas por jovens e adolescentes obcecados pela ordem capitalista de consumir tudo – inclusive suas vidas. Ao mesmo tempo, lares que serviram de berços para as mais ricas manifestações culturais de nossa terra, espaços construídos com a luta e o trabalho de milhares de pessoas que a ergueram e a reconstruem a cada dia. Estão aqui pessoas plenas que amam, choram, lutam brincam e têm algo a nos dizer sobre si e sobre o mundo.

Bem-vindo à favela."

(SOUZA ; BARBOSA, 2005:68-69)

INTRODUÇÃO

O grande crescimento urbano do terceiro mundo, ocorrido durante o século XX, atrelado às relações políticas e econômicas, produziu, por todo planeta, assentamentos precários e cidades extremamente desiguais. Segundo dados do UN-Habitat (2005), a população das favelas no mundo cresce na base de 25 milhões de pessoas por ano, sendo que as taxas mais altas de urbanização são verificadas justamente nos países mais pobres (DAVIS, 2006: 200).

No Brasil, este fenômeno não ocorreu de forma diferente, a urbanização desenfreada associada às políticas e dinâmicas econômicas, elevaram muito os níveis de desigualdade social no país nas últimas décadas do século XX. Neste cenário histórico, uma parte das cidades brasileiras foi se constituindo em territórios fragmentados e seccionados com fortes padrões de segregação e exclusão territorial marcados, ainda, pelas baixas condições de vida nos espaços periféricos e favelados. Atualmente uma porção significativa da paisagem urbana do território das grandes e médias cidades brasileiras é composta por favelas e periferias¹. Apesar disso, o foco da discussão e produção intelectual sobre as novas formas urbanas produzidas pelas territorialidades contemporâneas está quase que inteiramente centrado nos espaços produzidos na “cidade formal” e pouco se reflete a respeito dos novos espaços da “cidade informal”. A cidade informal representa uma das “outras faces” da urbanização contemporânea e produz formas e vivências do território distintas das que são produzidas na cidade formal. Apesar de segregadas, estas duas faces da cidade, formal e informal, compõem um mesmo universo urbano e, portanto, o entendimento global sobre a cidade só pode ser alcançado através da compreensão destas duas facetas constituintes da natureza urbana.

¹ As favelas representam o lócus de 3% da população brasileira, sendo que no município de São Paulo este número chega próximo a 11% da população e no município do Rio de Janeiro, no ano de 2000, 18,7% da população da cidade vivia em favelas. (VALLADARES, 2005)

A cidade informal, principalmente quando caracterizada por favelas, sofre, desde suas origens, o estigma do preconceito e da marginalização.² Estes espaços são estigmatizados, em sua grande maioria, como berços apenas da precariedade e da violência e, configuram-se no imaginário da grande maioria da população como uma “disfunção” urbana.

“A percepção que se tem da favela não traduz os elementos materiais que a significam, de forma particular. A representação conceitual foi sendo construída por uma representação estereotipada, fundada em pré-conceitos e juízos generalizados. A favela ainda é contraposta a um determinado ideal de urbano, vivenciado por uma pequena parcela de habitantes da cidade. Não é à toa, então, que ela é considerada uma disfunção, um problema que afeta a saúde da cidade. A revista Veja expressou em uma de suas capas esse juízo marcado pelo temor: acompanhada da manchete ‘A periferia cerca a cidade’, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura vão devorando gradativamente os prédios brancos e limpos(...) Os espaços periféricos e favelados são vistos, nessa posição, como por externos à polis, ou seja, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania.” (SOUZA & BARBOSA, 2005:158-159)

Apresenta-se a imagem de uma “cidade partida”, dois mundos desconectados que lutam arduamente por sua preservação e possibilidade de expansão, travando batalhas pela conquista de novos territórios. No imaginário coletivo as grandes cidades brasileiras têm seu destino traçado e, este será irremediavelmente marcado pela separação das “duas faces” do universo urbano (formal e informal). Seguindo esta lógica, cada dia mais, parte da população se auto segregava nas novas fortalezas urbanas exacerbando a dualidade entre estes “dois mundos” metropolitanos. Assim, grande parte da população que reside na “parte formal” das cidades nega-se a reconhecer a existência da “parte informal” como constituinte da mesma cidade.

Dante deste quadro, este trabalho se propõe a olhar para a cidade como um universo único constituído por distintos territórios que se relacionam cotidianamente exercendo mutuas influências e transformações tanto no âmbito físico, como social, investigando e analisando as formas, apropriações e sociabilidades existentes nos espaços públicos da cidade contemporânea. Para

² Mike Davis afirma que a palavra favela (SLUM), apareceu pela primeira vez em uma publicação inglesa de 1812 como sinônimo de “racket”, que significa estelionato ou comércio criminoso, revelando que o estigma da marginalidade e criminalização dos assentamentos urbanos pobres existe desde a origem de sua denominação. (DAVIS, 2006, 32)

tanto, entende-se que a caracterização dos espaços públicos urbanos não pode se limitar às características formais dos tecidos urbanos, é preciso aliar a estes fatores as análises sobre o tecido social que a eles está profundamente conectado. Só na compreensão da indissociabilidade entre o sistema de objetos e ações (M. SANTOS,1996:51) é que se conseguirá uma análise clara e profunda sobre as novas espacialidades públicas da cidade contemporânea.

"A cidade não pode ser estudada como uma forma maciça. Nós chamamos esses dois subsistemas de "circuito superior" ou "moderno", e "circuito inferior." (...) Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano. (...) a maior parte dos estudos não são feitos sobre a cidade inteira, mas sim sobre uma parte da cidade, impedindo, por isso mesmo, a formulação de uma autêntica teoria da urbanização. A primeira coisa que deve ser feita, portanto, é definir bem cada circuito da economia urbana, suas relações recíprocas e suas relações com a sociedade, assim como um espaço circundante. A vida urbana é condicionada pelas dimensões qualitativas e quantitativas de cada circuito. Cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência. O reconhecimento da existência dos dois circuitos obriga a uma nova discussão das teorias consagradas (...) é necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade (...) É nessa perspectiva que se deve velar por uma adequada regulação da dialética dos dois circuitos nas cidades e nos sistema de cidades." (M. SANTOS,2004:22-23)

Embora as questões sobre o espaço público estejam sendo tratadas por muitos estudiosos e teóricos na atualidade, como já se afirmou, a maior parte desta reflexão foca-se apenas no entendimento das novas espacialidades produzidas na parcela formal dos núcleos urbanos. Ermínia Maricato afirma que: “*Essa cidade ilegal inexiste, frequentemente, para o planejamento urbano oficial.*” (MARICATO, 1996:22). Assim, esta dissertação de mestrado a fim de contribuir para a reflexão e planejamento da cidade integrada, percorre o caminho contrário voltando seu olhar sobre as novas espacialidades públicas produzidas na cidade informal.

A partir do entendimento sobre a cidade como uma unidade, utiliza-se como classificação dual os termos “cidade formal” e “cidade informal” apenas para distinguir territórios e suas peculiaridades formais e sociais. Esta classificação, entretanto, de forma alguma, pressupõe uma real separação entre estas partes,

como em uma “cidade partida”³. Aqui, entende-se que estas partes formam uma estrutura dialética que compõem o sistema urbano. Desta forma, classificam-se por “cidade informal” todos os territórios que compõem o universo das periferias pobres e favelas das grandes e médias cidades brasileiras, pois que interessa a este estudo é o padrão morfológico e social que compõe estes espaços marcados pela exclusão territorial⁴. Não trata-se, portanto, de uma distinção jurídica sobre legalidade ou ilegalidade, pois na cidade contemporânea, encontram-se muitos territórios que seriam classificados como “formais” por sua aparência e características morfológicas, apesar de juridicamente estarem em situação de ilegalidade.

Ultrapassando os limites da cidade informal, este estudo estende seu olhar para suas fronteiras, refletindo sobre como os sistemas de espaços públicos e as práticas sociais existentes nos dois universos influenciam-se mutuamente na estruturação das relações entre os territórios formais e informais na cidade contemporânea brasileira.

³ A expressão “cidade partida” foi utilizada pelo Jornalista Juenir Ventura (1994) como título de seu livro do sobre a favela carioca de Vigário Geral, e desde então vem sendo usada para designar uma cidade que se pressupõe dividida entre áreas formais e áreas informais, exacerbando o imaginário coletivo de uma cidade dominada pela violência. Segundo Márcia P. Leite: “A representação do Rio como uma “cidade partida” terminou, contudo, por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas.” (LEITE, Márcia P. Entre o Individualismo e a Solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol 15 n° 44, outubro 2000. Apud SILVA, 2006:22)

⁴ A questão da exclusão é muito complexa, pois como afirma Milton Santos (2004) não existe verdadeiramente pessoas totalmente excluídas, já que de alguma forma participam do sistema produtivo, segundo ele, mais do que exclusão, trata-se de dois circuitos econômicos interligados e dependentes: “Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior.” (M. SANTOS, 2004:56). Aqui, usa-se o termo excluído segundo o entendimento de Ermínia Maricato, que afirma que “A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. (...) Não há como definir um limite claro entre o “incluído” e o “excluído”. Como já expusemos, trabalhadores do setor secundário, e até mesmo da indústria fordista brasileira, são excluídos do mercado imobiliário privado e frequentemente moram em favelas. Trata-se do “produtivo excluído” que é resultado da industrialização com baixos salários. (...) A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficiosos, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania. (...) Uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada, como já apontamos anteriormente: ilegalidade nas condições de moradia (favela, aluguel informal de cômodo, loteamento ilegal), ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da polícia ou desconhecimento de tribunais para resolução de conflitos, além da impunidade. O Estado não está simplesmente ausente, mas sua presença pode dar-se de forma ambígua e arbitrária: repressor, paternalista, ou clientelista. ”(MARICATO, 1996: 55-57, 83) Esta população, apesar de incluída no sistema produtivo da cidade, é excluída de qualquer urbanidade básica.

Nos pontos de contato entre os territórios formais e informais não existem limites fixos e delimitados com uma rigidez absoluta. Nestes lugares geram-se “zonas fronteiriças” com múltiplas permeabilidades das práticas sociais e disposições morfológicas que ultrapassam as linhas divisórias que demarcam os territórios em mapas. Segundo Raquel Coutinho Marques da Silva (2006:25): “*O conceito de fronteira é muitas vezes confundido com o conceito de limite. O termo fronteira é mais abrangente e se refere a uma região ou faixa, e o termo limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no território.*” Neste caso o conceito de limite não se aplica, tratam-se, pelo contrário, de fronteiras vivas⁵, onde os territórios e seus habitantes convivem cotidianamente e estabelecem fortes interações.

Diante do desejo de investigar a novas espacialidades públicas na cidade informal e em suas fronteiras, a escolha do objeto de estudo recaiu sobre a cidade do Rio de Janeiro, onde se encontram pulsantes casos de fronteiras vivas entre a cidade informal e formal. Nesta cidade, elegeu-se a Favela da Rocinha como foco principal de análise por se tratar de um enorme e complexo universo informal que, surgido em meados da década de 1920, época do inicio da formação das favelas no Brasil, é conhecido hoje como a maior favela da América Latina que convive lado a lado com os bairros da Gávea, com o maior IDH da cidade, e de São Conrado, com o IPTU mais caro do Rio de Janeiro.

A pesquisa se iniciou a partir de uma hipótese inicial onde o espaço público teria um papel fundante na estruturação das relações sociais da cidade

⁵ “Hoje, um novo conceito emerge: o conceito de fronteiras vivas. São nas faixas de fronteiras que se dão os melhores intercâmbios das nações modernas, e o conceito de fronteiras vivas superou o conceito de fronteiras obstáculos. Assim, nos casos de fronteiras entre países as fronteiras vivas se baseiam no pressuposto da integração e interação, seja por meio de trocas ou pelo multiculturalismo. No entanto, algumas áreas de fronteira ainda possuem conotações de barreiras e trabalha-se neste caso com a idéia de superação de obstáculos. (...) O conceito de fronteiras vivas é recente, e estas podem ser permeáveis, de tensão ou acumulação. Nas fronteiras vivas, dependendo do tipo de interação, cria-se um novo espaço e uma nova cultura. Mas se a interação for assimétrica e desigual ocorrerão disputas, discórdias e rivalidades. Nas fronteiras vivas, onde existe uma forte concentração demográfica e uma estrutura social complexa, existe uma integração informal que pode sobreviver às políticas de fechamento e corte. (...) Um aspecto importante no campo das relações internacionais, relativo à noção de fronteiras, é a teoria da interdependência. Para os teóricos da interdependência, a cooperação seria a melhor forma das nações alcançarem seus interesses, estabelecendo novas estruturas de relações. Assim, creio ser pertinente utilizar o conceito de fronteira viva para a reflexão que se segue sobre as fronteiras que se estabelecem no espaço urbano entre as áreas informais e formais, nas zonas de conflito social e criminal. Ao examinarmos as fronteiras que se constituem no espaço urbano percebemos a interdependência entre estas áreas, e a cooperação seria a melhor forma de superação dos conflitos.” (SILVA, 2006:26-27)

contemporânea. Entretanto, com o desenvolvimento do estudo compreendeu-se que o que existe de fato é uma relação dialética entre as relações sociais e espaços públicos, onde a todo momento um influêncio e modifica o outro. A partir de então, toda pesquisa passou a ser norteada pela compreensão do espaço público a partir da conceituação de espaço de Milton Santos:

“(...) um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”
(M. SANTOS, 1996:51)

A primeira imersão na Rocinha, depois de iniciado o mestrado, foi surpreendente em vários aspectos. Descortinou-se um universo distinto daquele visualizado nas visitas anteriores.⁶ Agora o objetivo principal das visitas não era mais conhecer a região e, sim reconhecê-la: enxergar suas nuances; perceber os vários tons sob a superfície; entender os percursos cotidianos; os encontros furtivos; o lazer habitual; a organização das festas. A busca principal destinava-se a descobrir os espaços públicos onde se pratica a sociabilidade cotidiana dentro deste território e, a partir daí, a compreensão de qual o papel desempenhado por estes espaços, na vida de seus habitantes.

Originalmente imaginou-se realizar visitas de campo e contatos com os moradores da comunidade com apoio de questionários formais que pudessem revelar as percepções, vivências e reações estabelecidas entre a comunidade e seus espaços públicos. Os questionários foram elaborados e levados a campo, mas, já nos primeiros encontros, percebeu-se que a presença de um questionário formal limitava a interação por constranger os moradores a estabelecerem relações de maior informalidade com a pesquisa e, com isso, perdia-se grande parte da espontaneidade e emoção dos relatos. Diante desta percepção inicial optou-se por eliminar os questionários e realizar uma pesquisa de campo através da observação participativa e de entrevistas abertas que trouxeram maior riqueza aos depoimentos. As “conversas” seguiram um roteiro semi-estruturado, mas preocuparam-se em não impor limites aos desvios de assunto e digressões que

⁶ Os primeiros contatos com a Rocinha haviam sido realizados em 2005, ano anterior ao ingresso no programa de mestrado, em algumas visitas feitas durante a elaboração de um projeto para um Concurso Nacional de Urbanização da Rocinha, promovido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

pudessem ocorrer, trazendo novas percepções, conhecimentos e detalhes para a pesquisa.

Por causa da peculiaridade do território de estudo, as visitas foram feitas sempre com o acompanhamento de um “guia”. Durante a pesquisa, foram visitados quase todos os espaços entendidos como públicos e “permitidos”⁷ pelos “guias”. A cada dia a visita ganhava um novo acompanhante: líderes comunitários; professores, o personagem principal de um romance escrito sobre a comunidade⁸, uma jovem universitária moradora da comunidade, o diretor do teatro local e ainda outros moradores com as mais diferentes peculiaridades. A diferenciação de “guias” a cada dia trouxe grande riqueza para a pesquisa, pois cada uma destas pessoas carregava consigo suas vivências particulares do território, revelando novos e diferentes espaços e, principalmente, novos e diferentes olhares sobre a comunidade, suas fronteiras e seus espaços públicos. Os vários guias foram sendo apresentados e conhecidos durante os próprios percursos e as oportunidades de novas companhias foram sendo abraçadas no intuito de aumentar o contato com as diferentes visões durante o trabalho de campo. A maioria das entrevistas e conversas se deu durante os trajetos e iam se relacionando, *in loco*, com os espaços visitados. Depois de uma conversa prévia sobre os intuios da pesquisa, os percursos eram determinados pelos próprios guias que tinham liberdade para oferecer os trajetos que levariam aos lugares de sua comunidade que gostariam de apresentar.

O primeiro guia foi **Carlinhos Costa**, presidente da associação de moradores do bairro do Lauboriaux que tem 43 anos e cursa faculdade de jornalismo. Este guia mostrou o que veio a se mostrar posteriormente como uma “*Rocinha Light*”.

⁷ Na Rocinha existem lugares, como o “Campo do Terreirão” conhecido campo de futebol “não permitido” para estranhos, inseridos em territórios estratégicos e de domínio do tráfico de drogas onde não é permitido a entradas de pessoas que não são “amigas” ou convidadas. Note que a palavra “amiga” na frase anterior está entre aspas porque refere-se a gíria utilizada pelo tráfico e pelos moradores da comunidade para denominar pessoas pertencentes a organização do tráfico de drogas. Mesmo nos locais “permitidos”, o acesso ao “espaço público” na Rocinha não é ilimitado. Com exceção dos lugares com ampla acessibilidade, como a Estrada da Gávea e o Largo dos Boiadeiros, onde o acesso pode se dar, inclusive, por transporte coletivo, em outras áreas, ruas, becos e caminhos não é possível circular sem o acompanhamento de um morador “guia” que conheça os códigos, regras, proibições e perigos existentes. Voltaremos a esta questão mais profundamente no desenvolvimento da dissertação.

⁸ LUDEMIR, Julio. ***Sorria, você está na Rocinha***. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Apesar de revelar a extrema precariedade do lugar, não mostrou os sinais cotidianos da violência e da opressão esperados. Além de sua função de líder comunitário, Carlinhos trabalha com a intermediação entre a entidade Viva Rio⁹ e, talvez por isso, queira mostrar aos visitantes uma Rocinha despidas dos estigmas da violência e da territorialização do tráfico de drogas. As andanças com Carlinhos não tiveram nada de cenográficas ou tentativas de simular a realidade, as observações agora feitas só foram percebidas mais tarde em comparação ao conjunto de visitas realizadas. Percursos iniciais tiveram, entretanto, um tom de otimismo: visitou-se vários locais públicos conquistados e construídos pela comunidade, além de locais como a nascente de água a beira da Floresta da Tijuca que conserva, segundo ele, 97% de sua pureza reconhecida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Durante os trajetos a impressionante vista que se tem da cidade do Rio de Janeiro a partir da Rocinha era celebrada e o assunto “tráfico de drogas” era pouco citado e sempre encerrado veementemente com a afirmação de que quem não quer não precisa se submeter a ele. Por coincidência, durante todas as visitas realizadas com Carlinhos, durante a pesquisa de campo e anteriormente na época do concurso, não foi vista nenhuma pessoa explicitamente armada.

O segundo “guia” designado pelo próprio Carlinhos, foi **Li**, um líder comunitário de menor escala que atua em um pequeno setor da favela, a Cachopinha, aparenta ter em torno de 50 anos e escolaridade incompleta e, apresentou uma Rocinha sem restrições. Esta caminhada revelou, pela primeira vez, a existência e localização de lugares que não são “permitidos” aos visitantes de fora e a existência de uma enorme precariedade, nos setores de recente ocupação. Este acompanhante propiciou uma aproximação maior com a vida cotidiana da comunidade, com os pequenos largos e praças de vizinhança e, através dos seus relatos, que citavam sem o menor constrangimento as relações do tráfico de drogas com a comunidade, pôde-se compreender melhor a complexidade destas interações. Durante esta visita se aprendeu alguns dos códigos de postura exigidos e seguidos pelos “amigos” do tráfico e pela primeira vez percebeu-se a presença de pessoas armadas na favela. Em outra visita, acompanhada por Li,

⁹ O “Viva o Rio” é ONG com grande atuação nas favelas cariocas que trabalha para a superação da violência urbana e de seus efeitos na cidade do Rio de Janeiro. Para conhecer a história do Viva Rio e sua atuação nas favelas cariocas ver: VENTURA, 1994 e RIBEIRO & STROZENBERG, 2001.

que culminou em um passeio com famílias e crianças da comunidade a uma praia da zona oeste carioca (Grumari), pode-se perceber algumas relações dos moradores da Rocinha com os espaços públicos de lazer de fora dos limites da comunidade.

Depois de mais familiarizada com o território teve-se a oportunidade de percorrê-lo com **Hosana**, moradora de 23 anos e estudante de ciências sociais na PUC-Rio. Pela primeira vez o guia não era líder comunitário e não estava engajado no exercício da cidadania e na conquista de melhorias para a Rocinha, simplesmente habitava aquele território como tantas outras pessoas. Hosana tinha uma visão clara e muito pessimista sobre a Rocinha e seu futuro, seus relatos foram carregados de angústia em relação à violência cotidianamente e revelaram um grande desconforto por viver um lugar territorializado pelo tráfico de drogas, o que ainda não tinha sido revelado claramente por nenhum outro morador. Hosana levou a lugares que freqüenta cotidianamente dentro da comunidade, mas também percorreu-se os territórios de fronteira da Rocinha e São Conrado, que também fazem parte de seu roteiro cotidiano. Para ela, que utiliza os serviços, como correio e xerox, existentes nestas fronteiras, o espaço de vivência cotidiana amplia-se para fora dos domínios administrativos da Rocinha. O mesmo fenômeno não é observado nos relatos do Li, que se perde e demonstra grande desconhecimento ao falar sobre os equipamentos existentes fora dos limites da Rocinha. Foi na companhia de Hosana que viu-se, pela primeira vez, crianças portando fusis.

Outro guia peculiar com o qual se realizou alguns percursos na Rocinha foi **Aurélio Mesquita**, o diretor de teatro da comunidade, com aproximadamente 30 anos e segundo grau completo. Aurélio revelou uma grande preocupação com a precariedade do território ao mesmo tempo em que demonstrou grande otimismo em relação ao futuro da Rocinha. Seu percurso teve a intenção de mostrar apenas os espaços públicos existentes e alguns lugares com potencial para virem a ser espaços públicos um dia. Apresentou os lugares onde acontecem os eventos culturais mais importantes da comunidade e depois exibiu a vida boêmia dos bares da Rocinha. Seus relatos sempre enfatizavam a função social do espaço público e da cultura para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e redução da violência.

Por último, caminhou-se da Rocinha até à praia com **Bocão**, professor e coordenador da escolinha de surf da comunidade, acompanhando-se depois suas aulas na praia. Esta curta caminhada e observação das aulas possibilitaram compreender melhor o que representa a praia para esta comunidade e quais práticas que lá se desenvolvem.

Além dos acompanhantes citados houve outros guias e outros encontros, sempre apresentando novas peculiaridades, visões, vivências e experiências.

Os relatos e explicações sobre o território elaboradas por diferentes pessoas, a partir de suas experiências revelaram a existência dos diferentes significados dos lugares e do território como um todo. Obviamente estes relatos eram sempre carregados de subjetividade e emoções e por isso mesmo, só podem ser apreendidas pelo contato próximo de um observador participante, que em muitos momentos consegue se desprender, no imaginário das pessoas, da imagem do pesquisador. Este contato revelou nuances e matizes da realidade que, por vezes, o olhar distanciado homogeneizaria. Assim, através deste procedimento, foi possível identificar que a leitura que cada pessoa da comunidade da Rocinha faz sobre os vários lugares e o valor que lhes atribui influencia e, é, ao mesmo tempo, influenciada por sua experiência pessoal e pela forma como vivencia e apropria-se do território.

Depois de andar pelas ruas internas da Rocinha e de seus vizinhos, em busca de seus espaços públicos, restaram ainda antigas dúvidas, que, agora, eram acrescidas de novas questões. De todos os espaços observados, quais eram realmente públicos? Seriam aqueles que claramente têm uso coletivo, mas que estão submetidos a rígidos controles e observadores onipresentes? Ou seriam aquelas pequenas vielas de circulação que a todo o momento são privatizadas para alguma atividade cotidiana particular que acaba dificultando a passagem de outras pessoas? Ou seriam, ainda, os espaços privados que em certos momentos são apropriados para o uso coletivo? E em São Conrado, o que pensar sobre suas ruas desertas de que permitem o livre acesso a qualquer pessoa, mas que por falta de freqüência não propiciam qualquer encontro?

A volta à pesquisa bibliográfica, na procura de respostas às questões surgidas em campo foi, então, inevitável. Entendeu-se por fim que o espaço público tem graduações de *publicidade*, não perdendo, com isso, sua designação de espaço de vivência da esfera de vida pública. Dificilmente se encontrará na cidade contemporânea o espaço público “absoluto” de que falam Hanna Arendt e Habermas¹⁰ e, portanto, faz-se necessárias novas análises e entendimentos das possibilidades espaciais e de sociabilidade na cidade atual. Para Queiroga (2006:132):

“(...) trata-se mais de transformações na esfera de vida pública que de seu inexorável declínio. Atentar para as práticas espaciais atuais permitirá identificar possibilidades de planejamento e gestão do território, superando o dilema entre a visão saudosista das qualidades da cidade tradicional e uma posição liberal afirmativa das benesses da eficaz gestão privada dos espaços urbanos.”

Assim, a estrutura de redação da dissertação apresentada procura refletir as duas hipóteses que nortearam toda a pesquisa: a indissociabilidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações e a recriação do espaço público na cidade contemporânea e a negação de seu declínio.

Em um primeiro momento aproxima-se da cidade informal carioca através de sua interação com a cidade formal. O Capítulo 01 - **(Des) encontros: o asfalto sobe o morro** - discorre sobre as relações do morro e o asfalto na cidade do Rio de Janeiro, na tentativa de identificar as nuances da vivência cotidiana que apresenta muitas contradições dentro da segregação estabelecida e aparentemente cristalizada. Busca-se entender os encontros e desencontros que sempre marcaram as existências do morro e do asfalto e, como estas sociabilidades foram se transformando no tempo e, finalmente, como se dão na atualidade. Inicialmente, a primeira parte do capítulo – **O Asfalto sobe o morro** – reflete sobre a tradição de parte da “sociedade do asfalto” carioca, que desde os primórdios das favelas, sobe os morros em busca da “magia” das raízes do samba. No tópico – **Cidade partida?** – discute-se como a violência urbana

¹⁰ Para Habermas (2003:14 -15) “Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. (...) Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da polis que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*ídia*).” Hanna Arendt (2005:47), por sua vez, afirma que faz parte da esfera de vida pública “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.”

gerada, principalmente, pela territorialização do tráfico de drogas dos espaços informais da cidade, repercute na cidade formal e influencia a imagem do morro no imaginário coletivo. A terceira parte do capítulo – **A Rocinha pede passagem** – estrutura-se como um percurso pelos bairros de São Conrado e da Gávea. Através deste percurso estabelece-se uma análise crítica sobre a influência exercida pela Rocinha nas vivências e apropriações dos espaços públicos pelos moradores destes bairros, apresentando, ainda, uma análise destes espaços do asfalto que têm sido apropriados pela população da Rocinha em suas práticas cotidianas e como, a partir destas apropriações, acontecem os (des)encontros com os habitantes deste pedaço da zona sul carioca.

No capítulo 02 – **Planeta Rocinha** – após ter se aproximado do morro carioca e entendido suas relações com o asfalto o leitor chega à Rocinha e é apresentado formalmente a este território. Na primeira parte do capítulo – **Existência sócio-territorial** – descreve-se as características físicas da Rocinha, como sua inserção territorial na cidade do Rio de Janeiro, suas relações com o entorno, além de suas características sócio-econômicas. O segundo item – Evolução Morfo-territorial – apresenta a evolução histórica da Rocinha com ênfase nas mudanças ocorridas em seus aspectos morfológicos durante as várias épocas de sua existência. Na última parte do capítulo se estabelece uma análise morfológica dos tecidos urbanos existentes na Rocinha atualmente, com a descrição e análise das tipologias habitacionais, seus padrões de ocupação, e a paisagem decorrente desta ocupação.

Já no terceiro capítulo – **Os donos da Rocinha** – discute as relações estabelecidas entre os espaços públicos existentes na cidade informal e as esferas de vida pública, privada e social. Inicia-se o capítulo **Caminhando entre o público e o privado**, um percurso pelos espaços públicos existentes na comunidade, analisando-os, principalmente, a partir das apropriações e vivências que neles se estabelecem. Depois de caminhar pela comunidade e questionar-se sobre as questões de dominação em seus espaços públicos, no item – **Conquista da Vita Activa e relações de poder no espaço público** – reflete-se sobre o poder do tráfico de drogas, as associações de moradores e suas influências na vivência dos espaços públicos na cidade informal. Analisa-se as origens destas relações de poder através da história dos primeiros “donos dos morros”,

conquistas das associações de moradores e da formação dos espaços públicos, estabelecendo-se uma análise comparativa entre estas conquistas e as relações de dominação que vão, ao mesmo tempo, se cristalizando dentro da comunidade.

Finalmente no quarto capítulo – **Domingo é dia de festa na laje** – chega-se as reflexões finais sobre as novas formas urbanas surgidas na cidade informal contemporânea e como estas propiciam novas vivências da esfera de vida pública nestes territórios. O primeiro tópico – **Entre Becos e travessas** – comenta as práticas sociais que ocorrem nas vielas da favela e como estas são apropriadas para a reprodução de usos “tradicionalis” da sociabilidade urbana. A última parte do capítulo – **As praças suspensas da Rocinha** – apresenta uma reflexão sobre as lajes, figuras tão presentes no universo das favelas e periferias pobres contemporâneas brasileiras, que têm adquirido novas apropriações e configurações nos cotidianos destes espaços, revela-se de novas praças no universo da cidade informal.

Ao final, com este estudo sobre as novas formas e vivências produzidas nos territórios informais e em suas fronteiras, evidencia-se que a criação destas novas formas encontradas está geneticamente ligada ao contexto morfológico onde são criadas, apenas a cidade informal com seu complexo e denso tecido urbano pode produzí-las.

Na cidade contemporânea criam-se e recriam-se formas urbanas onde se pode exercer novas ou tradicionais práticas sociais, o espaço público não desaparece, como afirma alguns autores, apenas recria-se.

CAPÍTULO 01

(DES)ENCONTROS

“Rio de ladeiras
Civilização encruzilhada
Cada ribanceira é uma nação

À sua maneira
Com ladrão
Lavadeiras, honra, tradição
Fronteiras, munição pesada”

Chico Buarque

1.1. O ASFALTO SOBE O MORRO

“Mangueira
Estou aqui na plataforma
da Estação Primeira
O morro veio me chamar
De terno branco e chapéu de palha
Vou me apresentar à minha nova parceira
Já mandei subir o piano pra Mangueira”

(Piano na Mangueira – Tom Jobim / Chico Buarque, 1993)

O morro carioca sempre foi palco de uma grande produção cultural e por isso, atrativo para as elites cariocas, que subiam o morro à procura dos encantos e da criatividade popular. Mas, apesar da atratividade cultural que o morro exercia sobre o asfalto, morro e asfalto sempre fizeram parte de “universos distintos” que compõem uma mesma cidade. Apesar da interação constante existente entre estes “dois universos” que formalmente parecem separados, mas que na realidade fazem parte de um mesmo sistema urbano, os habitantes das duas partes da cidade nunca as entenderam como uma coisa única. A subida ao morro e a descida ao asfalto sempre foi um gesto de entrada em um outro mundo.

“(...) já havia também dois Rios, mas as distâncias sociais pareciam menores. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres se olhavam sem medo e sem ódio.” (VENTURA,1994:35)

“(...) tudo no morro é tão diferente
Todo vizinho é amigo da gente
Até o batuque nossa maravilha
Toda cabrocha é decente e família
Tudo no morro é melhor que na cidade
Tanto na dor como na felicidade (...)”

(Vida no Morro – Aníbal Cruz, 1942)

Até os anos 1940, a sociedade carioca tinha uma visão idealizada do morro, conhecido como o “berço do samba”. A favela não deixava de ser vista como o espaço urbano da pobreza, ser favelado sempre significou ser pobre, mas apesar da pobreza, ou talvez por uma mitificação dela, a favela era identificada, neste momento, como o espaço da pessoalidade e da boa convivência, onde os laços

de vizinhança eram mais forte e o companheirismo e união entre moradores era verdadeiro. Ao visitar várias favelas cariocas nos anos 40, o escritor austríaco Stefan Zweig declarou “*Nunca ter visto por ali uma pessoa pouco afável ou uma pessoa triste*” (VENTURA,1994:18)

“Alvorada lá morro que beleza
 Ninguém chora, não há tristeza
 Ninguém sente dissabor
 O sol colorido é tão lindo, é tão lindo
 E a natureza sorrindo
 Tingindo, tingindo a alvorada...”

(Cartola, Carlos Cachaça e Hermínio Bello de Carvalho, 1976)

Esta idealização fazia nítida contraposição à “cidade” (asfalto), onde as relações estavam se tornando impessoais. A favela então, era vista como o lugar da excelência das relações personalizadas, onde todos se conheciam, todos se ajudavam, onde “*todo vizinho é amigo da gente*”.¹¹ Neste momento o morro era, no imaginário de grande parte da sociedade carioca, o lugar da vivência aprazível, o “asfalto”, em contraposição, representava o perigo e a impessoalidade.

Apesar desta idealização da favela como a “boa vizinhança” representar um olhar generoso sobre os territórios pobres dos morros cariocas, já trazia em si a ênfase na dualidade morro/asfalto, reafirmando a dificuldade da passagem de um universo para o outro. Desde desta época já se estabelecia uma visão maniqueísta e segregacionista de territórios “bons” e territórios “maus”, dividindo a cidade em territorialidades distintas e desconectadas.

“O morro está em luto
 Por causa de um rapaz
 Que depois de beber muito
 Foi a um samba na cidade
 E não voltou mais
 Entre o morro e a cidade
 A batida é diferente
 O morro é para tirar samba
 A cidade é pro batente
 Eu há muito minha gente
 Avisava este rapaz:
 Quem sobe ao morro não desce
 Quem desce não sobre mais”

(*O morro está de luto* – Lupicínia Rodrigues, 1953)

“Eu sou do tempo em que malandro não
 descia
 Mas a polícia no morro também não subia.”
 (Saudosa Mangueira – Herivelto Martins)

¹¹ OLIVEIRA ; MARCIER:80. A Palavra é: Favela *In* ZALUAR & ALVITO, 2004

O samba não nasceu no morro e, sim, na Cidade Nova¹², mas no imaginário popular e musical o morro sempre foi consagrado como o “berço do samba”, atraindo os olhares e desejos da classe média para este espaço peculiar que produzia tanta alegria. Nesta época, entre as décadas de 1900 e 1910, o carnaval na Avenida Central do Rio de Janeiro era destinado à elite seguindo os padrões da Belle Époque e não era permitido aos negros, mulatos e pobres percorrem as ruas centrais da cidade durante os dias de folia.

O carnaval dos moradores do morro, por sua vez, não era organizado, acontecia nos fundos de quintais, nos terreiros de santo, nas feijoadas organizadas pelas “Tias Baianas”. Era um samba de improviso, de desafio em rodas de samba. Entretanto, por volta dos anos 20, a favela começou a se consolidar como o espaço urbano do samba através dos sambas de Sinhô que cantavam afirmando que o samba pertencia ao morro e a mais ninguém. (OLIVEIRA; MARCIER, 2004:80)

*“Minha cabocla, a Favela vai abaix
Ajunta os troço, vamo embora pro Bangú
Buraco Quente, adeus pra sempre meu Buraco
Eu só te esqueço no buraco do Caju
Isto deve ser despeito dessa gente
porque o samba não se passa para ela
Porque lá o luar é diferente
Não é como o luar que se vê desta Favela
No Estácio, Querosene ou no Salgueiro
meu mulato não te espero na janela
Vou morar na Cidade Nova
pra voltar meu coração para o morro da Favela”*

(A favela vai a baixo - Sinhô, 1927)

Apesar das proibições, muitos moradores do morro e sambistas desafiavam a ordem vigente e saiam em blocos, o que lhes garantiam muito prestígio em suas comunidades de origem. Com o tempo, os sambistas começaram a organizar seus próprios blocos, o que atraiu atenção geral não só pela irreverência, mas também pela exuberância, valentia e sensualidade, experiências que não faziam

¹² A Cidade Nova é uma região da cidade do Rio de Janeiro, localizada nas proximidades no bairro do Estácio, estando na convergência entre o Centro e a Zona Norte. Por volta de 1905 e 1910, a Cidade Nova era ocupada por uma multiplicidade de bares e gafieiras e, tornou-se, por isso um espaço privilegiado para as manifestações musicais da cidade. A história da música brasileira conta que o primeiro samba gravado (“Por telefone”) teria sido composto em um bar nesta região. (OLIVEIRA ; MARCIER, 2004:82). Atualmente na Cidade Nova está localizado o Sambódromo da Cidade do Rio de Janeiro.

parte do cotidiano da cidade àquela época.¹³ Estes blocos foram os precursores das Escolas de Samba e dos desfiles carnavalescos, contribuindo de modo decisivo para associação entre samba e morro.

"Tal associação que na verdade se faz entre morro e samba, de tão forte e recorrente na produção musical, tende a ser tomada como elemento constituinte da própria definição de favela. No imaginário da música brasileira, samba é acionado para representar simultaneamente meio de identificação e lugar: por seu intermédio, o morro se afirma positivamente, como ilustra Zé Keti (1955) ao cantar "eu sou o samba, a voz do morro sou eu mesmo sim senhor, quero mostrar ao mundo que tenho valor..." (OLIVEIRA ; MARCIER, 2004:82)

Na década de 30 os blocos se institucionalizaram e se ordenaram, ficando clara a separação entre Escolas de Samba e blocos carnavalescos. Com a formalização das Escolas de Samba a produção musical se intensificou, se especializou e se concentrou no samba. Cada morro passou, então, a ser identificado com sua Escola, tendo, normalmente, o mesmo nome. Neste momento ser da Mangueira, por exemplo, passou a ter duplo sentido: significava tanto morar no Morro da Mangueira como pertencer à Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Desta maneira, o samba não se desconectou mais da imagem da favela e o morro passou a ser identificado definitivamente como o espaço do samba.

As atividades das Escolas não se restringiam apenas ao carnaval. Nos espaços dos barracões, as pessoas também se reuniam regularmente para formar as rodas de samba. O samba era um elemento aglutinador, nas rodas de samba os participantes não apenas expunham suas músicas, mas comiam, bebiam e se divertiam. Não eram apenas espaços para o samba, mas principalmente espaços de sociabilidade.

As quadras das Escolas de Samba, além do espaço de confluência da comunidade favelada e de seus compositores, passaram a ser também um lugar onde o morro podia receber e entreter os visitantes da Zona Sul carioca.

"Ninguém no nosso meio sabia o que era uma Escola de Samba. Visto hoje, é difícil de acreditar. (...) Na primeira vez que pisei lá, conheci Zé Keti (...) a partir dali não sei se fui eu quem adotou o Zé ou se foi ele que me adotou. Viramos parceiros de vida. (...) Ficamos amigos e ele, portelense de fé me apresentou à Portela e eu, a partir daí, me tornei um grande amigo da escola de Madureira. Amigo freqüentador assíduo e uma

¹³ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Mangueira e Império: a carnavalescação do poder pelas escolas de samba:125 In ZALUAR ; ALVITO, 2004.

espécie do que se chamam hoje de promover: comecei a levar amigos aos ensaios de domingo na Portela. (...) Cada domingo de samba na Portela, o grupo aumentava, alertado por um boca-a-boca (...) Mas o boca-a-boca se espalhou tanto que a portaria do meu prédio, na Avenida Rui Barbosa, virou ponto de concentração de carros, que aumentava a cada domingo, ao ponto da vizinhança reclamar (...) Conheci compositores maravilhosos, aprendi a sambar no pé – coisa que enriqueceu muito a minha vida de então e me trouxe muito sucesso. Eu era um branco no samba, um craque sambando, o que fazia com um entusiasmo enorme. Convoquei O Cruzeiro e a Manchete para fazerem reportagens e divulgar toda aquela beleza e comecei a defender a causa das escolas de samba e a maravilha que aquilo era como organização social. (...)"¹⁴

Para as Escolas de Samba, como a Mangueira, que recebiam apenas uma pequena ajuda de custo da Prefeitura Municipal, as visitas dos “grã-finos” eram rentáveis e ajudavam a financiar os desfiles.

“Além de dominar as ruas a classe média lançou a moda de subir o morro para se divertir. Uma noite, Ronaldo Bôscoli, que além de compositor era jornalista, resolveu ir à mangueira para denunciar, indignado, ‘a invasão dos grã-finos’ que ficavam fingindo sambar com ‘copos de leite condensado com cachaça não mão (leite de onça) e lenços molhados de lança-perfume no nariz’.” (VENTURA, 1994:19)

“A criatividade musical dos sambistas integrou-se às diversas mudanças por que passavam o país, transformando pequenas agremiações musicais em grandes instituições organizadas de manifestações culturais e espaços de lazer.” (SANTOS, Myrian, 2004:127)

O novo carnaval além de ter sido incrementado com os desfiles das Escolas de Samba, intensificou mais a imagem dos morros como produtores de sonho e felicidade. Durante quatro dias o morro tinha visibilidade total, evocando seu lado criativo, colorido e luminoso, obtendo, assim, o reconhecimento social por sua arte.

*“A felicidade do pobre parece
a grande ilusão do carnaval
A gente trabalha o ano inteiro
por um momento de sonho
pra fazer a fantasia
de rei ou de pirata ou jardineira
pra tudo se acabar na quarta-feira”*

(Tom Jobim e Vinicius de Moraes)

“A identidade dos favelados também foi construída através de suas manifestações culturais, como o samba, as quadrilhas juninas, e demais manifestações com as quais os favelados não só se afirmavam positivamente mas também criavam laços com o asfalto, formando um

¹⁴ Depoimento de André Jordan, polonês criado no Brasil e que pertencia à classe média alta carioca, sobre sua descoberta e posterior vivência do universo das Escolas de Samba. (JORDAN, 2006: 62-64)

dos aspectos mais ricos e talvez o mais marcante do que é o Rio de Janeiro.” (BRUM: 2004)

Mas apesar da exaltação ao morro conseguida pelo carnaval das Escolas de Samba, é curioso notar que os jurados dos desfiles carnavalescos eram, desde sua origem e, continuam sendo até hoje, “de fora do samba”, o que, de certo modo, transforma este carnaval em um espetáculo feito pelo morro, mas mediado e organizado pelo e para o asfalto. (SANTOS, Myrian, 2004:129) Trata-se mais uma vez da arraigada dualidade morro/asfalto.

A associação da favela com o samba, evoca também uma associação com a boemia, com o botequim, com o jogo, com o universo da malandragem carioca. Apesar da clara marginalidade do malandro, a imagem mitificada da época via os moradores dos “morros do samba”, como “bons malandros”. A existência da criminalidade não era negada, entretanto expressava-se através de imagem amenizada por uma suposta ética da boa malandragem do morro. O malandro, muitas vezes, se confundia mais com o “brigão” ou com o “valentão” do que com o “bandido” e as reações violentas e de agressividade desta figura decorriam de disputas amorosas e não se caracterizavam como ameaças para os de “fora do morro”. (OLIVEIRA ; MARCIER, 2004)

“(...) os malandros não eram vagabundos, pois trabalhavam em biroscas, mas gostavam da boa vida, de mulheres, eram valentes e nunca aceitavam o trabalho cotidiano, proletário, que significava para eles confinamento na pobreza” (SANTOS, Myrian, 2004: 141)

*“Malandro é o cara que sabe das coisas
Malandro é aquele que sabe o que quer
Malandro é o cara que tá com dinheiro
E não se compara com um Zé Mané
Malandro de fato é um cara maneiro
E não se amarra em uma só mulher”*

(Malandro é Malandro, Mane é Mane - Bezerra da Silva)

Até então, as favelas eram menos densas e a pobreza ainda não havia se transformado em miséria, o que tornava as relações entre morro e asfalto mais cordiais e não fomentavam, de modo geral, grandes tensões sociais. A pobreza não chega a ser vista socialmente como uma patologia, assim como a miséria. A associação dessas duas condições (pobreza e miséria) com o crime organizado (narcotraficantes) é que gera “pré-conceitos” sobre estes espaços. Estas variáveis

não coexistem nos lugares de origem destas populações e por isso, apenas nas grandes cidades adquirem estas conotações criminalizadoras e preconceituosas, que vêem estes espaços como lugares de “disfunção social”.

Neste momento, meados da década de 1950, a violência política era muito mais presente e temida na cidade do Rio de Janeiro do que a violência urbana. Vivia-se, então, o auge da crise política que acabou por levar Getúlio Vargas ao suicídio. As disputas entre Vargas e Carlos Lacerda não ficavam somente nos palanques, pelo contrário, alcançavam as ruas com socos, pontapés e tiros.¹⁵ Diante dos escândalos políticos, o morro escapava do olhar criminalizador e continuava vivendo seus dias de paz e glamour sob a alcunha de “berço do samba”.

“Uma parte da cidade oculta já tinha ocupado os morros, mas as favelas então, mais do que uma ameaça ou um problema, eram vistas de longe como um acidente pitoresco. ‘Quem mora lá no morro já vive pertinho do céu’, constatava a famosa música de Herivelto Martins.” (VENTURA, 1994:18)

Até este momento, o Rio de Janeiro não era considerada uma cidade perigosa. Obviamente, tinha alguns núcleos de violência, mas estes não eram associados às favelas, concentravam-se mais na zona central e portuária, onde estavam os contrabandistas, pequenos traficantes e baixo meretrício. O morro ainda era um lugar a ser visitado. Reportagens de jornais e revistas falavam de “damas da sociedade carioca” que se dedicavam à assistência social nas favelas e de “moças de família ricas” que se orgulhavam de serem normalistas nas favelas e subúrbios. (VENTURA, 1994:19)

*“Existia, claro, o pau-de-arara, o pobre, a personagem do morro, mas as quantidades eram muito menores e não intromissivas. As ruas da Zona Sul eram ‘nossas’, da classe média e acima.”*¹⁶

Em 1953 a matéria de capa da Revista Manchete de janeiro deste ano alardeava: “1953 chegou à Cidade Maravilhosa encharcado de sangue”, referindo-se a um grande tumulto ocorrido durante o reveillon, representou um marco que trouxe a

¹⁵ Em 1954 Lacerda, que acabara de escapar de um atentado, foi atingido por Osvaldo Aranha, ministro da fazenda, com um soco na cara em um restaurante no Hotel Copacabana Palace. O episódio foi seguido por várias demonstração de violência e alguns tiros, para se “resolver” questões políticas (VENTURA, 1994)

¹⁶ Paulo Francis *apud* VENTURA, 1994:19 (Grifo meu)

voga o tema da violência urbana à mídia. Mesmo assim, esta violência ainda não tinha uma associação direta com as favelas da cidade. (VENTURA, 1994:20-21)

Na década de 1960, assistiu-se uma grande mudança nos desfiles das escolas de samba que começaram a ter a escala de um grande espetáculo. Os desfiles, que ainda aconteciam nas arquibancadas da Avenida Presidente Vargas, começaram a ser comercializados e a classe média passou a entrar nas Escolas de Samba, não mais como visitantes, mas como participantes das alas. Estas mudanças ocorreram também na gestão de algumas Escolas que passaram a serem administradas por pessoas de fora dos morros.

"Para completar, o Roberto Paulino – rapaz de boa cepa, filho do médico Fernando Paulino e da Marina Ludolf – começou a freqüentar e, de certa forma, a patrocinar a Mangueira. E fez muito pela Mangueira, chegou a casar-se com a lindíssima passista Gigi da Mangueira, que causava furor no carnaval e fora dele. A grande diferença entre o Roberto e eu é que ele achava que os brancos que não eram da comunidade podiam desfilar pela escola e eu sempre discordei disso. (...) O Roberto foi parar na Comissão de Frente da Mangueira, chegou a ser presidente da escola e abriu a porta para o que acontece hoje: qualquer pessoa, de qualquer parte do mundo, pode comprar sua fantasia e desfilar na avenida através das agências de viagem." (JORDAN, 2006: 64)

Alguns dos antigos participantes do morro, que perderam espaço para os novos integrantes das Escolas, protestaram e rejeitaram a nova administração que trazia valores de fora do “território do samba” para dentro das Escolas. Nesta época, também se integraram às Escolas de Samba intelectuais e artistas plásticos da classe média que revolucionaram os desfiles trazendo pensamentos de vanguarda do asfalto para o samba do morro.

A partir da década de 1980 as favelas foram tornando-se mais perigosas com a territorialização do tráfico de drogas. O morro foi se “fechando” e passou a receber menos visitantes do asfalto. Algumas Escolas mudaram os locais de suas quadras, descendo o morro, para poderem continuar recebendo os visitantes “de fora”, que agora, em grande parte não sobem mais o morro para irem aos ensaios de suas Escolas.

"A partir de 1995 os ensaios [da Escola de Samba da Mangueira] abertos ao público para arrecadar verba não foram mais realizados na quadra, devido ao clima de insegurança e intranqüilidade que foi se estabelecendo." (CASÉ, 1996:44)

A Rocinha teve tardiamente a fundação de sua Escala de Samba, A Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha iniciou-se apenas em 1988, com a fusão de três blocos carnavalescos da comunidade: o Sangue Jovem, o Império da Gávea e o Unidos da Rocinha. A partir de 2003, a Acadêmicos da Rocinha também passou a ser gerenciada por um presidente de fora da comunidade e teve como carnavalesco, Alex de Souza, que também não era da comunidade. Em 2004, a quadra da Escola que desde sua fundação era localizada na Rua 1, incrustada no morro, mudou-se para São Conrado, e hoje se localiza do outro lado da Avenida Lagoa-Barra, que divide a Rocinha de São Conrado.

*"O samba me mandou dizer
Que precisa de tempo pra pensar
Ou mudar a cadência do samba do morro
Ou resolverá mudar o morro de lugar"*

(*Lata D'água - Elza Soares*)

Ao longo dos 1980 anos de existência das favelas cariocas, a produção musical do morro foi intensa, surgindo, a cada época, novos ritmos como o choro, o pagode e o Funk, mas recentemente. Mas nenhum destes ritmos foi capaz de atrair tantos olhares e visitantes para o morro como foi o samba nos seus áureos tempos, nem de produzir uma identidade “espaço-música” tão marcante. (OLIVEIRA ; MARCIER, 2004)

O Funk, modalidade musical de grande veiculação na atualidade, apresenta-se como uma manifestação, quase sempre violenta, oferecendo perigo para os “de fora”. Em uma analogia ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro que é organizado e dividido em comandos que disputam o domínio dos territórios informais, o Funk é organizado em “galeras” que disputam territórios, muitas vezes, com grande violência. Os bailes funks são divididos em duas modalidades: “bailes de corredor” e “bailes de comunidade”. Os chamados “bailes de corredor” compõem-se por um confronto violento entre turmas de homens jovens rivais. Os “bailes de comunidade” não se caracterizam pela agressão e violência como os bailes de corredores, mas não podem ser entendidos como territórios totalmente “abertos”. Nos bailes de comunidade os concursos são realizados entre galeras de “comandos amigos”, é o “baile da união”, mas a segurança dos bailes é feita pelos

“amigos”¹⁷ armados, o que gera preocupação constante nos freqüentadores que sabem da possibilidade sempre premente de invasão da polícia ou de um grupo de outro comando do tráfico de drogas. Tanto nos “bailes da união”, quanto nos “bailes de corredor” a exibição e desfile de armas nas mãos de jovens das comunidades é intenso.¹⁸ Por estes motivos, este tipo de evento cultural não atrai tantos visitantes do asfalto como sempre fez o samba.

Atualmente, além dos eventos culturais existentes, criou-se uma nova modalidade de subida do asfalto ao morro: o **Tour-Favela**. Trata-se de um passeio turístico organizado por agências de viagens para pessoas de fora das favelas conhecerem as peculiaridades do morro.

Segundo a Riotur, órgão do governo municipal responsável pela promoção turística da cidade do Rio de Janeiro, a Rocinha é, atualmente, o 3º ponto turístico mais visitado da cidade, estima-se que por mês o bairro receba em torno de 2000 pessoas (Jornal O Dia, 14/05/2000). Este dado, apesar de aparentemente exagerado, revela a importância no imaginário da população e do poder público da cidade deste passeio que leva os “alemães”¹⁹ para conhecer as favelas cariocas.

O turismo organizado na Rocinha iniciou-se oficialmente em 1992, com a Eco-92, quando se organizaram as primeiras experiências de levar grupos de estrangeiros para conhecer a favela. Antes disso, já existiam alguns moradores da comunidade que trabalhavam como “free-lancers” levando algumas pessoas “de fora” para subir o morro em passeios improvisados. Após a Eco-92 o interesse pelos passeios na favela se intensificou e algumas agências de turismo começaram a organizar itinerários pela Rocinha, criando o Tour Favela. Por causa do grande sucesso alcançado com este percurso turístico na Rocinha, algumas empresas de turismo que fazem este trajeto já estão expandindo o itinerário para outras favelas da cidade. Atualmente existem 5 empresas de turismo que fazem o Tour Favela

¹⁷ A expressão “amigo” é usada para designar pessoas que pertencem ao “movimento” (tráfico de drogas).

¹⁸ Ver CECCHETTO, Fátima Regina. Galeras Funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In ZALUAR ; ALVITO, 2004; VENTURA, 1994; VIANNA, 2003.

¹⁹ “Alemão” é a forma que se designa quem é de “de fora” da comunidade. “Sangue-bom é quem é da nossa turma, quem é nosso ‘colega’. Alemão não precisa nem ser o inimigo: é o outro, o que está fora (mas nem sempre está ‘por fora’”. (VIANNA, 2003:07)

que levam turistas, na maioria estrangeiros, para conhecer os espaços internos das favelas cariocas.



Figura 1.1 – Turistas visitando a Rocinha sobre Jipes de modelos militares durante um Tour-Favela.

Fonte: CYPRIANO, 2005

Foto: André Cipriano

Nestes tours a favela é apresentada como um ambiente extremamente peculiar e típico do Rio de Janeiro. Na propaganda do tour favela, existente no site de uma das agências que realiza este percurso, percebe-se claramente que a favela é vendida como uma caricatura, o que leva muito dos turistas a sentirem-se em uma espécie de safári sobre jipes militares e suas roupas caquis.



FAVELA TOUR

WHAT IS IT ALL ABOUT?

PROGRAM

PHOTOS

COMMENTS

LINKS

TALK TO US

For best attention once in Rio, call Favela Tour DIRECT on these numbers:

- Phone: 3322-2727
- Cell: 9772-1133
- Cell: 9989-0074
- info@favelatour.com.br

WHAT IS IT ALL ABOUT?

FAVELA TOUR is an illuminating experience if you look for an insider point of view of Brazil. The tour introduces you to another Rio city: the favela. There are close to 750 favelas in Rio. Mostly placed on former public areas on the hillsides, they are now home to 20% of Rio's population, however they remain a mystery for most people who don't live there. The tour is not only to explain about favelas, but to give you a whole new understanding about different aspects of Brazilian society.

About the Creator of the FAVELA TOUR

Brazilian born in 1968, Marcelo Armstrong is the pioneer of tours in favelas in Rio, since 1987 he's been working on the tourism market, having had the possibility to travel to many countries and getting to know different cultures. When he returned to Rio de Janeiro, his hometown in 1992, he decided to organize visits to favelas. Given their bad reputation, it was hard to gain the credibility of local tour companies and hotels. Today FAVELA TOUR is still growing and making possible to a higher number of visitors, a much better understanding of local society and the day by day life in Rio. Marcelo is registered in EMBRATUR (Brazilian Tourism Bureau) number: 01053672730 and he speaks English, French, Italian and Spanish fluently.

[Back to Home: Favela Tour – Rio de Janeiro Tours](#)

Figura 1.2 – Propaganda do Favela Tour

Fonte: <http://www.favelatour.com.br>

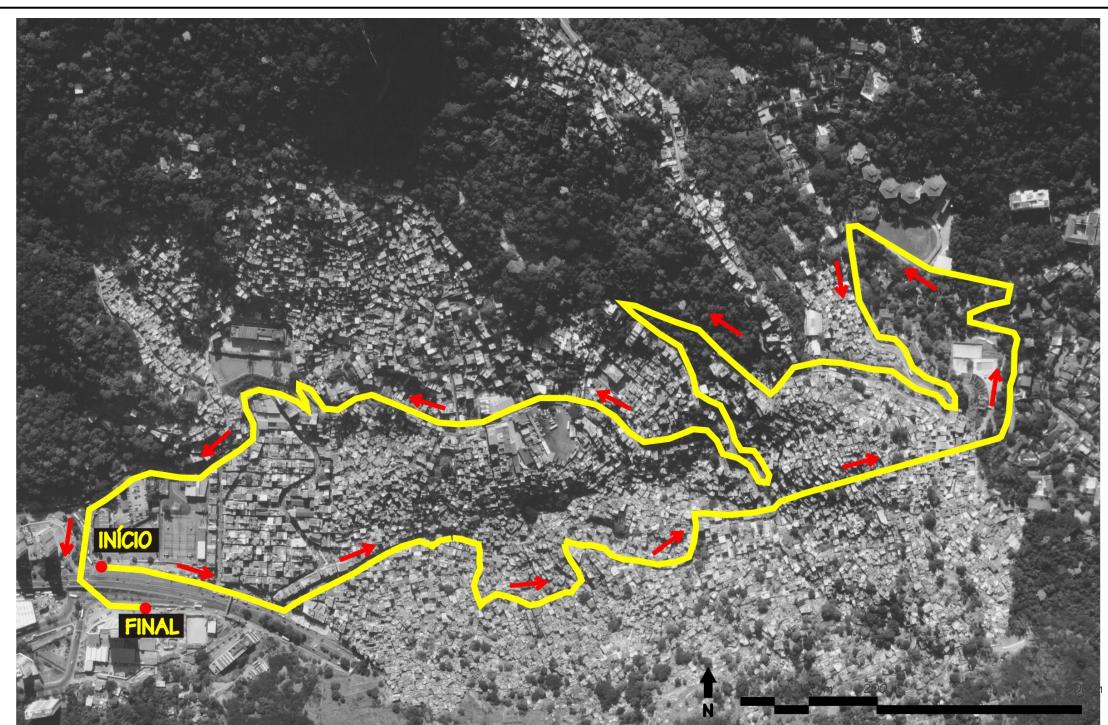


Figura 1.3 – Roteiro Favela-tour

Fonte: www.simonson.br/rds/geo/artigo5.php

Desenho e adaptação: Danielle Klintowitz

Além das subidas ao morro para turismo ou eventos culturais, os moradores dos bairros vizinhos se aproximam da Rocinha para fazerem compras de “produtos específicos da favela”, como produtos nordestinos e drogas. Os pontos de venda destes dois tipos de produtos ficam estrategicamente localizados no “pé” do morro, assim seus consumidores não precisam subir o morro para comprá-los. Do mesmo modo, como o barracão da Escola de Samba desceu o morro para facilitar o acesso dos visitantes de fora, as outras atividades que atraem “pessoas de fora”

têm feito o mesmo movimento. A principal boca de trânsito da comunidade localiza-se na “Rua do Valão”, na parte baixa da Rocinha, perto de São Conrado. As barracas e pequenas lojas que vendem os mais variados produtos e comidas nordestinas se localizam no “Largo dos Boiadeiros”, também próximo a São Conrado. Da mesma forma, as principais casas de shows da comunidade onde acontecem os bailes funks e outros eventos culturais que podem ser freqüentados pelos moradores do asfalto, se concentram nas bordas da favela para facilitar o acesso dos moradores da Zona Sul.



Figura 1.4 – Pontos de atração da Rocinha localizados na proximidade de São Conrado

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

Interpretação: Danielle Klintowitz

Esta existência intensa de sobre as “visitas” dos habitantes do asfalto ao morro torna evidente que a idéia de uma cidade dual, partida, composta por duas partes distintas e claramente separadas que permeia o imaginário urbano desde os primórdios das favelas no Rio de Janeiro, no começo do século XX, não se reflete na realidade. Apesar de separadas e distantes estas “duas partes” da cidade sempre estiveram em contato. Até meados da década de 1970, o morro e asfalto estavam próximos, apesar de mais distantes fisicamente do que na atualidade, seus moradores se encantavam mutuamente com os “mistérios” alheios e por vezes se frequentavam cotidianamente em busca do encontro com as diferenças. O fascínio pela alegria oferecida pela vida do morro foi tão evidente que inspirou muitas produções intelectuais da zona sul carioca. Em 1956, Vinicius de Moraes compôs a ópera “Orfeu da Conceição”, adaptada depois para o cinema por Orson Welles como o “Orfeu do Carnaval”, que conta a história de uma moça do asfalto (Eurídice) que perseguida, por um mascarado, é salva por Orfeu, um lindo sambista do morro. Eurídice, seduzida por seus encantos, vai viver no morro com Orfeu. Na ópera de Vinicius, a história de amor entre morro e asfalto tem o mesmo fim trágico da versão grega, evidenciando mais uma vez a visão da impossibilidade da superação da dualidade entre morro e asfalto. Nesta tragédia fica claro que apesar do encantamento existente, a classe média carioca não conseguia ver a possibilidade deste amor de carnaval, entre morro e asfalto, transformar-se em um casamento duradouro. Entretanto, apesar do imaginário da “sociedade do asfalto” tratar os espaços da cidade formal e da cidade informal como dois mundos paralelos e desconectados, a tão alardiada separação entre morro e asfalto, na realidade, trata-se de uma relação dialética que compõe a cidade do Rio de Janeiro. A cidade é constituída por um sistema composto por estes dois universos distintos, mas extremamente conectados, que interagem cotidianamente nos empregos oferecidos na zona sul aos moradores das favelas, no lazer oferecido no morro aos moradores da zona sul e em tantos outros encontros ocorridos nas vivências urbanas.

1.2. CIDADE PARTIDA ?

"A obsessão de construir muros e cercas fechando os bairros dos mais ricos ocorre não só num momento de incertezas econômicas e de medo da criminalidade, mas também quando os mais ricos começam a ficar mais próximos dos pobres e miseráveis excluídos, ou seja, quando os ricos começam a ir para a periferia. Note-se, contudo, que essa maior proximidade dos ricos aos pobres excluídos não nega a existência de segregação." (VILLAÇA, 2001: 152)

Até meados da década de 1960 e começo de 1970, as favelas cariocas, ainda evocavam certa mitificação sobre o mundo popular, o berço do samba e a "boa malandragem". No trecho a seguir Licia Valladares relata sua percepção sobre as favelas cariocas na época em que iniciou em suas pesquisas:

"Àquela época, muitos mitos povoavam minha cabeça. Em síntese, a favela representava o mundo popular, o lugar autêntico da vida carioca, das escolas de samba, da religiosidade popular, do jogo do bicho e da malandragem, no bom sentido do termo. Mundo diferente concentrado nos morros, a favela me parecia estranha, bastante diversa da minha realidade de classe média brasileira e do meu modo de vida." (VALLADARES, 2005: 15)

Com a grande migração e aumento incessante da população urbana, as favelas foram se consolidando no cenário urbano e se transformando no lugar definitivo da moradia de uma grande parcela da população urbana, com isso a imagem da favela carioca como berço da alegria perdeu lugar para a criminalização destes espaços. Na virada da década de 1970 para 1980, as metrópoles brasileiras assistiram à emergência de um novo contexto de estigmatização destes territórios com o aumento da criminalidade e controle das grandes favelas pelo tráfico de drogas, que passaram a sofrer uma "atualização do mito da marginalidade" (SOUZA, 2006:473).

"Embora tráfico de drogas e criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre em todas as instâncias da violência, nem a criminalidade violenta, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados ao tráfico – é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas décadas de 80 e 90, a estar fortemente marcada pelos efeitos (guerras entre quadrilhas e entre estas e a polícia, 'balas perdidas') e indiretos (emprestímo de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados, etc.) do tráfico de tóxicos." (SOUZA, 2000: 53)

Diante destes novos fatos, estes lugares passaram a ser identificados apenas como redutos de criminosos, como se ali vivessem apenas traficantes, ou mesmo,

como se todos seus moradores fossem beneficiados diretos, coniventes ou entusiastas das organizações do tráfico de drogas e, sendo assim, merecedores de descriminação e perseguição por parte da polícia e das leis criminais. Desta forma, a repulsa à proximidade destes lugares marginais e seus moradores tornou-se mais intensa e o contato entre as populações dos territórios formais e informais, mais difícil.

A Rocinha sofreu desde muito cedo com o estigma da marginalidade e da criminalidade, sendo apresentada pelos meios de comunicação de massa, desde a década de 1970, como um “*reduto de delinqüentes e pivotes*”.²⁰ Esta favela que na década de 1970 já tinha uma enorme extensão, era classificada pela mídia da época como uma “uma cidade marginal dentro da zona sul debruçada sobre o mar.”²¹ Desde esta época entendia-se como um grande estorvo a existência de um bolsão de pobreza em uma região da cidade tão valorizada pelo capital imobiliário, indisponibilizando a área para a utilização da classe média alta carioca que, neste momento, expandia as fronteiras de seu território de moradia. Além disso, na atualidade, a proximidade às favelas desvaloriza os imóveis, pois além do medo da violência, ainda torna o ambiente menos aprazível e mais feio.

“O crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime. (...) Excluídos do universo do que é adequado, eles [favelas e cortiços] são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas. Como seria de se esperar, os habitantes desses espaços são tidos como marginais. A lista de preconceitos contra eles é infinita. São considerados intrusos: nordestinos, recém-chegados, estrangeiros, pessoas de fora e que não são na verdade da cidade. São também considerados socialmente marginais: diz-se que usam palavrões, são sem-vergonha, consomem drogas e assim por diante. De certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços. O que pertence ao crime é tudo o que a sociedade considera impróprio. (...) a “confusão” entre pessoas pobres e criminosos pode ter sérias consequências, considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos, frequentemente confundindo os pobres com criminosos e às vezes até matando-os.”
 (CALDEIRA, 2000:79-80, 89)

O preconceito em relação aos moradores das favelas cariocas favoreceu e ampliou o processo de vulnerabilidade social em que sempre viveram. E com o

²⁰ O Globo, 02/09/1975 *apud* SEGALA, 1991:06.

²¹ Movimento, 24/01/1977; O Globo, 23/10/1976 *apud* SEGALA, 1991:5

passar do tempo, a circunstância tornou-se mais complexa: os narcotraficantes passaram a ter os morros como seu ponto fixo de venda de varejo, o que refletiu na maior “criminalização” da pobreza²² e do espaço da favela. Esse contínuo temor vem gerando, desde então, políticas públicas de controle, de moralização, de tutela e, mais freqüentemente, de repressão sobre este segmento da população carioca, como observa Lúcio Kowarick:

“Colocando no âmbito da lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que,, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim, como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos.” (KOWARICK, 1993: 71)

Neste cenário passa-se a assistir um processo mais profundo de fragmentação do tecido urbano e uma aceleração da segregação urbana, nunca antes vista, que vem se exacerbando até os dias de hoje (SOUZA, 2006:468). Não se pode negar que a configuração sócio-territorial das favelas favoreça a presença e controle do tráfico de drogas, mas, dialeticamente, a descriminação e rejeição social sofrida pelos moradores destes lugares por parte dos “cidadãos de bem” torna-se, também, fator determinante para sua baixa auto-estima que favorece a submissão e territorialização dos criminosos, em um ciclo vicioso.

“Reações como a criminalidade (organizada ou não) podem, por seu turno, conduzir a respostas por parte do aparelho de Estado ou de segmentos da sociedade que contribuem para agravar e não para minorar o quadro de tensões (intensificação da repressão policial e aumento dos preconceitos contra a população pobre), configurando assim um feedback positivo, um círculo vicioso, sem que ao menos haja alguma promessa de ganho efetivo no âmbito do conflito.” (SOUZA, 2000: 50-51)

Uma visão sobre a violência isenta de preconceitos é fundamental para se entender o cotidiano do morador da Rocinha. Para MV Bill (Rapper, integrante da Central Única de Favelas 23 e morador de Cidade de Deus²⁴):

²² Ver CALDEIRA, 2000.

²³ A Central Única de Favelas (CUFA) é uma ONG que funciona como um pólo de produção cultural e através de parcerias, apoios e patrocínios forma e informa jovens de favelas cariocas, oferecendo perspectivas de inclusão social. (<http://www.cufa.org.br>)

²⁴ A Cidade de Deus é um bairro do suburbano da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro do oriundo de um conjunto habitacional construído na década de 1960 pelo Governo Estado como parte da política de remoção de favelas que se transformou em um espaço extremamente violento com a territorialização do tráfico de drogas.

“(...) ao contrário do que costuma parecer, a comunidade não é a favor do tráfico de drogas e grande parte dela não é envolvida com o tráfico. Muitas vezes, apenas 1% a 2% daquela população têm envolvimento com as drogas. Essa verdade não aparece porque os moradores nunca são consultados sobre o assunto ou têm medo de falar. Então os criminosos acabam tendo mais visibilidade do que as pessoas que acordam cedo para trabalhar todos os dias (...) e as pessoas chamadas de traficantes dentro da comunidade para mim são varejistas, simples camelôs. Os verdadeiros traficantes não estão dentro da comunidade, estão na Zona Sul, ocupando cargos públicos .” (SOUZA & BARBOSA, 2005:147-152)

Grande parte da patologia social atribuída apenas ao espaço favelado é gerada fora dele, pela má distribuição da terra e da renda no país. No morro se aloca o varejo do narcotráfico, todavia, encontra-se no “asfalto” a maioria dos consumidores e dos atacadistas de drogas.

“Variáveis como consumidores com poder aquisitivo suficiente são fundamentais para explicar o crescimento e a geografia do consumo e do tráfico domésticos (na cidade).” (SOUZA, 2000: 54)

Ao mesmo tempo, é importante lembrar, que a proximidade entre as favelas e os bairros de classe média alta deve-se às condições impostas pelo Poder Público e pelas próprias elites que constroem cidades com infraestrutura deficiente, que não permitem a digna reprodução da força de trabalho. Verifica-se, então, o processo descrito por David Harvey: “(...) em busca de um emprego melhor e de um salário para viver, o trabalhador é forçado a seguir o capital, onde quer que ele flua”²⁵ No Rio de Janeiro, por exemplo, os moradores da Gávea e de São Conrado têm grande responsabilidade na manutenção desta realidade apesar de se sentirem extremamente incomodados e amedrontados com seus vizinhos “marginais”. Grande parte da atração inicial exercida pelas favelas cariocas às populações pobres teve origem nos “sub-empregos” ofertados pelos moradores na zona sul, que ofereciam trabalhos que não pagavam o suficiente para que estes assalariados pudessem prover seu próprio transporte e habitação, que desde esta época já não eram supridos pelo Poder Público. Assim, esta população pobre teve que encontrar formas alternativas de moradia e mobilidade, instalando-se nos morros localizados próximos aos seus locais de trabalho.

A população vizinha às favelas têm, ainda, grande parcela de responsabilidade em relação à criminalidade ali existente, pois como afirma Marcelo Lopes de

²⁵ HARVEY, David. The Limits to Capital. Chicago: the University of Chicago Press, 1982 Apud VILLAÇA: 2001:43

Souza: “o consumo de cocaína, esteve, tradicionalmente, associado a um mercado de classe média ou alta” (SOUZA, 2000: 49-50). Parte da sociedade carioca, moradora do “asfalto” é grande consumidora das drogas oferecidas pelos traficantes dos morros. Então, além de um lugar com características morfológicas estratégicas para a preservação da segurança, a favela oferece, aos traficantes, proximidade do seu público consumidor, que tem a tradição, no Rio de Janeiro, de entrar no morro para comprar droga. Por causa do grande mercado consumidor existente na Zona Sul, os morros tornaram-se pontos muito disputados pelas diferentes organizações do tráfico, o que gera maior violência nestes territórios.

“A geografia humana e social propiciou aqui [Rio de Janeiro] um convívio entre áreas muito pobres e áreas de elite ou camadas médias. Essa contigüidade permitiu que o tráfico varejista, que serve diretamente ao consumidor, se instalasse em territórios mais vulneráveis. Sem essa contigüidade, o varejo seria de modo camouflado, errante, nômade, como em outras grandes cidades. (...) O processo não envolveria armamento ou subordinação de comunidades. Se há sedentarismo e fixação do varejo, tem que haver domínio territorial para que aquela área seja inexpugnável à ação de outros grupos ou da polícia. As armas são necessárias para o domínio social e para dissuadir agressões de outros bandos. Os grupos se multiplicam nessa lógica porque as condições se repetem pela cidade. Conquista de território de traficante corresponde à conquista de mercado.”²⁶

Talvez por fazerem parte do ciclo do tráfico, parte da classe média e alta considere todos habitantes das favelas marginais, e criminalize com tanta intensidade a pobreza. Apesar de consumirem os produtos oferecidos nas favelas, sentem-se incomodados pela proximidade geográfica que elas mantêm com suas residências, e por isso pressionam o Estado para que tome providências a este respeito.

“A distribuição e a venda de cocaína a partir dessas comunidades, principalmente para as classes média e alta, criaram uma trama complexa de relações econômicas e políticas entre comunidades, traficantes e Estado. Tais relações resultaram sobretudo da presença e ausência seletivas do Estado, constituindo o que chamo de “violência estrutural”, violência e repressão continuas contra as classes populares.”²⁷

O episódio conhecido como o “Muro da Rocinha” demonstra com muita propriedade este fato. Em abril de 2004, os traficantes do Morro do Vidigal²⁸

²⁶ SOARES, Luiz Eduardo. In FILHO ; ALVES FILHO, 2003: 33.

²⁷ LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: Ameaças à democratização em nível local. In ZALUAR ; ALVITO, 2004: 235

²⁸ Grande favela carioca localizada à Avenida Niemeyer, próxima à Rocinha.

invadiram a Rocinha iniciando uma guerra pelo domínio do território do tráfico de drogas. A briga foi brutal e acabou envolvendo um grande contingente da força policial do estado do Rio de Janeiro. A população carioca se alarmou ao ver fechados, pelos traficantes, os dois principais caminhos de acesso a São Conrado e à Zona Oeste²⁹, onde se localiza a Barra da Tijuca e outras regiões das elites cariocas. Em plena batalha campal entre os traficantes e a polícia, o Secretário Estadual do Meio Ambiente e vice-governador do estado Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, sugeriu a construção de um muro de 3m de altura envolta das principais favelas da cidade, pois, segundo ele, esta seria a única forma de conter a violência que assolava a cidade. Além da favela da Rocinha seriam alvos desta “intervenção” outras importantes favelas que “necessitavam” o mesmo “encarceramento”. Consultada, a Governadora do Estado, Rosinha Garotinho, declarou-se a favor do “projeto” e, assim, iniciaram-se rapidamente as reuniões técnicas dentro do Governo para viabilização dos muros.

“Por ser a Rocinha, que está no coração da Zona Sul, área nobre da cidade, onde o conflito interrompe o trânsito e ameaça a elite, o impacto e a reação foram muito maiores do que nas outras comunidades onde essa violência é rotineira.”³⁰

Após inúmeras críticas da imprensa e de formadores de opinião, o Vice-Governador voltou atrás em sua decisão afirmando que suas declarações sobre os muros haviam sido mal entendidas, já que estes serviriam, na verdade, apenas, para conter os avanços sobre as encostas da Floresta da Tijuca, uma vez que o Governo estava preocupado com a expansão territorial das favelas sobre a mata e declarou ainda: *“Se é muro, se é cerca, se é grade, se não é grade, se é marco delimitatório. O que eu acho na minha opinião é que temos que conter a expansão”*.³¹ A Governadora Rosinha Garotinho, após esta nova declaração, para que a nobre preocupação ecológica tivesse mais colorido, solicitou a intervenção do Exército, deslocou mais de 900 policiais para a Rocinha e praticamente deu carta branca para que se erradicasse o “mal” que tanto incomodava os moradores e freqüentadores de São Conrado e da Barra da Tijuca.

²⁹ O Túnel Zuzu Angel e a Av. Niemeyer.

³⁰ Rubem César Fernandes, antropólogo e coordenador da ONG Viva Rio sobre a “guerra” entre traficantes do Vidigal e da Rocinha. COAV - Global Information Network on Children and Youth in Organised Armed Violence, 13/05/2007. (<http://www.dreamscanbe.org/controlPanel/materia/view/251>)

³¹ Folha de São Paulo, 13/04/2004.

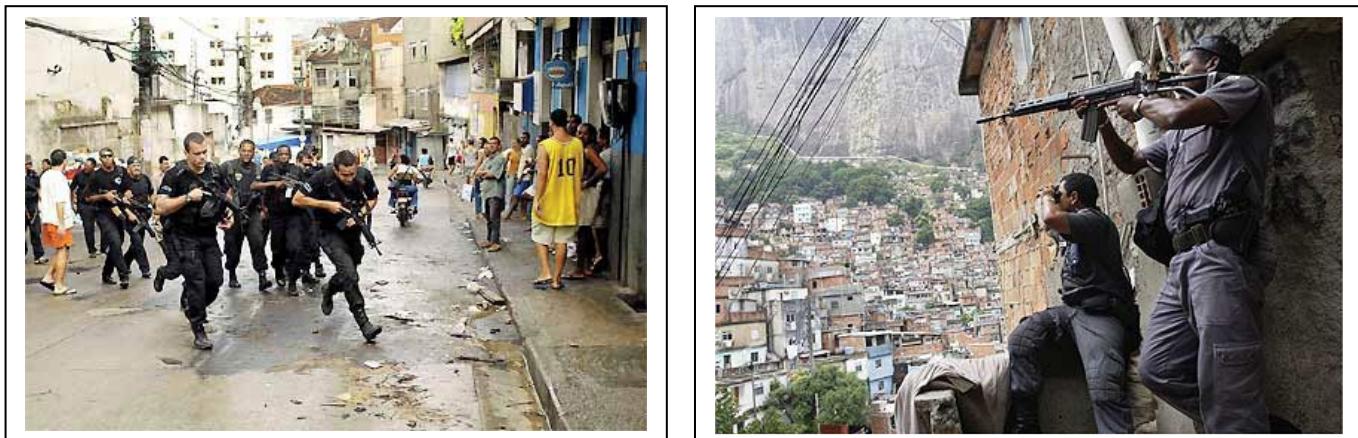


Figura 1.5 - Intervenção da polícia e do exercito na Rocinha

Fonte: Folha Online, 09/04/2004 – (http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/i_cotidiano_00001.shtml)

Foto: Victor R. Caivano

Atitudes como essas, distanciam, ainda mais, o Poder Público da população das favelas. Não se pode pensar em murar ou cercar. Deve-se, pelo contrário, se pensar em derrubar as barreiras sociais enrijecidas pela secular indiferença do Estado e da sociedade. Neste episódio levantou-se a bandeira ecológica apenas para encobrir a verdadeira intenção do Estado que era concretizar a construção da muralha, que já existe embora seja invisível, no imaginário de parte da população que enxerga o Rio de Janeiro como uma cidade partida em dois: a cidade do asfalto e a cidade do morro.

Para além desta questão, o Estado, ainda, acabou por diluir e minimizar a questão ecológica que também é de suma importância neste cenário, já que a Rocinha e outras favelas cariocas estão inseridas dentro do Maciço da Tijuca que é uma área de proteção ambiental com importância estratégica para o município. Desde a década de 1960 o Governo procura saídas para a preservação do Parque Nacional da Tijuca, sendo sua principal preocupação a expansão territorial das favelas:

“(...) Em 1967 foram traçados novos limites para o Parque Nacional da Tijuca, com exclusão de áreas consideradas irrecuperáveis ou invadidas por favelas. A Floresta da Covanca e parte da Floresta do Andaraí, como também as Chácaras da Bica e do Cabeça da Gávea, urbanizadas e ocupadas por favelas, foram excluídas. Outras áreas foram incluídas no Parque Nacional da Tijuca como o conjunto Pedra da Gávea - Pedra Bonita e áreas do Morro Dona Marta, Corcovado, Gávea, Cochrane, Alto

da Boa Vista, Av. Edson Passos e Jacarepaguá, dentre outras.” (IBDF, 1982) ³²

Na década de 2000 foi implantado um programa de “ecolimites” em algumas favelas do Rio de Janeiro na tentativa de conter esta expansão e preservar as áreas de proteção circundantes. Estes ecolimites são pequenas muretas e gradis que apenas determinam o limite de expansão, sem que pareçam realmente muros de contenção. Até agora, na Rocinha, estes limites têm sido respeitados pela população que com a implantação destes limites aliados a um programa de conscientização, aderiu ao discurso sobre a preservação da mata.

Apesar da preocupação com a preservação da Floresta da Tijuca, no final da década de 1970 o Governo do Estado abriu um novo braço de expansão dentro da mata preservada a fim de reassentar algumas famílias da Rocinha que estavam em situação de risco. Este braço, aberto pelo Governo Municipal, possibilitou uma nova frente de expansão da favela que hoje já se caracteriza como um denso e consolidado “bairro”, o “Labouriaux”.

É importante notar que sempre existiu a idéia de contenção no sentido geral.³³ Mas neste momento, o que parecia ser mais importante para o Poder Público e parte da sociedade carioca era a contenção da favela enquanto território criminoso, mais do que a preservação da floresta. Percebe-se claramente que a idéia do muro não tinha verdadeiramente uma vertente ecológica, e sim segregacionista. Segundo Lefevbre:

“Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação. Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, freqüentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sofrem sempre.” (LEFEBVRE: 2001: 94-95)

³² IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), 1982.

³³ No de 1979, por exemplo, o engenheiro Luiz Fernando Gabaglia Penna, genro do arquiteto Lucio Costa resolveu construir um muro de 400 metros de extensão no bairro da Gávea a fim de conter a expansão da favela da Rocinha, que neste momento começava a crescer em direção a este bairro vizinho. Procurados, o Município, Estado e Governo federal mostraram-se desinteressados em patrocinar a obra, mas não tomaram nenhuma medida contrária à construção, que foi realizada por seu próprio idealizador. (FILHO & ALVES FILHO, 2003: 169-176.)



Figura 1.6 – Ecolimites entre a rocinha e a floresta da tijuca

Foto: Danielle Klintowitz

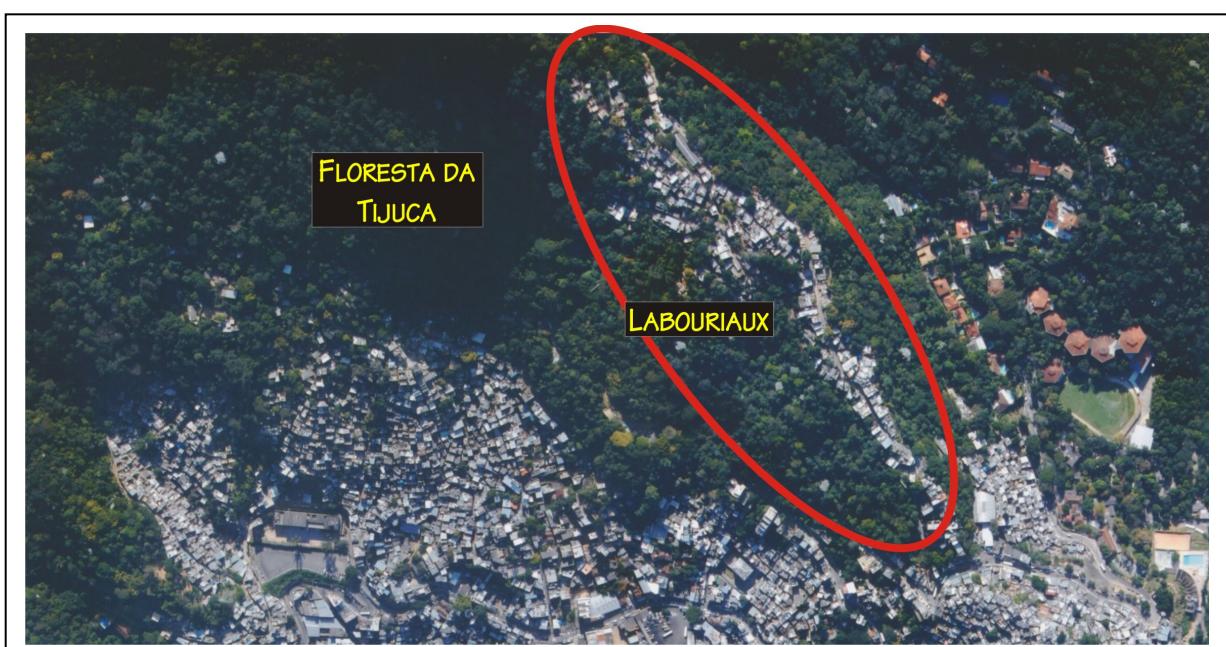


Figura 1.7 – Localização do Labouriaux inserido na Floresta da Tijuca

Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, 2005

Interpretação: Danielle Klintowitz

Esta proposta foi, na verdade, um perverso desejo de controle social onde se deixaria os “miseráveis” presos dentro dos enclaves criados pelo Poder Público. Intencionava-se cercar a favela para controlá-la, pois o Governo não acreditava, neste momento, que a polícia pudesse conter a violência. Segundo o ex-secretario federal de segurança pública, Luiz Eduardo Soares:

“Claro está que sempre houve milhares de policiais honestos, corretos, dignos, que tratam todos os cidadãos com respeito e apresentam-se como profissionais de grande competência. Mas as instituições policiais, em seu conjunto e com raras exceções regionais, funcionaram e continuam a funcionar como se estivéssemos em uma ditadura ou como se vivêssemos sob um regime de apartheid social. Constrói-se uma espécie de “cinturão sanitário” em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites.” (SOARES, 2003)

A estrutura espacial produzida na cidade do Rio de Janeiro, diferente de outras grandes cidades brasileiras como São Paulo, por exemplo, faz com que as elites e classe média, vizinhas das favelas, vivam de perto das “guerras” travadas nos morros em decorrência do tráfico de drogas. À beira da Av Niemeyer, que liga o bairro do Leblon ao bairro de São Conrado, está a favela do Vidigal e, do outro lado do Morro Dois Irmãos, na saída do túnel Zuzu Angel, que liga São Conrado à Gávea, está a Rocinha, que “ameaça” todos os dias os moradores dos ricos condomínios da Barra e de São Conrado ao dirigirem-se para a Zona Sul. Esta proximidade, muitas vezes apenas visual, com os espaços residenciais descriminados e criminalizados e a violência deles decorrente, dissemina o fenômeno da auto-segregação e esvaziamento dos lugares urbanos de encontro, afastando da vivência da esfera de vida pública parte da população das grandes cidades, que se refugia na esfera de vida privada dentro de seus muros.

“Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas pela suspeita e restrição. (...) São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente.” (CALDEIRA,2000: 258 -259)

Como afirma Tereza Caldeira, a "fala do crime "³⁴ é presença constante na vida do cidadão brasileiro. Muitos só falam sobre o medo, a violência, o crime organizado.

³⁴ “A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiente”. (CALDEIRA: 2000, 27)

A fala do medo, de certo modo, é catártica, mas ao mesmo tempo, perversa. Iguala e une as pessoas dentro de uma mesma situação, mas também as agride ainda mais. Através da fala do crime o terror faz mais vítimas. A fala do crime reproduz a própria violência. Usa-se fatos traumáticos para originar boatos, e ter assim uma nova forma de socialização. Usa-se fatos traumáticos para justificar falas reacionárias e preconceituosas. Usa-se fatos traumáticos para se levantar a bandeira da repressão, dos muros. Usa-se fatos traumáticos para aumentar a distância social que separa "os homens de bens" dos "pobres perigosos".

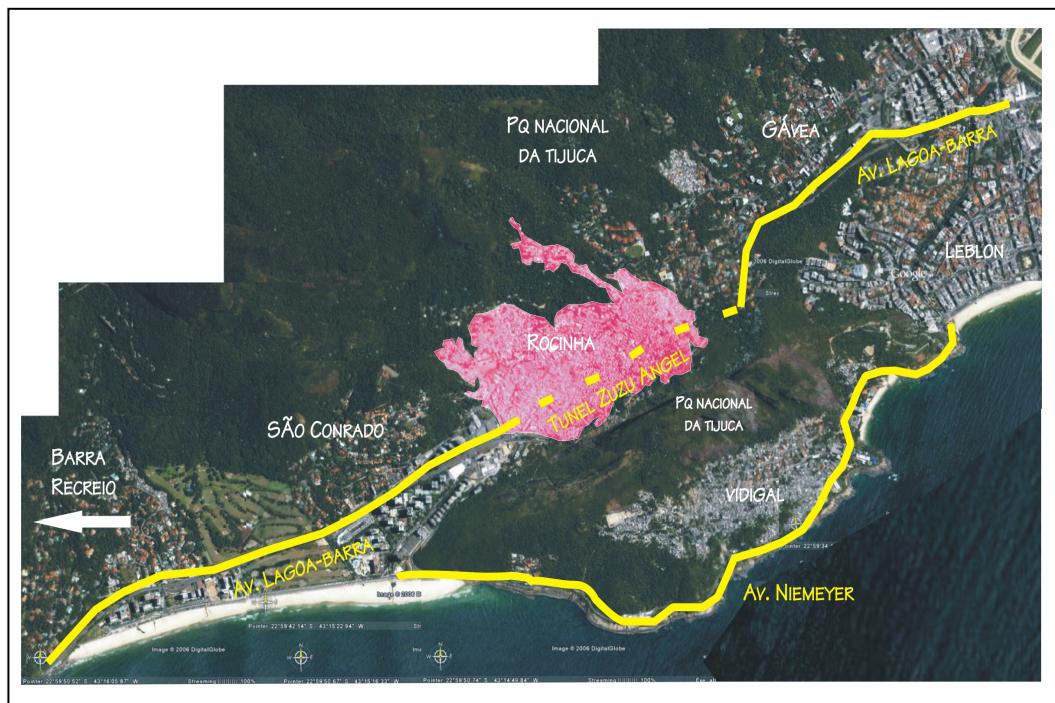


FIGURA 1.8 - Localização da Rocinha e Vidigal que representam entraves na mobilidade para as elites cariocas

Fonte: Google Earth, 2006

Interpretação: Danielle Klintowitz

"Nesse começo dos anos 90, a violência tinha propagado sua nocividade pelo organismo social como se fosse um contágio biológico, contaminando atitudes e mentalidades. Não se sabia mais o que era causa, efeito ou sintoma. (...) Assaltos, chacinas, seqüestros, arrastões, saques, linchamentos, estupros eram manifestações espetaculares dessa nova cultura, a Cultura da Violência, que já havia criado que o antropólogo Luiz Eduardo Soares chamou de Cultura do Medo, um subproduto também perigoso. Não o medo natural, indispensável como legítima defesa da vida e do patrimônio, mas o "medo reativo", histérico, o medo transformado em paranoia e pânico, habitante de bunkers, condomínios fechados, cidadelas medievais." (VENTURA: 1994:138)

E por isso o episódio do Muro da Rocinha é tão exemplar. O muro foi pensado em um momento de exasperada violência urbana, onde até as pessoas que recusam

ser atingidas pelo medo o foram involuntariamente. A proximidade física, não permite que se ignore a existência destes núcleos de pobreza incrustados nos bolsões de riquesa da cidade. O contato é inevitável, talvez a cidade esteja partida no imaginário de muitos cidadãos, mas fisicamente os territórios se tocam e precisam encontrar formas de conviver.

"A disseminação das práticas violentas gera, por sua vez, um sentimento crescente de insegurança que invade toda a cidade, inclusive os bairros nobres. E a principal solução para o enfretamento da violência, tradicionalmente apontada pela maior parte da população carioca de diversos grupos sociais, é o aumento da presença de policiais nas ruas. (...) O enfrentamento da violência presente no Rio de Janeiro, no entanto, exige a criação de mecanismos que ampliem o tempo e o espaço sociais dos seus moradores, que permitam o reconhecimento da cidade como um lugar do encontro das diferenças por excelência." (SOUZA; BARBOSA, 2005:62)

Ao final, o episódio exemplar do Muro da Rocinha deixa clara a pretensão de separar concretamente, com um muro de 3 metros de altura, o que a muito já está separado simbolicamente: a sociedade brasileira. Na época, o Estado carioca demonstrou que a única solução que enxergava para o problema da violência urbana é a segregação total e absoluta de uma parte da população. Uma solução justa e definitiva, obviamente, deve passar por um conceito oposto, isto é, pela integração e encontro da população das favelas com aquela que vive do outro lado deste "muro invisível". Afinal, como pode-se deixar de ter medo se não se conhece o que tem do outro lado do muro? E, como os que estão do outro lado podem não querer agredir se estão cercados e aprisionados dentro deste muro?

"A vida na cidade é a possibilidade de encontro entre pessoas diferentes, de origens diversas e saberes distintos. O reconhecimento absoluto das diferenças e, a seguir, a diluição de todas elas na busca do que torna a todos nós igualmente seres humanos, nada mais que humanos. Pensar a cidade como espaço da humanidade plena significa, então, uma aposta em nossa capacidade intelectual e afetiva de estar pronto para esse encontro, para refazer a polis com nossos concidadãos de todos os espaços, raças e credos." (SOUZA; BARBOSA, 2005:68)

Então, mais uma vez fica claro que o pensamento que pressupõe que os territórios formais e informais são partes constituintes de um todo urbano, é muito importante para o desenvolvimento da cidade como o lugar do encontro e do exercício da cidadania. Só o olhar unificador pode compreender a cidade como ela realmente é e, atuar sobre sua realidade e não sobre um espaço idealizado que não corresponde a sua verdadeira existência.

1.3. A ROCINHA PEDE PASSAGEM

"Morro pede passagem
Morro quer se mostrar
Abram alas pro morro
Tamborim vai falar
É um, é dois, é três
É cem, é mil a batucar"

O morro não tem vez
Mas se derem vez ao morro
Toda a cidade vai cantar"

(O Morro não tem vez – Tom Jobim)

Da mesma forma que os habitantes do asfalto sobem o morro estabelecendo inúmeras relações com o território da Rocinha, os moradores desta comunidade também descem o morro e interagem com o asfalto cotidianamente. Os moradores da Rocinha utilizam os espaços dos bairros vizinhos, não apenas para o lazer, mas também nas funções básicas de sua vida cotidiana, como fazer compras, estudar, trabalhar. Em decorrência destas "visitas", o cotidiano dos bairros vizinhos também vai se alterar. Para entender como se dá a inserção da Rocinha com a cidade do Rio de Janeiro e que tipo de relações sua população estabelece com os territórios vizinhos é preciso conhecer estes territórios, observando que influências podem ser sentidas nestes espaços por estarem localizados ao lado do morro.

A descrição e análise dos bairros vizinhos à Rocinha, que se segue, está estruturada sob a forma de percursos, que levam o leitor a percorrer estes bairros como se estivesse caminhando por eles. Os percursos, neste texto, sempre têm como ponto de partida a Rocinha e fazem o trajeto de quem desce o morro em direção ao asfalto. Estes percursos estão separados em dois momentos: o primeiro percurso é breve, pretende apenas observar a saída da Rocinha e a entrada no bairro da Gávea, seu vizinho mais recente. Em um segundo momento o percurso volta ao ponto inicial, a Rocinha, apenas para escapar novamente dos seus limites chegando até a Praia de São Conrado. Este segundo percurso é mais demorado porque a relação estabelecida entre a Rocinha e São Conrado é

mais intensa do que a relação estabelecida entre a Rocinha e a Gávea. Andando até a praia, o leitor terá a oportunidade de parar em lugares significativos de São Conrado compreendendo as peculiaridades dos espaços públicos da região e suas sociabilidades.

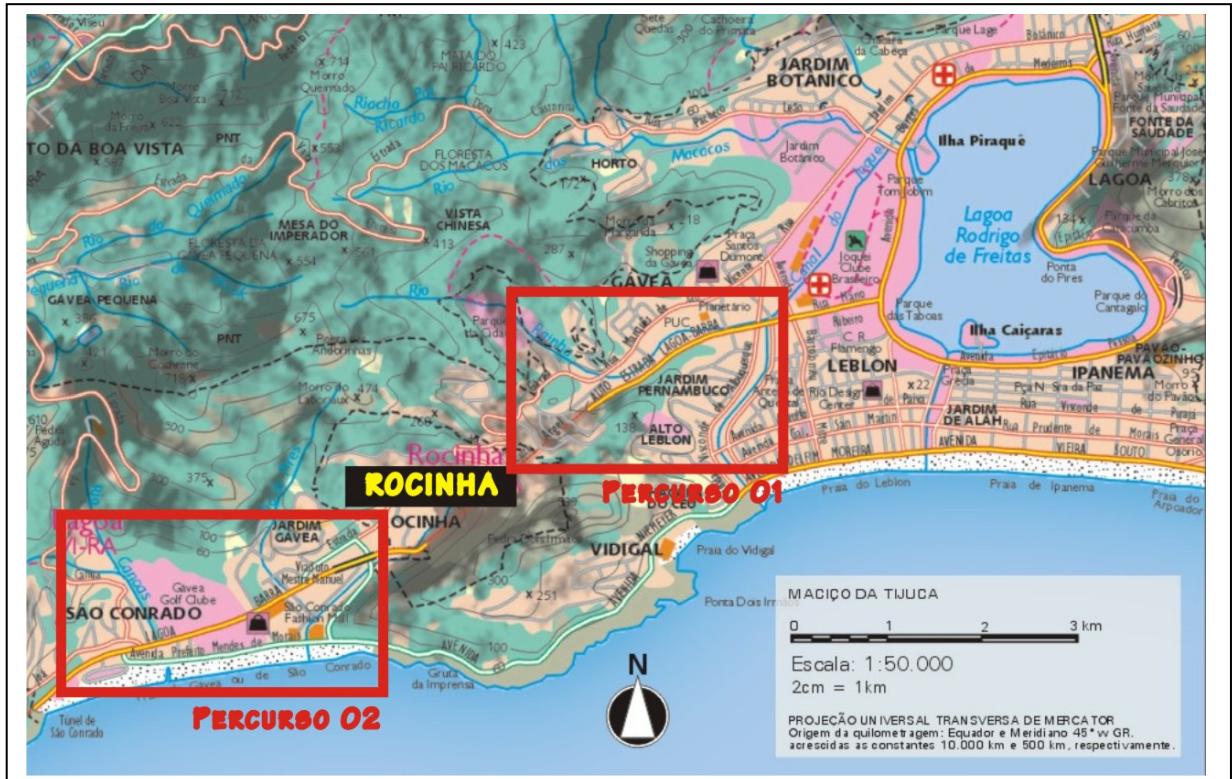


FIGURA 1.9 - Mapa com demarcação dos percursos desenvolvidos no texto

Fonte: IPP – Instituto Pereira Passos – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

Interpretação : Danielle Klintowitz

FOTO AÉREA PERCURSO GÁVEA - MAPA 01



FONTE : GOOGLE EARTH, 2007
INTERPRETAÇÃO: DANIELLE KLINTOWITZ

1.3.1 PASSAGEM PARA A GÁVEA



Figura 1.10 – Gávea vista da Rocinha

Foto: Danielle Klintowitz

Para se chegar à Gávea, estando no ponto central da Rocinha, basta percorrer a avenida principal da comunidade, a Estrada da Gávea, até o final, pois esta avenida ultrapassa os limites da Rocinha e chega à Gávea transformando-se imediatamente na Av. Marquês de São Vicente, como se demarcasse a entrada em um novo território. A Rocinha é uma das únicas favelas do Rio de Janeiro que tem uma avenida que a corta inteiramente. A Estrada da Gávea percorre toda a Rocinha desde São Conrado até a Gávea. Este fato faz com que esta favela se conecte com seus vizinhos da Zona Sul de forma integral e não se caracterize espacialmente como um território fechado em si mesmo. Desta forma, é possível pegar um ônibus em São Conrado, atravessar a Rocinha e chegar à Gávea sem descer do ônibus, como fazem muitos moradores diariamente para estudar ou trabalhar na Gávea. O outro caminho que liga a Gávea a São Conrado é muito mais extenso e passa sob o Túnel Zuzu Angel, em trechos com intenso tráfego.

Ainda dentro da Rocinha, a última parte da estrada da Gávea já traz a surpresa do visual: a Lagoa Rodrigo de Freitas vai se aproximando lentamente e se

impondo na paisagem, ao mesmo tempo, começam a se apresentar no horizonte construções que se distinguem muito das encontradas na Rocinha.



FIGURA 1.11 - Seqüência de aproximação da vista do bairro da Gávea e da Lagoa Rodrigo de Freitas

Fotos: Danielle Klintowitz

Um pouco antes do limite entre a Rocinha e a Gávea, a Estrada da Gávea faz uma grande curva em forma de cotovelo, (nº1 - mapa 01), mudando a direção do olhar e permitindo que se aviste uma construção inusitada no contexto: uma grande piscina se descontorna sob as árvores. Trata-se do Clube Umuarama (nº2 – mapa 01) um antigo clube particular, que originalmente estava no bairro da Gávea, mas que com o tempo foi incorporado pelo território da Rocinha. De

dentro do clube pode-se avistar ao mesmo tempo a Gávea e a Rocinha, demonstrando sua proximidade geográfica.

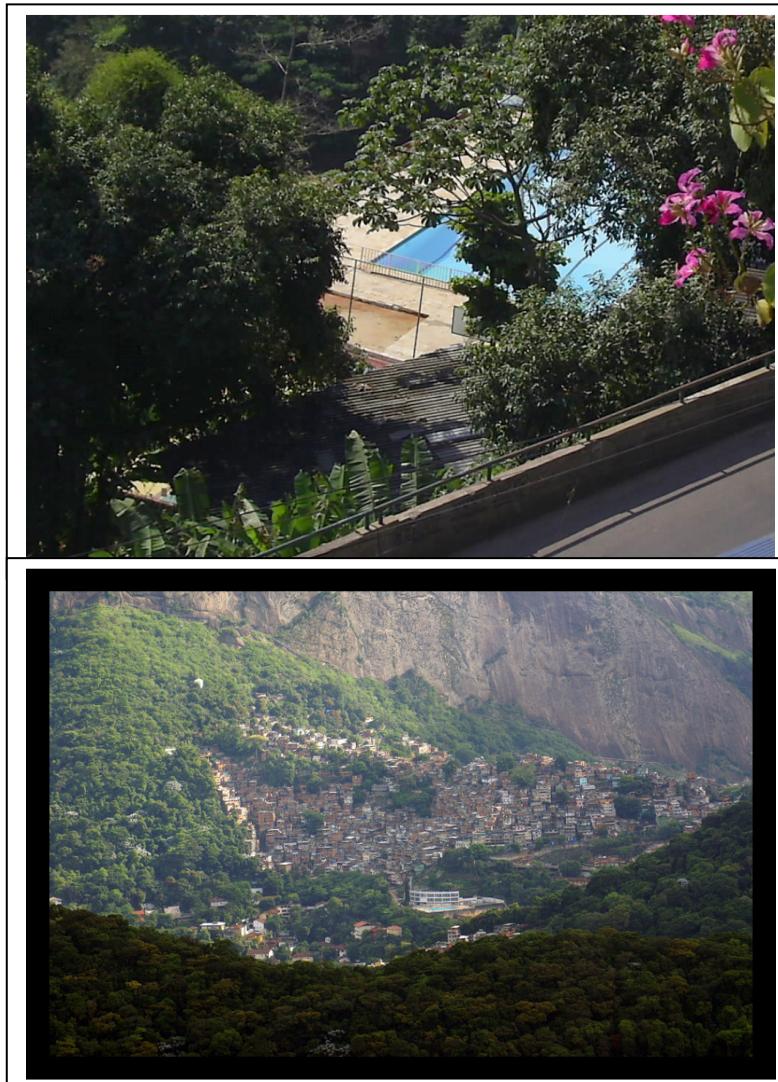


FIGURA 1.12 - Clube avistado na descida à Gávea / clube avistando parte da Rocinha

Foto: Danielle Klintowitz

FIGURA 1.13 - Clube Umuarama entre a Rocinha e a Gávea

Fonte: www.trekshare.com

Este clube não é aberto à comunidade da Rocinha, nunca foi. Antigamente era freqüentado pela alta sociedade carioca, mas com o crescimento da favela foi perdendo seus associados e consequentemente ficando endividado. Ao final, acabou perdendo todos seus associados, com exceção de 8 pessoas que resolveram comprá-lo e tentar mantê-lo aberto. Por falta de dinheiro estes sócios alugam as dependências do clube para uma ONG (Instituto Rumo Certo)³⁵. Um dos donos do Clube quando perguntado se não seria interessante abrir o clube

³⁵ Atualmente, o Instituto Rumo Certo oferece, durante 3 dias por semana, aulas e práticas esportivas para cerca de 200 crianças da comunidade, nos outros dias o clube é fechado à comunidade e suas dependências são utilizadas pelos sócios.

para a comunidade, mesmo que se cobrasse uma pequena taxa de associado, rejeitou efusivamente a hipótese dizendo inclusive que o arrendamento para a ONG é temporário e, que em breve, quando as contas do clube forem acertadas, ele voltará a ser um clube “exclusivo” de “pessoas de bem”.



FIGURA 1.14 – Entre a Gávea e a Rocinha

Fonte : Google Earth, 2007

Continuando através da Estrada da Gávea, depois da grande curva onde se avista o Clube Umuarama, percebe-se que à medida que se aproxima do bairro da Gávea a paisagem vai mudando lentamente. A densidade da paisagem vai diminuindo e as casas vão mudando seu padrão construtivo. Agora a Rocinha não domina mais a paisagem, de um lado da avenida ainda se vê a sobreposição de casinhas de alvenaria, mas do outro lado da avenida ora pode-se ver as grandes e tradicionais casas da Gávea, ora se vê apenas a densa vegetação, como fragmentos descolados da Floresta da Tijuca. De repente perde-se a referência: já se chegou na Gávea, ou ainda se continua na Rocinha? Na verdade, neste pequeno trecho do percurso, tem-se um território híbrido, de um lado Rocinha, de outro a Gávea.

Por algum tempo anda-se com a Rocinha de um lado e a Gávea de outro. Este percurso não oferece uma mudança brusca na passagem entre estes dois territórios. Como a Rocinha demorou a crescer para o lado da Gávea, sua expansão deste lado deu-se de forma mais rarefeita, com menos densidade e com limites menos claros.

Mas de repente percebe-se que a Rocinha ficou para trás e os dois lados da avenida já podem ser chamados de Gávea. As casas vão ficando maiores e seus acabamentos visivelmente mais caros, em pouco depois nota-se a presença marcante dos tradicionais e ricos casarões. Neste momento, fica nítido que se mudou de território. Agora com certamente se está na Gávea.

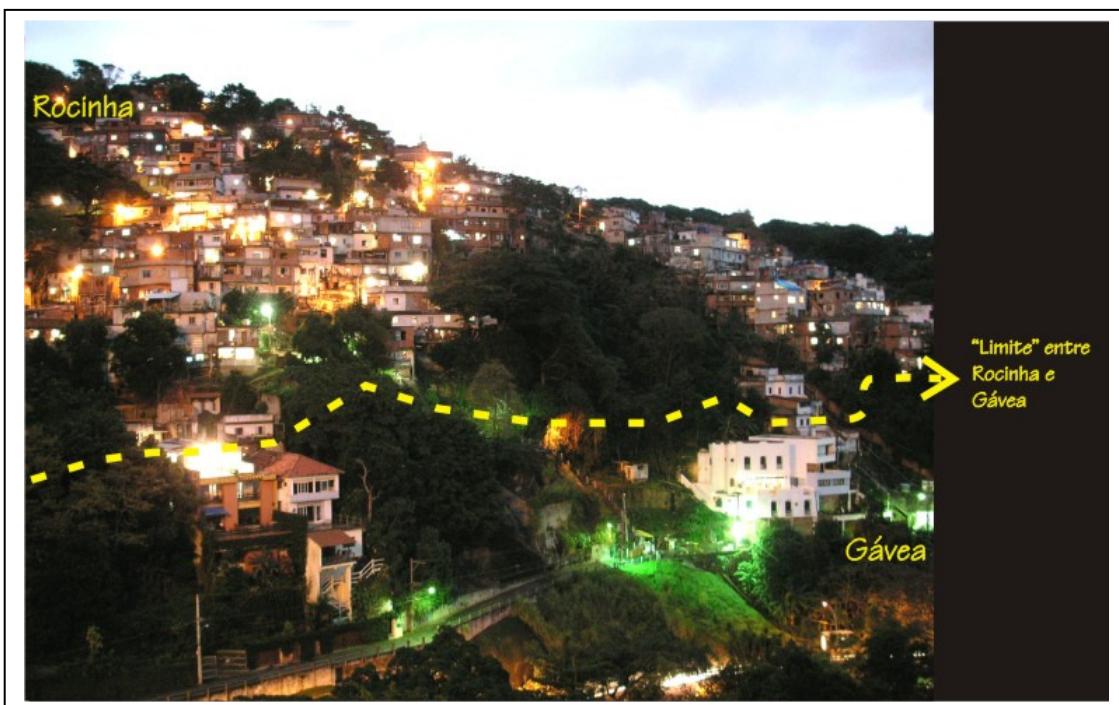


FIGURA 1.15 - Passagem para Gávea

Fonte: Site Imagens do Povo – <http://www.imagensdopovo.org.br>

Foto: J R Ripper

Nas ruas do bairro da Gávea próximas à Rocinha vê-se pessoas passeando com seus cachorros, crianças andando de bicicletas, babás com carrinhos de bebês. Nesta parte do bairro existe uma vivência de unidades de vizinhança, onde os moradores têm uma sociabilidade cotidiana, diferente do bairro de São Conrado com sua vivência apenas em condomínios fechados.

1.3.2 DA ROCINHA PARA O MAR

Este segundo trajeto percorre o bairro de São Conrado, que parece estar mais próximo à Rocinha do que a Gávea, embora apenas no imaginário da população da cidade. Para conhecer a parte de São Conrado mais significativa na vivência cotidiana do morador da comunidade o texto fará o caminho da Rocinha até a praia, passando por alguns lugares, que apesar de estarem oficialmente em São Conrado, em parte, são também constituintes do território da Rocinha.³⁶

Para sair da Rocinha, em direção a São Conrado, deve-se descer a movimentada Via Ápia (nº1- mapa 02), uma das principais vias de acesso ao morro. Apesar de na primeira observação rápida, esta via parecer-se com uma rua comercial convencional, um olhar mais cuidadoso percebe que sua morfologia não é comum à cidade formal, gerando vivências também incomuns. Sua calçada é muito estreita, em alguns casos, quase inexistente. Algumas lojas ainda avançam sobre o passeio e quase todas as pessoas acabam andando sobre o leito carroçável, disputando o espaço de circulação com os carros estacionados ou em movimento. Esta via está sempre cheia de carros e pessoas, circulando incessantemente. Ali encontram-se, além das lojas, muitos restaurantes que servem aos trabalhadores de toda região. A Via Ápia se caracteriza, também, por uma intensa atividade noturna, já que nesta via localizam-se as casas de shows e espaços para bailes funks que atraem inclusive moradores de outras regiões da cidade. Por ser uma rua que se localiza na fronteira entre o território da Rocinha e de São Conrado, de certa forma, acaba funcionando como uma espécie de “fronteira viva”, que vai se moldando no tempo a fim de atrair as populações dos dois territórios. Estes fato faz com que nela se localizam tantos restaurantes de comida nordestina, casas de shows, além de uma conhecida “boca” de venda de drogas.

³⁶ Aqui o conceito de território é entendido não apenas como uma configuração espacial, mas como um espaço apropriado para a vivência de certa comunidade. A própria formação da Rocinha a caracteriza muito mais como um território do que como um bairro. “O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, pois, um papel importante especialmente na formação social brasileira (...) tudo passa, mas os territórios, espaços efetivamente usados, permanecem.” (SOUZA, 2003:17-18)

Após vencida a Via Ápia, chega-se ao “fim” da Rocinha. Esta rua termina em uma marginal da Estrada Lagoa-Barra de onde já se avista São Conrado do outro lado da rua. Neste momento, depara-se com um mundo muito agitado, a paisagem parece estar fora de foco. O encontro entre a Rocinha e São Conrado é brusco e barulhento. Avenidas se encontram e separam territórios, viadutos transpõem caminhos, passarelas conectam lugares. Os carros passam rapidamente pela Estrada Lagoa-Barra sumindo dentro do Túnel Zuzu Angel. A entrada para passarela de pedestre, que atravessa a avenida, está sempre repleta de gente passando rápido, sobre os velozes carros.

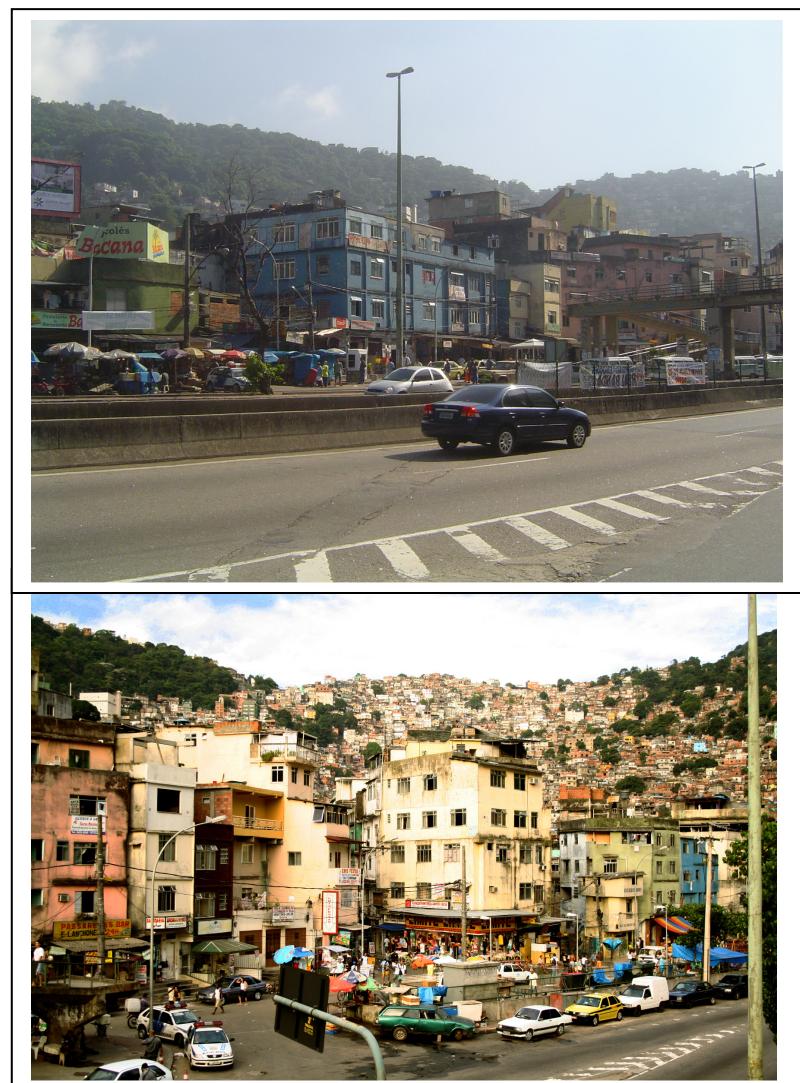


FIGURA 1.16 – Entre a Rocinha e São Conrado

Fotos: Danielle Klintowitz

Do alto da passarela (nº2 – mapa 02) vê-se de um lado a Rocinha: imponente, subindo o morro por todos os lados. Do outro lado vê-se São Conrado. Mas não São Conrado dos grandes e ricos condomínios verticais, o que se vê é uma rua que ainda parece pertencer à Rocinha. Esta rua, uma marginal da Estrada Lagoa-

Barra, é pequena, apenas uma rua de pedestre. Mas, apesar de pequena, tem vários equipamentos públicos que servem à comunidade da Rocinha e tentam timidamente estabelecer contato entre esta comunidade e a cidade do Rio de Janeiro.

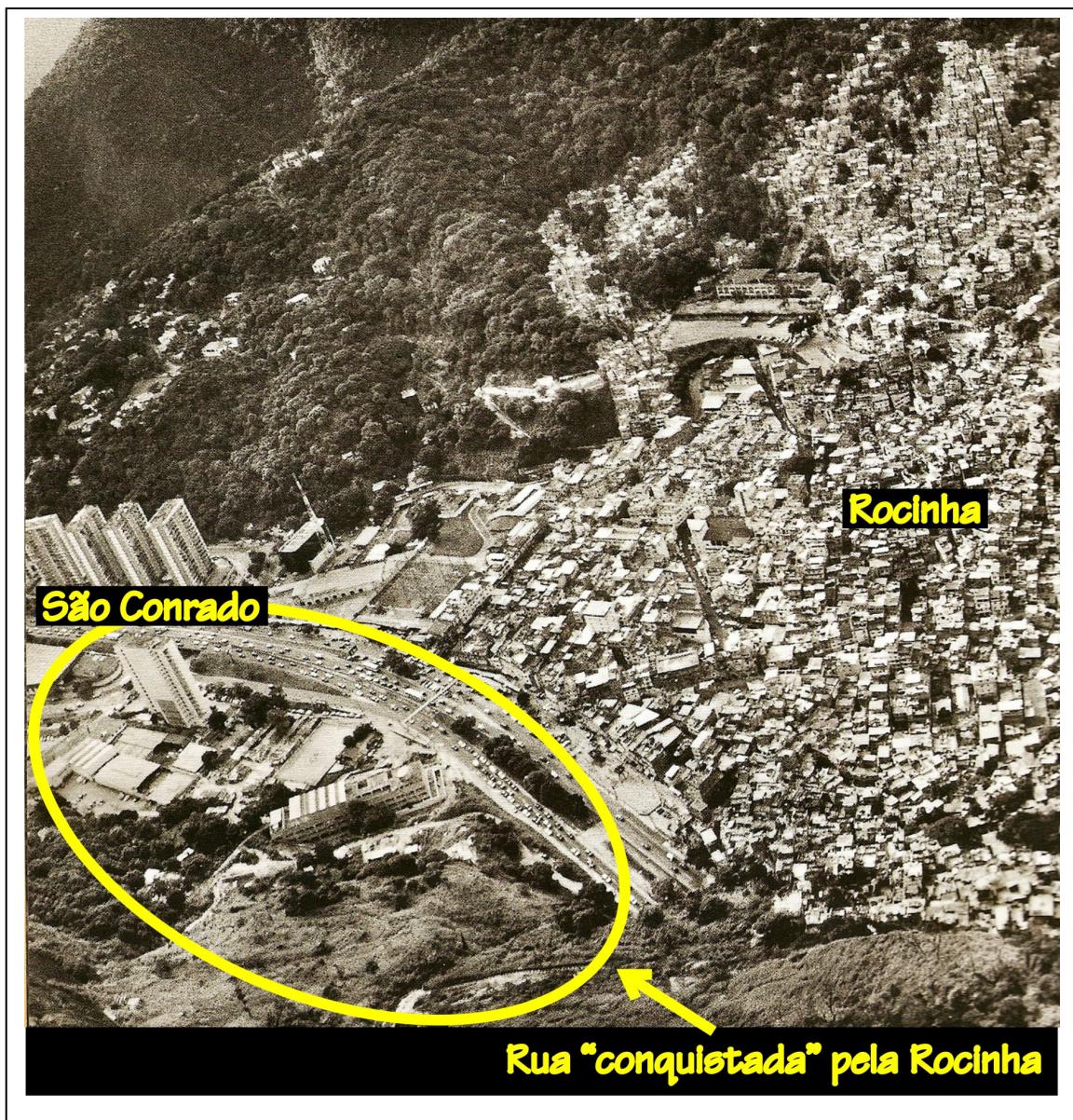


FIGURA 1.17 – A Rocinha atravessa a rua

Fonte: CYPRIANO, 2005

Foto: André Cypriano

Ali, localiza-se o CIEP Airton Senna (nº3-mapa 02), cujos freqüentadores são, na maioria, crianças da Rocinha, embora também receba alguns outros alunos da região. Ao lado do CIEP, existe um campo de futebol, que foi, em um primeiro momento implantado para servir as atividades esportivas da escola, mas acabou

sendo, também, apropriado para o lazer da comunidade nos momentos em que não tem atividades programadas. Dentro do campo de futebol, em um pequeno barracão, está a sede da escola de surfe da Rocinha que funciona com apoio de algumas ONGs e pretende, segundo seu diretor, desenvolver a relação dos jovens da comunidade com um esporte muito praticado na cidade e, principalmente, com a praia.

Passando o campo de futebol, está o Centro de Artes da Rocinha (nº4 - mapa 02), que se destina a vender obras de artistas e artesãos da comunidade para pessoas de fora, na maioria estrangeiros, que participam do Tour Favela e que têm neste centro sua parada final como normalmente acontece com os city tours nas cidades turísticas. Encostada neste posto de recepção ao turista encontra-se a nova quadra da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha (nº5 - mapa 02), que por ter “descido o morro”, acabou se configurando como um dos poucos lugares de lazer e entretenimento da região onde acontece o encontro entre os moradores de São Conrado e os moradores da Rocinha. Ao lado da Escola de Samba foi instalado, no edifício de um antigo hotel abandonado, o Centro de Cidadania da Prefeitura Municipal (nº6 - mapa 02), onde funcionam postos de atendimento de diferentes secretárias municipais, além de centros de capacitação, educação e atendimento de saúde, destinados à comunidade da Rocinha. A praça existente em frente a este edifício, projetada junto com a revitalização do edifício, é a única praça que esta bem cuidada nas redondezas, mas como fica totalmente exposta ao sol e seu projeto prevê apenas o descanso em bancos de alvenaria, sua freqüência é muito pequena, concentrando-se apenas nos intervalos entre as aulas oferecidas no centro.

Este “pedaço” do bairro parece pertencer muito mais à Rocinha do que ao bairro de São Conrado. Esta rua foi totalmente apropriada para as necessidades cotidianas dos moradores da comunidade, com escola, campo de futebol, loja de artesanato, Escola de Samba e centro de assistência social. Não sobraram muitos serviços destinados aos moradores de São Conrado, apenas a Escola de Samba em dias festivos, mesmo assim, trata-se da Acadêmicos da Rocinha e não de uma suposta “Acadêmicos de São Conrado.” Com a expansão do território da Rocinha a comunidade desta favela parece ter conquistado um pedaço de São Conrado para si.



Figura 1.18 – Centro de Artes da Rocinha

Foto: Danielle Klintowitz



Figura 1.19 – Acadêmicos da Rocinha em São Conrado

Foto: Danielle Klintowitz



Figura 1.20 – Praça do Centro de Cidadania

Foto: Danielle Klintowitz

Ao ultrapassar a marginal da Estrada Lagoa-Barra e continuar o caminho pelas ruas internas do bairro de São Conrado no entorno próximo à Rocinha o espaço avistado pode causar, ao visitante, tanta surpresa quanto andar no interior da favela. O espaço público nestas ruas parece ter sido completamente abandonado por seus habitantes e pelo Poder Público. As calçadas são estreitas e estão esburacadas; o canal que leva o esgoto da Rocinha para o mar passa a céu aberto e cheira mal; as praças estão remexidas por máquinas que dia após dia

continuam paradas sem completar o trabalho começado, ao que parece, há muito tempo.³⁷ Em qualquer dia da semana em que se ande em São Conrado, não se vê quase ninguém nas ruas. As ruas foram esquecidas, abandonadas.

"Se considerarmos que as ruas representam, afinal, o mais característico dos espaços comuns nas cidades, o que é mais importante que praças, bosques, parques e quaisquer outros tipos de logradouros, então teremos que a negação da rua é a negação do urbano. (...) O problema não está na rua enquanto espaço físico e sim na maneira pela qual é configurada socialmente. O desaparecimento da diversidade, dos muitos olhos, dos contatos personalizados em maior ou menor grau – estão são os verdadeiros fatores de desconfiguração. Fugir da rua desconfigurada para se encerrar nas desejadas áreas de lazer, às vezes menos seguras ainda, ou nos decantos e valorizados condomínios exclusivos; suspirar pelas áreas verdes não são senão modos de se alienar da problemática social do urbano."
(C.SANTOS,1985:101)

Este abandono causa maior estranheza ao se considerar que este bairro faz parte da cidade do Rio de Janeiro, que sempre teve grande tradição de vivência do espaço público. Em bairros como Copacabana, Ipanema e Leblon a qualquer hora do dia há pessoas nas ruas, nos bares que se abrem para fora, nas praças. O espaço público é muito usado e apropriado nestes bairros da Zona Sul. A própria configuração espacial dos edifícios, que ocupam quase que integralmente os lotes e não têm áreas de lazer e convívio internas, acabam por “forçar” as pessoas a saírem às ruas e às praças para realizar estas atividades de lazer.

O bairro de São Conrado teve seu boom imobiliário, no que pode-se chamar de a segunda fase de expansão da Zona Sul, quando os bairros mais antigos, como Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea já estavam consolidados e, se configurou espacialmente com um tecido urbano completamente distinto. Este bairro é constituído basicamente por condomínios verticais fechados onde todas as atividades esportivas e de lazer estão contempladas dentro do próprio lote privado, o que leva os moradores a realizarem estas atividades intra-muros. Os moradores destes condomínios não saem muito à rua, e por isso não a olham. O Poder Público, por sua vez, também não se sente impelido a manter este espaço

³⁷ Durante a primeira visita à campo observou-se que algumas praças no bairro de São Conrado estavam sendo reformadas e seu terreno encontravam-se todos remexidos por máquinas. Em uma segunda visita à campo, seis meses depois, encontrou-se as praças na mesma situação, ainda com as mesmas máquinas em seus terrenos.

que foi abandonado por seus moradores. Paulo César da Costa Gomes analisa que:

"Abandonados pelos poderes públicos e pela população que mais efetivamente dispõem de meios de exercer e reclamar cidadania, os espaços públicos se convertem em terra de ninguém, sem regras de uso, perdem suas características fundamental, ou seja, a de terreno de convivência, associação social, encontro entre diferenças, ou em uma palavra, espaço democrático. Desgaste, sujeira, desrespeito e invasões são, pois, algumas das características freqüentes neste tipo de espaço, sem que isso de fato gere uma reação efetiva da população." (GOMES,2002:185)

As saídas diárias dos moradores dos condomínios são motivadas, quase inteiramente, pelas relações com os lugares de trabalho. E como vão aos escritórios de carro ou em ônibus particulares dos condomínios, não precisam andar na rua, já saem de carro de suas garagens e descem dos carros nas garagens do escritório.³⁸ Ainda sobre esta questão Gomes afirma:

"O uso da via pública se restringe progressivamente ao seu valor instrumental primário, a circulação. (...) devemos usar um automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a idéia de confinamento e segurança. (...) As garagens são interiores, e a saída do veículo se faz por meio de portas automáticas; dessa forma ao sair à rua, já estamos devidamente protegidos por nossas carapaças privativas. As grandes cidades devem, portanto, aumentar continuamente o espaço de circulação dos carros particulares, em detrimento de outros usos possíveis para o espaço público. (...) o uso do espaço público se restringe, a área de sociabilidade tem uma pequena extensão, procura-se, sempre que possível conviver com os semelhantes, quando não os da família imediata, pelo menos aqueles que mais se aproximam dos mesmos padrões e que se refugiam, como quase todos, em espaços selecionados e controlados" (GOMES, 2002:183 -185)

³⁸ Em pesquisa realizada sobre a dicotomia entre a favela e os condomínios fechados no Rio de Janeiro, a socióloga francesa Caterine Reginensi (2004) cita um morador de um condomínio localizado em São Conrado que fala sobre sua mobilidade na cidade e, a pesar de considerar uma “desvantagem” não sair à rua, não muda seus hábitos: “*Isso aqui é uma utopia de vida (...) Eu acho que a desvantagem é que você acaba não conhecendo a rua aí mais, você não sai mais daqui e fica isolado do universo aí fora, para os filhos é até um pouco prejudicial que eles tem uma visão um pouco errada, distorcida do que está acontecendo lá fora. E cada vez mais com a insegurança a gente está se voltando cada vez mais para dentro.*”



FIGURA 1.21 – Espaços públicos de São Conrado: Vazios e mal cuidados

Fotos: Danielle Klintowitz

Curiosamente, enquanto se caminha pelas ruas desertas de São Conrado, pode-se ouvir carros de som que anunciam os próximos eventos que ocorrerão na Rocinha convidando todos os moradores do bairro vizinho a comparecerem. Este fato demonstra que além de entender que São Conrado faz, de certo modo, parte também de seus domínios territoriais, a Rocinha ainda convida seus moradores para subir o morro e visitar seu território. Enquanto São Conrado cada vez se fecha mais em seus muros, a Rocinha alarga seu território.

Os moradores de São Conrado também não costumam ir à praia em São Conrado, pois afirmam ser poluída. Os moradores dos condomínios costumam pegar seus carros para irem às praias mais afastadas na Zona Oeste da cidade. Assim como as ruas, a praia de São Conrado também foi abandonada.³⁹ Mas o que terá vindo primeiro a poluição da praia que recebe todo “esgoto” da Rocinha,

³⁹ Ver GOMES: 2003.

ou o abandono deste espaço pela classe alta que passou a não se importar com despejo de dejetos naquele mar que não considerava mais seu?

Os moradores da Rocinha, por outro lado, utilizam muito a praia de São Conrado que é conhecida por eles como a “Praia da Rocinha”.

Esta praia foi primeiramente denominada como “Praia da Gávea”, depois se tornou a “Praia de São Conrado”, hoje é a “Praia da Rocinha”. Esta sucessão de nomes que a mesma praia foi recebendo com o passar do tempo representa claramente os diferentes tempos de apropriação que teve. A paisagem desta região da cidade foi intensamente modificada desde a primeira metade do séc XX, quando começou a ser ocupada e esta dinâmica de tempos acumulados,⁴⁰ que continua ocorrendo até os dias atuais, foi trazendo novas vivências, apropriações e sociabilidades às áreas desta praia que se encerra entre o Morro Dois Irmãos e a Pedra da Gávea, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, trazia e produzia novos tempos, novas paisagens e novas formas espaciais.⁴¹

“Para as crianças e adultos da Rocinha, como para qualquer outro morador da cidade, a praia, o morro e o espaço construído com casas e becos fazem parte de um todo indivisível, apropriado e compreendido como território deles. (...) A praia, oficialmente chamada São Conrado, passa a ser para eles a praia da Rocinha. Neste momento percebemos que o bairro de São Conrado, que se constitui morfologicamente como um espaço entre a Rocinha e a praia, tem significado tênue, ou não é reconhecido pelos moradores da Rocinha. (...) A questão que nos pareceu mais relevante para a reprodução do sentimento de posse da praia pelos moradores é o fato de a Rocinha existir a mais tempo e ser muito mais densamente povoada, desde o inicio dos anos 1920, criando no morador da favela uma relação de domínio do território, que para ele é legitimado pelo tempo de moradia e de enraizamento de seus ancestrais naquele lugar há várias gerações. Esse ponto de vista não é compartilhado pelo moradores de classe média alta de São Conrado, mas é suficiente

⁴⁰ Para Milton Santos: “A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõem a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual.” (M.SANTOS,1996:86). E ainda: “A paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes” (REBORATTI, 1993:17 Apud M.SANTOS:1996).

⁴¹ Aqui, usa-se o conceito de espaço contido na teoria de Milton Santos que descreve: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá.” (M.SANTOS, 1996:51), sendo, por isso, imprescindível a concepção de uma análise espacial concebida “como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentos.” Onde “os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional: da relação entre as coisas espacialmente distribuídas, da relação entre essas coisas e as práticas que aí têm lugar, dos lugares com as coisas, e assim sucessivamente.” (GOMES, 2002: 290)

para o habitante da Rocinha compreender a praia como sendo seu território.” (COELHO, 2007: 192-195)

Mas apesar de os moradores da Rocinha considerarem como sua, quem sai da comunidade para ir à praia precisa atravessar muitos obstáculos. Depois de atravessar a engarrafada passarela é preciso atravessar o emaranhado de ruas que se formam em frente à Rocinha e compõem a circulação entre a Zona Sul e a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Estas avenidas são congestionadas e seus faróis de trânsitos, quando existem, são mais rápidos do que o tempo do pedestre.

Vencido este primeiro cruzamento é preciso caminhar ao lado do sombrio Hotel Nacional. (n°7- mapa 02) O imponente edifício do Hotel Nacional, que está abandonado, tem lixo acumulado em seu entorno e dá, para o pedestre que atravessa por baixo de sua laje para ir em direção à praia, uma sensação de insegurança constante.⁴²

Em alguns momentos caminhar pelas ruas internas de São Conrado pode causar maior sensação de insegurança do que caminhar pelas vielas da comunidade da Rocinha. Como os espaços públicos deste bairro estão vazios, mal cuidados e ainda não têm policiamento visível, parecem “terra de ninguém”, onde pode acontecer qualquer coisa. As ruas da Rocinha, por outro lado, estão sempre repletas de gente, “vigiando” a rua. De certa forma, retirar-se da rua por uma sensação de insegurança, traz à rua uma insegurança real. Carlos Nelson do Santos (1985:91) afirma que: “*Muitos olhos podem garantir a segurança de uma rua. Muitos olhos vigilantes asseguram que nada passará despercebido.*”

Depois de ultrapassada a laje sob o hotel a praia já pode ser avistada, mas ainda falta uma avenida a atravessar. É a Av. Niemeyer (n°8 - mapa 02), que também faz a ligação entre a Zona Sul e a Zona Oeste e, que por ser uma via expressa, tem sempre carros e ônibus passando rapidamente e querendo virar justamente

⁴² O Hotel Nacional foi projetado por Oscar Niemeyer em 1971 e seus jardins por Burle Marx para ser um hotel de altíssimo luxo, mas na década de 80 começou a entrar em decadência e aos poucos foi sendo desativado. Nos anos 90, fechou de vez e agora está completamente abandonado. Houve alguns projetos de reativação e de leiloá-lo, mas nenhuma destas tentativas se concretizou e o edifício continua pouco a pouco se deteriorando, piorando a qualidade do espaço público do seu entorno.

na esquina onde desemboca nosso percurso e, por isso, fica cheia de pedestres querendo atravessar para chegar a praia. Existe um farol para pedestres nesta via, mas fica a mais ou menos 1KM deste ponto, em frente ao Hotel Intercontinental (nº9 - mapa 02), único hotel que ainda sobrevive em São Conrado.

Entre o Hotel Intercontinental e o Hotel Nacional, configura-se uma generosa praça (nº10 - mapa 02), bem cuidada, com banquinhos sombreados por frondosas árvores e imensos seguranças que vigiam e inibem qualquer desejo de se sentar. Esta praça, como era de se imaginar, está sempre vazia.



FIGURA 1.22 - Passagens sob o Hotel nacional

Fotos: Danielle Klintowitz



FIGURA 1.23 - Farol se localiza apenas onde o fluxo de carros e pedestre é menor

Fotos: Danielle Klintowitz

Na praia (nº11 - mapa 02), apesar de seu bonito mobiliário urbano, com ciclovia e um generoso calçadão, não se vê quase ninguém caminhando, como é costumeiro na cidade. As poucas pessoas que se avistam parecem ser estrangeiros, provavelmente hospedadas no hotel sem saber que estão ao lado da “Maior Favela da América Latina”.

Na areia, os moradores da Rocinha jogam vôlei, tomam sol, aprendem a surfar e passam seus sábados e domingos como os outros cariocas. Territorializam o espaço segundo “classes sociais” e de afinidade, reproduzindo a dinâmica que existe nas outras praias da Zona Sul carioca, onde cada “pedaço” da praia é ocupado por uma tribo diferente. As traves de vôlei do último campeonato da Rocinha continuam lá testemunhando a apropriação deste espaço pela comunidade que chama a praia de sua. Paulo César da Costa Gomes explica a importância da apropriação da praia no imaginário carioca:

“No caso do Rio de Janeiro, nada é mais característico como espaço do “carioquismo” do que as praias da Zona Sul da cidade. Nas praias se inscreve o estilo de vida do habitante da cidade. Nelas, que são uma das imagens picturais mais fortes do Rio de Janeiro, são lançadas as novas modas, as novas gírias, onde o carioquismo é mais característico, ou seja, a praia serve como um poderoso referencial na definição do estilo de vida, caricaturizado, é claro, da cidade. (...) a praia embora não seja dentro da dinâmica carioca um local primariamente identificado com a idéia de direito e deveres de um cidadão, funciona indiretamente como o local que indica, pela freqüência, o acesso a esse exercício. (...) Esses grupos que se auto-organizam sobre a areia, revivem algumas fraturas e composições sociais sobre um espaço urbano valorizado, ganham publicidade e o reconhecimento, na medida em que se estabelecem sobre um espaço público de primeira ordem.” (GOMES, 2002: 213 - 227)

O avanço da população da Rocinha em direção a apropriação da praia, que já tem o seu nome, é um avanço em direção ao exercício da cidadania e de tomada da cidade, no sentido de sentir-se pertencente a ela. A população da Rocinha, por intermédio da apropriação da praia, sente-se inserida na cidade, como uma população que também vive à beira mar e assim incluída entre os moradores da Zona Sul carioca.

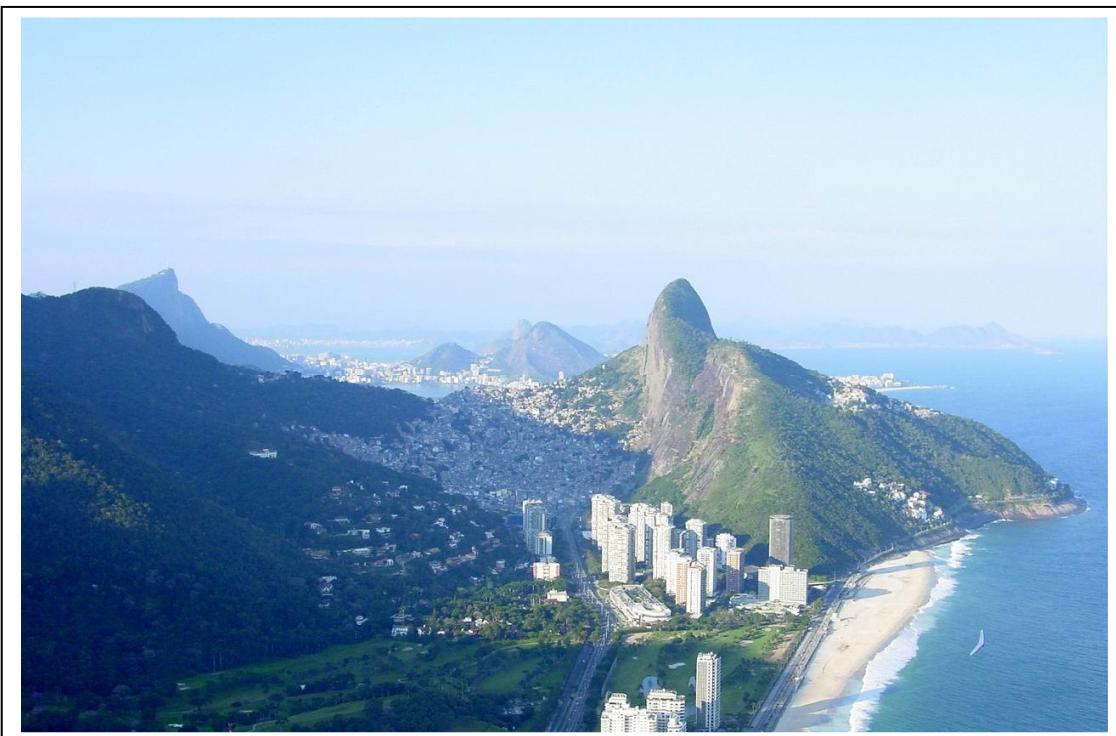


Figura 1.24 – Rocinha, São Conrado e a praia

Fonte: www.panorania.com



Figura 1.25 – Praia da Rocinha

Fotos: Danielle Klintowitz

Da mesma forma, o movimento de retirada da população de São Conrado da mesma praia, assim como o abandono das ruas, representa o abandono da cidade, o abandono do exercício da cidadania. Estas pessoas estão se retirando da cidade para viverem isoladas em seus mundos fechados e, com isso, perdem a riqueza essencial da cidade que é o encontro.

No período anterior ao carnaval, a avenida da praia vira uma grande passarela do samba onde o morro encontra-se com o asfalto para participar dos ensaios técnicos da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha. Durante dois meses, toda quinta-feira, a Escola desfila na praia, reafirmando que trata-se mesmo da “Praia da Rocinha”. Apesar de alguns relatos de moradores revelarem que mais de uma vez este ensaio técnico foi interrompido por falta de luz no calçadão da praia, esta Escola parece tentar sempre trabalhar no sentido de unir as duas comunidades que a compõe: o “Morro da Rocinha” e o “Asfalto de São Conrado”. Seu enredo de 2005, que se chamava “Um mundo sem fronteiras” demonstrava claramente este desejo de união que se espacializa através destes ensaios na praia.



Figura 1.26 – Ensaio técnico da Acadêmicos da Rocinha na “Praia da Rocinha”

Fonte: <http://www.academicosdarocinha.com.br/galeria.html>

Fotos : Alexandre Vidal

Neste passeio por São Conrado, percebe-se claramente que os espaços públicos se encontram abandonados para o “uso dos pobres”, perdendo a possibilidade do encontro. Gomes analisa esta questão nas cidades contemporâneas:

“Em consequência do abandono dos espaços públicos comuns e dessa recusa em compartilhar um território coletivo de vida social, surge o fenômeno da ocupação dos espaços públicos por aqueles que, não tendo meios para reproduzir privadamente esse estilo de vida, estão condenados a desfilar sua condição por esse espaço: os pobres.” (GOMES, 2002:184 -185)

Assim, progressivamente o território da Rocinha vai se espalhando por São Conrado. Como o espaço público foi abandonado pelos moradores do bairro, os vizinhos da favela vão apropriando-se dele para suas atividades cotidianas, na praia, nas praças, nos informativos do carro de som. O território da favela expande-se pelo território formal que parece ter sido abandonado e vai modificando-o suas formas e vivências. Como verdadeiras “fronteiras vivas” “que fomentam a interação social e o surgimento de uma nova cultura a partir das subculturas divididas pelas barreiras e trincheiras.” (SILVA, 2006:36)

FOTO AÉREA PERCURSO SÃO CONRADO - MAPA 02



FONTE : GOOGLE EARTH, 2007
INTERPRETAÇÃO: DANIELLE KINTOWITZ

1.3.3 ENTRE A GÁVEA E SÃO CONRADO

A dicotomia São Conrado/Rocinha é mais falada, mais lembrada, mais presente no imaginário da população da cidade do Rio de Janeiro do que a relação Gávea/Rocinha. Isso ocorre por vários motivos, em primeiro lugar porque o contraste da fronteira entre São Conrado e Rocinha se expressa visualmente com mais clareza, está mais a mostra, apesar de não ser verdadeiramente mais expressivo. A passagem de um universo para outro é mais brusca, uma auto-estrada separa os dois territórios, enquanto a Gávea aproxima-se mansamente dos limites imprecisos da Rocinha, seguindo a mesma avenida ladeada pela floresta. Este caminho é mais urbano, menos rodoviário; mais humano, menos desigual e suas fronteiras mais suaves e diluídas.

A Rocinha demorou mais para se debruçar sobre a Gávea, sua expansão privilegiou primeiro a descida para beira mar, para só então entrar mata a dentro. Este fato observa-se também na relação entre a população da comunidade com a praia e com a floresta. A praia é apropriada, muito freqüentada, é a “Praia da Rocinha”, enquanto que a Floresta é apenas respeitada, seu limite está claramente delimitado pelos muros do eco-limite e sua visitação não é tão intensa.

A floresta, tem difícil acesso e sua transposição é difícil, por isso estabelece não estabelece intensa relação com os moradores da Rocinha. Outro fato que desmobiliza a população em relação à floresta é que nos momentos em que existem conflitos envolvendo o tráfico de drogas, a mata converte-se em um “espaço proibido”, por ser utilizada por esta organização e pela polícia como lugar de esconderijo e de conflito armado. (COELHO,2007:192) Assim,embora alguns moradores a usem para extrair recursos naturais para consumo próprio ou venda em feiras como forma de geração de renda, outros penetrem na mata em busca de trilhas e aventuras ecológicas, além de algumas crianças que a exploram em suas brincadeiras (COELHO,2007:191), no cotidiano, a favela da Rocinha olha mais em direção ao mar do que à floresta.

A separação Morro-Asfalto é flagrante, expressa-se claramente até na topografia que separa o “Morro da Rocinha” da “Cidade de São Conrado”. Já na Gávea, sua topografia se confunde com a da Rocinha, suas casas também sobem, mesmo que suavemente, pelos morros do Maciço da Tijuca.



FIGURA 1.27 – GÁVEA, ROCINHA, SÃO CONRAD

Fonte: ZALIS, 2005

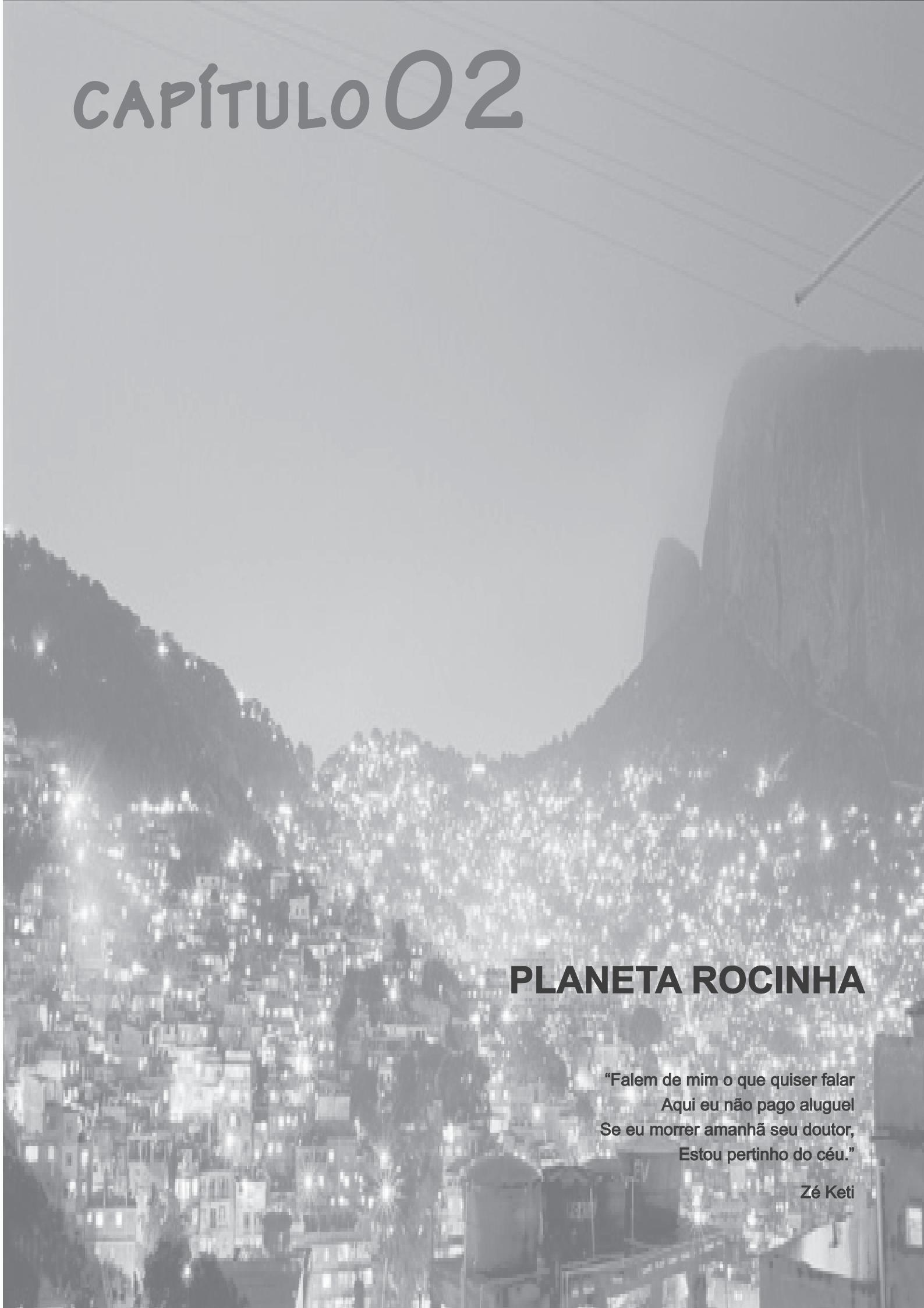
Foto: Sérgio Zalis

A Gávea ainda representa o universo urbano de um Rio antigo e mitificado. Um Rio de Janeiro que se abria para o espaço público, um Rio de Janeiro onde se andava na rua, um Rio de Janeiro que recriou o significado do encontro, transformando-o em arte. São Conrado representa um novo Rio. Um Rio de Janeiro que se fecha para o universo público, um Rio de Janeiro aonde não se vai mais a praia, um Rio de Janeiro que não reconhece a rua como sua, um Rio de Janeiro que esqueceu como encontrar-se.

"Na calçada realiza-se o universal, o encontro com o outro, do diferente cujo ser dá sentido à democracia, por isso mesmo nosso desafio cotidiano. Aí, talvez se entenda porque André Breton diz que a rua é o único campo de experiência válido. Fora dos espaços fechados e de nossos iguais, dos valores de grupo, na rua, somos submetidos ao encontro do lugar e da experiência que realmente realizam nosso sentido coletivo ou, na pior das hipóteses, funcionam como cartilha. Nela sem identidade, somos frágeis, por isso merecedores de uma ordem que nos proteja. Mas sair pela porta da frente transforma em risco o que poderia ser uma reinvenção da filiação, fazendo da cidade o lugar do medo, ao invés de tradicional lugar do encontro e de trocas." (YAGIZI: 2000:24-25)

Então, apesar de muito distante, a Gávea ainda parece mais próxima à Rocinha do que São Conrado, onde os muros dos “enclaves segregados” expressam claramente a vontade de separa-se da Rocinha e do resto da cidade.

CAPÍTULO 02



PLANETA ROCINHA

“Falem de mim o que quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor,
Estou pertinho do céu.”

Zé Keti

2.1. EXISTÊNCIA SÓCIO-TERRITORIAL DA ROCINHA

2.1.1 INSERÇÃO METROPOLITANA

A Rocinha localiza-se na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre a Gávea e São Conrado, bairros habitados por populações com alto padrão econômico.

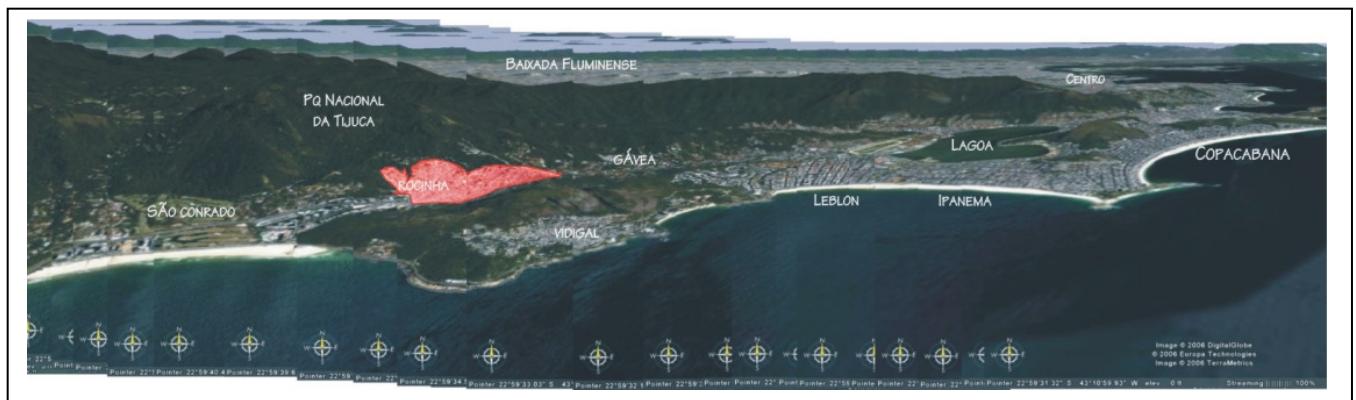


Figura 2.1 - Vista do Rio de Janeiro com localização da Rocinha

Fonte: Google Earth, 2007

Interpretação: Danielle Klintowitz

É delimitada, na região sul de seu território, pela auto-estrada Lagoa-Barra (RJ-071), que a separa de São Conrado; a noroeste, na parte de cima do morro, está limitada pela mata do Parque Nacional da Tijuca e, do lado oposto, a nordeste, pela Estrada da Gávea, que a separa e a conecta à Gávea.

A Rocinha e São Conrado, últimos bairros da Zona Sul carioca, estão separados do Leblon pelo Morro Dois Irmãos. Os dois principais caminhos que conectam a Zona Sul à Zona Oeste, nova fronteira de expansão da cidade, onde se localiza a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, passam por estes bairros: A Av. Niemeyer sai do Leblon beirando o mar até São Conrado e a Estrada Lagoa-Barra, sai de Ipanema e passa pelo Túnel Zuzu Angel, sob a Rocinha, dando acesso a São Conrado.

Segundo o Censo/2000, IBGE, a favela da Rocinha tem uma área territorial de 143,72 ha, sendo que 66,80 % (96 ha) desta área está acima da cota 100 m, onde não é permitido construir por ser uma área de preservação⁴³.

O sítio que ocupa tem forma de concha, tendo uma parte plana onde se encontra seu núcleo central junto à entrada do Túnel Dois Irmãos, desenvolvendo-se, em seguida, por terrenos de grande declividade até o alto do morro. Da parte mais baixa, na região próxima a São Conrado, localizada a uma altitude de 10 m acima do nível do mar, à parte mais alta na divisa com a Floresta da Tijuca, no Labouria, localizada a uma altitude de 315 metros acima do nível do mar, desenvolve-se um desnível de aproximadamente 300m. Na outra vertente do território, onde os setores estão implantados sobre os afloramentos rochosos do Morro Dois Irmãos, chega-se a uma cota de 476m, com desnível de mais de 450m até a parte mais baixa da Rocinha.

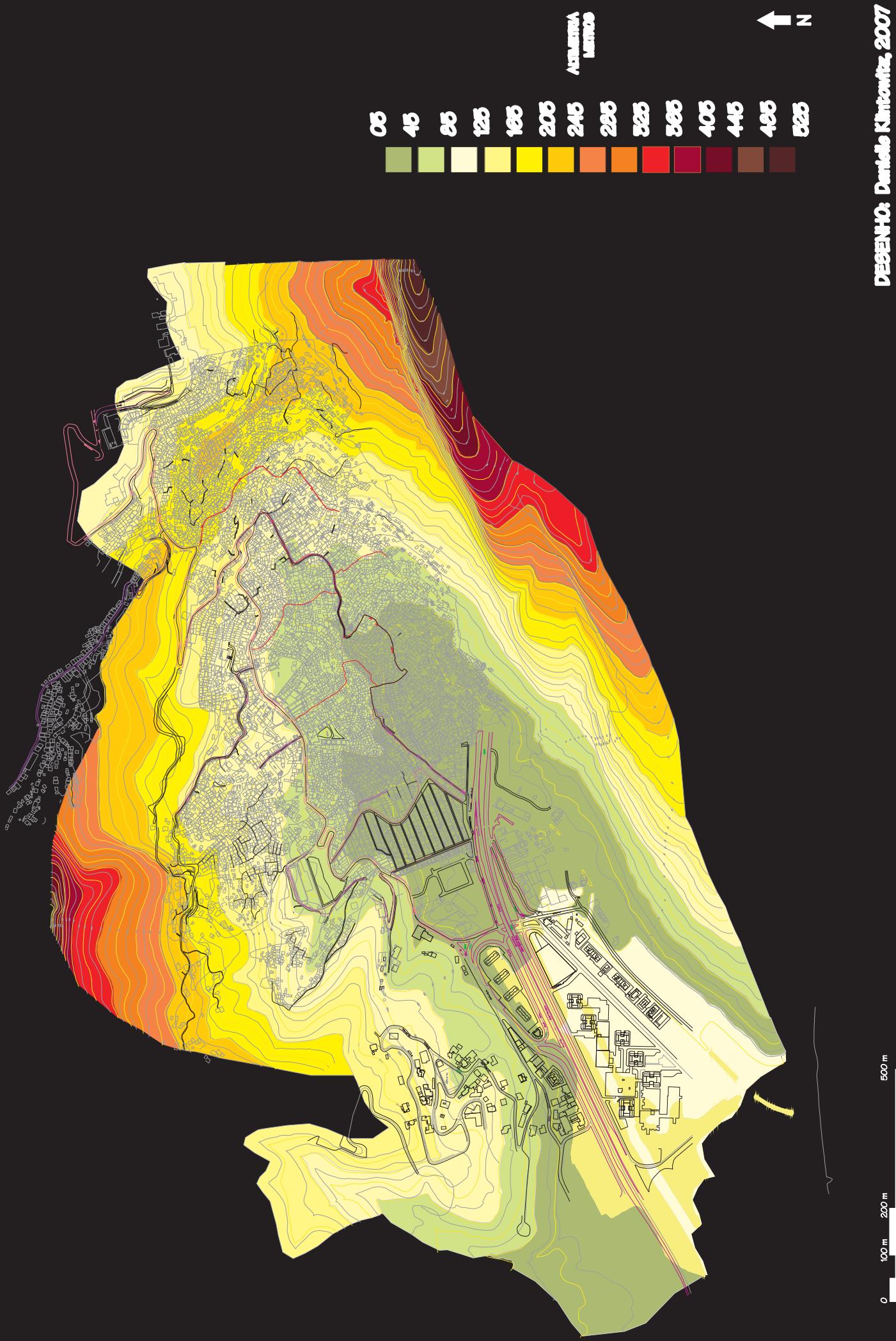


Figura 2.2 – Topografia Rocinha – Maciço da Tijuca

Fonte: MARTOLIO, Edgar de. O Rio de Janeiro Visto do Céu, Editora Caras / Danielle Klintowitz

⁴³ “O Decreto nº 322 de 1976, que aprovou o Regulamento do Zoneamento do Município do Rio de Janeiro, no Cap. IX, Seção 1, que trata da Zona Especial ZE-1, vem limitar a ocupação nas áreas do Parque Nacional da Tijuca, considerando non aedificandi as áreas que estão acima da curva de nível de 100 m. Com base neste decreto, após a sua publicação, fica proibida qualquer construção acima da cota 100m.” (FRANCISCO:1995, p.141)

MAPA 03 - HIPSOMETRIA



DESENHO: Danielo Klinowitz, 2007

A Rocinha está implantada na vertente sul do Maciço da Tijuca, em uma região com características de fragilidades físicas em virtude das altas declividades e alta índice pluviométrico.⁴⁴ Ocupa, ainda, um trecho da encosta do Morro Dois Irmãos que faz parte da área de preservação do Parque Nacional da Tijuca⁴⁵ e do Parque Municipal Penhasco Dois Irmãos⁴⁶.

O Maciço da Tijuca⁴⁷ representa uma importante área de lazer e recreação para a população carioca, pois compreende inúmeros parques públicos, equipamentos de lazer e turismo da cidade. Dentre eles pode-se destacar: o Parque da Cidade, a Floresta da Tijuca, o Corcovado e a Vista Chinesa.(PETROBRÁS AMBIENTAL, 2005) Apesar, de grande parte da área florestada do Maciço da Tijuca estar protegida por lei, já que o parque abrange mais de 50% de sua área, a Floresta da Tijuca⁴⁸ encontra-se extremamente ameaçada por estar situada em uma região do maciço que sofre grande pressão da expansão da cidade, o que acaba expondo-a aos diversos problemas advindos da expansão urbana da cidade.⁴⁹ (FRANCISCO: 1995)

⁴⁴ Na área do Maciço da Tijuca, existem 63 nascentes que abastecem uma parcela significativa da população da cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2001)

⁴⁵ O Parque Nacional da Tijuca, criado em 1961, é o único parque nacional do Brasil que se localiza em área urbana, sendo considerado o maior parque urbano do mundo. Em 1991, foi declarado *Reserva Mundial da Biosfera* pela UNESCO, em reconhecimento à sua importância de acervo natural para o ecossistema mundial. A massa florestada, existente no parque e nas áreas que o circundam, desempenha o papel de redutor da poluição e de amenizador do clima da cidade, além de contribuir para a conservação das encostas do Maciço da Tijuca. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE: 1998)

⁴⁶ O Parque Municipal Penhasco Dois Irmãos integra o patrimônio paisagístico da cidade sujeito a proteção ambiental, tendo sido tombado pela União em 1973. Em 1992, por demanda dos moradores vizinhos, foi criado o Parque Municipal Penhasco Dois Irmãos, através do remembramento de vários lotes que haviam sido doados ao Município. Apesar de criado em 1992, o parque ainda não foi efetivamente implantado, mas se pretende que seja, no futuro, mais uma opção de lazer e turismo da região. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE: 1998)

⁴⁷ Mapa 03

⁴⁸ Esta floresta foi devastada para dar lugar a diferentes lavouras, principalmente de café, prejudicando as nascentes dos rios e consequentemente o abastecimento de água da cidade. Em virtude deste desmatamento, a floresta existente hoje em dia não é original, ela é fruto de um longo processo de reflorestamento, realizado durante a segunda metade do séc. XIX, com objetivo de recuperar os principais mananciais de água que abasteciam a cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE: 1998)

⁴⁹ “Ao se analisar a imagem de satélite - SPOT de 1991 - da cidade, verifica-se que a floresta aí localizada apresenta uma situação insular, e encontra-se rodeada pela cidade que cresce por suas encostas, principalmente, as voltadas para as zonas norte e sul da cidade. Porém, como os limites do parque excluem as áreas mais degradadas, além das linhas divisórias estarem situadas em altitudes elevadas em alguns trechos a expansão das favelas para o interior do Parque Nacional da Tijuca é dificultada.” (PETROBRÁS AMBIENTAL, 2005:149)

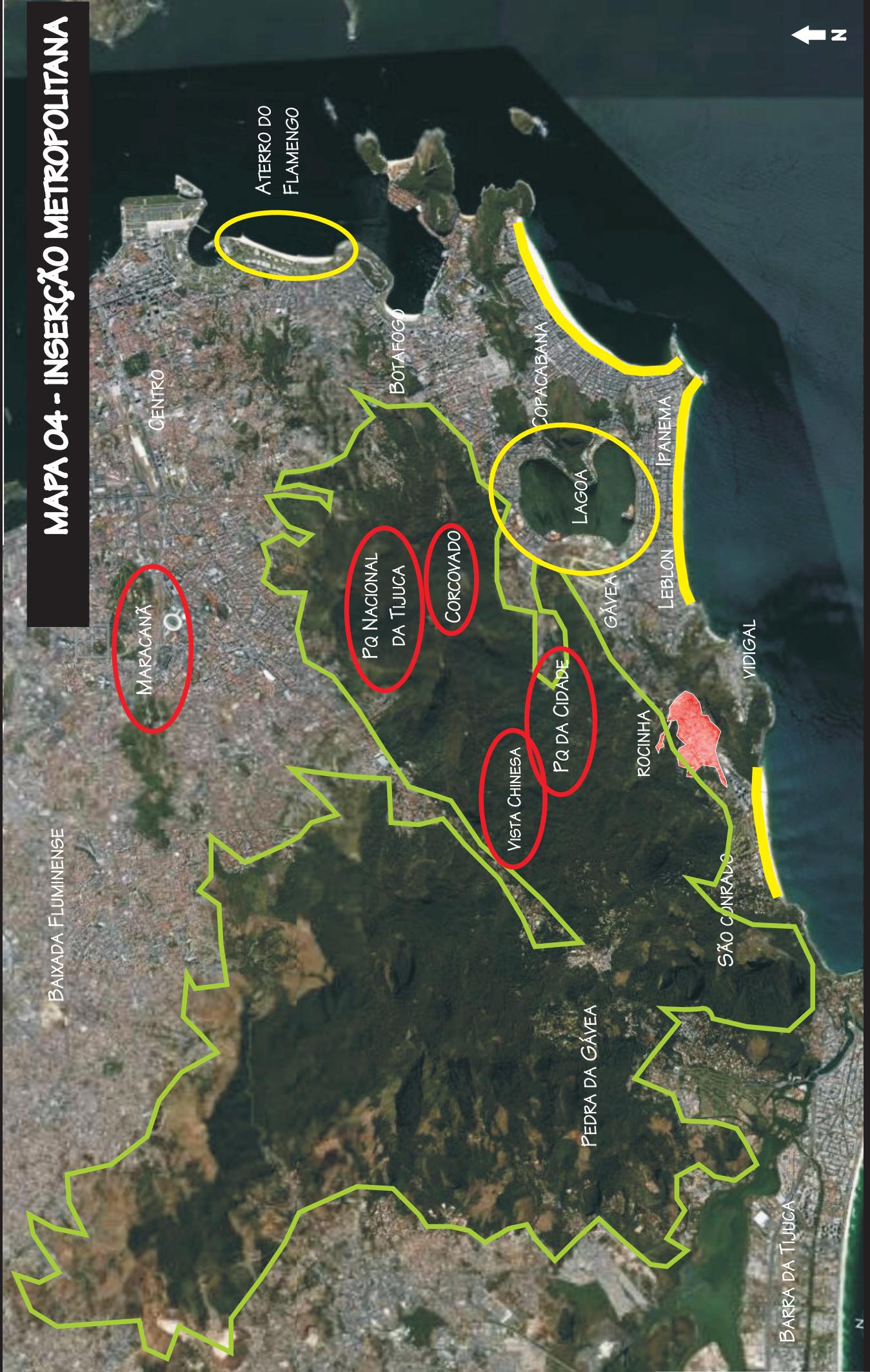
As favelas representam uma importante parcela da ocupação do Maciço da Tijuca, ocupando 4,6% de sua área total. Além da Rocinha, mais outras 50 favelas situam-se no entorno do Parque Nacional da Tijuca. O progressivo desmatamento do maciço preocupa especialistas, porque pode ocasionar o aumento do escoamento superficial nas encostas no período de fortes chuvas, o que, por sua vez, agravaría a intensidade e a freqüência das inundações na cidade, pois a floresta presente nestas encostas desempenha um importante papel de reservatório das águas das chuvas na região. (FRANCISCO: 1995)

O terreno da Rocinha apresenta algumas áreas com grande risco de erosão, principalmente no limite com o Parque Nacional da Tijuca. A concentração dos deslizamentos nestas áreas está intimamente relacionada com o aumento de cortes para construção de barracos e outros tipos de interferências, que se intensificam bastante para possibilitar a instalação de novas habitações.

“A dinâmica de ocupação da comunidade da Rocinha, ocorreu próxima a afloramentos rochosos onde a declividade é mais acentuada. Dessa forma, a declividade aliada à composição de macegas são condicionantes que explicam a alta concentração de cicatrizes erosivas no entorno desta favela.” (MENDES & SIMÕES & RIBEIRO & CARNEIRO: 2001)

Segundo FERNANDES & LAGÜÉNS & NETTO (1999) “*Um exemplo significativo foi o que ocorreu no setor 4, onde está a favela da Rocinha, no período de 1951-1970, houve 1 ocorrência, e no período de 1971-1991, ocorreram 13 deslizamentos.*” Embora a atuação das favelas no avanço da malha urbana sobre a Floresta da Tijuca seja de fundamental relevância, no setor 4 do maciço onde está a Rocinha, ainda que o avanço das favelas também seja alto, a área das favelas não é tão expressiva no âmbito geral do território já urbanizado; o que prevalece mais significativamente é, na verdade, o avanço, em direção ao maciço, de construções de classe média e alta.

MAPA 04 - INSERÇÃO METROPOLITANA



FONTE: Google Earth, 2006
INTERPRETAÇÃO: Danielle Klintowtitz

— SISTEMA PÚBLICO DE CALÇADÕES E CICLOVIAS



○ PONTOS TURÍSTICOS



— MACIÇO DA TIJUCA (PROTEÇÃO AMBIENTAL)



A localização privilegiada da Rocinha, incrustada na Zona Sul carioca, foi de grande importância para seu crescimento vertiginoso que a transformou na maior favela da América do Sul, chegando ao ano de 2000 à cerca de 130.000 mil habitantes.⁵⁰

A taxa de crescimento da Rocinha tem variado nos últimos 20 anos, mas mostra-se sempre alta. Nos últimos vinte anos, a população da Rocinha praticamente triplicou. Apesar, de atualmente ser menos acelerado, o aumento populacional constante, de 1996 a 2000 fez com que sua população crescesse quase 24% apenas em 04 anos. (Secretaria Municipal de Urbanismo, Rio de Janeiro, 2004) Atualmente seu crescimento tem se dado com a verticalização das construções, quase não expandindo mais o território horizontalmente, que já “encosta” nos bairros vizinhos.⁵¹ Seu crescimento populacional, revelado no último censo, merece destaque pelo expressivo aumento de 31,3% no período 1991 e 2000, contrariando a tendência da maioria dos outros bairros da cidade que obtiveram crescimento populacional negativo. Apesar do grande crescimento populacional, seu IDH (índice de desenvolvimento humano) teve uma variação positiva mudando de 0,678 em 1991 para 0,735 em 2000, o que revela um crescimento de

⁵⁰ Segundo os dados oficiais do Censo de 2000/IBGE a Rocinha teria uma população de 56.338 habitantes. Mas no mesmo ano a LIGHT (companhia de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro), em conjunto com lideranças locais, realizaram outra pesquisa que obteve como resultado o número de 130.000 habitantes, dado que é considerado mais próximo da realidade, inclusive pelo Governo do Estado e Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO DO RIO DE JANEIRO, 2005.) O líder comunitário Carlos Roberto da Silva Costa descreve as circunstâncias sob as quais foram realizadas as pesquisas do Censo 2000 na Rocinha: “Acontece que o IBGE considerou encerrado o trabalho na Rocinha, mas em parte da rua 4 o censo 2000 não passou (...) Antigamente, os mapas do recenseador tinham uma descrição: “Vai do beco tal, dobra na biroscaria tal...” Agora não, só consta o nome da rua: Rua D, rua 4. Como o recenseador não tinha a descrição, não foi. Pior ainda, nesse censo o IBGE tirou as duas meninas da Rocinha que supervisionavam o censo aqui e escolheu duas de Copacabana para trabalhar na Rocinha. E por ai vai. Como é que vou dar credibilidade às informações que eles estão colhendo? (...) Nós fizemos um projeto por área e enviamos seis agentes de porta em porta.” (PANDOLFI & GRYNSZPAN: 2003: 89-90)

⁵¹ O limite máximo de pavimentos permitido na Rocinha, estabelecido na criação da XXVII RA – ROCINHA (lei n. 1995 de 18 de junho de 1993), é de 03 andares, mas esta regra não é cumprida e, muito menos fiscalizada pelo poder público, o que tem permitido a continuidade do crescimento vertical. Recentemente foi denunciado no jornal O Globo (Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2005) a existência de um edifício de 11 andares com 56 apartamentos, nascido sem que a Prefeitura Municipal se desse conta.

8,4% deste índice, o maior crescimento da AP2⁵² que inclui entre outros bairros, São Conrado e a Gávea. Ainda assim, não houve alteração em sua posição (29º.) entre os bairros da região metropolitana. A Gávea, bairro vizinho à Rocinha, tem o maior IDH da cidade, enquanto que a Rocinha tem o quarto pior. A renda per capita da Gávea é, ainda, 10 vezes maior do que a da Rocinha. (IPP,2003)

A densidade populacional estimada na Rocinha é de 904,55 hab/ha, o que representa uma densidade quase 3 vezes maior do que a densidade do Município do Rio de Janeiro (336,60 hab/ha) e 13 vezes maior do que a densidade da RA Lagoa, onde estão inseridos os bairros de São Conrado e da Gávea, (76,70hab/ha).⁵³

	ROCINHA	GÁVEA	SÃO CONRADO
ÁREA	143,72 ha	257,96 ha	648,86 ha
POPULAÇÃO	Censo/2000 - 50.200 hab Lighth/2000 - 130.000 hab	Censo/2000 - 7.475 hab	Censo/2000 - 11.155 hab
DENSIDADE	Censo/2000 - 349, 29 hab/ha Lighth/2000 - 904,53 hab/ha	67,74 hab/ha Censo – 5 x menor Lighth – 13 x menos	17,20 hab/ha Censo – 20 x menor Lighth – 53 x menos
IDH	0,735 (29º lugar em 31 no RJ)	0,924 (1º lugar no RJ)	0,873 ⁵⁴
TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL -2001	1,6%	0, 2 %	0, 2 %

Tabela 2.1 – Comparação entre densidades da Rocinha, Gávea e São Conrado.

Fonte: Instituto Pereira Passos.

Interpretação: Danielle Klintowitz

⁵² O Município do Rio de Janeiro é dividido 05 Áreas de Planejamento (AP), que por sua vez são subdivididos em 34 Regiões Administrativas (RA). (Mapa de áreas de planejamento e regiões administrativas, IPP, 2005)

⁵³ A densidade de 904,55 hab/ha RA Rocinha foi calculada baseada nos dados não oficiais, do censo da Light que afirma que a população da Rocinha é de 130.000 habitantes. Segundo os dados oficiais de 2006, sua população é de 64.213 habitantes, o que resulta em uma densidade de 446,80 hab/ha; sendo mesmo assim, ainda 6 vezes maior do que a densidade da RA Lagoa. (Secretaria Municipal de Transportes - Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2005.)

⁵⁴ O IDH de São Conrado não é representativo para o bairro, porque na análise foi incluída também a região da favela do Vidigal, o que fez com que o índice baixasse.

A população da Rocinha é composta por 49,24% de mulheres e 50,75% de homens; e 98,50% desta população mora em domicílio permanente, sendo que 73,97% destes domicílios é constituído por casas, 21,58% por apartamentos e 04,44% são cômodos. A maioria (72,20%) dos domicílios é própria e apenas 26,42% é alugado. A densidade domiciliar observada na Rocinha não é muito alta e compõem-se da seguinte maneira: 48,44% dos domicílios têm de 2 a 3 pessoas, 30,93% têm de 4 a 5 pessoas e apenas 08,95% dos domicílios têm mais de 5 habitantes.⁵⁵ Em média cada domicílio tem apenas 1,08 banheiros. (FGV,2004)

O maior grupo etário existente na Rocinha é de pessoas entre 20 e 24 anos (12,12%); o número de crianças também é muito significativo, sendo 28,80% que de sua população é constituída por crianças de 0 a 14 anos e; como aponta os índices de longevidade, presentes na análise do IDH da cidade, o número de pessoas idosas é baixo com apenas 6,5% da população acima de 50 anos, ou seja, a maior concentração populacional se encontra entre jovens e crianças. A idade média da população é de 26,02 anos. (FGV,2004)

Quanto à escolaridade, na Rocinha a maior porcentagem está entre as pessoas que tem de 4 a 7 anos de estudos (31,75%), sendo que em segundo lugar se encontram os que não têm estudo nenhum (27,07%). Tem, ainda, uma taxa de 13,11% de analfabetismo dentre sua população, o que a coloca em 3º. lugar no ranking de analfabetismo entre as regiões administrativas em na região metropolitana do Rio de Janeiro. (IPP, 2002)

“Obteve [a Rocinha] o menor IDH-Educação da Cidade, 0,818. Das três favelas analisadas, a Rocinha mostra o mais forte desequilíbrio no IDH-Educação, pois, encontra-se abaixo da norma. Por outro lado, nas outras duas dimensões – Longevidade e Renda – esta região administrativa encontra-se localizada acima da norma.” (IPP,2003)

A maior parte da população da Rocinha trabalha na própria Zona Sul, sendo que 28,96 % de sua população é inativa e, apenas 26,93% é empregada com carteira assinada. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2001) A mesma pesquisa realizada pela FGV em 2004 determinou que 21,89% da população da

⁵⁵ Armazém de Dados – Instituto Pereira Passo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico 2000; Resultados do Universo.

Rocinha se encontrava abaixo da linha da miséria que era determinada pela renda de até R\$ 79,00 mensais. (FGV,2004)

A tabela abaixo apresenta o tipo de ocupação e seu percentual dentro da população da Rocinha.

Ocupação	% População
Funcionário de Alto/Médio Escalão	1.24
Funcionário de Baixo Escalão	2.18
Profissional Liberal com Curso Superior	0.73
Autônomos (corretor, técnico, prof. particular)	4.67
Autônomos (chofer, caminhoneiro, pedreiro)	9.96
Biscateiro, Produção doméstica	33.40
Médio ou grande proprietário	0.21
Pequeno proprietário	16.29
Micro proprietário	27.59
Empregados domésticos	1.04
Outros	2.70

Tabela 2.2 – Ocupação da População da Rocinha

Fonte: "Mapa do Fim da Fone II – Zoom nas Favelas Cariocas" – FGV . Rio de Janeiro, 2004.

De acordo com a associação comercial da Rocinha abriga cerca de 2500 estabelecimentos comerciais, entre lojas de venda a varejo, bares, academias de ginástica, restaurantes, papelarias e outros. São na sua maioria micro e pequenas empresas, com poucas exceções, como as lanchonetes *Bob's* e *McDonald's* quem têm lojas instaladas na região de maior concentração comercial. Várias empresas e instituições de peso vêm se instalando nos últimos anos na comunidade, o que têm ocasionado um bom desenvolvimento comercial na região. Ainda, segundo a associação comercial encontram-se na Rocinha: 2 Bancos (CAIXA e BANERJ), 2 Rádios, 3 jornais, 3 Salas de Variedades, 2 pontos de táxis, diversos pontos de moto-táxis e duas linhas regulares de Combis (Rocinha-Botafogo e Rocinha –Copacabana), assim como vans que cobrem o circuito interno. Além destes serviços, a Rocinha, ainda conta com uma variada gama de empreendimentos comerciais e institucionais como o Sebrae, Vivacred, revendedoras de celulares, concessionária de tevê a cabo, a TV Roc e lojas de eletrodomésticos.

"Há quem diga, inclusive que não passa um mês sem que um novo estabelecimento comercial abra suas portas" (LEITÃO, 2004: 71)

Essa nova dinâmica econômica, principalmente no que se refere ao comércio na Rocinha, cumpre um papel importantíssimo na absorção de mão-de-obra local.⁵⁶ O dono da TV ROC⁵⁷ revela a abrangência de seu serviço dentro da comunidade:

"Hoje temos 30 000 assinantes....) Eles pagam quando podem! Oferecemos um pacote de 22 reais por mês. TV ROC é um projeto financeiro e social. A maioria da comunidade da Rocinha é assinante. Temos pessoas que pagam regularmente e há pessoas que pagam sistematicamente um mês atrasado e nós não descobrimos o por quê. 40 % pagam, a maioria são mulheres..." (REGINENSI: 2004)

Em termos de infra-estrutura urbana a Rocinha ainda sofre de grande deficiência. A rede pública de água potável não é suficiente para toda a população da Rocinha que a complementa com redes coletivas, executadas e gerenciadas pelos próprios moradores a partir de fontes naturais existentes na Floresta da Tijuca ou pela própria rede de abastecimento público. Estas redes coletivas são formadas pelo somatório dos canos que conectam as casas à rede pública e ficam expostos sobre as vias. Em alguns casos, como na Rua Um, o conjunto de tubos chega a ter 30cm que passam sobre o eixo do beco, ocupando parte da área de circulação. Na Dionésia a rede coletiva é aérea, sustentada pelos fios e cabos da rede elétrica. (ANDRADE,2002:153) A rede de drenagem das águas pluvial também não é subterrânea, o que causa muitos transtornos de transbordamento e sujeira na rede.

A iluminação pública é muito irregular. Apenas o Largo dos Boiadeiros e a Rua Um são bem iluminadas, nas outras vias de circulação de veículos também existem postes de iluminação pública, mas a distância entre eles não é regular e não garantem boa iluminação. As redes de iluminação são sustentadas por postes de concreto nas vias principais e de madeira nos becos. A quantidade de cabos e fios elétricos, que se acumulam nos postes é enorme, o que além de

⁵⁶ <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/producoes/noticias/2082.asp>

⁵⁷ A TV Roc é uma distribuidora de televisão a cabo, afiliada da NET RIO, que fornece o sistema de televisão a cabo para população da Rocinha e também produz um canal comunitário que apresenta programas sobre os acontecimentos locais. "Prestamos serviços de tv por assinatura via cabo desde o ano de 1996, através de fibra óptica de 112 pelos e cabos coaxiais .750. Nossa rede foi construída em 100% da Rocinha dentro dos padrões internacionais, acompanhada por consultores americanos sistema totalmente mapeado e identificado, com base em pontos de GPS e digitalizado em autocad. Nossas vendas e instalações são instantâneas, pela dificuldade de localização de endereços na comunidade, criamos nosso próprio localizador digital, nossa cobrança é entregue nas residências pessoalmente por nossos funcionários caracterizando um atendimento personalizado ao cliente." (<http://tvrocinha.com/>)

poluir a paisagem urbana, ainda são grandes focos de preocupação dos moradores, devido ao grande número de acidentes registrados, principalmente com crianças.



Figura 2.3 - canos aéreos da rede de água

Fonte: Site Imagens do Povo –
<http://www.imagensdopovo.org.Br>

Foto: J R Ripper



Figura 2.4 – “Gatos” de Energia

Foto: Danielle Klintowitz

Em muitas regiões não há iluminação pública e a iluminação das travessas e becos é garantida apenas pela iluminação das casas. Nos casos de becos em forma de “túneis”, pela iluminação colocada por moradores nas lajes que cobrem os becos.

Quase a totalidade dos domicílios da Rocinha (99,82%) recebe energia elétrica da rede pública e abastecimento de água canalizada (96,20%), entretanto apenas 60,50% destes mesmos domicílios, têm rede de esgoto e somente 10,15% recebe o serviço de coleta de lixo na porta da casa, os outros 89,85% recolhem o lixo doméstico através de caçambas.⁵⁸ A coleta de lixo é um dos maiores problemas de infra-estrutura enfrentados na Rocinha. Como o acesso de veículos é difícil, o caminhão do lixo só passa na Estrada da Gávea. Ao longo desta avenida existem caçambas que servem como pontos de coleta para os caminhões de lixo, mas estes depósitos não são suficientes para o grande volume de lixo gerado diariamente e acabam transbordando. Além da dificuldade de acesso do caminhão de lixo a algumas áreas, a coleta de lixo não é regular, o que acaba por gerar acumulo de lixo em inúmeros locais usados como depósito de lixo a céu aberto. Por causa desta precariedade, a comunidade organizou o sistema de garis comunitários, que fazem a varredura dos espaços públicos dos becos e travessas, mas o número deste garis não é suficiente para a extensa área da comunidade. Também não existem muitos telefones públicos nas ruas da Rocinha.⁵⁹

No mapa 05, a seguir, elaborado por Mayerhofer & Todelo (2000), pode-se verificar que a grande concentração de equipamentos de saúde, educação e instituições comunitárias está localizada ao longo da Estrada da Gávea e na região próxima a São Conrado, que são as áreas mais consolidadas da comunidade e que apresentam melhores padrões construtivos. Nas áreas aonde o acesso se dá quase que inteiramente por becos e vielas a população sofre com a carência de equipamentos, precisando sempre se deslocar às áreas mais consolidadas para acessá-los.

⁵⁸ Armazém de Dados – Instituto Pereira Passo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico 2000; Resultados do Universo.

⁵⁹ Ver mapa 05 com identificação dos principais serviços e suas localizações na comunidade.

MAPA 05 - INFRA-ESTRUTURA

FONTE: MAYERSHOFFER & TOLEDO, 2006

FONTE: MEYERHOFF & TOLEDO, 2006

2.2. EVOLUÇÃO MORFO-TERRITORIAL

A favela da Rocinha originou-se em meados da década de 1920, nos morros da Praia da Gávea, atual bairro de São Conrado, região que apesar de sua proximidade com os bairros de elite da Zona Sul, não apresentava, neste momento, interesse para ocupação por parte das elites. Em primeiro lugar, por se localizar em cotas altas, mas principalmente porque a cidade do Rio de Janeiro manteve-se muito concentrada entre o começo da zona sul e o centro, até meados da década de vinte. Villaça (2005:167) descreve que “*durante mais de um século não surgiu no Rio nenhum bairro residencial das elites localizado a distância maior que a Gávea, na chamada zona sul*”. A Av. Niemeyer, que liga o bairro do Leblon a São Conrado só foi construída em 1916⁶⁰, época em que os bairros do Leblon e Gávea ainda eram pouco ocupados, e que a Lagoa era habitada apenas por operários que ocupavam terrenos abandonados e pantanosos. (ABREU, 2006:126)

Nesta época, a área, hoje ocupada pela Rocinha, se constituía como uma grande fazenda denominada *Fazenda Quebra-Cangalha*, sendo que grande parte de seu terreno compreendia, ainda, uma densa floresta remanescente da Mata Atlântica. Entre 1927 e 1930, como parte do processo de intensificação de ocupação da zona sul, esta fazenda foi parcelada em lotes de 270 m², destinados a um público de baixa renda. Seus primeiros ocupantes foram, na maioria, comerciantes portugueses e operários de fábricas situadas nas proximidades, principalmente na Gávea. (LEITÃO, 2004:76)

⁶⁰ O caminho que viria a ser a Av. Niemeyer, foi construído e entregue a cidade pelo Comendador Conrado Jacob Niemeyer, que era proprietário no local. Apenas em 1920, a Prefeitura Municipal alarga o caminho aberto pelo Comendador e o transforma na Av. Niemeyer. (ABREU, 2006:95)

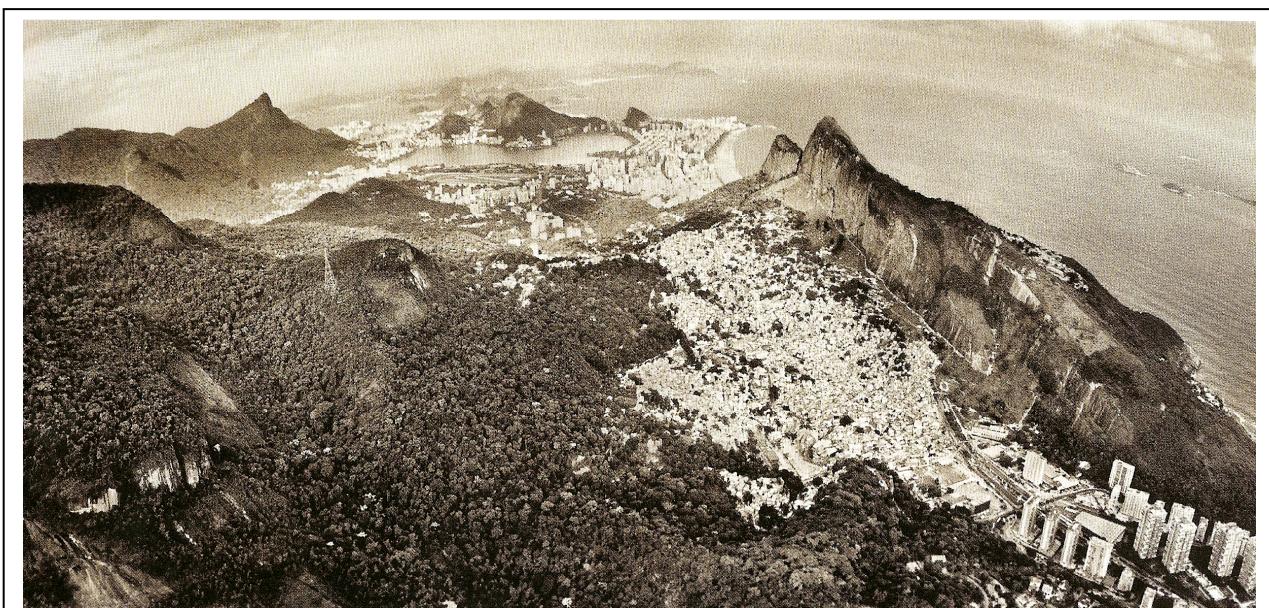
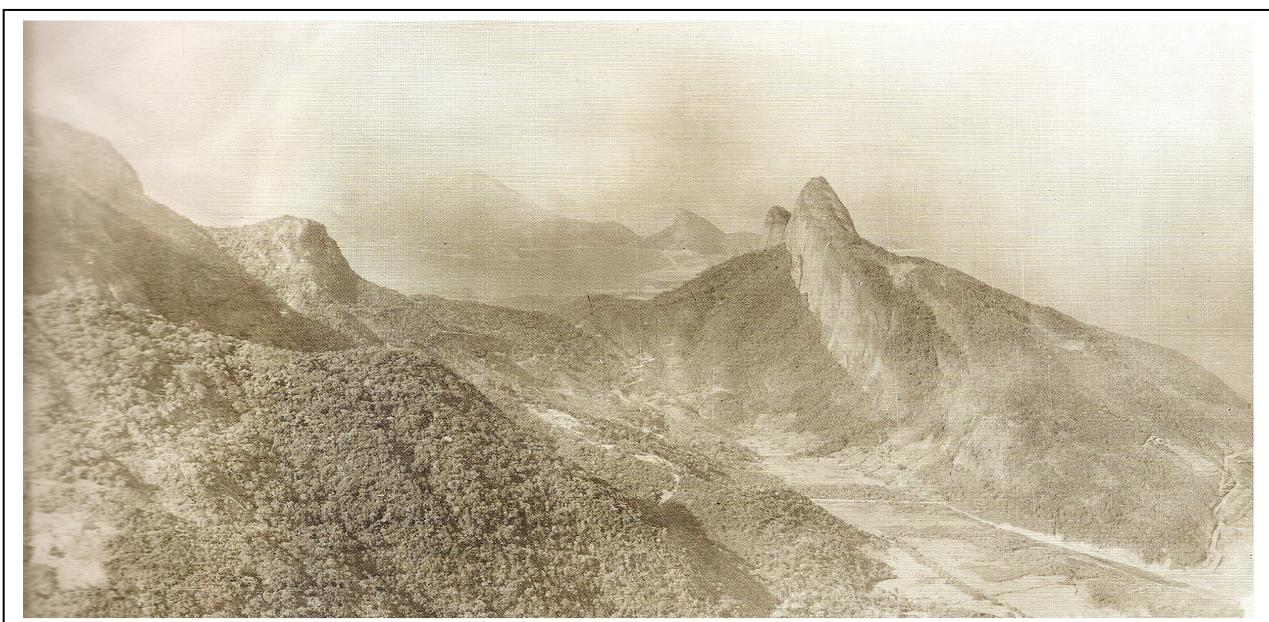


Figura 2.5 - Morros da Gávea no início e no fim do Séc. XX

Fonte: CYPRIANO, 2005.

Neste momento, a localização da Rocinha ainda era periférica em relação às áreas centrais da cidade, apresentando difícil acesso e total falta de infraestrutura urbana. Em 1935, foi instalada uma rede de energia elétrica na Estrada da Gávea, polo original de desenvolvimento da Rocinha, favorecendo a venda dos lotes existentes. Nesta mesma época, embora 80 lotes já houvessem sido vendidos, o loteamento não conseguiu obter sua regularização junto ao poder municipal por não cumprir as normas vigentes da legislação urbanística. As vendas foram interrompidas. Em 1937 a companhia responsável pelo loteamento acabou entrando em falência, o loteamento foi abandonado e assim iniciou-se a

efetiva favelização e constante construção de habitações informais que se verifica até hoje. (SEGALA, 1991:102)

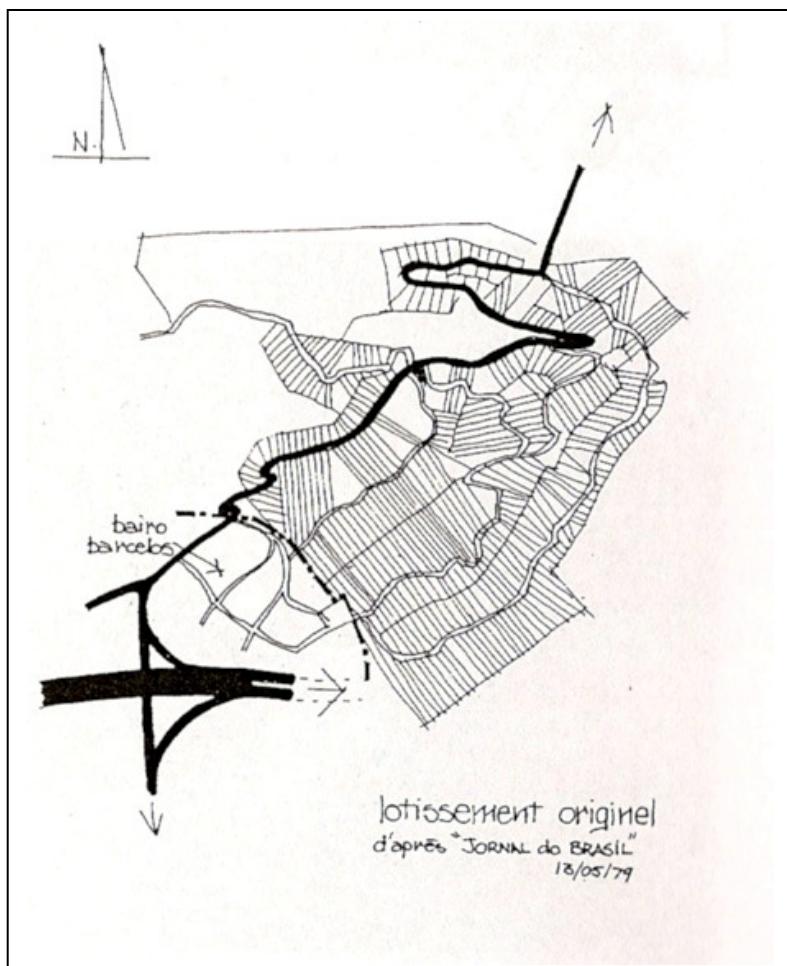


Figura 2.6 – Loteamento original da Rocinha
Fonte: DRUMMOND:1981

Os compradores iniciais nunca receberam suas escrituras definitivas, mas após a morte do proprietário loteador, seus herdeiros não se interessaram pelo terreno por causa dos embargos ao empreendimento e a posse dos proprietários de lotes nunca foi questionada. Este fato contribuiu para a imagem originária da Rocinha como “terras sem dono”. Assim, esta área, que se encontrava desprezada, disponível e com a presença de novos loteamentos irregulares, tornou-se perfeita para a ocupação de uma população carente, pois se encontrava ainda, muito perto dos locais com oferta de emprego. (ANDRADE: 2002; LEITÃO: 2004)

“A Rocinha não surgiu a partir da invasão deliberada de áreas públicas ou de terceiros. Sua origem está relacionada a uma complexa dinâmica que envolveu trabalhadores em busca de terras baratas para construir suas habitações, empreendedores imobiliários que não atenderam às exigências da legislação e um poder público que não controlou a execução do loteamento e a comercialização dos seus terrenos e não

assegurou os direitos dos consumidores que adquiriram tais terrenos.”
(ANDRADE, 2002:10)

Na década de 1930 a Rocinha ainda tinha uma aparência rural, dispersa, pouco densa e era constituída por casas de madeira e taipa. (PREFEITURA MUNICIAPAL DO RIO DE JANEIRO: 2001) Apesar da pouca densidade, o Censo Predial de 1933 contou 5.910 prédios na circunscrição da Gávea, que incluía a Rocinha, destes 1.447 (24,5%) eram casebres. (ANDRADE: 2002)

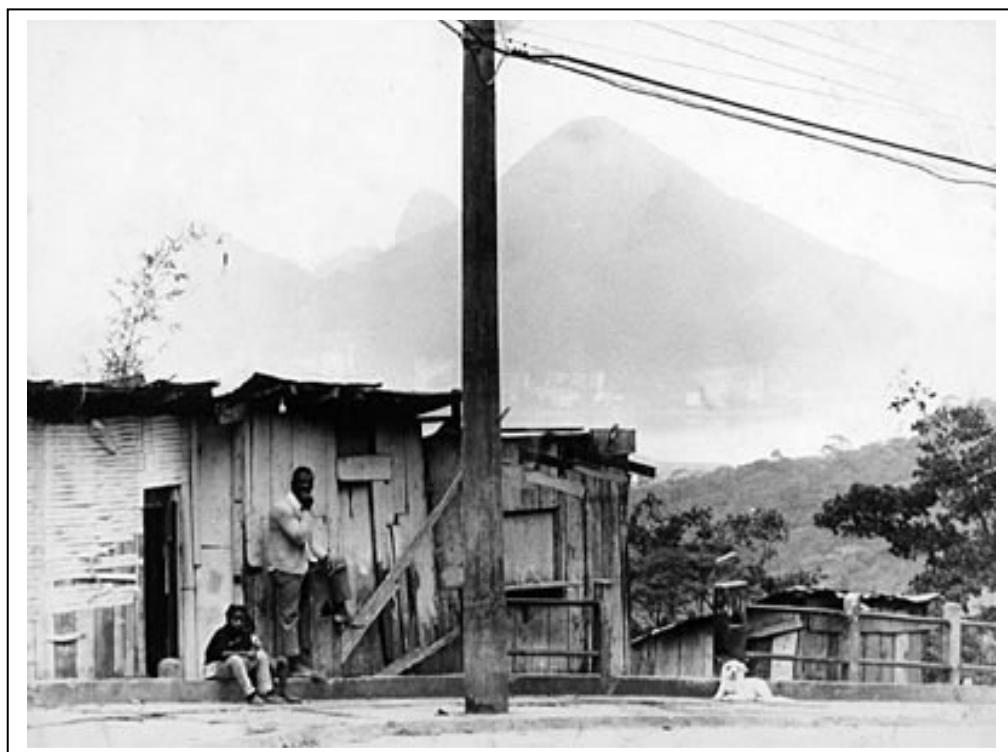


Figura 2.7 – Começo da existência da Rocinha

Fonte: Site Favela Tem Memória - <http://www.favelatemmemoria.com.br/>

Foto: Arquivo Nacional, acervo do Correio da Manhã, data desconhecida

Em 1938, a Estrada da Gávea foi pavimentada, tornando-se uma via pública mais acessível, o que incrementou o processo de invasão. Neste período ocorreu pela cidade o boato que na Rocinha havia “terras do Governo”, para serem ocupadas sem a necessidade de apresentação de títulos de propriedade. Iniciou-se assim, um processo de ocupação mais intenso. Nesse mesmo ano, uma capela da Igreja Católica foi inaugurada, também na Estrada da Gávea, nascendo, no local, o primeiro centro comercial e de serviços da favela.

Até o início da década de 1940, seus moradores se concentravam basicamente em três áreas distintas: no sopé do morro, em uma faixa ao longo da Estrada da Gávea e nos lotes situados na primeira rua da comunidade, o *Caminho dos Boiadeiros*.⁶¹ Nesta época, as condições de vida ainda eram muito precárias e a Rocinha se conectava com a cidade apenas através da Estrada da Gávea, pois o Túnel Dois Irmão só foi construído na década de 1970.

A Rocinha não teve iluminação em suas moradias antes de 1948, quando a Fundação Leão XIII⁶² iniciou os seus trabalhos de promoção de eletrificação das favelas. Mas, inicialmente, só havia luz elétrica nas ruas, os barracos eram iluminados apenas com lampiões e lamparinas de querosene ou velas. A iluminação elétrica nas casas chegou primeiro à Estrada da Gávea, os habitantes de outras regiões, inicialmente, só conseguiram a energia elétrica através da cessão realizada pelas pessoas residentes nesta estrada (CARVALHO FILHO: 2003).

O crescente aumento de população observado na Rocinha a partir da metade da década de trinta e que perdurou por toda década de 1940, fez parte de um processo global de crescimento da cidade do Rio de Janeiro, que no período de 1906 a 1930, época do surgimento da Rocinha, caracterizou-se por uma expansão muito grande de seu tecido urbano; sendo que na década de 1940 observou-se o período de maior proliferação de favelas. O censo de favelas realizado em 1948 revelou um contingente de 138.873 habitantes nas 105 favelas existentes na época. (ABREU: 2006.)

Com o crescente aumento populacional da cidade, devido, principalmente, ao fluxo migratório, a partir da década de 1950, começou haver uma expansão territorial da Rocinha. (ABREU:2006) Embora, muitos de seus habitantes iniciais

⁶¹ Ver mapa 06 de evolução da ocupação territorial da Rocinha.

⁶² “A Fundação Leão XIII foi a primeira e, até a década de oitenta, a maior instituição de assistência social que atuou em localidades faveladas do Rio de Janeiro, fundada com o objetivo de assistir moral e materialmente os seus habitantes. (...) a Fundação Leão XIII estabelecia uma relação peculiar com as localidades faveladas, devido ao seu alto grau de enraizamento, conseguido justamente através dos referidos Centros de Ação Social, localizados em suas bases dentro das favelas. (...) A Leão XIII fixou sua base na Rocinha em 1949, ficando lá instalada até o ano de 1983, quando, em razão de animosidades entre a cúpula da instituição e a Igreja Católica, teve seus trabalhos de intervenção encerrados. Suas atividades eram realizadas em salas da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem – localizada na micro-área denominada Rua Um, às margens da estrada da Gávea, na região central da favela – tendo sido o espaço disponibilizado através de um convênio firmado entre a Paróquia e a Fundação.” (RAMOS: 2005)

tenham sido operários das várias indústrias que se localizavam nos bairros vizinhos da Gávea e do Jd. Botânico, a maior parte de sua população teve origem a partir do êxodo rural. Entre as décadas de 1940 e 1950 o Rio de Janeiro recebeu um enorme contingente de migrantes do Nordeste e, no começo da década de 1950, a favela da Rocinha já se caracterizava como um dos grandes núcleos de moradores nordestinos na cidade.⁶³

Aliado ao crescimento territorial, observou-se, também, uma melhoria nas construções das áreas mais consolidadas. Os barracos destas áreas, que até então eram muito precários feitos com materiais descartáveis e cobertos com “papelão pichado” (UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA, 1983), foram sendo substituídos por barracos de madeira. Concomitantemente, enquanto as construções mais antigas eram melhoradas, surgiam, nas encostas mais altas do morro, novos barracos que, por sua vez, eram tão precários quanto os que estavam sendo aprimorados. Os vetores de crescimento eram, ainda neste momento, as ruas abertas pelo loteamento original.⁶⁴

Durante as décadas de 1940 e 1950, o governo federal e a prefeitura procuraram deter a transformação dos barracos de madeira em alvenaria, na tentativa de impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se definitivamente. Se houvesse infração a essa resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. No entanto, apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente impuseram-se. Alguns, para burlar a lei, edificavam cômodos com paredes de tijolos sob a de tábuas. (LEITÃO: 2004)

O primeiro recenseamento feito na Rocinha, em 1950, apontava a existência de 4.513 habitantes. Tendo uma ocupação rarefeita, não se caracterizava por uma alta densidade como as demais favelas cariocas da época e sua paisagem ainda se confundia com uma localidade rural. (LEITÃO: 2004) No final da década de

⁶³ Segundo Leitão: “Os levantamentos feitos pela UPMMR [associação de moradores da Rocinha], no final de 1987, revelam nas palavras de uma diretora da entidade, que a “Rocinha é a capital do Nordeste no Rio de Janeiro”: em cada 14 pessoas, oito são cearenses e três paraibanos.” (LEITÃO, 2004:70)

⁶⁴ Ver mapa 06 de evolução da ocupação territorial da Rocinha.

1950 o *Relatório Aspectos Humanos* da favela Carioca (*Apud LEITÃO:2004*) apresentava a Rocinha com as seguintes características:

"Possui cerca de 3.000 habitantes e sua grande maioria é constituída de trabalhadores, operários da construção civil, industriários, funcionários da Prefeitura e biscoateiros. Algumas construções são prédios de dois andares, bem conservados. A Igreja e as instalações do Centro Social Leão XIII ficam numa quadra ampla, própria. Os principais prédios se situam ao redor desta área. A Rocinha possui várias biroscas (...) um açougue, uma padaria e confetaria, duas farmácias e um armazém."

No período entre 1950 e 1960, a favela cresceu vertiginosamente, tendo um aumento populacional de 228% (de 4513 para 14 793 habitantes), com o aumento de 912% de domicílios (de 307 para 3017). (UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA, 1983) Mas, apesar do enorme crescimento populacional, até o começo de 1960, a tipologia construtiva encontrada na Rocinha ainda era basicamente constituída por casas térreas, muitas, ainda, de madeiras cobertas com telhas de barro ou de zinco, sendo que poucas destas casas possuíam banheiros internos com instalações sanitárias adequadas, os principais imóveis situados ao longo da Estrada da Gávea, eram em sua maioria casas, havendo alguns prédios de dois andares de alvenaria, bem conservados.

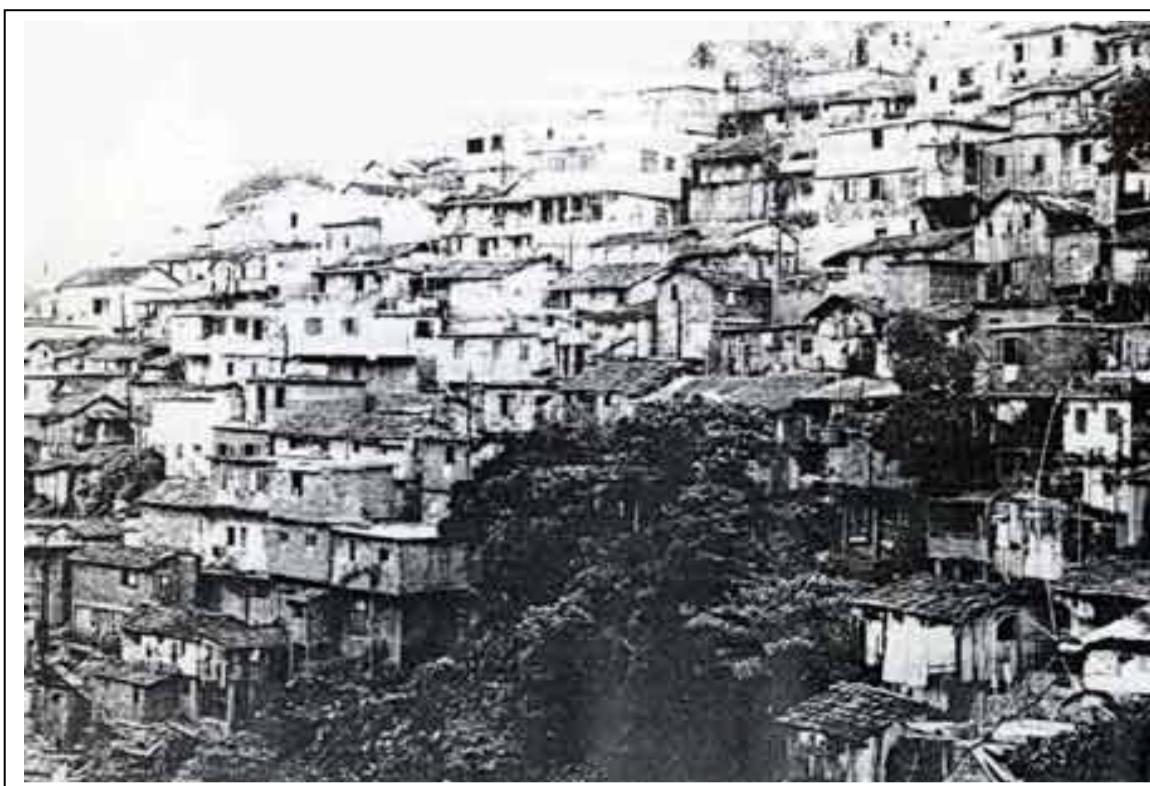


Figura 2.8 – Rocinha na década de 1950

Foto: Varal de Lembranças, 1983.

Mas o processo de consolidação e melhoria das habitações, que se mostrava acelerado, sofreu um processo de desaceleração nos anos 1960 durante o governo de Carlos Lacerda que começou um intenso programa de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A administração de Lacerda chegou a remover 27 favelas com 41.948 habitantes. Com o golpe militar em 1964, a política remocionista permaneceu e até se agravou devido ao esvaziamento das práticas políticas-eleitoreiras, que diminuíram as ações clientelistas e as possibilidades de resistência das comunidades faveladas. A Rocinha sofreu três remoções parciais: em 1968, 1971 e 1975 (SEGALA: 1991).

Apesar do temor da remoção estar assombrando a comunidade, em 1964, toda a área plana da favela, atual Bairro Barcelos, ao lado da auto-estrada Lagoa-Barra, foi loteada pela Imobiliária Cristo Redentor. Essa área era um matagal em terrenos alagadiços que já possuía uma vila, chamada Vila Rica, com algumas casas que se localizavam na Via Ápia uma das principais ruas do atual Bairro Barcelos. A área loteada fazia parte de um espólio, e sua divisão foi decidida pelos herdeiros em comum acordo. Os lotes, medindo 80m², foram vendidos de forma facilitada com entrada de 10% do valor total e prestações mensais de 25% sobre o salário mínimo regional. Porém, mais uma vez, a Prefeitura Municipal não reconheceu o loteamento, alegando que o problema da herança ainda não havia sido resolvido e que a área dos terrenos não correspondia ao mínimo permitido. Mesmo assim, todos os terrenos foram vendidos e ocupados.

A companhia loteadora utilizou como marketing, para vender os terrenos, a idéia de que quem morasse no Bairro do Barcelos era “melhor” do que quem morasse nas outras regiões da Rocinha. Este fato gera, até hoje, desconfianças e desagravos dos moradores da “parte alta” com os moradores do Bairro do Barcelos. (GRYNSPAN & PANDOLFI: 2003) Apesar destas desconfianças, os moradores da comunidade toda, incluindo os moradores da parte alta e os moradores do novo bairro, se uniram para completar a urbanização da área, com pavimentação, rede de água e luz. Esta união em prol da finalização da urbanização do novo Bairro do Barcelos tinha como objetivo estratégico o reconhecimento por parte do Poder Público do novo loteamento como um “bairro”, pois acreditava-se que com isso diminuiriam as ameaças de remoção de toda a região da Rocinha. (SEGALA: 1991)

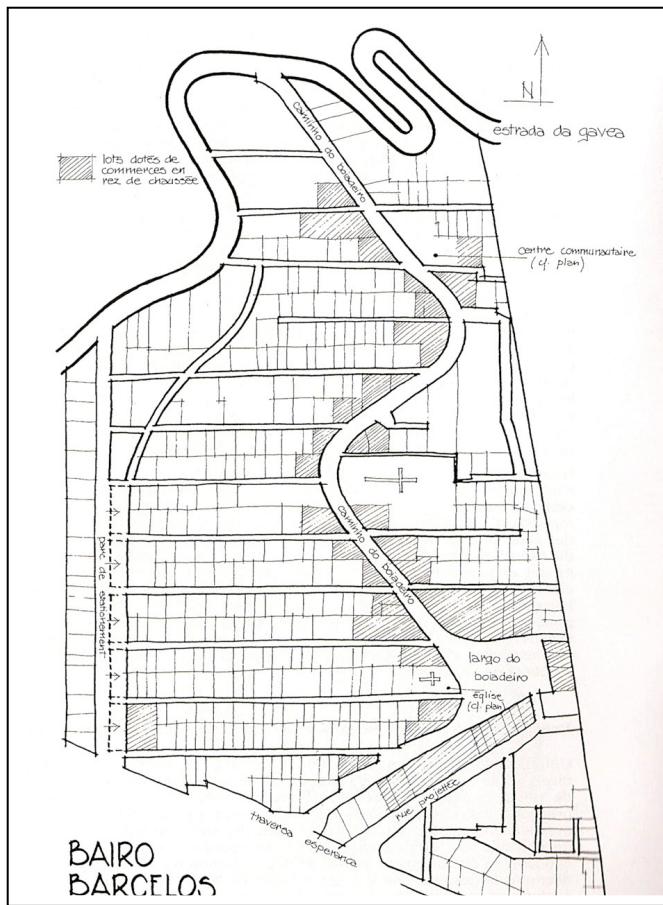


Figura 2.9 – Loteamento original do Bairro do Barcelos
Fonte: DRUMMOND:1981

Até a década de 1970, a política de remoção permaneceu no Rio de Janeiro, criando um estrangulamento na oferta de moradia de baixa renda na cidade. Em consequência, as favelas remanescentes, como a Rocinha, sofreram um extraordinário crescimento.

No mesmo período, a abertura da Auto Estrada Lagoa-Barra foi outro grande marco no desenvolvimento da Rocinha, pois, a partir da construção desta via, o acesso ao local foi facilitado e o bairro de São Conrado passou a ser mais ocupado. Projetada em 1965 e implementada entre 1966 e 1971, a Auto-Estrada Lagoa Barra fez parte do conjunto do Anel Rodoviário do antigo Estado da Guanabara, e foi planejada visando uma forte expansão territorial, que realmente se deu no final da década de 1960, em direção a zona oeste da cidade, onde hoje se localiza a Barra da Tijuca. Esta expansão territorial da cidade era fomentada pela especulação imobiliária que contava com a decisiva ajuda do Estado, para abrir vias e disponibilizar infra-estrutura. (ABREU: 2006) Nesta época, por estar

situada a meio caminho entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca, a Rocinha se firmou definitivamente como uma alternativa de moradia para os trabalhadores, principalmente da construção civil, que aproveitavam as ofertas de emprego do grande mercado em expansão na região. Ao final desta obra viária, a abertura do Túnel Dois Irmãos ligando os bairros da Gávea a São Conrado, além do conjunto de túneis e vias elevadas que conectaram a Zona Sul à Zona Oeste, consolidaram efetivamente a Rocinha como o “*locus da força de trabalho que contribuirá para a construção e a manutenção da novíssima Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.*” (LEITÃO,2004:83) Na mesma época, a construção de hotéis de luxo e outros empreendimentos imobiliários em São Conrado, também geraram diferenciadas ofertas de emprego.

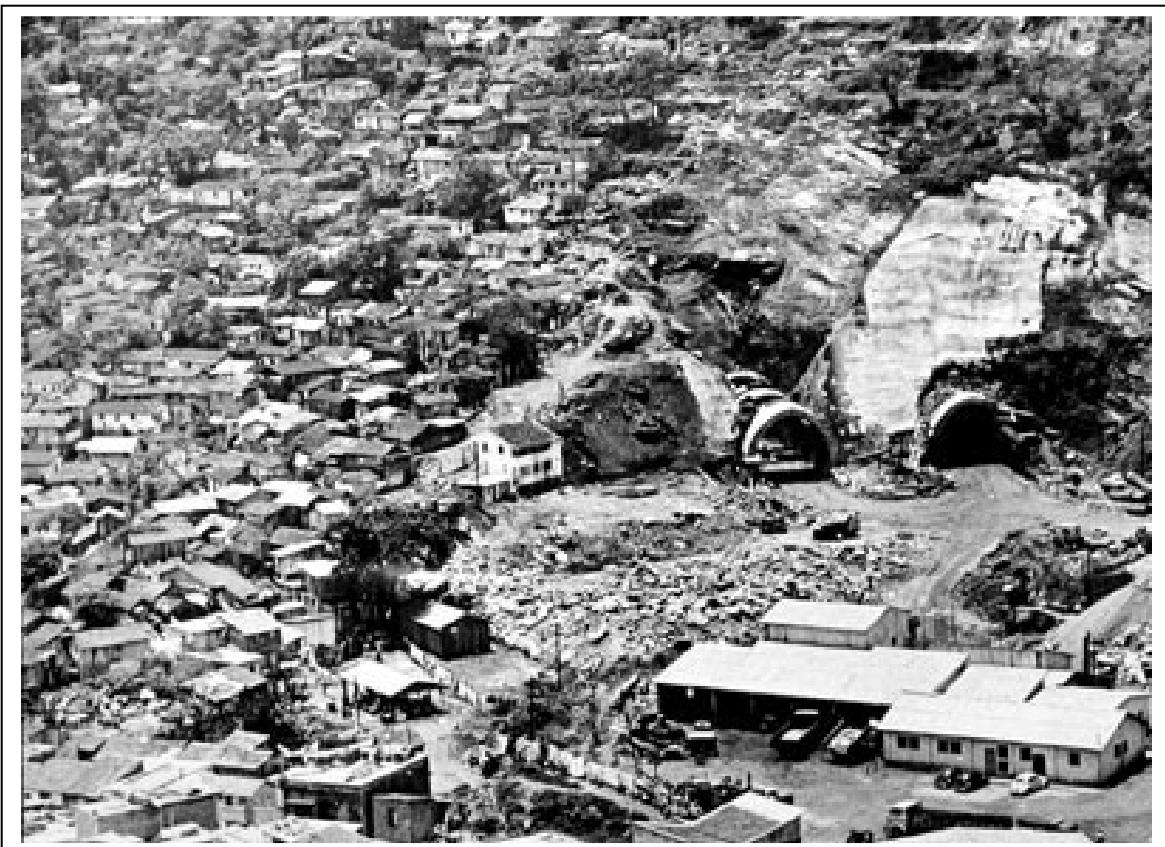


Figura 2.10 – Construção do túnel dois irmãos

Fonte: Site Favela Tem Memória - <http://www.favelatemmemoria.com.br/>

Foto: Arquivo Nacional, acervo do Correio da Manhã, 1970

A abertura do Túnel Dois Irmãos, em 1971, provocou, ainda, uma significativa alteração na configuração espacial da Rocinha, pois deslocou o centro da comunidade, com maior concentração comercial e de serviços, localizado na

Estrada da Gávea, para a parte baixa da favela, junto à Estrada Lagoa-Barra, local que se caracteriza como a maior centralidade na comunidade até hoje. A construção do túnel acarretou, também, a remoção de parte das moradias que ocupavam uma área sobre o Morro Dois Irmãos e, em decorrência dessa remoção houve a ocupação do Campo da Esperança, um campo de futebol que existente na região. (UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA, 1983)

Com todos estes eventos promotores de sua expansão, a Rocinha já apresentava na década de 1970 uma enorme extensão e densidade. Segundo dados da Prefeitura Municipal, em 1974, a favela apresentava uma população de 33.790 habitantes, ou seja, um crescimento de 128%, em relação aos dados de 1960 e, um total de 7500 domicílios com um crescimento de 149% em relação a década anterior. Então, a Rocinha ocupava uma área de 453 440 m².⁶⁵

“Já em 1976, essa favela encontrava-se restrita em ambos os lados pela malha urbana da Gávea e de São Conrado, bem como ao sul, por um grande afloramento localizado no morro Dois Irmãos, maciço da Tijuca”(MENDES & SIMÕES & RIBEIRO & CARNEIRO: 2001)

Com o desaquecimento da política de remoções e com a possibilidade crescente da abertura política que trazia de volta as práticas clientelistas, paulatinamente os barracos de madeira e zinco voltaram a ser substituídos por casas de alvenaria, erguidas a partir das sobras de materiais de construção dos grandes condomínios de São Conrado e Barra da Tijuca. Ao mesmo tempo, começava a aparecer na comunidade toda série de serviços.⁶⁶ A implantação desta nova infra-estrutura ajudou na organização espacial, facilitando o aparecimento de comércio e instituições que estimularam, mais uma vez, o fortalecimento dos movimentos populares que pressionavam o Poder Público por melhorias no ambiente urbano. A partir do final desta década a defasagem de serviços de infra-estrutura entre os diferentes setores começa a produzir uma diferenciação na valorização das regiões e se consolida definitivamente o crescente processo de heterogenização

⁶⁵ Armazém de Dados, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Apesar de os novos serviços serem introduzidos pelo poder público, os moradores precisam se submeter a toda sorte de exigências para conseguir sua implantação. O caso da rede de água encanada é exemplar desta questão: A CEADE (companhia estadual de águas e esgotos) ao implantar em 1976 o serviço, afirmava não ter disponível todo dinheiro necessário e, por isso, acordou com a população que as obras seriam feitas pela mão de obra da instituição, mas que os canos deveriam ser comprados pela própria população, que com isso ganharia uma tarifa reduzida. (GRYNSPAN & PANDOLFI: 2003)

sócio-espacial dentro da Rocinha. Este mesmo processo foi verificado também em outras grandes favelas cariocas na mesma época.

Segundo Drummond, já no inicio da década de 1980, todo o espaço disponível na encosta havia sido ocupado. O autor afirma que a ocupação da Rocinha teve características radiais e lineares ao mesmo tempo, pois o pólo de expansão principal se dava no sopé do morro, estendendo-se de forma radial, e, ao mesmo tempo, que a Estrada da Gávea e as demais vias de penetração, como a Rua Um, Dois, Três e Quatro, caracterizavam-se como vias de expansão linear. O autor conclui, a partir desta observação, que este “crescimento orgânico” deu origem a primeira diferenciação social entre as partes mais altas e mais baixas da comunidade. Nesta época já se podia observar claramente a divisão sócio-econômica do morro: na parte de baixo, estão os moradores mais antigos, morando em casas de alvenaria e com melhor infraestrutura e serviços urbanos, se beneficiando, ainda, da proximidade e facilidade de acesso a outros bairros da cidade; no alto do morro estão os moradores mais recentes, que moram, na sua maioria, em barracos de madeira, sem infraestrutura e com difícil acessibilidade.⁶⁷ Esta mesma dinâmica pode ser observada até hoje, em 2008, 27 anos depois das observações escritas por Drummond. Nas regiões de ocupação mais recente encontram-se, atualmente, barracos feitos de restos de materiais e com condições extremamente precárias, enquanto que em outras regiões mais antigas e consolidadas da comunidade encontram-se edifícios de alvenaria de até 12 andares. Paulo Casé denomina este fenômeno de “*a injustiça da cota*”:

“Quanto mais alto o domicílio, maior será o esforço despendido pelo morador, incluindo os de terceira idade, no freqüente e inevitável trajeto de subida e descida. Quanto mais se sobe o morro, menores são as possibilidades de seus moradores serem estimulados na busca de formas de convívio, de lazer e dos serviços encontrados nas áreas mais baixas ou na cidade formal.” (CASÉ, 1996: 32)

Ainda segundo Drummond, com esta evolução das construções na Rocinha, as moradias foram se tornando cada vez mais “urbanas”⁶⁸ no que se refere aos materiais utilizados, pois os resto precários de obra originais vão sendo substituídos por materiais convencionais da construção civil, adquiridos em lojas

⁶⁷ DRUMMOND: 1981 *apud* LEITÂO: 2004

⁶⁸ Aqui, entende-se o termo “urbano” utilizado pelo autor, como mais próximos das construções da cidade formal.

de material de construção. Um relatório elaborado pela Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA) (*apud* LEITÃO: 2004:152) em 1980 descreve o tipo de material de construção encontrado nas edificações da comunidade, nesta época:

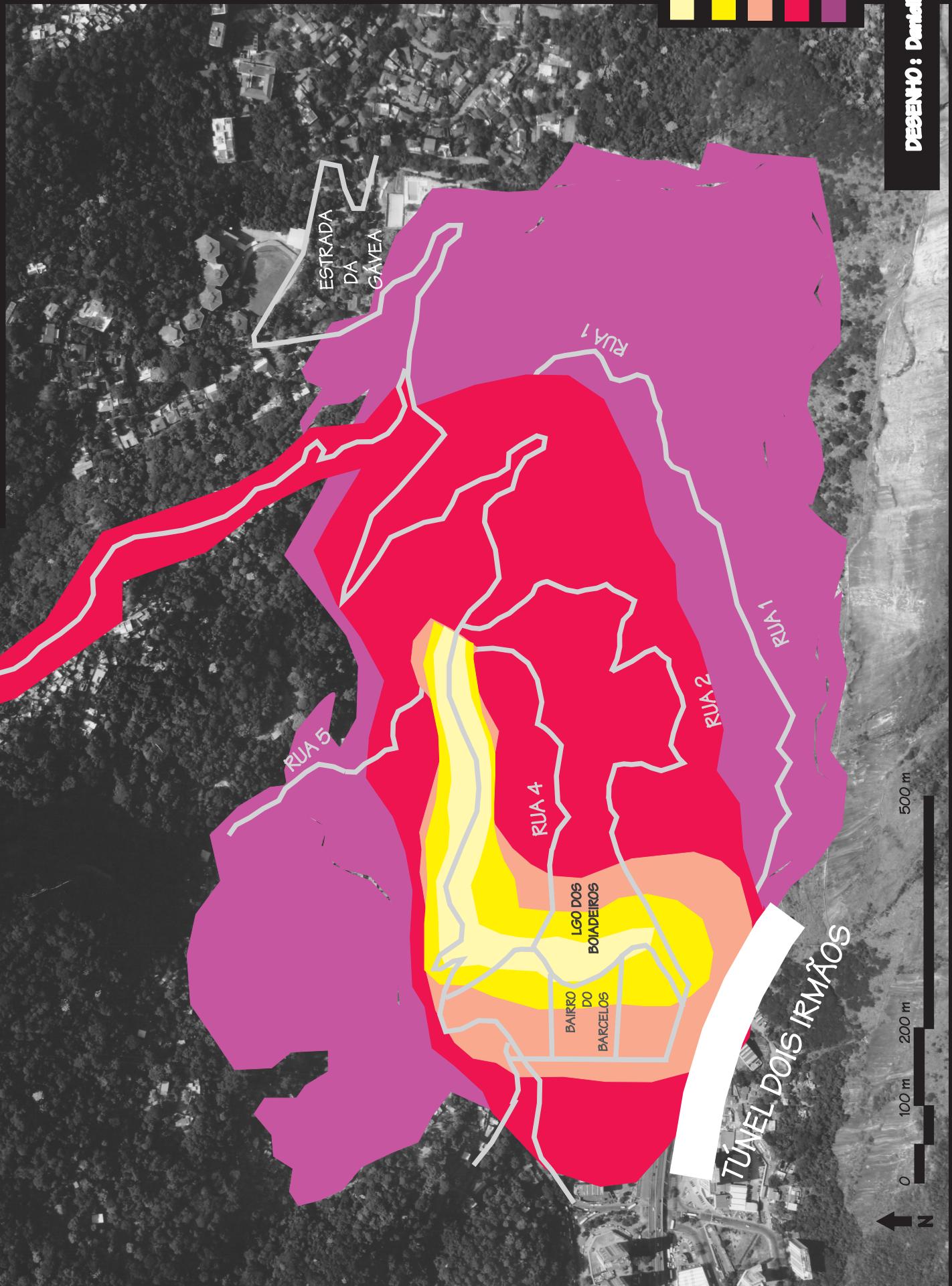
"Embora as formas de construção sejam diferentes daquelas convencionais na cidade (o que resulta numa atmosfera visual específica), os materiais de construção utilizados na favela são os mesmos das construções ditas regulares."

A partir da década de 1980, observa-se também uma significativa melhoria nas condições de vida da população da Rocinha decorrente de investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado. Nesta época, foram observadas também melhorias nas condições das edificações habitacionais. E já no final da década de 1980, praticamente não existiam mais barracos de madeira, a não ser, como se observa até hoje, de moradores recém chegados à comunidade.

Em 1986 a favela da Rocinha foi transformada em bairro, mas só teve a delimitação de sua área regulamentada em 1993 e aprovada através de lei em 1995, constituindo-se hoje, na XXVII Região Administrativa do Município. Apesar da formalização de sua situação como bairro, pouco mudou na configuração física da Rocinha depois deste decreto.

Nos anos 1990 o crescimento da Rocinha prossegue com a expansão do seu território em direção à Floresta da Tijuca. Ocorre nesta época, um novo fenômeno nos diferentes setores: a verticalização das construções com o acréscimo de novos pavimentos. As transformações na morfologia das construções da Rocinha continuam constantes neste período e, já no final da década de 1990 são encontradas construções com 6 pavimentos feitas com estrutura de concreto armado e alvenaria de tijolos cerâmicos.

MAPA 06 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL



2.3. TECIDOS URBANOS E CONFIGURAÇÕES NO COMEÇO DO SÉCULO XXI

Em 2008 a paisagem urbana que se observa na Rocinha é de grande diversidade morfológica, composta tanto por prédios de 6 e 7 pavimentos no Bairro do Barcelos e ao longo da Estrada da Gávea, como por precários barracos de madeira na Macega, Roupa Suja e Portão Vermelho. Entre estes dois extremos há, ainda, uma enorme diversidade de construções, tipologias habitacionais, formas, cores, texturas e gabaritos.

Mas, embora haja uma grande diversidade na morfologia intrafavela, é possível distinguir uma paisagem predominante que se compõe por casas de 2 e 3 pavimentos, em alvenaria, sem revestimento, cobertas com lajes de concreto armado a espera de mais um pavimento.

A maioria das construções da Rocinha encontra-se sem revestimento porque, em geral, os moradores só investem nesta etapa quando já consideram todas as ampliações concluídas. As melhorias internas são priorizadas em detrimento do aspecto externo, o que simbolicamente pode representar uma maior preocupação com a esfera privada do que com a esfera pública. Como as casas só são revestidas e pintadas quando estão definitivamente prontas, o que quase nunca ocorre já que sempre se está construindo mais um “puxadinho” ou uma nova laje, a aparência de canteiro de obras permanente se intensifica. A paisagem, principalmente, nas regiões menos consolidadas, é de uma cidade que nunca está acabada, que está em constante crescimento.

“A impressão que se tem é que se está num canteiro de obras permanente, tal o número de edificações sendo construídas, ampliadas e reformadas.” (LEITÃO: 2004:71)

Em algumas construções que contam com revestimento externo é comum o uso de revestimento cerâmico de cores variadas, trazendo mais colorido à paisagem. Os edifícios, principalmente os mais antigos, foram construídos cada andar por seu proprietário e morador, o que acabou formando um mosaico estético e uma

paisagem constituída por um cenário que parece-se com casas empilhadas umas sobre as outras, com grande variedade de cores e desenhos entre os diferentes pavimentos. Mesmo nos edifícios que são construídos por uma única pessoa, é possível encontrar esta diversidade visual entre os diferentes pavimentos, como se já se tratasse de uma “cultura arquitetônica e estética” local.



FIGURA 2.11 - Mosaico estético das edificações da favela

Fotos: Danielle Klintowitz

A partir de meados da década de 90, a verticalização tornou-se, quase sempre, a única alternativa de expansão das residências na Rocinha, o que gerou um grande crescimento vertical e hoje, a paisagem já se compõe, em muitas regiões, mais por edificações verticais do que horizontais.

“Para atender a demanda crescente por espaço, a solução encontrada por muitos é a verticalização das moradias, investindo tudo que podem nas fundações, já que delas depende, principalmente, esse processo de crescimento para o alto.” (LEITÃO: 2004:72)

A maior parte das casas não tem quintal, pois, as construções tendem a ocupar toda extensão do lote. Este fenômeno é observado em todos os setores, inclusive nos que apresentam densidades menores ou que foram, a princípio, planejados,

como o Bairro do Barcelos e o Labouriaux. O mesmo fenômeno ocorre em relação aos recuos, que são praticamente inexistentes, sendo encontrados apenas em regiões que ainda têm densidade menor. Em toda comunidade a densidade construtiva é muito grande. As construções estão, quase sempre, agrupadas e sobrepostas umas às outras, nas áreas mais densas não existe recuo algum e, muitas vezes, as ampliações das residências encostam suas novas paredes nas janelas dos vizinhos sem o menor constrangimento. (RIBEIRO & STROZENBERG: 2001)

“(...) sempre que um morador tem recursos, ele constrói ocupando todo o lote. Em nossos questionários, 70% dos entrevistados revelaram que consideram que o limite do seu terreno é a casa do vizinho.”
(ANDRADE:2002: 178)

Apesar de o loteamento original ter demarcado um traçado inicial, grande parte das ruas e travessas que compõem o sistema viário atual foram determinadas pelas próprias edificações e não o contrário, como acontece nos loteamentos formais. São as casas que ao irem se justapondo determinam o traçado das ruas, tanto das que servem apenas ao acesso às casas, com as de trânsito mais intenso. Assim, o arruamento existente é sinuoso, com alargamentos e estreitamentos, com becos sem saída, que à vezes terminam em um largo ou numa minúscula pracinha, escondida no interior da favela. As ruas do loteamento original também foram, pouco a pouco, sendo modificadas pelas edificações que ao serem construídas e ampliadas foram invadindo e transformando o espaço delimitado para a rua.

O sistema de circulação de pessoas e veículos se caracteriza pelo grande volume de veículos nas vias carroçáveis existentes, que abarca veículos particulares, coletivos e os famosos moto-taxis⁶⁹ e apresenta várias dificuldades estruturais. Existem muitos nós viários que dificultam o fluxo de veículos e pedestres por causa da sua geometria inadequada para o grande fluxo existente. Há um intenso tráfego de veículos que circulam nas ruas, formando enormes engarrafamentos durante todo o dia. Além da enorme quantidade de veículos ainda há grande

⁶⁹ Grande parte do transporte da Rocinha acontece através do serviço de moto-taxi existente na comunidade. Existem várias empresas que organizam este serviço, cobrando dos passageiros R\$ 1,50 para subir o morro e, vários pontos de parada onde os moradores podem pegar a moto. Com as ruas íngremes, becos e vielas estreitas, a maioria dos moradores da comunidade considera a moto a melhor alternativa de transporte para circular dentro da Rocinha.

dificuldade para os ônibus efetuarem manobras em determinadas curvas devido a seu desenho e, também, ao grande número de veículos estacionados à beira das calçadas.



Figura 2.12 – Dificuldades do sistema viário

Fonte: site Imagens do Povo – <http://www.imagensdopovo.org.br>

Fotos: J R Ripper

O grande fluxo de pedestres e a inadequação das calçadas fazem destas vias trajetos tumultuados, oferecendo perigo constante. As calçadas são, quase sempre, estreitas e com um desnível muito grande em relação ao leito carroçável. A declividade do terreno é sempre vencida por altos degraus que ocupam toda a largura do passeio atrapalhando ainda mais o percurso pela calçada, que são, ainda, invadidas por vitrines comerciais, mesas de bares e restaurantes, além de servirem de depósito de produtos que não têm como serem estocados dentro do estabelecimento. Por causa da quase impossibilidade de utilizar as calçadas, a maior parte dos pedestres caminha pelo leito carroçável disputando o espaço com os inúmeros veículos que circulam constantemente por estas vias. A privatização da via ocorre também nas residências que invadem a rua para aumentar o espaço

interno da casa, abrigar carros ou construir acessos e escadas. Como as lajes das casas são, em muitos casos, vendidas para a construção da residência de outra família, as escadas precisam ser construídas externamente à edificação, invadindo a rua. Existem, também, casos onde os moradores constroem a varanda de suas casas ocupando todo o espaço da calçada, forçando o pedestre a usar o leito carroçável para circular.

Entretanto, estas vias, apesar do grande fluxo de veículos que recebem, são exceções no sistema viário, a maioria dos caminhos serve apenas aos pedestres e, em alguns casos às motos. Em alguns setores não é possível o acesso por qualquer tipo de veículo, nem mesmo motos e bicicletas. O desenho, ou melhor, a falta dele, nas ruas e becos, estreitos e irregulares, da comunidade, dificulta a acessibilidade de pessoas em praticamente todos os setores da favela. Uma grande parcela do território é constituída apenas por vias de pedestres muito precárias, que por vezes são de terra batida e têm declividades muito acentuadas.

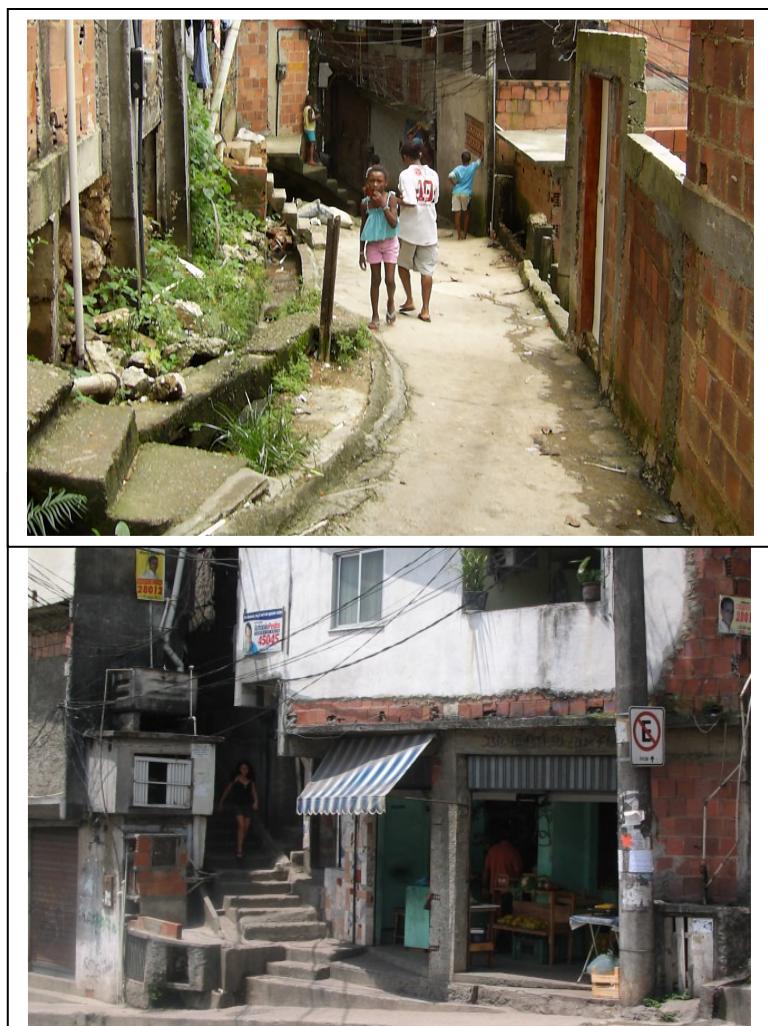
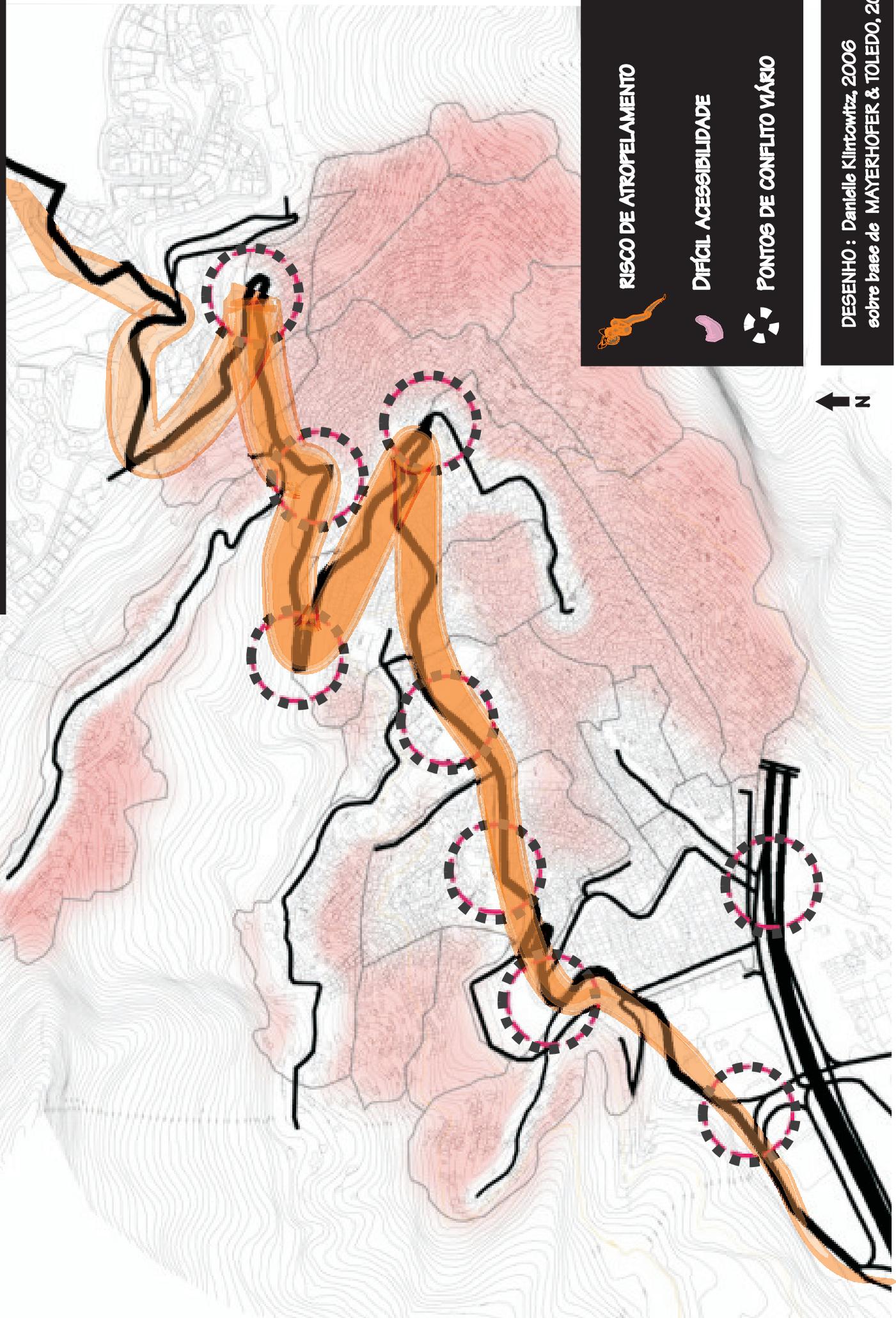
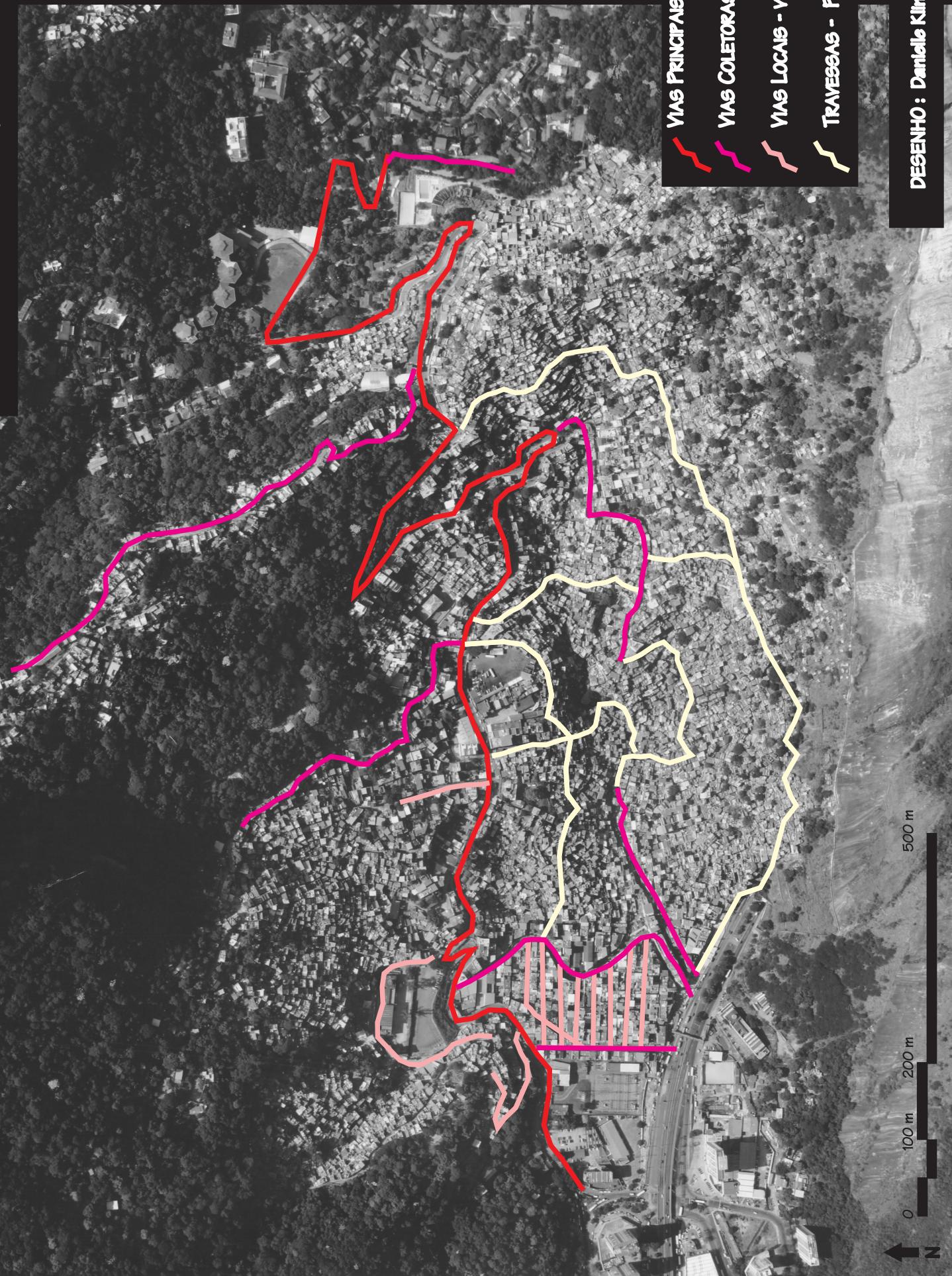


Figura 2.13 - Becos e Travessas
Fotos : Danielle Klintowitz

MAPA 07 - DIAGNÓSTICO SISTEMA VIÁRIO



MAPA 08 - HIERARQUIA SISTEMA VIÁRIO



A Estrutura viária da Rocinha pode ser dividida em quatro categorias hierárquicas caracterizadas pelo tipo de circulação e intensidade de fluxo.⁷⁰ Suas características principais são :

Via Principal

A principal via de acesso à Rocinha é a Estrada da Gávea, que a atravessa conectando-a aos seus vizinhos: Gávea e São Conrado. Esta via atravessa toda extensão da favela ligando um lado da Zona Sul, esta característica é atípica, pois geralmente as favelas cariocas não têm vias que as cortam integralmente, permitindo que seu território seja atravessado inteiramente (LEITÃO: 2004). O fato de a Estrada da Gávea atravessar a Rocinha de um lado a outro torna muito peculiar e diferenciado o tipo de sociabilidade que se estabelece entre a população desta comunidade com a cidade, que de certa forma penetra na favela através desta via. A Estrada da Gávea inicia-se na via expressa Lagoa-Barra e se estende por aproximadamente 3,5 Km até se transformar na Av. Marques de São Vicente, no bairro da Gávea, quando muda completamente sua configuração morfológica, deixando de ser somente residencial e passa a ter lojas que se abrem para a rua e modernos edifícios comerciais. Desta estrada saem algumas poucas ruas asfaltadas que permitem o acesso de carros e motos e, que também se caracterizam como eixos de valorização secundário. (ANDRADE, 2002:90) Suas calçadas são irregulares e apresentam diferentes dimensões ao longo de sua extensão. Apesar de extremamente utilizada pela população, esta avenida não possui características que favoreçam a circulação de pedestres que é dificultada por inúmeros obstáculos que se colocam na calçada. O mesmo acontece em relação à circulação de veículos, que acontece de forma desordenada dificultando o intenso fluxo de veículos que se compõem por 3 linhas de ônibus, linhas de vans, moto-táxis, carros particulares e caminhões de abastecimentos do comércio local. As linhas regulares de ônibus operam com veículos de tamanhos inadequados para as características espaciais da via. Alguns pontos de ônibus mal localizados obrigam que estes veículos realizem manobras perigosas e, que por vezes causam enormes congestionamentos

⁷⁰ Ver mapa 08 de hierarquia do sistema viário

comprometendo ainda mais a capacidade, já limitada, de fluxo desta via.
(MAYERHOFER & TOLEDO, 2006)



FIGURA 2.14 – Estrada da Gávea
Fotos: Danielle Klintowitz

Vias Coletoras:

O conjunto de vias coletoras ou secundárias é formado, pela Via Ápia, Caminho dos Boiadeiros, Rua Dois, subida da Dionésia e subida do Labouriaux, além de algumas outras vias localizadas no Bairro do Barcelos. Este sistema viário secundário, que permite o trânsito de veículos de menor porte, se conecta à Estrada da Gávea permitindo a acessibilidade em diferentes setores da Rocinha. A Via Ápia e o Caminho dos Boiadeiros localizam-se em áreas mais consolidadas da comunidade com uma intensa atividade comercial e de prestação de serviço, o que as transforma em vias de intenso fluxo de veículos e, principalmente, de pedestres. (MAYERHOFER & TOLEDO, 2006) No Largo dos Boiadeiros existe, ainda, um intenso fluxo de caminhões que descarregam produtos para abastecer as lojas da região, causando congestionamentos e dificultando o tráfego no Caminho dos Boiadeiros. Parte do piso da subida do Labouriaux é feito de paralelepípedos de pedra, que devido a grande declividade da via, tornam-se muito escorregadios causando transtornos na circulação, tanto de veículos e como de pedestres, em dias de chuva.



FIGURA 2.15 – Via Ápia

Foto: Danielle Klintowitz

Vias Locais:

Existem, ainda na comunidade, algumas vias que permitem o acesso de veículos, apesar de terem os leitos carroçáveis irregulares e de largura reduzida, admitindo a passagem de apenas um veículo e dificultando manobras. Mas estas vias, em alguns casos, são os únicos acessos a alguns setores da comunidade. (MAYERHOFER & TOLEDO, 2006)

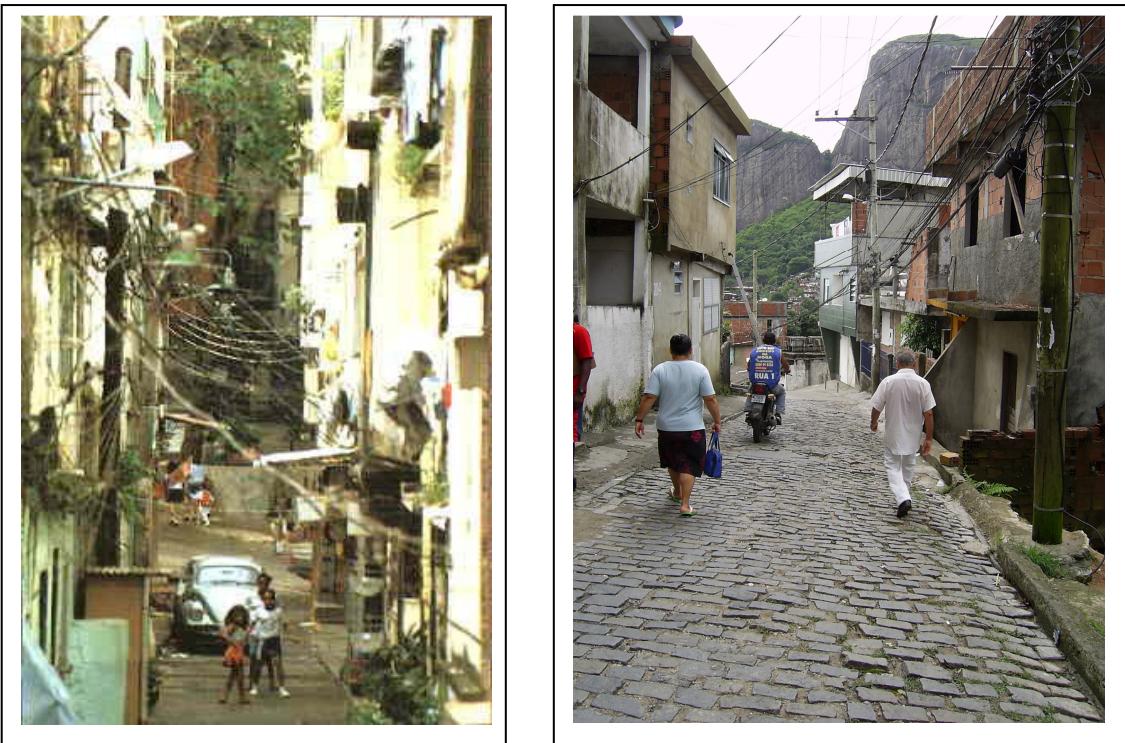


FIGURA 2.16 - Vias locais

Fotos : Danielle Klintowitz

Becos e travessas:

Existem, também, vias que permitem apenas o percurso de pedestres. Algumas delas, como é o caso da Rua Um, têm um intenso fluxo de pedestres por serem o único acesso a muitas regiões da favela. O leito destas travessas é muito irregular e, é, em geral, demarcado pelas construções lindeiras, que, por vezes, avançam sobre o caminho formando becos muito estreitos. Uma moradora da Rocinha descreve que:

“Nos dias de chuva o estreitamento dos becos impossibilita que pessoas passem com guarda-chuvas. Em determinados lugares, as vias só permitem a passagem de uma pessoa por vez.” (PEREIRA, 2007)

Nos becos observa-se duas sub-categorias: aqueles que são definidos pelas edificações, que os “espremem” e, os que se constituem como “túneis”, formados pela junção, por sobre o beco, das lajes dos segundos pavimentos das edificações lindeiras. (ANDRADE:2002) Alguns destes becos são extremamente estreitos, chegando a ter menos de 1 metros de largura.



FIGURA 2.17 – Becos estreitos e becos túneis convivendo lado a lado

Foto: Danielle Klintowitz

Muitos becos são formados por escadarias, na maioria das vezes mal dimensionadas, com espelhos muito altos e pisos muito estreitos, que dificultam a circulação das pessoas. Nos diferentes setores os becos têm diversos tipos de pisos, alguns são asfaltados, outros têm cimento, outros são de terra. Algumas escadarias, ainda, foram revestidas por pisos cerâmicos pelos moradores do entorno.

“Os becos, que marcaram a configuração da favela clássica, se transmutam em verdadeiros túneis sob as edificações e escadarias que levam as habitações, na medida em que a verticalização nas favelas

situadas em morros não configura exatamente prédios, mas, antes, habitações sobrepostas verticalmente, criando caminhos sob os pilares e mesmo em áreas que circundam as edificações, tornando os já tortuosos becos em labirintos indescritíveis e levando a proliferação do número de escadarias, nas quais se misturam as que são caminhos no interior da favela e as que servem de acesso às moradias.” (MARZULO,2004)

Existem ainda, algumas áreas consolidadas que se abrem formando pequenos largos.



FIGURA 2.18 - Travessas que se abrem em largos

Fotos: Danielle Klintowitz

Também, nos setores onde os becos são um pouco mais largos, como na Macega, já se observa a tendência destes espaços serem reduzidos pelas novas construções e ampliações que avançam sobre a circulação.

Na maior parte da Rocinha, os becos e travessas são confinados por edificações de 2 a 3 pavimentos; nas vias secundárias encontram-se em geral edificações com gabarito de 3 a 5 pavimentos e, na Estrada da Gávea, no Bairro do Barcelos e no Largo dos Boiadeiros encontram-se, na maioria, edifícios com 5 a 6 pavimentos. Apesar desta distribuição que se apresenta em grande parte do território em estudo, a distribuição de gabaritos não segue um padrão definido e muito menos definitivo, o que mais influi no aumento do gabarito é o grau de consolidação da região. A figura a seguir mostra estudo feito para uma pequena região da Rocinha e apresenta um exemplo de distribuição de gabaritos em uma porção do território próximo ao Largo dos Boiadeiros e ao Bairro do Barcelos, onde se verifica que, por ser uma área mais consolidada a maioria de seus edifícios têm entre 3 e 4 pavimentos e os edifícios mais concentram-se no entorno da Estrada da Gávea.



FIGURA 2.19 - Distribuição de gabaritos em um trecho da Rocinha

Fonte: MAYERHOFER & TOLEDO, 2006

Mas é importante lembrar que, a densidade e gabaritos existentes atualmente na Rocinha não é estanque, já que a atividade construtiva ainda é intensa, o que torna a paisagem construtiva muito dinâmica.

Obviamente não há uma delimitação formal para o uso do solo na Rocinha, mas apesar disso é possível identificar certa setorização de usos. Existem regiões que têm características predominantemente residencial, embora seja possível encontrar pontos comerciais fragmentados por todas as regiões da comunidade. Andrade atestou em sua pesquisa que sempre existe próximo a qualquer casa, alguma venda de produtos de primeira necessidade: as biroscas. (ANDRADE, 2002:131) Quanto mais se afasta da parte de baixo, mais consolidada, próxima à Estrada Lagoa-Barra e, da Estrada da Gávea, mais pulverizado se torna o comércio, que passa a assumir características de comércio local, com biroscas e açougue, por exemplo. A figura abaixo mostra um estudo de uso do solo realizado na mesma região próximo ao Largo dos Boiadeiros e ao Bairro do

Barcelos, onde se percebe claramente a área comercial concentra-se ao longo da Estrada da Gávea e já se torna residencial a partir da primeira edificação afastada.

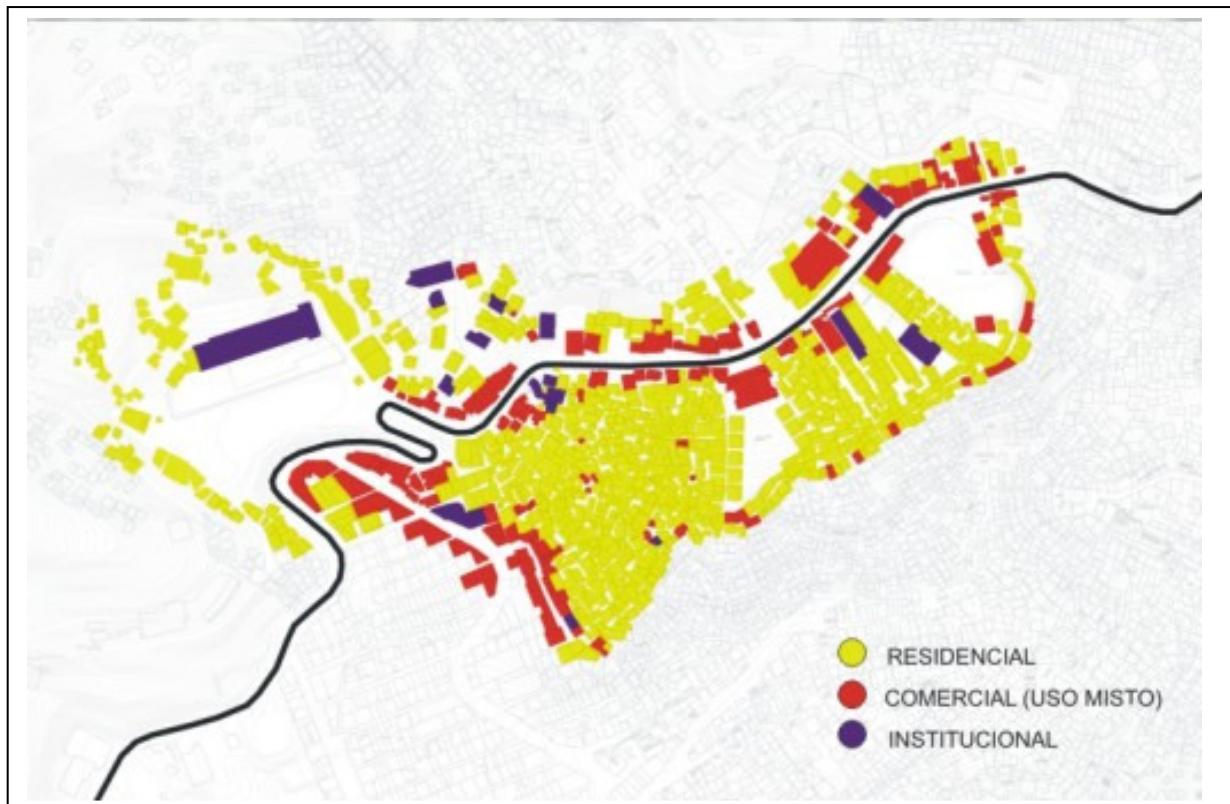


FIGURA 2.20 - Distribuição de usos do solo em um trecho da Rocinha

Fonte: MAYERHOFER & TOLEDO: 2006

A Estrada da Gávea se constitui, em toda sua extensão, como um corredor comercial, que tem as testadas das edificações, geralmente no térreo, com uso comercial. É importante notar que, como mostra o estudo acima, o uso comercial não se espalha para dentro do território, concentra-se apenas na via de circulação principal e, em alguns casos, pelas vias coletoras. A diversidade comercial se relaciona diretamente com a quantidade e tipo de fluxo de pessoas. As vias secundárias também apresentam características comerciais em expansão, principalmente nas áreas mais afastadas como na subida do Labouriaux e na subida da Dionésia. Para Andrade:

"Aparentemente o comércio local apresenta uma resposta imediata à demanda dos moradores, não havendo projeções a respeito da possibilidade de criação de áreas comerciais que não"

estejam diretamente ligadas a grande concentrações habitacionais. Não se verifica, assim, investimentos para atrair a demanda ou equacionar o saturamento de determinadas áreas, como ocorre com o Largo dos Boiadeiros.” (ANDRADE,2002: 132)

O Largo dos Boiadeiro e a Via Ápia são as regiões que apresentam maior diversidade de usos, incluindo usos comerciais, residenciais, institucionais e de serviços. O comércio diversificado do Largo dos Boiadeiros atrai, inclusive, moradores de São Conrado em procura de produtos que não são encontrados normalmente nos bairros da Zona Sul, como aves vivas, por exemplo. Mas, como afirma Andrade, estas compras são feitas, em geral, por empregadas e motoristas e não pelos próprios moradores. (ANDRADE,2002: 132)

O Espaço intra-favela apresenta grande diversidade social e econômica. Costuma-se dizer, inclusive, que a comunidade da Rocinha é composta por várias classes sociais e, a subdivisão de seus setores confirma este fato. O grande vetor de diferenciação das áreas e dos imóveis diz respeito à acessibilidade em relação aos outros bairros da cidade e à proximidade de vias de acesso. Quanto maior a proximidade de vias carroçáveis, maior a valorização da região. As áreas próximas a São Conrado são as mais valorizadas, devido a sua facilidade de acesso interno e externo já que um grande número de linhas de ônibus circulam pela Estrada Lagoa-Barra. Outro eixo de valorização é a Estrada da Gávea, onde além da fácil acessibilidade, embora tenha um número reduzido de linhas de ônibus comparado à auto-estrada Lagoa-Barra, conta com ampla atividade comercial. Desta estrada saem algumas poucas ruas asfaltadas que permitem o acesso de carros e motos e, que também se caracterizam como eixos de valorização secundário. (ANDRADE: 2002:90)

“A Rocinha não é o somatório dos diferentes setores que a compõe; apresenta identidade apesar e, mesmo, por causa desta diferenciação intrafavela.” (ANDRADE,2002:102)

“Como em qualquer outra cidade fluminense, nessa também existem lugares onde moram os que têm maior renda e outros onde vivem aqueles que são mais pobres. Isto pode ser verificado não apenas na aparência de ruas e edifícios. Pode ser observado, também, nas palavras dos próprios moradores: quando alguém diz que mora neste ou naquele lugar, está dando mais informações do que somente seu endereço (...) num de seus bairros, o valor do aluguel de um apartamento, só para citar um exemplo, equivale ao de um imóvel com características semelhantes nos bairros da Glória, Catete e Flamengo, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.” (LEITÃO, 2004: 70 - 72)

A Rocinha é subdividida informalmente em 25 áreas, denominadas “setores”, que apresentam grande diversidade sócio-espacial entre si. Segundo depoimento de um morador da comunidade esta setorização foi feita pelos próprios moradores.

“É uma favela que tem vários bairrozinhos dentro dela. É aquele espírito carioca. Vão surgindo novas áreas e os próprios moradores vão batizando, vão lhes dando um nomezinho. Por exemplo, o largo da Rua 1, Faz Depressa, que tem esse nome porque naquele tempo, o morador que fazia barraco era muito perseguido pela ação da polícia. Naquele faz não faz, pode não pode, de uma hora para outra surgia um barraco, e daí o nome Faz Depressa. Depois chegava a polícia e pronto. Já estava morando no barraco.”⁷¹

De modo geral, os setores mais próximos das vias de circulação de veículos, são mais consolidados e têm edificações de melhor padrão construtivo, enquanto que as regiões de menor acessibilidade são marcadas pela precariedade das construções e do espaço público. Além disso, nota-se que os setores que ficam mais próximos aos seus vizinhos, Gávea e São Conrado têm construções com melhor padrão construtivo e maior densidade, enquanto que os setores que se localizam sobre os afloramentos rochosos do Morro Dois Irmãos, apresentam os piores padrões construtivos e menor densidade.⁷²

Os setores que ficam na parte exterior da Rocinha são muito ventilados, mas os setores internos sofrem com o aquecimento atmosférico. *Mayerhofer & Toledo* apresentam a descrição do fenômeno microclimático que tem acontecido no interior da Rocinha:

“Os ventos principais que vem do mar vão se aquecendo no seu percurso pela Rocinha, chegando até o Morro Dois Irmãos, onde não encontram corredores de escapamento. Margeando o morro, esses ventos retornam enfraquecido sem direção ao mar; no entanto, temporariamente, ficam presos numa área de alta densidade urbana. Atualmente as brisas vindas da praia pouco refrescam o interior da Rocinha, e não penetram nas edificações, que formam uma massa compacta deixando livre somente estreitas passagens de acesso. Este micro clima, porém apresenta diferenciações nos vários setores do bairro.(...) Tais características amenizam-se, é evidente, nas margens da Floresta do Parque nacional. Ressalta-se, assim, a importância da preservação da mata para o microclima da Rocinha, não obstante sua importância macroambiental para a cidade do Rio de Janeiro. ”
(MAYERHOFER & TOLEDO: 2006)

⁷¹ Depoimento de Ismael Elias da Silva, 1981, apud LEITÃO: 2004:80.

⁷² Ver mapa de setorização e análise morfológica em anexo.

Nos diversos setores que são constituídos, principalmente, por becos muito estreitos, a incidência de sol é pequena, o que contribui para que haja excesso de umidade, principalmente no inverno e nos períodos chuvosos, quando é possível observar poças que persistem por dias sem secarem. Apesar de muitos becos não receberem incidência direta de sol, nem todos são sombrios e escuros durante o dia, em alguns becos, observa-se uma boa iluminação diária. Os largos têm situação térmica mais confortável, pois além da ventilação constante, recebem a incidência direta do sol, deixando-os menos úmidos e abafados. Nas vias mais largas observa-se um alto índice de insolação, com uma atmosfera muito quente e seca, devido a falta de vegetação de porte. Embora nos setores que fazem limite com a Floresta sinta-se a presença massiva da vegetação da floresta, nos núcleos mais afastados na floresta não se observa quase nenhuma árvore. O que se observa são apenas algumas árvores esparsas que parecem ser remanescentes do desmatamento proveniente da invasão. (MAYERHOFER & TOLEDO: 2006)

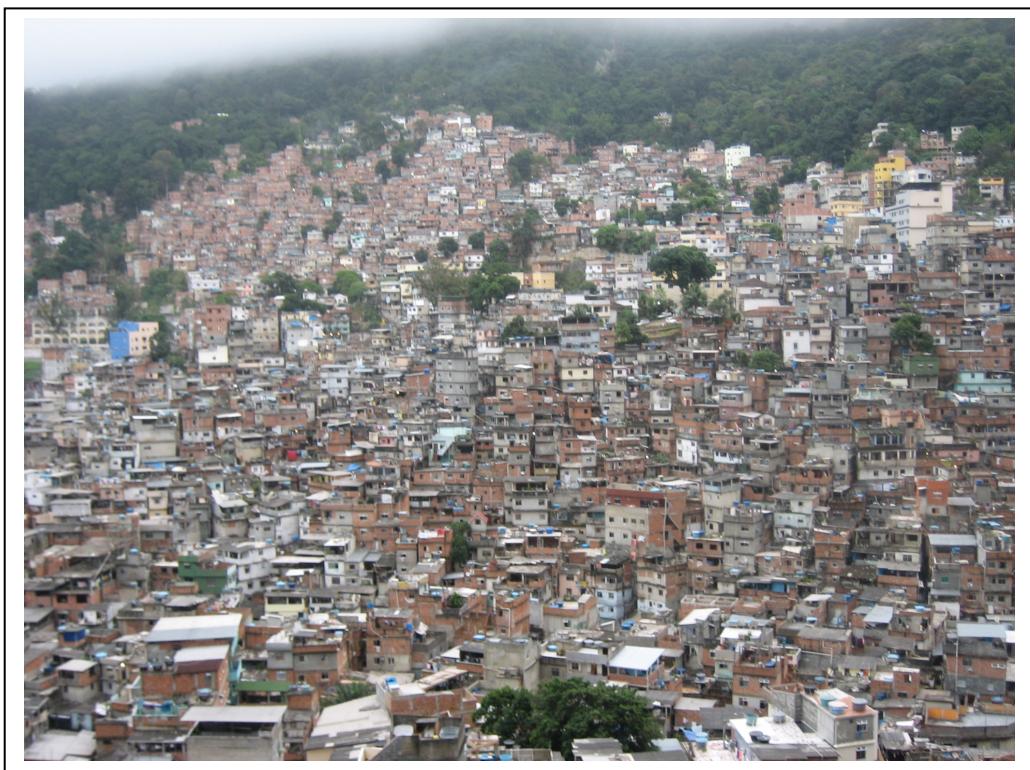


FIGURA 2.21 – Vista da Rocinha com vegetação remanescente

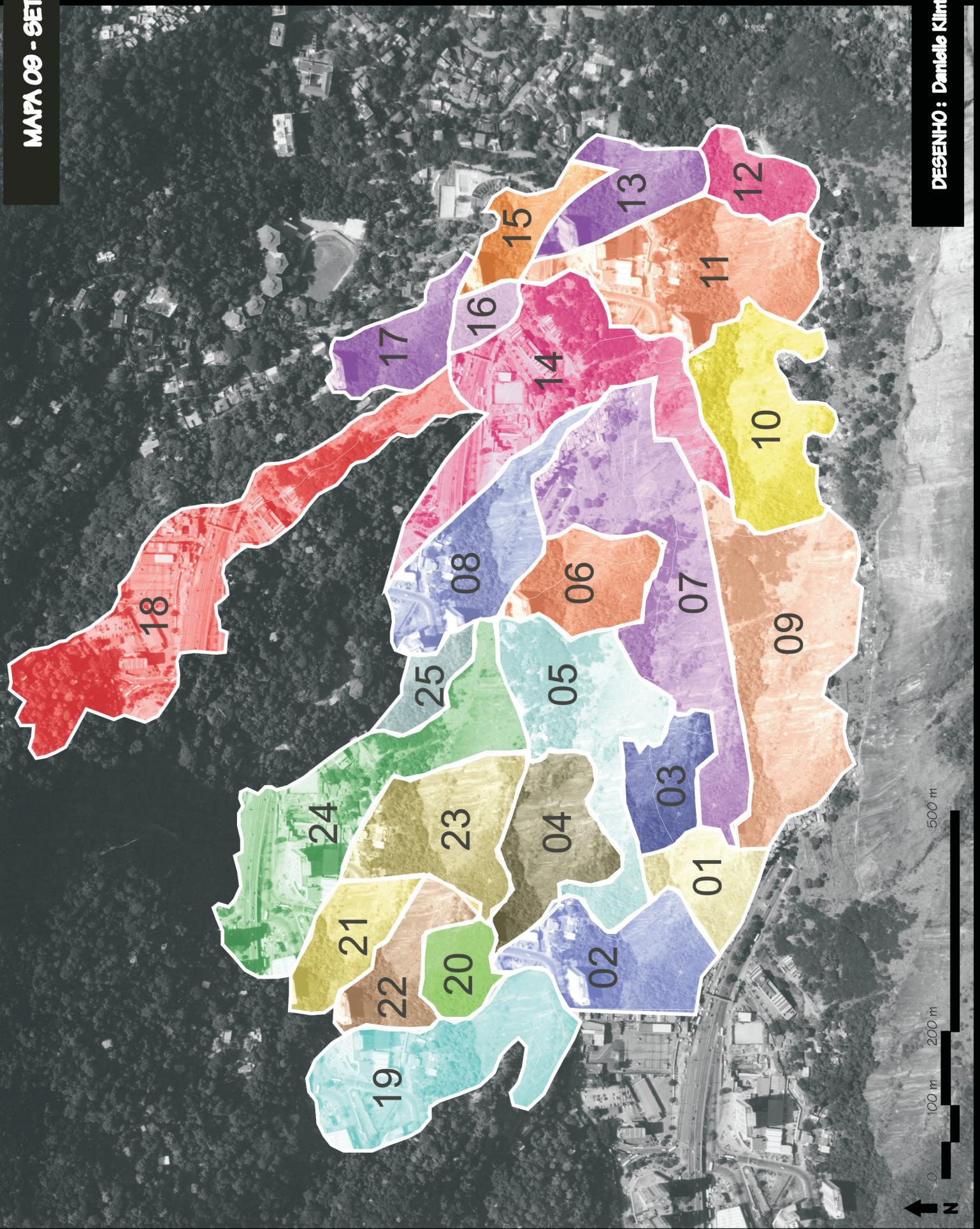
Fonte: www.panoramio.com/

Como os setores foram sendo divididos e denominados de acordo com suas origens, apresentam até hoje características morfológicas comuns às divisões

estabelecidas. Baseado no diagnóstico elaborado MAYERHOFER & TOLEDO (2006) aliado à observação da pesquisa de campo elaborou-se um mapa onde através de um agrupamento de setores faz-se uma síntese das características morfológicas de cada grupo.⁷³

⁷³ É importante notar, também, que a classificação de padrão construtivo dada a cada categoria tem com referência os próprios padrões encontrados na Rocinha, então, portanto, quando se fala em bom padrão construtivo, não se refere ao bom padrão construtivo comum na cidade formal, mas ao melhor padrão construtivo encontrado dentro desta comunidade.

MAPA 09 - SETORIZAÇÃO



DESENHO: Danielle Klimowitz, 2007

QUADRO DE DIAGNÓSTICOS POR SETORES

Áreas de Intervenção (Proposta)	Setores	Condições da infra-estrutura		Lixo	Potenciaisidades	Maiores problemas
		Ocupação predominante	Gabarito			
1	1 Largo do Boiadeiro	4/5	AMABB	-	com./serv.	inundações
1	2 Bairro Barcelos	4/5	AMABB	-	com./serv.	saneamento
1	3 Campo da Esperança	3/4	UPPMR	-	com./serv.	saneamento
2	4 Cidade Nova	3/4	AMABB	-	com./serv.	saneamento
2	5 Rua 4	3/4	UPPMR	-	com./serv.	saneamento
3	6 Rua 3	3/4	UPPMR	-	com./serv.	saneamento
3	7 Rua 2	3/4	UPPMR	-	com./serv.	saneamento
3	8 Portão Vermelho	1/2	UPPMR	-	resid.	saneamento
4	9 Morro da Roupa Suja	1/2	UPPMR	-	-	saneam./risco
4	10 Macega	1/2	UPPMR	-	-	saneam./risco
4	11 Terreirão	3/4	UPPMR	-	-	saneamento
4	12 Capado	1/2	UPPMR	-	-	saneam./risco
4	13 Faz Depressa	1/2	UPPMR	-	-	saneam./risco
5	14 Rua 1	3/4	UPPMR	-	-	saneam./risco
5	15 Setor 199	1/2	UPPMR	-	-	resid.
5	16 Vila Vermelha	3/4	UPPMR	-	-	saneamento
6	17 Vila Cruzado	3/4	UPPMR	-	-	saneamento
6	18 Vila Laboriaux	1/2	UPPMR	-	-	turístico
6	19 Vila Verde	3/4	UPPMR	-	-	saneamento
7	20 Curva do "S"	3/5	UPPMR	-	-	saneamento
7	21 Cachopá	3/4	UPPMR	-	-	saneam./risco
7	22 Cachopinha	3/4	UPPMR	-	-	saneam./risco
8	23 Pastor Almir	3/4	UPPMR	-	-	saneamento
8	24 Dionéia	3/5	UPPMR	-	-	turístico
8	25 Vila União	3/4	UPPMR	-	-	saneam./acesso

■ BOM

■ REGULAR

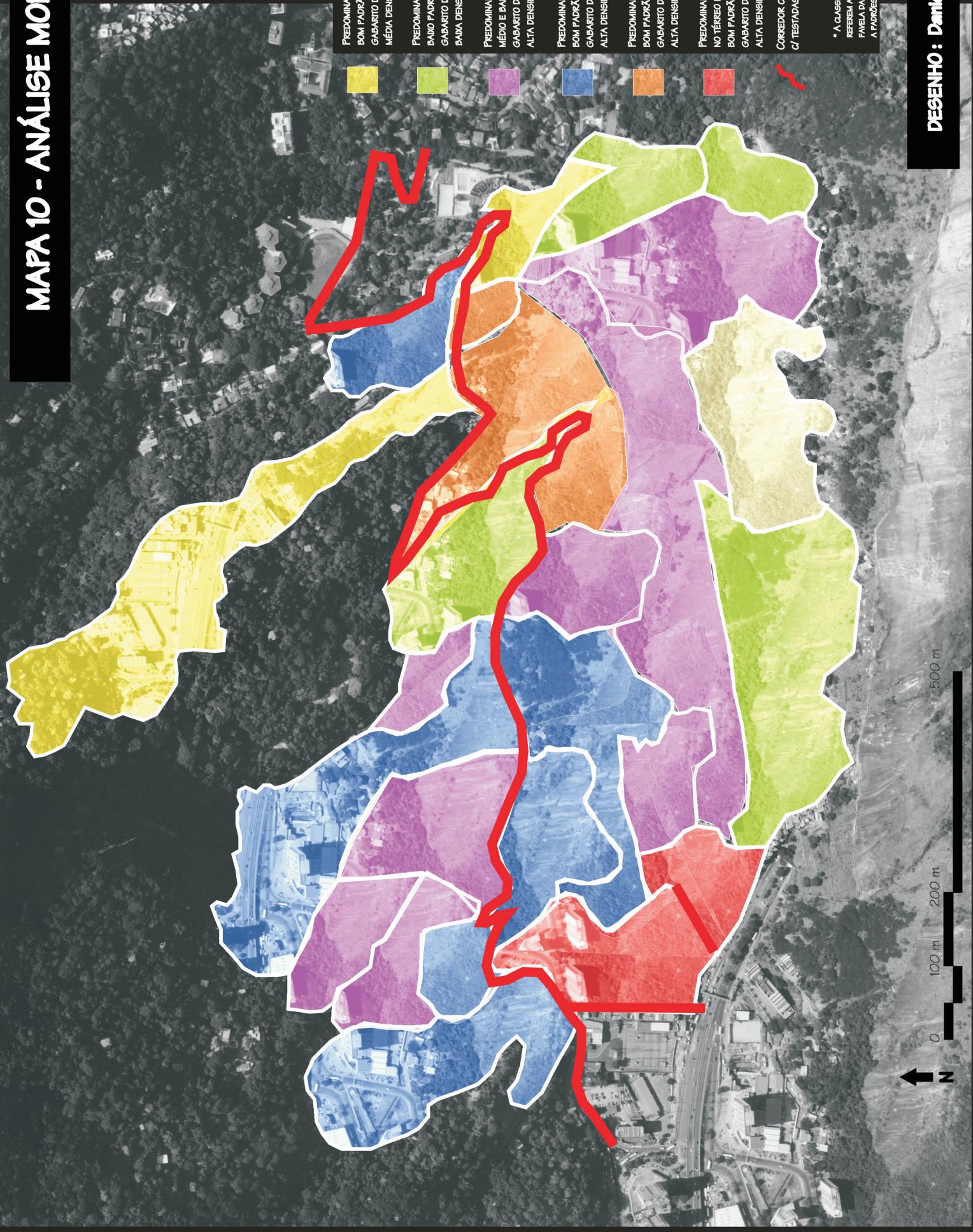
■ SIM

■ NÃO / INEXISTENTE

FONTE: MAYERHOFER & TOLEDO, 2006

EM PARTE

MAPA 10 - ANÁLISE MORFOLOGICA



DESENHO : Danielle Klimtowitz, 2007

CAPÍTULO 03



OS DONOS DA ROCINHA

“O dono do morro
Atende o seu povo e não tem pra ninguém
pro povo do dono
Vai ter show no morro
Semana que vem”

Leci Brandão

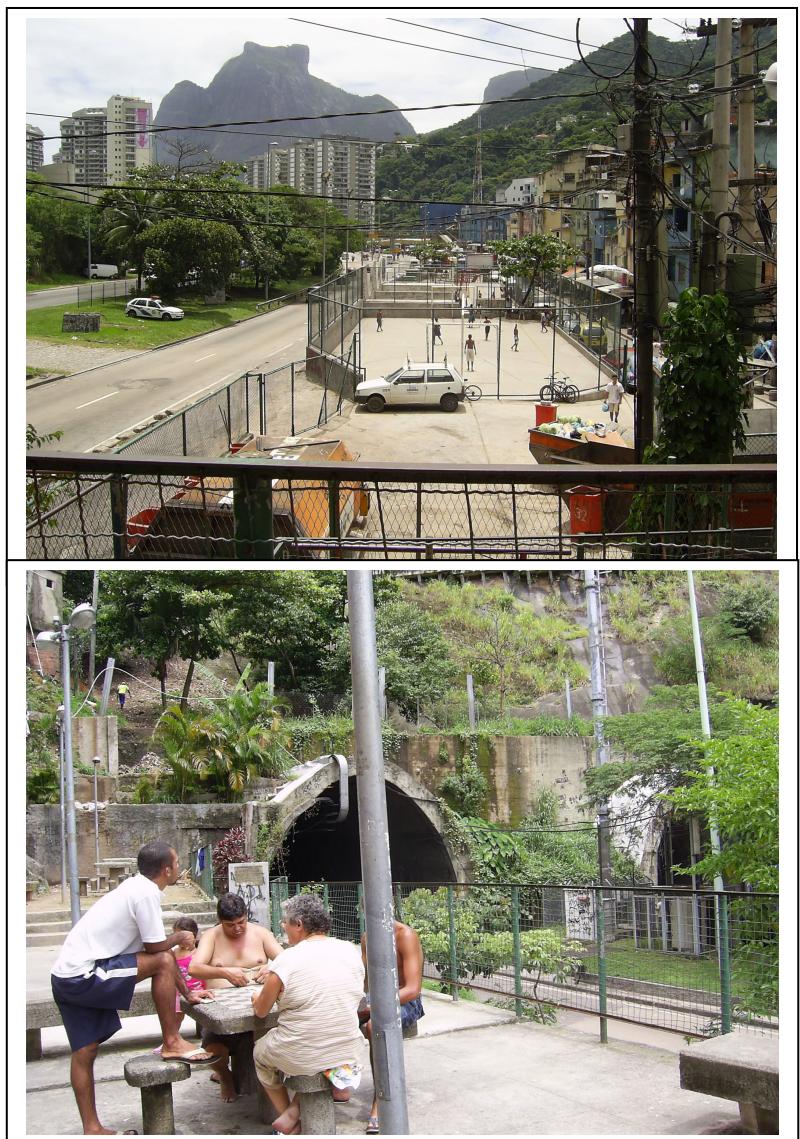
3.1. CAMINHANDO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Após de ter conhecido o *Planeta Rocinha*, este percurso levará o leitor à caminhar no interior da comunidade para conhecer seu cotidiano e seus moradores. Não se trata de um percurso linear, que corre rua a rua, beco a beco, seguindo o traçado linear de um mapa. Trata-se, no entanto, de um percurso que passeia pelos espaços públicos desta comunidade, ora olhando-os coletivamente, de forma temática, ora olhando-os individualmente, ressaltando suas peculiaridades, sempre seguindo o caminho de subida do morro pela Estrada da Gávea.

O Mapa 11 sobre a foto aérea da Rocinha, procura assinalar alguns dos pontos de parada deste percurso a fim de facilitar e espacializar a compreensão do universo percorrido. A linha amarela demarca a Estrada da Gávea, pela qual o percurso se estrutura e os pontos demarcados e numerados são algumas das paradas possíveis de serem visualizadas nesta escala da foto. Como a Rocinha é composta por um tecido urbano extremamente adensado e complexo, não é possível, através de uma foto aérea ou de um mapa, localizar todas as pequenas praças, quadras e becos a que se refere o texto, por isso muitos dos pontos mencionados não podem ser identificados, mas a demarcação existente é suficiente para o entendimento geral do percurso.

A chegada à Rocinha através da Auto-estrada Lagoa-Barra choca o olhar que tenta identificar formas e contextos reconhecíveis no meio da densa e conturbada paisagem que se apresenta. Passado o impacto, enxerga-se imediatamente um pequeno “complexo esportivo” (n° 02 - mapa 11) que tem como pano de fundo o impressionante aglomerado de casas que compõe este tecido urbano que sobe e desce o morro como se fosse um mar de construções infinitas. Este “complexo

esportivo” trata-se, hoje em dia, do único equipamento esportivo e de lazer implantado nesta comunidade pelo Poder Municipal.⁷⁴



Embora este espaço seja apropriado pela comunidade que o utiliza com freqüência, choca pensar sobre sua implantação, que o coloca lado a lado com o intenso trânsito da via expressa Lagoa-Barra e com a saída do Túnel. Por causa da topografia acentuada, a praça composta por mesas de jogos e bancos de

⁷⁴ Em 2003 a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro executou um plano de reurbanização de uma área com 9mil m² denominada “entorno da Rocinha”, ao lado do Túnel Zuzu Angel. O projeto foi batizado de Urbe-Rocinha e contou com a instalação de equipamentos esportivos (quadras poli-esportivas e pistas de skates), parquinho infantil e com uma praça com mesas de jogos, além do novo Mercado Popular da Rocinha para onde foram realocados os camelôs que ficavam anteriormente na área que serviu para a intervenção. (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=458)

concreto, localizada-se um nível acima do restante do complexo e praticamente toca as paredes do túnel que emite intermitentemente o ruído dos automóveis que passam rapidamente. As quadras e o playground estão separados da avenida apenas pelo frágil alambrado, deixando os jogadores e crianças expostos ao barulho e aos gases emitidos pelos veículos que passam sem parar. A arborização desta parte da avenida é composta por poucas árvores que não conseguem ter nenhum efeito mitigador sobre estes inconvenientes que atingem o complexo esportivo.

No interior da comunidade encontram-se, ainda, outras quadras. Estas, produzidas e gerenciadas pela própria população. O que se percebe ao andar pela comunidade é que esta é servida de mais espaços de lazer do que pode-se supor a primeira vista, mesmo assim, estes espaços públicos não são suficientes para atender a enorme demanda. Vários setores da Rocinha têm na proximidade algum espaço que foi apropriado e construído pela comunidade para a prática esportiva, de lazer e convívio.⁷⁵ Em datas festivas, estas quadras se transformam em lugares de eventos, abrigando as mais diferentes comemorações: feijoadas, churrascos, festas juninas, ceias natalinas, etc.



FIGURA 3.2 – Festa junina na Rocinha

Fonte: Agencia olhares- – <http://www.agenciaolhares.com>

Foto: Ricardo de Jesus

⁷⁵ Estes espaços apropriados e construídos pela comunidade ou pelo tráfico de drogas, como praças, parquinhos e quadras esportivas pavimentadas, são denominados pelos moradores de “espaços formais de brincadeiras”. (COELHO, 2007)

Por estarem, quase sempre, implantadas em locais com acessibilidade facilitada, à beira das vias principais, estas quadras, tornam-se pontos de referência na região, sendo as principais arenas dos movimentos comunitários, onde acontecem as reuniões das associações, onde são distribuídas cestas básicas para os mais carentes, onde políticos fazem comícios, onde se marcam os encontros.

Apesar de serem os espaços de manifestação comunitária, estas quadras não estão abertas à comunidade cotidianamente. Isto é, as quadras não têm uso livre e irrestrito para qualquer um a qualquer hora. São geridas pelas associações de moradores que organizam uma agenda com as mais variadas atividades esportivas de acordo com suas possibilidades financeiras e de apoio. Nestas quadras há regras claras, há agendas cheias a serem cumpridas; há professores e projetos com programas e horários pré-definidos; inúmeros eventos comunitários programados. Há pouco espaço para a espontaneidade, para o jogo de bola descompromissado, para a apropriação inusitada.

A série de fotografias a seguir é significativa no entendimento das relações estabelecidas nestes espaços para prática de esporte na Rocinha. Na primeira foto nota-se um extenso muro azul que restringe o contato da quadra com a rua. Quem passa pelo lado de fora não vê o que acontece do lado de dentro porque a altura do muro associada ao rebaixamento do piso interno da quadra não permite que o transeunte estabeleça contato visual com a quadra a partir da rua. Esta quadra se encerra em si mesma, não estabelece contato com o lado de fora, não convida ao contato, à visita. Para assistir ao jogo, o menino que, aparentemente, não se sente à vontade para entrar na quadra, precisa subir em uma pedra e ficar debruçado na mureta, enquanto a arquibancada interna permanece vazia.

"Esse cotidiano vivido pelos moradores controla de forma subjetiva as crianças da redondeza ao intentarem se apropriar livremente do espaço." (COELHO, 2007:187)

Na figura que se segue observa-se que as crianças, em diferentes espaços, repetem a mesma atitude observada na foto anterior, colocam-se do lado de fora do campo para assistir o jogo, ao invés de entrar e sentarem-se nas arquibancadas, que também permanecem vazias.

"Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. (...) Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados (...) A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público." (SERPA, 2004:33)



FIGURA 3.03 - Praça e quadras do Urbe Rocinha

Fotos: Danielle Klintowitz

Como estas quadras e campos não se localizam em espaços fechados de clubes, e sim na rua, tendo na sua origem a alcunha de “espaço comunitário”, estas barreiras que carregam parecem retirá-las da categoria de “espaços livres públicos”, pois estão sempre sob o domínio de “alguém” e não do público.

“São cada vez mais reduzidos os espaços livres dentro do tecido urbano, e as exigências de espaço da sociedade de serviço originam novas propostas de ocupação e de uso do território, que vão significar sua apropriação por parte de algum agente econômico e social, restringindo-se cada vez mais o acesso ou a utilização livre pelo cidadão. Assim, este cada vez mais vive e circula em ambientes controlados por terceiros, com pouca ou nenhuma autonomia para utilizar o espaço conforme sua inspiração.”⁷⁶

Além destas quadras “livres” existe, ainda, a “Quadra do Terreirão” que não é “permitida” para qualquer pessoa. Este é um dos locais mais “proibidos” da Rocinha, o acesso a esta quadra é controlado pelo tráfico de drogas em qualquer dia e horário. Esta quadra foi construída pela organização do tráfico local e se localiza em um dos pontos de seu domínio. Para usar esta quadra, que tem também um parquinho infantil integrado, é preciso a autorização do poder local. Os moradores falam do local com grande constrangimento e cuidado, pois o simples revelar de sua localização para pessoas de fora da favela pode ser entendido como uma falta grave.

“(...) códigos internos não escritos que marcam a presença nas favelas cariocas do tráfico de drogas. Especificamente na Rocinha existia um controle subjetivo de quando e onde as brincadeiras seriam “permitidas” por esse tipo de poder local (...) Em diversos casos vividos observamos que o tráfico local sempre privilegia e cede espaço para as crianças brincarem, porém a concessão somente ocorre na certeza de que elas não tenham nenhum tipo de contato visual direto com o cotidiano do tráfico.” (COELHO, 2007, 184)

Segundo Coelho, esta quadra apresenta um suporte físico extremamente rico às brincadeiras infantis, é equipada com vestiários, arquibancada, cantina, terraço panorâmico e mesas de sinuca e pingue-pongue. Apesar de “proibida”, a Quadra do Terreirão é muito utilizada pelas crianças da comunidade que acabam tendo uma “concessão especial” para o uso sob determinadas regras. (COELHO, 2007:187) As crianças, por sua vez, não parecem sentir muita diferença entre os distintos níveis de dominação que se apresenta nas quadras. Para elas, acostumadas a viver em um ambiente onde o tráfico de drogas e associações têm uma existência onipresente, um local “proibido” pelo tráfico é apenas mais um lugar com regras e donos como tantos outros locais de seus cotidianos.

“As crianças da Rocinha compreendem não somente essa regra, mas igualmente têm domínio das regras de uso do que são os “lugares proibidos” Para elas é apenas um lugar que tem “outro dono”, porém é um

⁷⁶ (PINA, Luiz Wilson. O Parque Lúdico: A construção de um novo conceito de brincar. In MIRANDA, Danilo Santos de (org). O Parque e a Arquitetura: Uma proposta Lúdica. Campinas: Parirus, 1996: 35)

lugar aonde podem ir sob determinadas condições (quando o poder local permitir)." (COELHO, 2007, 184)

Voltando ao percurso original, depois de passar pelo Urbe-Rocinha, chega-se ao “Mercado Popular da Rocinha” (nº3 - mapa 11), um camelódromo criado, no mesmo plano que implantou o Urbe-Rocinha. Apesar do projeto arquitetônico deste equipamento não favorecer muito a interação social, este espaço costuma ser um local de encontro entre a população da Rocinha e os outros habitantes da cidade formal que vêm ao mercado fazer compras de produtos populares. Os quiosques de vendas ficam voltados para o interior de uma “rua coberta” sob uma lona tensionada e dão as costas para a avenida, criando um ambiente escuro, muito quente e isolado, que produz uma desagradável sensação de insegurança a quem passa por lá. O funcionamento deste camelódromo é contraria a lógica usual dos camelôs que se instalam nas ruas urbanas. Normalmente os camelôs ficam na rua voltados à passagem dos pedestres que, assim, são tentados a comprar ao verem os produtos expostos. O projeto arquitetônico, além de esteticamente parecer um corpo estranho à paisagem, acabou criando um entrave no passeio, espaço público de circulação de pedestres e, a população que não quer passar pela calçada transformada em “rua de barracas”, acabou criando um caminho, pelo leito carroçável, externo ao mercado. As barracas dominaram o espaço da calçada e, os pedestres dominaram o espaço dos automóveis.

Nas duas tentativas de implantação de novos espaços de lazer e convívio na fronteira entre a Rocinha e São Conrado, o Poder Público, talvez por desconhecimento do cotidiano e práticas sócias desta comunidade e de seu entorno, realizou intervenções que não conseguiram criar espaços públicos de qualidade que possam ser apropriados integralmente pela população.

Perto deste mercado localiza-se o popular Largo dos Boiadeiros (nº4 - mapa 11), ponto nevrágico da comunidade. Antigamente este lugar era totalmente livre de edificações e servia como ponto central para todas as festividades da comunidade. Hoje, em sua área central, foi construído, pelos próprios moradores, um pequeno mercado voltado para venda de produtos nordestinos, perdendo suas características físicas de largo destinado a festas e encontros. Além do mercado, ocupam a área muitos camelôs. Este ponto de camelô é mais

frequêntado do que o mercado popular. E por ainda estar perto da Auto-estrada Lagoa-Barra, também recebe muitos visitantes dos bairros vizinhos que vêm aproveitar os baixos preços dos camelôs e as iguarias nordestinas.



FIGURA 3.4 – Mercado popular da Rocinha

Fonte: Arcoweb - <http://www.arcoweb.com.br>

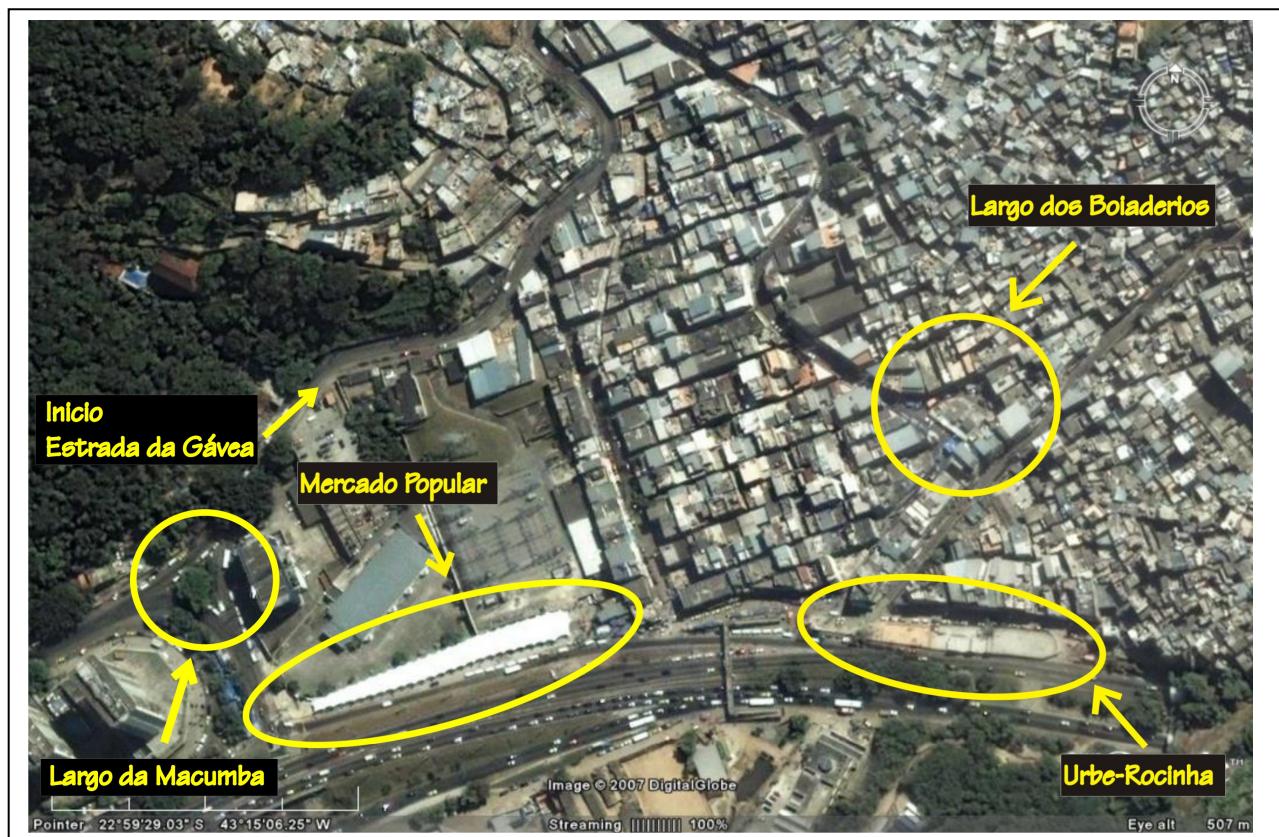


FIGURA 3.5 – Foto Aérea região Largo boiadeiros / Mercado Popular / Urbe-Rocinha

Fonte: Google Earth, 2007

Interpretação Danielle Klintowitz



FIGURA 3.6 –Largo dos Boiadeiros

Fotos: Danielle Klintowitz

Além dos camelôs, o Largo dos Boiadeiros tem também pequenas casas de comida nordestina que vendem produtos e servem comidas típicas da região originária da maior parte dos moradores da Rocinha. Este largo também se caracteriza por uma intensa atividade noturna. À noite os restaurantes da região transformam-se em bares, animando o Largo.



FIGURA 3.7 – Largo dos Boiadeiros a noite.

Fonte: Agência Olhares- – <http://www.agenciaolhares.com>

Foto: Ricardo de Jesus

Apesar de sua função principal e originária, voltada às festividades comunitárias, ter sido abandonada, o Largo dos Boiadeiros ainda congrega o encontro entre os habitantes e continua enormemente apropriado pela população, sendo ainda uma

forte referência presente no imaginário dos habitantes da comunidade, que o usam cotidianamente para suas compras e convívio.

"A cidade capitalista criou o centro de consumo. (...) Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. (...) Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. (...) Nestes lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas." (LEFEBVRE, 2004:130-131)

Retornando, mais uma vez ao trajeto inicial, dobrando a esquina chega-se ao outro portal de entrada da Rocinha: o Largo da Macumba (nº5 – mapa 11). Ao iniciar o morro, neste ponto, a rua faz uma curva, e a Rocinha se esconde atrás da sub-estação de energia e por isto parece desaparecer, mas aparece imponente novamente depois da curva onde o morro começa imediatamente a subir vertiginosamente como se soubesse que ali começa a Rocinha.

Neste largo, que funciona como uma porta da comunidade para os veículos que subirão o morro. Ali existem pontos de ônibus, de vans, lotações e moto-taxis. Como o serviço de moto-taxi é muito utilizado na comunidade para se subir às regiões de menor acessibilidade, este primeiro ponto permite que se comece o trajeto desde o “pé do morro”. No ponto de ônibus e vans que se localizam neste ponto, passam ônibus que fazem parte das três linhas que percorrem toda a Rocinha pela Estrada da Gávea, subindo o morro a partir deste local e descendo pela Av. Marquês de São Vicente, na Gávea.

A movimentação neste trecho é tão intensa e constante em volta dos pontos de coletivos, com motos passando, ônibus e vans disputando passageiros, pontos cheios de gente, que um olhar distraído é capaz de nem perceber os prédios de São Conrado no entorno e já achar dentro da na Rocinha . Aqui, mais uma vez a fronteira entre a Rocinha e São Conrado é fluida, não se sabe ao certo onde começa um território e onde acaba o outro. Oficialmente, o Largo da Macumba pertence aos domínios de São Conrado, mas na prática este lugar presta-se muito mais à população da Rocinha do que a de seu vizinho. No largo quase só passam pessoas que moraram na Rocinha, dificilmente passa alguém que pareça

morar em São Conrado. Os Moradores deste bairro não costumam andar por estas ruas, muito menos pegar algum transporte oferecido no local.

Existem alguns projetos para transformar o Largo da Macumba em uma praça, para que a interação entre os bairros aconteça de forma amena, este lugar deixe de ser o de terminal intermodal, em que se transformou e, passe a ser um lugar de lazer e convívio dos moradores dos dois bairros.



FIGURA 3.9 – Largo da macumba
Foto: Danielle Klintowitz

FIGURA 3.8 – Rocinha e São Conrado
Foto : Danielle Klintowitz

Neste ponto, ma rua divide o território entre Rocinha e São Conrado. De um lado da rua, existem grandes edifícios de classe média alta, do outro, o morro da Rocinha.

As poucas praças existentes na Rocinha são pequenas. Geralmente são espaços livres renanescentes da ocupação que foram sendo transformados em lugares de convivência. Na maior parte dos casos, não são espaços planejados, o que demonstra que o desejo do espaço público é posterior à ocupação. Na lógica de ocupação da favela, primeiro vem resolução da “necessidade básica” da habitação e o que “sobra” torna-se espaço público.



FIGURA 3.10 – Praças internas da Rocinha

Foto : Danielle Klintowitz

Trata-se de espaços, quase sempre, mal localizados e com pouca acessibilidade, que se constituem, geralmente, por pequenos largos que se abrem na frente de algumas casas, configurando praças de convivência local que servem ao lazer e convívio dos moradores das redondezas. Muitas vezes estes espaços são um híbrido entre um pátio coletivo e uma praça, servindo, em certos momentos, a atividades domésticas e, em outras ocasiões, assumindo caráter público com festividades e encontros comunitários.

Suas atividades se multiplicam e se sobrepõem. Enquanto mulheres conversam, adolescentes jogam bola, algumas crianças brincam de pega-pega, outras sobem no escorregador. Alheias a toda esta movimentação, pessoas circulam pelo espaço entrando e saindo das biroscas enfrente às praças.

Muitos destes espaços têm biroscas, o que acaba servindo como atrativo às pessoas da região. As biroscas são pequenos pontos de venda de bebidas e outros itens de primeira necessidade que estão polvilhados por toda a Rocinha. Estas vendas acabam se transformando em pontos de referência da comunidade, funcionando, muitas vezes, como pontos de encontro e de estar. Na fotografia abaixo se verifica que a biroscas, através de uma cobertura e de um banco estruturou-se como um espaço público de encontro para a comunidade.



FIGURA 3.11 – Biroscas

Foto: Danielle Klintowitz

As praças, como quase todos os espaços livres da Rocinha, também abrigam comemorações comunitárias e se transformam recebendo grupos de música,

enormes bolos para comemorar o dia das mães, bandeirinhas para o São João, mesas de ping-pong para um campeonato. Estes espaços funcionam como praças de vizinhança, cada morador freqüenta o espaço que fica mais próximo à sua casa e lá convive com seus vizinhos. Como a semelhança morfológica entre estes locais é grande e todos têm equipamentos semelhantes, não atraem pessoas que estão distantes, pois é possível realizar atividades similares nos ambientes próximos à suas residências. As festas que acontecem nestes lugares, por outro lado, são grandes atrativos para as pessoas que moram mais distante.

Apesar de existirem espaços que foram totalmente apropriados e construídos pelos moradores e associações sem ajuda do tráfico. Grande parte destas praças existentes no miolo da Rocinha, foram “presentes” do tráfico à comunidade.⁷⁷ O que significa dizer, que apesar da aparente descontração da apropriação de seus usuários, estes espaços têm donos, têm regras, têm vigias. Muitas delas não podem nem ao menos ser fotografadas. Estes “presentes” do tráfico podem acontecer de diferentes maneiras: muitas vezes a comunidade constrói originalmente um espaço e ao final recebe os equipamentos de presente; outras vezes a praça toda é ofertada como presente; há ainda casos em que a associação é “ajudada” pelos “amigos” em todas suas atividades e, por isso, seus feitos acabam indiretamente constituindo-se também como “presentes”.

Ao percorrer estes espaços de lazer apropriados e “projetados” pela comunidade, fica claro seu uso comunitário e coletivo e a grande freqüência de usuários, entretanto, mais uma vez, um observador atento pode perceber que estes espaços, assim como as quadras, têm excesso de controle, de regras, de proibições e, por isso mesmo, a pouca possibilidade de improvisação, característica usual dos espaços públicos intra-favela.

⁷⁷ A relação do Tráfico com a favela da Rocinha é muito complexa, se por um lado o Tráfico exerce o papel de algoz, ditando regras; executando sentenças; praticando todo tipo de violência; em outros momentos, funciona como o provedor da comunidade que cuida de sua segurança; do acesso à saúde; de cestas básicas e; também da construção de espaços coletivos de esporte, lazer e convívio; o que deveria ser uma atribuição do Estado (Ver SOUZA: 2000 – cap. 4 e 5)

Subindo pela Estrada da Gávea, enquanto vai se imergindo por dentro da peculiar paisagem, avista-se as garagens de ônibus da TAU. (n° 7/8 – mapa 11)⁷⁸ Estas garagens, por serem os dois maiores espaços livres existentes na comunidade, geram muita expectativa na população sobre seu destino, que no imaginário comunitário, ainda não está determinado. Em conversas com pessoas da comunidade, sobre possíveis intervenções urbanas na Rocinha, estas garagens são sempre lembradas como potenciais espaços de apropriação para a instalação de equipamentos urbanos. O fato de estes dois espaços serem de propriedade privada não traz nenhum constrangimento à população que os entende como seus. Talvez isso possa ser explicado pela apropriação que a comunidade já venha fazendo destes locais. Uma vez por mês, estes lugares adquirem seu desejado status de espaços públicos e são, às vezes um, às vezes o outro, transformados em locais de show. Nestes momentos, os espaços são cedidos integralmente à comunidade e a associação de moradores organiza eventos que, segundo afirmação de um morador local, chegam a receber 150 mil pessoas por noite, atraindo muitas pessoas de fora da Rocinha. O carro de som que se ouvia em São Conrado, no capítulo anterior, anunciava juntamente um destes shows que iria acontecer na noite seguinte.

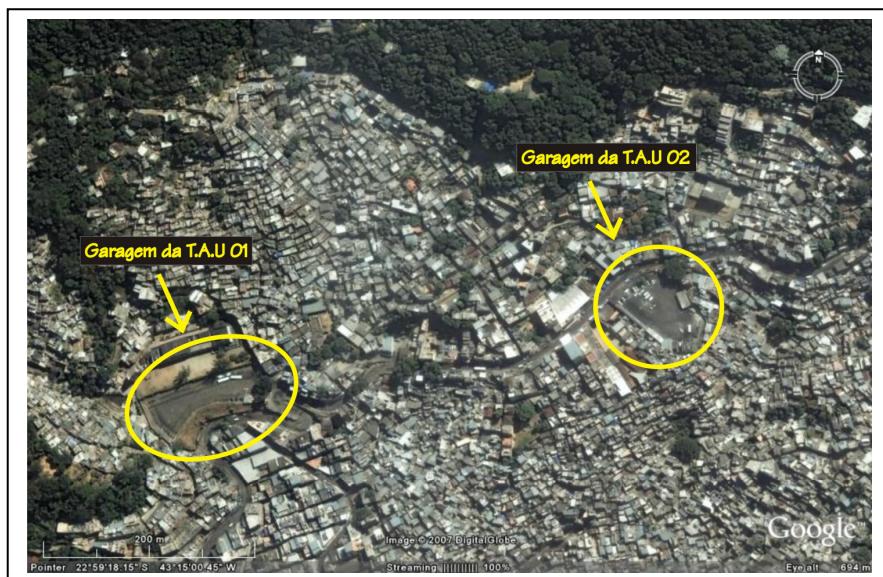


Figura 3.12 - Foto aérea Garagens de ônibus

Fonte : Google Earth, 2007

Interpretação : Danielle Klintowitz

⁷⁸ A empresa de transporte coletivo Transportes Amigos Unidos (TAU) adquiriu os espaços, onde hoje funcionam suas garagens, na década de 70 e logo depois, como o crescimento de suas linhas de ônibus, passou a utilizá-los como garagem de ônibus. Hoje a empresa funciona em Ramos e na Rocinha. Fonte: Rio Ônibus - www.rioonibus.com.

Figura 3.13 – vista da garagem da TAU inserida na densa paisagem da Rocinha.

Fonte: site Imagens do Povo –
<http://www.imagensdopovo.org.br>
 Fotos: J R Ripper



Figura 3.14 – Show na garagem da TAU

Fonte: <http://www.flickr.com>



Continuando pela Estrada da Gávea, chega-se ao ponto central da Rocinha: A quadra da Rua 01 (nº9 – mapa 11). Quando se marca um encontro com alguém da comunidade na parte de cima do morro, quase sempre este é o local sugerido.⁷⁹ De lá se vai para todos os pontos facilmente. Neste lugar se concentram os principais serviços públicos existentes na comunidade como correio, posto de saúde, escritório da administração regional da XXV RA e, ainda a antiga quadra da Escola de Samba que agora funciona como lugar de encontro comunitário, de festas e campeonatos esportivos.

⁷⁹ É clara a distinção que se faz entre os novos visitantes e visitantes “acostumados”. As primeiras vezes que se vai a Rocinha, o “guião” costuma marcar o encontro na parte de baixo, e a subida é feita acompanhada. Quando já se foi lá várias vezes, o encontro passa a ser marcado lá em cima (dentro da Rocinha), então geralmente o visitante vai até o Lgo da Macumba e sobe de coletivo ou moto-táxi, já que os táxis de rua da cidade formal se recusam a subir o morro, aceitam apenas deixar o passageiro na Estrada Lagoa-Barra. É como se fosse necessário passar por um período de incubação para poder estar “pronto” para adentrar o território da Rocinha sozinho.



FIGURA 3.15 – Largo da Rua 1

Foto : Danielle Klintowitz

O largo da Rua 1 (nº10 - mapa 11) é um entroncamento viário, definido por uma confluência entre uma curva da Estrada da Gávea, a entrada da Rua 1 e pelo começo da Subida do Labouriaux, mas como é uma área muito movimentada e com comércio intenso acaba sendo também ocupado por camelôs e barracas de venda de comidas rápidas. A qualquer hora que se passe por este lugar ele está cheio de pessoas, carros, motos e ônibus. Ficar um período parado por lá observando é uma experiência interessante para entender a sociabilidade existente na comunidade. Neste lugar todos se encontram, todos se conhecem. Sempre há alguém se cumprimentando, parado no meio da rua para conversar, chamando outra pessoa ao longe, mesmo quem passa em um veículo acaba reconhecendo alguém pelo caminho. É um lugar com características de passagem – muito movimento, forte comércio, grande fluxo, não há equipamentos de estar – mas que por ser um ponto referencial acaba se tornando o lugar do encontro e da permanência. A partir do Largo da Rua 1 pode-se subir para o Labouriaux⁸⁰ de onde se tem a vista mais bonita da região, por seu o ponto mais alto da Rocinha. Neste setor existe um lugar em particular que se caracteriza como mirante natural (nº11 - mapa anexo), de onde se pode avistar ao mesmo tempo a praia de São Conrado, a Praia da Ipanema, o Cristo

⁸⁰ O Labouriaux é uma região da Rocinha, que faz limite com a Gávea, que foi planejado pela Prefeitura Municipal em 1971 para assentar 75 famílias que moravam nas margens do canal do Bairro do Barcelos, na parte baixa da Rocinha, e que precisavam ser removidas porque se encontravam em áreas de risco e inundações. Mas parte da população instalada vendeu seus imóveis e voltou para a antiga região que é mais plana e perto da Estrada Lagoa-Barra. (ANDRADE: 2002, 91). A região do Labouriaux, por ter sido planejada, em parte, pelo menos, conta com sistema viário definido em projeto, suas ruas são todas de paralelepípedo e possibilitam, quase em sua totalidade a passagem de pequenos veículos ou motos. Calcula-se que hoje morem cerca de 7.000 pessoas na região que originalmente foi projetada para 75 famílias.

Redentor, a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Floresta da Tijuca e o Morro Dois Irmãos. Curiosamente este local não é tão valorizado, e nem apropriado como mirante. Na comunidade não existem equipamentos destinados à contemplação e não se vê muita gente parada por ali admirando a vista. O que se vê são apenas algumas crianças brincando nas árvores, que nesta região, que encosta na Floresta da Tijuca, são de fácil acesso. Luciana Andrade observou a mesma questão em seu trabalho:

“Considerando que as vistas das montanhas, da malha urbana e do mar são parte das importantes atrações turísticas da Cidade do Rio de Janeiro, os moradores da Rocinha são privilegiados ao terem condições de desfrutar deste panorama de diferentes pontos dos espaços coletivos não-edificados. Entretanto a constituição destes espaços na favela não têm como meta resguardar e valorizar a vista para a população. (...) dos 73 entrevistados, apenas 6 revelaram que elas (paisagens) são importantes nos seus cotidianos, o que aponta a dimensão cultural da pouca valorização das vistas. (...) A questão do acesso às perspectivas visuais, uma espécie de amenidade urbana, mostram que as potencialidades do sítio são subaproveitadas” (ANDRADE, 2002:171-172)



FIGURA 3.16 – Mirante do Labouriau

Foto : Danielle Klintowitz

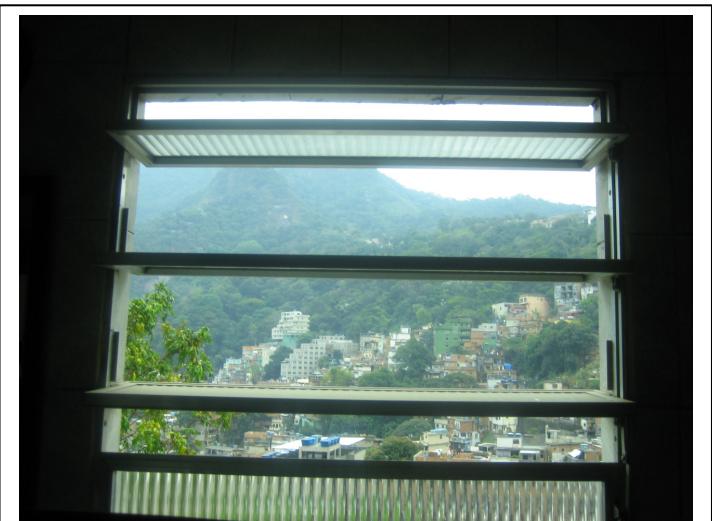


FIGURA 3.17 – Vistas da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Floresta da Tijuca

Fotos: Danielle Klintowitz

Entretanto, apesar de as vistas não serem aproveitadas para construção ou apropriação de mirantes naturais que favoreceriam a contemplação da deslumbrante paisagem oferecida pela privilegiada localização da Rocinha, não significa que a população da Rocinha não perceba, admire e valorize a paisagem. No trecho abaixo a moradora Hosana Pereira afirma a importância da vista para a população da comunidade:

"Um outro transtorno que afeta a sociabilidade decorre da obstrução da paisagem (visual) que alguns moradores têm o privilégio de contemplar por morar na parte alta da favela. Quando um morador projeta uma janela em sua casa voltada para a vista da Lagoa Rodrigo de Freitas ou para a praia de São Conrado, nesse momento sente-se privilegiado em morar na favela e por desfrutar desse prazer (que muitos turistas procuram quando visitam a Rocinha). Construir uma parede obstruindo a visão da paisagem gera um grande motivo para conflitos entre vizinhos." (PEREIRA, 2007: 37)

Confirmando a importância do visual para os moradores da comunidade, Gerônimo Leitão afirma que a vista é também um fator que influencia na valorização dos imóveis na comunidade. (LEITÃO, 2004). Sendo assim, a primeira impressão dos pesquisadores sobre a desvalorização geral da vista por parte da comunidade mostra-se equivocada. A falta de mirantes estruturados diante de uma paisagem tão deslumbrante realmente choca o olhar estrangeiro, que por não tê-la cotidianamente, imagina imediatamente equipamentos para admirá-la. A população da Rocinha, por ter acesso à vista cotidianamente, tem com ela outra relação. Os mirantes na Rocinha existem, mas são em geral privados. Não há estruturas públicas para contemplar a paisagem, mas a vista é admirada cotidianamente através das janelas e lajes, que são mirantes naturais e peculiares deste território.

Abandonando o percurso pela Estrada da Gávea, entra-se na Rua 1 (nº12 – mapa 11)⁸¹ com destino às regiões mais desestruturadas da Rocinha, onde a paisagem se compõe basicamente por becos e vielas, que serão percorridos no capítulo 4.

Ao andar pela Rocinha percebe-se que o limite entre o que é espaço público e privado é muito tênue e pode ser subvertido a qualquer momento. O habitante desta comunidade parece muito à vontade para se apropriar de qualquer tipo de

⁸¹ "A Rua 1, a despeito do nome e do fato de sua origem ser atribuída a um dos loteamentos que ocorreu na Rocinha consiste em um longo beco que corta diferentes setores e liga o ponto mais alto da Estrada da Gávea ao Bairro Barcelos." (SEGALA:2001)

espaço que esteja disponível para as atividades cotidianas. Da mesma forma, o espaço privado pode facilmente ter uma apropriação coletiva de uma hora para outra. Em alguns momentos estas apropriações dos espaços públicos ou privados, podem ser entendidas como de esfera de vida social e não esfera de vida pública, já que são apropriações coletivas apenas para um grupo social e não para o público em geral, o que no caso de um espaço público, o afastaria de seu sentido de publicidade e no caso de um espaço privado não o tornaria público.⁸²

O público e o privado se confundem na Rocinha, e esbarram, muitas vezes, na esfera de vida social, outras na esfera de vida pública. Os espaços na Rocinha parecem ter uma vida “hibrida”, ora estão funcionando na esfera de vida pública, ora na esfera de vida social, ora na esfera de vida privada. Suas funções e vivências são múltiplas, estão em constante mutação, dependem do momento e do tipo de apropriação. Na Rocinha, muitos espaços se transformam no tempo, não são espaços que ficam inertes, caracterizam-se justamente pela vitalidade de funções e apropriações que propiciam. Talvez, esta “mistura” de usos e funções dos espaços públicos e privados na Rocinha venha, em parte, de sua formação. A própria constituição histórica desta comunidade é a da tradição da apropriação⁸³ dos “espaços disponíveis” onde cada morador foi construindo sua casa e pouco a pouco adensando a região. Os espaços públicos que lá existem se constituíram, em sua maioria, pela apropriação da comunidade (moradores, líderes comunitários, trâfico) que transformaram o espaço disponível em praças, quadras, ruas, vielas. E, por ter uma constituição não “oficial”, não têm o mesmo grau de legitimidade de espaço público para todos habitantes daquela comunidade.

⁸² “Nas sociedades ocidentais, além da esfera de vida pública e de sua oposta e complementar esfera de vida privada, vem se estabelecendo uma esfera social, própria das formações sócio-espaciais capitalistas. A esfera de vida social atravessa tanto o mundo do trabalho como o do ócio, trata-se da vida em grupos sociais relativamente homogêneos, mais numerosos que os integrantes da vida privada e menos heterogêneos que os necessários para a caracterização da esfera como pública. (...) uma ação própria da esfera pública não precisa ser partilhada por todos, mas por vários grupos sociais, pode-se mesmo falar em “graus de publicidade” em função do maior ou menor número de grupos sociais envolvidos em determinado sistema de ações da esfera pública.” (QUEIROGA: 2006, p.133)

⁸³ O uso da palavra “apropriação” ao invés do usual “invasão” é proposital, pois o segundo termo, usado comumente para se referir a assentamentos irregulares, traz consigo o significado de usurpação violenta e, pior de não pertencimento ao território, à cidade. Alguns vocábulos do cotidiano da cidade que refletem a dinâmica de exclusão existente devem ser usados com muito cuidado.

É claro que o espaço público tem graduações de *publicidade*, não perdendo, com isso, sua designação de espaço de vivência da esfera de vida pública. Dificilmente se encontra na cidade contemporânea o espaço público “absoluto” de que falavam Hanna Arendt e Habermas⁸⁴, então, faz-se necessário novas análises e entendimentos das possibilidades espaciais e de sociabilidade na cidade atual.

Para Queiroga:

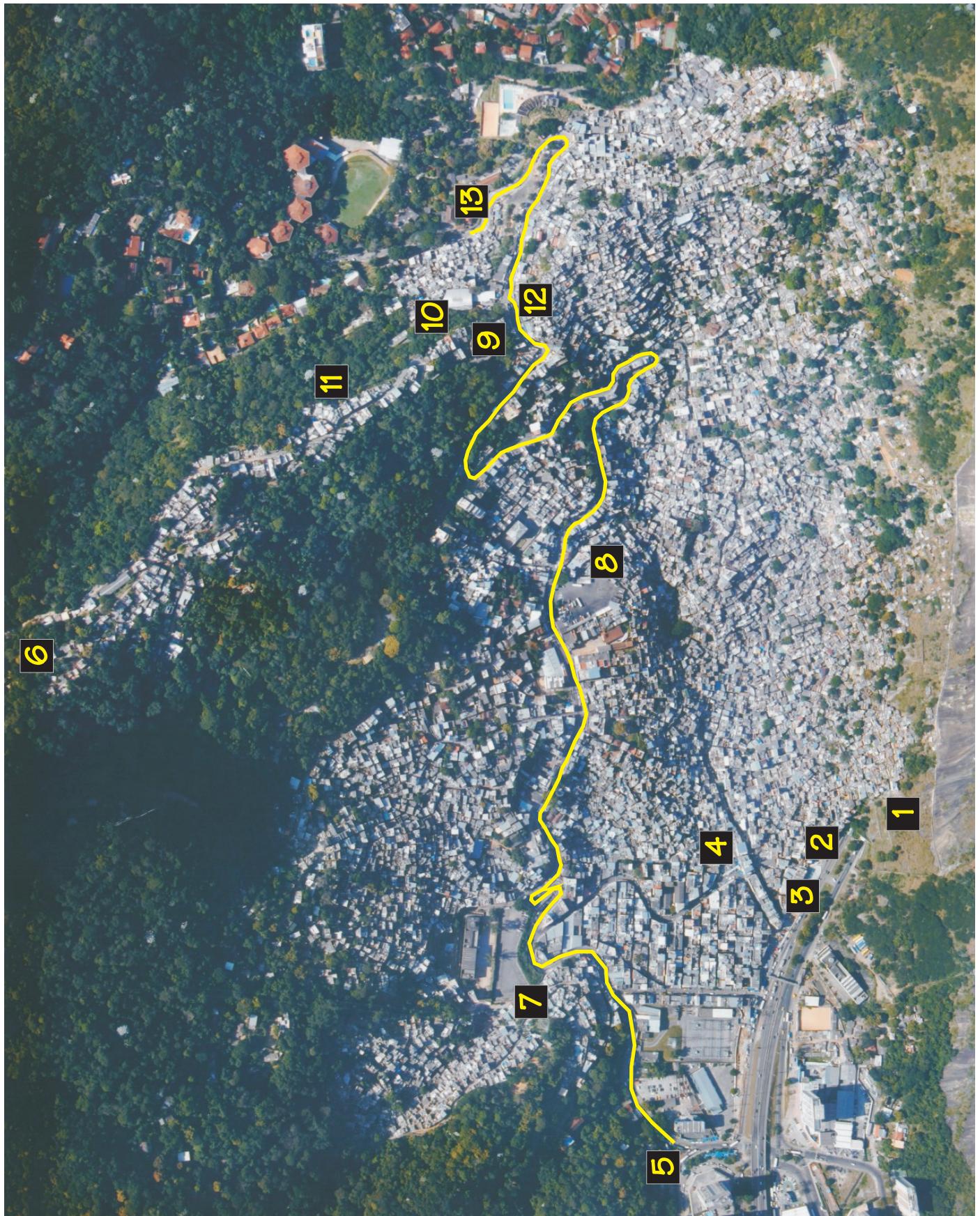
“(...) trata-se mais de transformações na esfera de vida pública que de seu inexorável declínio. Atentar para as práticas espaciais atuais permitirá identificar possibilidades de planejamento e gestão do território, superando o dilema entre a visão saudosista das qualidades da cidade tradicional e uma posição liberal afirmativa das benesses da eficaz gestão privada dos espaços urbanos.”(QUEIROGA, 2006:132)

Na Rocinha isso fica claro. Os mesmo espaços podem ser vivenciados diariamente nas três esferas de vida (social, pública e privada) em momentos diferentes, como práticas sociais diferentes. Em alguns momentos, esta mistura de esferas de vida que atuam em um mesmo espaço podem causar conflitos, entretanto, não impede que estes espaços desempenhem importantes funções públicas de sociabilidade dentro da comunidade, afinal, também faz parte da vivência pública as disputas e resoluções de conflitos.

“(...) difícil seria imaginar qualquer processo de apropriação de um bem coletivo sem dissensões e discordâncias. Sem choques, resultantes da própria dinâmica do sistema. (...) A comunidade convive com o dissenso. Esta convivência torna possível o restabelecimento de um equilíbrio. Mas não existe apenas um equilíbrio, ao qual se retornaria sempre, como num sistema homeostático. O confronto e o conflito, resultam invariavelmente da performance do sistema, permitem a incorporação do evento, da novidade, da forma inédita, abrindo o caminho para as transformações do próprio sistema.”(C.SANTOS, 1985:105)

⁸⁴ Segundo Hannah Arendt (2005:47), o termo público “significa, em primeiro lugar, tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.” Para Habermas: “Chamamos de “públicos” certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. (...) Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera polis que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idios*).” (HABERMAS:2003:14 -15). Outros autores entendem, ainda, a esfera de vida pública como o conjunto de práticas sociais que associadas a uma certa disposição física, fundam o espaço público. (ANDRADE, 2002:06).

FOTO AÉREA ROCINHA- MAPA 11



3.2. CONQUISTA DA VITA ACTIVA E RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO PÚBLICO

Na Rocinha o espaço público tem muitos donos e a sociabilidade da comunidade se relaciona diretamente com esta dominação de seu território. Os espaços são vividos de acordo com as regras internas estabelecidas. E apesar destas regras serem criados e estabelecidos dentro da própria comunidade, na maioria das vezes, não podem ser negociados e sua desobediência pode trazer sérias consequências. Embora aparentemente esta dominação presente refira-se apenas ao tráfico de drogas, isto não é verdade. O território é disputado por muitas forças dentro e grande parte destas disputas reflete-se na dominação do espaço público que é um símbolo de poder dentro da comunidade.

"A associação e seus líderes representam a comunidade junto às estruturas administrativas formais do município ou do estado e cumprem o papel de "mediadores" perante a sociedade. À medida que os grupos de traficantes se tornam mais poderosos nas favelas, aumenta a tensão diante da ameaça real ou potencial, à autoridade eleita." (LEEDS,2004:250)

A evolução histórica da Rocinha demonstra que a comunidade constituiu-se através da institucionalização de diferentes poderes locais que exerciam diferentes esferas de dominações sobre a população e seu território. A história de ocupação do território Rocinha foi sendo construída paralelamente à ao desenvolvimento comunitário e a conquista e consolidação de seu espaço político na cidade. Este paralelismo gerou grandes contradições internas, pois ao mesmo tempo em que se conquistava mais urbanidade para o território, se estabelecia fortes relações de poder e dominação sobre o mesmo território.

Observa-se desde o inicio da ocupação da Rocinha uma grande disputa em torno do poder. No início, as disputas se davam em bases pessoais, entre os próprios moradores que entravam em conflito sobre as formas de ocupação da região. Os primeiros moradores que haviam comprado um terreno do loteamento original não aceitavam com facilidade a vinda de novos moradores, que eram chamados de "os invasores". Consideravam que a expansão territorial, feita através da invasão

de terras, desvalorizava a comunidade e contribuía para a imagem de espaço marginal.

Com a intensificação das invasões começaram a surgir tensões entre os proprietários de lotes e os invasores. Grande parte destas tensões eram originadas pela dualidade de entendimento sobre o território que dividiam. Os invasores, em sua maioria migrantes, eram, de modo geral, homens sozinhos, solteiros ou casados que haviam deixado suas famílias nas cidades de origem e, que imaginavam estabelecer-se neste território provisoriamente a fim de adquirirem melhores condições de vida e só então, buscar suas famílias, constituí-las ou voltarem para sua terra natal. Mas, enquanto os migrantes constituíam um território que julgavam provisório, os proprietários tinham a intenção de fixar-se e construir uma comunidade. Como não haviam normas que determinassem como se deveria dar a ocupação do território e que pudessem pontuar a solução de disputas entre moradores, pouco a pouco a população foi criando um código próprio de gestão de sua comunidade.

*“Estruturaram-se, internamente, sistema de arbitragem e acordos informais – caracterizados como a **lei do morro** – no sentido de controlar as rixas entre vizinhos, muitas vezes inevitáveis, e assegurar a fixação no local.”* (SEGALA: 1991, 91)⁸⁵

Com o passar do tempo as normas comunitárias e o sistema paralelo de legitimação foram se tornando mais sofisticados e fortalecidos pelo surgimento de associações voluntárias e entidades, principalmente religiosas, que se instalaram na Rocinha, contribuindo para o reconhecimento daquele território como espaço legítimo de moradia. (ANDRADE: 2002) Este processo de “politização” foi generalizado entre as favelas cariocas, e durou até a década de 60, transformando fortemente as redes internas de relações, solidariedade e organização do morro. A rede de parentesco foi perdendo força com o crescimento de novas “lógicas e interesses contraditórios ligados à política supra-local”. (SEGALA: 1991:102) À medida que a Rocinha foi crescendo as redes de relações pessoais, os acordos e contratos sociais foram mudando de escala, passando da escala do convívio e da vizinhança para a escala da comunidade

⁸⁵ Grifo da autora

como um todo e assim, foram sendo criados sistemas de legitimação e ordenação das práticas sociais.

A dinâmica de acordos sociais tornou-se mais complexa com a entrada de associações voluntárias, em especial instituições religiosas, que se instalaram a partir da década de 1930 nas principais favelas cariocas.

“Ao se entrarem nestes assentamentos, estas associações [religiosas] contribuem para o reconhecimento da favela enquanto lugar legítimo de moradia.” (ANDRADE, 2002:67)

Em meados da década de 1940, com a abertura política decorrente do fim do Estado Novo, as favelas cariocas tornaram-se importantes redutos eleitorais, favorecendo o aparecimento de práticas clientelistas e, por outro lado, possibilitando que as vozes de reivindicação do morro fossem ouvidas pelo asfalto por meio da reprodução de redes políticas nas favelas com a atuação da Fundação Leão XIII, na ocasião vinculada à Igreja Católica e do próprio governo. (SEGALA, 1991) Exatamente neste momento, é que, impulsionadas também pela Fundação Leão XIII, começaram a ser formadas as primeiras associações de moradores que lutavam pelas melhorias nas condições de vida nas favelas.

“As associações de moradores, ao contrário das agremiações carnavalescas e dos times de futebol, têm sua história vinculada à intervenção do Estado e da Igreja Católica junto à população favelada. Os conselhos de moradores foram criaturas da Fundação Leão XIII, que na década de 50 começou a fundá-los a partir da favela da Praia do Pinto no Leblon. Naquela época, o projeto assistencialista da Fundação tinha por finalidade promover a “elevação moral e cultural” dos favelados através da “participação organizada” e “do próprio esforço do favelado”, buscando finalmente “integrá-lo à sociedade.” (ZALUAR,2000:180)

O período de “politização” das favelas, que durou até meados da década de 1960, transformou inteiramente suas redes de relações. As relações de parentesco perderam o valor na ocupação do morro, dando lugar à “lógicas e interesses contraditórios ligados à política supra-local”, que acabaram por acentuar o “caráter segmentado da organização social do morro” (SEGALA, 1991:102)

“Até pelo menos 1982, as associações de moradores abriam-se a tutela do Estado através de suas ligações com os Centros Sociais e Urbanos e com os políticos clientelistas, intermediários do governo estadual. O que se passa hoje, não sei.” (ZALUAR,2000:180)

Aparece, durante este processo, a figura, denominada por Segala (1991), de o **“dono do morro”**. O segmento social dos “donos do morro” era formado por antigos moradores da Rocinha que apresentavam condições sócio-econômicas superiores a dos “invasores” e que se aproveitava de sua longevidade na área para dominar os serviços oferecidos na comunidade, como água e luz elétrica fornecidos por redes coletivas, mediante o pagamento de taxas, formando, assim as “sociedades” de água e luz. Os “donos do morro” conquistaram também o *status* de representantes do morro, não tendo, contudo, o interesse efetivo no melhoramento coletivo e na alteração das condições da favela, o que poderia acarretar na perda de seu poder e consequentemente de sua situação privilegiada no morro.

“A atuação destes agentes [donos do morro] junto ao poder público, especialmente em época de eleições, estava ligada a conquistas de benfeitorias que não implicassem o comprometimento do seu controle sobre a prestação de serviços coletivos aos favelados. Desse modo, as propostas mais eficazes de integração da favela com o “asfalto” não eram bem vindas.” (ANDRADE, 2002:68)

Percebe-se assim, que a ausência de infraestrutura e de agências externas que fornecessem os serviços públicos não era ocasionada apenas pela falta de interesse dos órgãos públicos, mas encontrava resistência também em agentes internos. Machado Silva define estes agentes como *“burguesia favelada que monopoliza o acesso, controle e manipulação dos recursos econômicos e as decisões e contatos políticos”*. (SILVA, 1967:37 apud SEGALA,1991:104)

“Tornar-se um intermediário entre o Estado e os políticos, de um lado, e os moradores, de outro, é indiscutível fonte de prestígio e de poder. Por isso mesmo, a liderança intermediária é objeto de disputa.” (ZALUAR,2000:194)

Em 1961 foi criada a associação de moradores, União Pró-melhoramentos dos Moradores da Rocinha - UPMMR, que passou a atuar como intermediária entre a população e o governo, funcionando como uma espécie de governo local.

“Meio governo meio representante dos moradores, as diretorias da Associação tentavam por diversas maneiras aproximar a Lei do Morro e

*a Lei do Asfalto. A primeira diretoria tentou urbanizar o local, mesmo fora de licença permitindo algumas obras em alvenaria.*⁸⁶(SEGALA, 1991:119)

Justamente nesta época verificou-se o início da substituição dos barracos de madeira por alvenaria, com grande incentivo da Associação de Moradores, que enxergava neste feito a irreversível consolidação da favela.

“De fato, diretores da Associação de Moradores distribuíram licenças para a construção aos moradores, tirando partido da legitimidade oficial que o vínculo com a Fundação Leão XIII lhes dava.”(ANDRADE,2002:69)

*“(...) neste processo de licença, como em outros, a lei do asfalto era recriada no espaço ilegal da favela, legalizando-o de outra forma frente aos moradores.”*⁸⁷ (SEGALA, 1991:121)

Em 1964, com o golpe militar, o vínculo com os políticos foi rompido na Rocinha e seus moradores perceberam a necessidade urgente da união comunitária para o enfrentamento do risco de remoção das favelas que se alastrava pela cidade.⁸⁸ Nesta época, o atual Bairro do Barcelos estava sendo loteado e por apresentar condições de urbanização adequada com pavimentação e redes de água e luz, foi estrategicamente utilizado pela Associação de Moradores para que o Poder Público reconhecesse a área como um bairro da cidade, o que facilitaria o esvaziamento das tentativas de remoção das áreas próximas pertencentes à comunidade.

No final da década de 1970, com o início da reabertura política, os votos das populações faveladas voltaram a ser significativos na cena política e ressurgem as políticas clientelistas na Rocinha. Em 1979 é criada a Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro que trazia, desde sua origem, um novo conceito para as propostas de urbanização das favelas, que não sugeriam, como as propostas anteriores, novos desenhos viários com a demolição das casas existentes. A nova secretaria propunha uma “nova concepção de urbanização à nível mais restrito, como prestação de serviços básicos.” (SEGALA,1991:349)

⁸⁶ Grifo da Autora

⁸⁷ Grifo da Autora

⁸⁸ De 1962 a 1964 Carlos Lacerda removeu, total e parcialmente, 27 favelas, deslocando, no total, 41.948 moradores. Depois do Golpe militar, 1964, a política remocionista continuou sendo aplicada, sendo que com o golpe, houve um grande esvaziamento das práticas políticas clientelistas e eleitoreiras, o que fragilizou ainda mais a resistência às ações de remoção. (SEGALA, 1991 e ANDRADE,2002)

Enquanto o Poder Público se ocuparia dos espaços públicos, os moradores seriam responsáveis pela melhoria das condições de sua moradia.

Em 1980, a Rocinha foi escolhida como favela piloto de um programa de urbanização de favelas, o Projeto Rocinha, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro. Mas as lideranças da comunidade não souberam aproveitar a oportunidade para se fortalecer politicamente e apresentaram-se muito fragmentadas demarcando os múltiplos interesses que norteavam os moradores. Segundo Lígia Segala (1991), a implantação do Projeto Rocinha foi marcado por desmandos políticos e acordos politiqueiros que deixavam de lado os aspectos técnicos. Segundo Andrade:

“A exploração clientelista de políticos e de alguns moradores que se valeram, em diferentes momentos da história, dos problemas da favela para atrelar seu nome ao fornecimento de serviços públicos, fortalecendo o caráter relacional no interior da favela. As políticas sociais que traziam, em seu bojo, a possibilidade de promoção da constrição de espaços públicos ocorreram sempre em proporções tímidas, se comparadas ao fortalecimento da oposição favela x asfalto.” (ANDRADE,2002:77)

A partir da década de 80, com territorialização do tráfico de drogas, o poder das associações de bairro passa a ser duramente disputado pelas organizações criminosas que dependem da dominação do território para preservação de seus negócios. Atualmente, os traficantes e seus respectivos comandos que são conhecidos como os “Donos do Morros” ou “Donos das Favelas”. A dominação do território das favelas cariocas é tão grande que seus moradores evitam freqüentar favelas de facções opostas.

“(...) um líder comunitário que ia realizar um trabalho em uma outra favela, “controlada” pelo CV [comando vermelho] e, portanto, teoricamente inimiga do pessoal de Acari, foi consultar Jorge Luís [chefe do tráfico de Acari] (...) O “bom relacionamento”, a proximidade de que este líder desfrutava junto ao chefe do tráfico, permitiu-lhe fazer a consulta para assegurar-lhe de que tudo correria bem. Na maioria dos casos, entretanto, os moradores e mesmo os líderes comunitários evitam circular ou manter vínculos de qualquer espécie com pessoas ou instituições de outras favelas “controladas por outra facção”(...) Não é preciso uma proibição, o

medo é que faz que as pessoas tratem de evitar estes contatos.”⁸⁹
 (ALVITO, 2001:82)

Se de um lado o tráfico se coloca na posição de **Dono do Morro** e determina a qual comando aquela favela estará vinculada, por outro, os próprios moradores assumem para si a identificação com seus comandos e suas rivalidades como forma de pertencimento à localidade.

“Em suma, embora inexistentes enquanto grupos do crime organizado, as “facções” vão se tornando emblemas identitários que servem como referencial importante para estes grupos de jovens.”(ALVITO,2001:85)

Ao mesmo tempo, ao reforçar a imagem dos comandos organizados, tanto a Policia Militar quanto a imprensa *“proporcionam toda uma estratégia simbólica a este grupos dispersos, a estas quadrilhas locais em boa parte compostas por adolescentes”* (ALVITO,2001:89) e permitem que estes grupos adquiram uma força de dominação maior do simplesmente seu arsenal armamentíssio: os imbui do poder simbólico.

“Por dedicar-se a uma atividade ilegal, a quadrilha tem que organizar-se informalmente, recorrendo á “a parentada, à amizade, ao ritual, ao ceremonial e a muitas outras atividades ou padrões simbólicos implícitos naquilo que se reconhece com estilo de vida” (COHEN,1978:89). Em outras palavras grupos dispersos e desorganizados, ao serem imaginados pelo aparelho de segurança pública como parte de organizações ou “facções” compondo verdadeiros exércitos, começam a porta-se como tal.”(ALVITO,2001: 89)⁹⁰

Uma das consequências observadas pela territorialização do tráfico de drogas nas favelas é a dominação dos “espaços públicos” por estes criminosos que passam a determinar os usos e ocupações que podem ou não ser dados a tais espaços. Muitos destes espaços, inclusive, foram “presentes” oferecidos pelas

⁸⁹ No Rio de Janeiro existem três “Comandos” de facções criminosas que controlam o tráfico de drogas na cidade e que disputam entre si o domínio dos territórios das favelas existentes. São eles : Comando Vermelho (que controla da Rocinha), Terceiro Comando e Amigos dos Amigos. Em verdade, existem algumas controvérsias sobre a origem e a real organização dos comandos, alguns autores acreditam que a denominação dos comando foi criação da própria polícia militar e acabou sendo incorporada pelos chefes do tráfico das favelas. O que é certo é que atualmente as favelas são identificadas e se “auto-denominam”pertencentes a determinado comando. “Afinal, o que são estas facções: CV e TC? Trata-se, sobretudo, de uma rede de relacionamentos pessoais ou, na lúcida imagem formulada por Caio Ferraz (VENTURA,1994:188), “é uma espécie de compadrio”. E na lógica das oposições binárias, o amigo do teu amigo é teu amigo e o o inimigo do teu amigo é teu inimigo. (...) O que existe, na realidade, é somente um conjunto de alianças estabelecido por cada um dos “chefes” locais do tráfico com outros chefes que da mesma forma, têm determinados aliados e inimigos e assim sucessivamente.(...) São alianças localizadas que levam ao “pertencimento” a um comando e não o contrário, embora, a posteriori pareça ser assim.(...) Todavia, CV e TC têm hoje a força de representações coletivas (...)”(ALVITO, 2001:82-83) (grifos do autor)

⁹⁰ Grifos do autor

organizações criminosas às comunidades e, assim, já nascem dominados. A convivência da cidade informal com o tráfico de drogas estabelece uma complicada relação nas questões de “publicidade” dos espaços desta comunidade, pois, cria regras de conduta e de acesso que restringem algumas práticas e encontros, limitando assim, a vivência na esfera de vida pública nestes territórios.

“(...) na ausência de normas que regulamentem o direito de cada um, a tendência natural é o uso de todos os artifícios, entre os mais comuns a força ou a intimidação, para maximizar os interesses particulares daquele que o mobiliza.” (GOMES, 2002: 177)

A existência de todas de variáveis como pobreza, criminalidade, dominação e ausência do Estado, conectadas a um espaço de extrema precariedade urbana propiciam o que pode-se chamar de **produção de espaço criminoso**, isto é, a produção de um território urbano que por suas características morfológicas e sociais favorece a gênese e existência de organizações criminosas e relações de dominação que têm no próprio espaço a perpetuação de sua existência, tanto pela cooptação de novos membros para organização, como pela segurança de sua permanência neste espaço.

“A topografia da favela e suas formas de ocupação (se tem ruas largas e urbanizáveis ou becos sinuosos, preferidos pelos traficantes) auxiliam sua “conveniência” para a atividade ilegal. (...) Das 500 favelas e conjuntos habitacionais populares do município carioca (excluindo os municípios da área metropolitana periférica), praticamente todas têm grupos de traficantes de drogas” (LEEDS, 2004:240-241)

Os traficantes acabam territorializando os espaços dos morros e favelas cariocas, porque, além de espacialmente favoráveis pela falta de urbanidade, que dá segurança às quadrilhas, a falta de auto-estima da população permite que a dominação seja aceita com mais facilidade. As condições de vida nestes assentamentos, não só pelo espaço desordenado e abandonado, mas também pela insuficiência de recursos financeiros advindos do trabalho e investimentos públicos, precarizam seus habitantes, transformando-os em sujeitos vulneráveis. Como outros assentamentos informais, a Rocinha, apesar de extremamente bem localizada dentro do cenário urbano carioca, tem, ainda hoje, muitas dificuldades de acessibilidade devido a falta de investimentos públicos em infra-estrutura. Estas dificuldades inibem o exercício da cidadania do residente da comunidade,

impedindo o acesso a serviços como o dos correios com o recebimento de correspondências, contas e entregas de mercadorias compradas no comércio formal e, dificulta também a obtenção de crédito em lojas. Lefebvre (2001:20) escreve que:

“Se se definir a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios são urbanos. Se se definir a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferia, os subúrbios são desurbanizados.”

Assim, pode-se pensar na Rocinha como um “subúrbio/periferia”, pois, apesar de estar inserida no miolo do cenário urbano da Zona Sul, não conta com os privilégios da avançada infra-estrutura da classe média carioca. Logo, viver na Rocinha é ser, para muitos, um indivíduo “sem endereço”, e a impossibilidade de exercer atos simples da vida cotidiana, reafirma a identidade negativa, potencializadora da vulnerabilidade. Além disso, apresentar a Rocinha como residência, significava quase uma imediata discriminação social, logo, muitos moradores a negam, assumindo, por vezes, endereços de parentes e amigos “do asfalto”, ou a substituem pelo bairro vizinho São Conrado. Nesta comunidade, como em tantas outras espalhadas pelo país, produz-se “cidadãos de segunda classe”, que não podem exercer plenamente seus direitos.

“O tráfico de varejo se disseminou a partir da década de 90, utilizando em larga escala espaços pobres (favelas, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais) como bases de apoio logístico. Estes espaços pobres, antes vinculados essencialmente ao comércio rotineiro de maconha, um comércio de lucratividade relativamente baixa, protagonizado por delinqüentes desorganizados e protegido com armamento de baixo custo (armas brancas, um ou outro revolver), passaram, nos últimos anos, a ser pontos de apoio para o florescente comércio de varejo de cocaína, gerenciado localmente por quadrilhas mais bem estruturadas e equipadas com armamento cada vez mais sofisticado e pesado.” (SOUZA, 2000: 50-51)

Como o Estado não provê os bens de consumo coletivos necessários à sobrevivência da população favelada, mantendo-os em uma situação de “não-cidadãos”, permite que o tráfico comece a suprir as funções que, por pressuposto, cabem ao governo. Lucio Kowarick (1993:71) afirma que:

“A precariedade das condições de vida, por si só, já torna temerário classificar o favelado como um cidadão urbano. Mas não é somente sob este aspecto que a cidadania, entendida como um rol mínimo e imprescindível de direitos está ausente. Se para o morador urbano existe a possibilidade de tentar formas de organização que visem impedir a

expulsão dos locais onde habita ou pressionar os centros decisórios a fim de obter, para seus bairros, a melhoria dos serviços coletivos, para o favelado até o exercício desse aspecto mínimo de cidadania está comprometido.”

O Estado tem, por excelência, na cidade contemporânea, o monopólio da repressão, da justiça, da provisão de bens de uso coletivo e de regulação. Esta questão torna-se mais grave, quando o Estado além de não prover os bens de uso coletivo e de regulação, não provê ainda segurança urbana a esta população, abrindo espaço para que, em muitos destes territórios, o tráfico de drogas o faça. Com isso, as organizações criminosas passam a exercer o monopólio da violência e da repressão. Exercem, ainda, o poder de justiça, de regulação e tornam-se a lei, além de os mantenedores de muitos bens de consumo coletivo, tais como praças, escolas e postos de saúde.

“Os líderes do tráfico de drogas de varejo dependem da violência (intimidação) para manter uma certa disciplina e garantir uma certa lealdade, já que, sendo protagonistas de uma atividade ilegal, eles não podem buscar respaldo na lei e na polícia.”⁹¹

Assim, a insegurança social não é uma prerrogativa dos moradores da cidade formal, os moradores de assentamentos irregulares convivem com dois tipos de violência, a do policial e a do traficante. Estes moradores têm a consciência de que residir nestes espaços marginalizados significa poder ter, de repente, uma “inversão” de funções da polícia que pode invadir sua casa ou então capturá-los como transgressores, mesmo sem provas. Um morador da favela, portando documento de identidade ou de trabalho, ou trajando roupa suja de tinta e cimento, característica da construção civil, pode ser considerado suspeito de criminalidade e conduzido à delegacia, como se o ônus da prova coubesse ao acusado e não ao acusador. Esses episódios denotam um desrespeito aos ideais de cidadania, pois para estas comunidades não valem, em realidade, as mesmas leis que organizavam a vida social das camadas médias cariocas.

“(...) mais do que a diferença na percepção da natureza da violência, ocorre uma grande diversidade no grau de tolerância com suas manifestações. Assim, determinadas práticas são consideradas inaceitáveis para outros. Essas diferenças revelam-se na aceitação - ou não – dos métodos utilizados pela polícia no combate ao tráfico de drogas

⁹¹ ZALUAR, Alba. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios, p. 18-19 In VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 Apud SOUZA, 2000: 51.

e da pena de morte informal decretada a uma parcela da população brasileira.” (SOUZA ; BARBOSA, 2005:61)

Na Rocinha, a violência policial contra a população local foi gradativamente aumentando. Em alguns momentos, como relatam os moradores, tem-se mais medo da polícia do que do bandido:

“Justamente hoje acho que os policiais, eles chegam assim perto das pessoas, e metem o pau. Vão logo assim, apertam a pessoa, a pessoa não tem jeito de explicar, de mostrar documento. Já vão logo batendo. (...) Hoje eu tenho mais medo da polícia do que do vagabundo.”⁹²

Morador não prefere tráfico nem polícia, ele não pode expulsar o traficante... Se houvesse uma polícia honesta os moradores escolheriam a polícia, mas as vezes é melhor confiar no tráfico do que na polícia.⁹³

Neste cenário de “guerra”, muitos habitantes das favelas que não fazem parte do tráfico de drogas, precisam conviver com criminosos, silenciando sobre suas ações, por causa da coação que sofrem. Outros presenciam inocentes serem abatidos por balas perdidas devido às diligências policiais ou às lutas entre facções rivais de criminosos e, neste caso também estão sob a lei do silêncio por causa da coação policial. Alguns, embrutecendo-se com tanta violência, resolvem também assumi-la como prática, ou voltar-se para o crime que lhes parece mais lucrativo. Esta lógica da produção do espaço criminoso, que propicia relações de poder e a perpetuação da violência, fica clara na afirmação de Marcelo Lopes de Souza:

“Uma tal associação entre pobreza e criminalidade, se simplista, pode ser, além de errônea, preconceituosa, por passar a idéia absurda de que só os pobres são criminosos. A lembrança não-simplista de uma conexão entre injustiça social e criminalidade visa, porém, a recordar que as condições materiais, sob determinadas circunstâncias culturais e institucionais, podem atuar como fator de estímulo a estratégias de sobrevivência ilegais, com consequências nefastas para o conjunto da sociedade e para os próprios pobres.” (SOUZA, 2000: 192)

Por outro lado, o tráfico de drogas, como exerce funções que deveriam ser do Estado, assume, também, dentro deste território, um papel de “Segundo Estado” com as prerrogativas de idealizador e executor das leis, que cabem ao “Estado Oficial”.

⁹² Bernardino Francisco de Souza, morador da Rocinha desde 1949. (UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA:1983:39)

⁹³ Morador de Acari. (ALVITO, 2001:75)

"Ao contrário da polícia, entretanto, o bandido, além de garantir a inviolabilidade de sua área, pode ser reconhecido como defensor do trabalhador nos casos em que ofensas pessoais sofridas por este precisem ser vingadas. Diante da inevitável humilhação e da ausência de proteção policial ou jurídica, o bandido transforma-se no vingador de seu povo. (...) Os "bandidos formados", isto é, aqueles que já têm experiência e conhecem as regras do jogo, sabem disso e não trocam tiros com qualquer um, nem à toa. Matar quem não está na guerra é considerado perversidade" (ZALUAR, 2000:141-143)

Nas palavras de um morador da Cidade de Deus esta relação é descrita da seguinte maneira:

"(...) eles respeitam a gente ... Qualquer coisa que me acontecer, um menino passou ou um vagabundo pegar, não será eu que vou pegar um revolver para dar tiro, eles aí: 'deixa com a gente porque aí a gente mata o cara, porque a gente já é perdido mesmo, mais um crime nas costas não faz diferença', entende ? É aquele negocio, tudo em qualquer área, em qualquer lugar é assim, sempre tem uma rapaziada local..." (ZALUAR, 2000:143 -144)

No filme “*M., O Vampiro de Dusseldorf*” (1931), Fritz Lang apresenta claramente como funciona um poder paralelo legitimado pela população local. No filme um tribunal composto por membros do crime organizado julga um infanticida que assusta a cidade cometendo crimes que não eram permitidos pelos códigos de conduta ética da criminalidade local. O mais importante deste episódio é que tal tribunal de julgamento é aceito pela comunidade local, como real representante da justiça e da lei. Esta passagem cinematográfica exemplifica e explicita as complexas relações de poder que se estabelece em áreas territorializadas pelo crime organizado, que passa a representar, muitas vezes legitimado pela comunidade local, o poder de Estado prezando pela manutenção das normas estabelecidas na comunidade.

"(...) as relações entre bandidos e trabalhadores mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivamente desenvolvidas entre eles." (ZALUAR, 2000:133)

Este fato é denominado por alguns autores de “Estado Paralelo”, mas esta expressão traz em si alguns paradoxos. Como a carência destes territórios chegou a níveis alarmantes revelando a impossibilidade do Poder Público em superá-las, o Estado, de certa forma, isenta-se de suas obrigações com estes espaços populares e deixa a encargo do crime organizado parte das demandas socio-territoriais. Assim, o morador da favela, muitas vezes, sente-se mais em

dívida e tem maior confiança nos traficantes do que no “Estado Oficial”. Cria-se então, uma separação muito clara de territórios, como se houvesse um muro que dividisse a cidade: do lado de lá do muro, cabe ao “Estado Paralelo” a governança deste “gheto” e, do lado de cá, onde habitam os “homens de bem” o Estado pode cumprir mais facilmente seu papel.

“Por deterem meios de coerção física poderosos, ou seja, armas de fogo, e por enriquecerem, os bandidos acabam virando uma força política e montando um sistema de poder no local. Muitos de seus métodos se assemelham ao do Estado moderno: seu poder está baseado, em última instância, no poder de fogo de suas armas e, com base nisto, às vezes cobram pedágio em pontes, taxas de proteção a comerciantes, etc. Mas não gozam da legitimidade do Estado e, se ganham a aceitação dos moradores locais como protetores e justiçadores, suas relações com estes trazem a marca da ambivalência.” (ZALUAR, 2000:166)

*“Malandro, você toma conta da favela
 É você que espanta a fera que vive assombrando a gente
 É que você é o malandro consciente
 É que você é o malandro consciente
 Você ajuda a nossa comunidade
 Não deixa que o nosso salário de miséria
 Mate de fome os filhos da gente
 Você dá leite para as crianças
 Remédio para quem está doente
 E comida para os mais carentes
 Ainda dá uma segurança total
 Aquilo que a favela nunca teve

 Que é assistência social
 Ainda dá uma segurança total
 Aquilo que a favela nunca teve
 Que é assistência social
 Parabéns bom malandro”*
(Malandro Consciente - Bezerra da Silva)

No Rio de Janeiro esta situação parece ter chegado a um estado de coisas tal, que o poder dos traficantes perante a sociedade da cidade informal e da cidade informal está cada vez mais legitimado como um “Estado alternativo”.

A história do engenheiro Luiz Fernando Gabaglia Penna, genro do arquiteto Lucio Costa, é representativa de como a ausência do Estado na cidade pode inverter a ordem urbana e legitimar cada vez mais o poder do tráfico de drogas. Após ter tido sua casa, localizada no bairro da Gávea, assaltada duas vezes no mesmo dia e ter ouvido do chefe de polícia da cidade que nada podia fazer, Luiz Fernando foi procurar o chefe do tráfico da favela da Rocinha para contar o episódio e pedir

ajuda. O criminoso tratou então de reaver todas as coisas que haviam sido roubadas e firmou um trato de proteção da região em que morava o engenheiro, pedindo em troca apenas que fosse avisado de algum roubo na região.

“Explicaram [os traficantes] que não tinham o menor interesse em assaltos na região, na medida em que o negócio deles era a venda de tóxicos. (...) Argumentaram que teriam prejuízo se alguém chamasse a polícia, já que os policiais iriam até o morro, aprenderiam a droga... ”⁹⁴

Firmado este “gentlemans’s agreement”, a região no bairro da Gávea onde mora o engenheiro nunca mais foi assaltada. E Luiz Fernando afirma:

“O acordo vale e tem sido passado de chefe para chefe. (...) Eu não estou fazendo apologia dos traficantes, mas que eles fazem um certo policiamento nesta região, fazem. São mais eficazes que o Estado. Eu vou à favela de vez em quando fotografar o muro de contenção e vou com equipamento fotográfico caro, duas Nikkons, uma teleobjetiva, algo que custa dois ou três mil dólares, sem a menor preocupação. Se você andar com este mesmo material na Vila Souto, é roubado por um pivete. (...) Eles nunca me cobraram nem me pediram nada. Solucionaram uma coisa que o governo não solucionou, o acordo foi mantido para sempre.”⁹⁵

Ao mesmo tempo em que o Estado parece deixar para os “outros” o exercício de seus deveres, a polícia disputa intensamente o território interno das favelas. Como afirma Marcos Alvito:

“A polícia, todavia, quando “ocupa” uma favela, procura granjejar a simpatia e apoio da população, aqui parecendo ter aprendido com os traficantes e mais, reivindicando o mesmo papel que estes, de forma explícita. Desta forma, a creche antes mantida pelo traficante agora é “adotada” por um Batalhão da PM. (...) As famosas e já tradicionais “festas do tráfico”, foram substituídas por “festas da polícia”, com direito à equipe de som mais famosa no cenário funk carioca, show de pagode, distribuição de brindes e torneios esportivos, em meio ao fornecimento de carteiras de identidade (Povo, 30/11/96). (...) Na ocupação do território, a polícia fez questão de montar suas “bases” exatamente em locais onde antes havia bocas-de-fumo e/ou casas pertencentes ao tráfico. Isto ocorreu tanto em Acari quanto em Vigário Geral. (...) ficamos sem saber se era o tráfico que antes assumia a função de Estado ou se é o Estado que agora passa a assumir a função do tráfico. Válida como tática de “guerra”, a ocupação das “bases inimigas” em nada ajuda a população a diferenciar azuis [PM] de verdes [Terceiro Comando] ou vermelhos [Comando Vermelho] ou o governador dos chefes do tráfico, e vice-versa,

⁹⁴ PENNA, Luiz Fernando Gabaglia. In FILHO, Aziz; ALVES FILHO, Francisco. *Paraíso Armado: Interpretações da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Cecília Garçoni, 2003: 172.

⁹⁵ PENNA, Luiz Fernando Gabaglia. In FILHO, Aziz; ALVES FILHO, Francisco. *Paraíso Armado: Interpretações da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Cecília Garçoni, 2003: 172-176

*talvez apenas mudando o regime, de monárquico para republicano.*⁹⁶ (ALVITO,2001:86-88)

Assim, os territórios informais parecem funcionar sempre sobre a égide da dominação. Na atualidade, além do marcante poder exercido pelo tráfico de drogas, é possível identificar, também, uma acentuada dominação exercida pelas associações de moradores sobre os espaços públicos. Estas associações também territorializam os espaços públicos para as mais diversas funções que só podem acontecer segundo seu consentimento e gestão. As quadras esportivas, por exemplo, são geridas pelas associações de moradores que organizam uma agenda com as mais variadas atividades, impedindo, muitas vezes, que a comunidade se aproprie delas livremente. Nestas “quadras das associações de moradores” fica evidente que há regras claras e a comunidade está submetida a elas.

A acessibilidade às quadras é restrita e controlada e, por causa deste rígido controle, o acesso à estes espaços acaba por restringir-se, passando a funcionar sob a mesma lógica dos condomínios fechados da cidade formal que têm como característica mais marcante “*a ordem espacial que neles vigora. Todas as atividades são previstas, e a regulamentação do uso do espaço costuma ser bastante rígida.*” (GOMES, 2002:187) São espaços ditos públicos, mas suas ações se passam quase sempre na esfera de vida social. Apesar de continuarem funcionando para a coletividade, funcionam sob normas de conduta impostas pelas associações de moradores.

Percebe-se, então que a dominação do espaço público da Rocinha é uma constante. Os donos são múltiplos, atuam ao mesmo tempo e, em alguns momentos, concorrentemente. E apesar da dominação do tráfico de drogas ser de mais explícita e ter mais espaço midiático, fica claro que os agentes da dominação são vários. Além dos agentes organizados, tráfico de drogas e associações, o espaço público sofre, ainda, a dominação dos moradores individualmente, que privatizam os espaços de usos coletivo para fins privados.

⁹⁶ Na Rocinha a polícia também se utilizou da conquista da casa do famoso traficante Lulu para implantar ai um batalhão avançada da PM no alto do setor do Labouriaux.

Assim, na comunidade da Rocinha existe pouco a figura do espaço público, entendido como o espaço do acesso livre e irrestrito, do espaço de todos, do espaço comum, de propriedade coletiva. O espaço público nesta comunidade está sujeito a regras rígidas e claras, tem donos, e está sob constante observação.

No entanto é importante ressaltar que este fenômeno não é exclusivo da Rocinha ou mesmo da cidade informal como um todo. No inicio do século XXI podemos encontrar muitas outras formas de “dominação” e privatização dos espaços coletivos, dentro e fora dos assentamentos populares. Os espaços públicos de São Conrado, por exemplo, também se encontram privatizados e, quando não o estão, são abandonados para o uso apenas dos “pobres”, perdendo, em parte, seu caráter público. Gomes analisa esta questão nas cidades contemporâneas:

“Em consequência do abandono dos espaços públicos comuns e dessa recusa em compartilhar um território coletivo de vida social, surge o fenômeno da ocupação dos espaços públicos por aqueles que, não tendo meios para reproduzir privadamente esse estilo de vida, estão condenados a desfilar sua condição por esse espaço: os pobres.”
(GOMES, 2002:184 –185)

A grande diferenciação que existe entre a dominação dos espaços públicos na cidade formal e da dominação dos espaços públicos nos locais territorializados pelo tráfico de drogas está no tipo de dominação exercida. Em verdade, todos espaços públicos das cidades têm regras. A diferença que se apresenta nos espaços públicos da Rocinha e de outros lugares da cidade informal, é que nestes territórios existe uma assimetria social muito marcante na determinação das regras vigentes. Em Estados democráticos as regras são elaboradas dentro de relações e de acordos sociais estabelecidos e com concordância de grande parte da sociedade ou de seus representantes, em territórios onde existe uma dominação muito marcante, ao contrário, os acordos sociais e representações são mais frágeis e as regras são elaboradas em instâncias autoritárias e impostas através da força, poder e violência.

“(...) o uso da força faz diferença no contexto da favela não apenas por tornar mais árido o cotidiano do morador, como também pela conformação de uma interlocução coletiva que deve responder, explícita ou implicitamente elaborada ou canhestramente, ao impacto dessa presença

*que subverte a lógica do gerenciamento democrático do espaço coletivo.*⁹⁷

Esta situação faz com que estas “leis” retirem, em muitos casos, parte da publicidade dos locais que são, em certa medida, privatizados através da determinação de usos e ações permitidas. Nos territórios do tráfico os “donos” dos espaços são violentos, e exercem sua dominação através da força bruta, enquanto que no resto da cidade a dominação é exercida de forma mais sutil, através de muros e olhares mais discretos ou eletrônicos.

⁹⁷ MAFRA, Clara. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência:282 *In* ZALUAR; ALVITO, 2004.

CAPÍTULO 04

DOMINGO É DIA DE FESTA NA LAJE

"Fim de semana curto samba
E sol na laje
Na caipirinha, eu esqueço a rotina
Encho a piscina, criançada faz a farra
E a nega bronzeia
Muito sem Deus não adianta nada
É o ditado que o povo diz
Pouco com ele, a gente faz a festa
Canta e é feliz"

Zeca Pagodinho

4.1. OUTRAS FORMAS, OUTROS ENCONTROS

"Andar pelo interior de uma favela desse tipo é uma experiência sensorial radical para quem vem de espaços projetados pela racionalidade moderna. Num contexto mundial em que se debate cada vez mais a proliferação de não-lugares e dinâmicas de padronização do espaço à revelia das identidades culturais, talvez como expressão da própria crise destas, estaria no espaço periférico ou desarticulado do tecido urbano-metropolitano onde vivem os pobres, exatamente devido a sua formação e a pequena e apenas paliativa ação da modernidade, emergindo lugares? (MARZULO, 2004)

O passeio pelos pequenos becos e vielas da Rocinha propicia o encontro público. Estes becos são estreitos, com grande declividade, repletos de escadarias e de outras dificuldades de acessibilidade e mobilidade, mas propiciam tipos de sociabilidade peculiares da cidade informal. Ali acontece a interação cotidiana entre os moradores. O encontro ocasional, fato que não é mais tão comum nas ruas da cidade formal, acontece diariamente nesta favela.

Os caminhos possíveis são poucos e apertados. Neste cenário, o encontro é inevitável. Andrade descreve:

"(...) lá a vida cotidiana apresenta características que a diferencia dos bairros formais da Zona Sul da cidade, particularmente no que diz respeito às inter-relações sociais. Foi possível observar que o nível de interatividade entre os moradores é grande e, somado à alta densidade do local, percebemos que os espaços coletivos na Rocinha são intensamente vividos." (ANDRADE: 2002,115)

Nos becos da Rocinha a rua volta a assumir verdadeiramente seu papel de espaço público, desempenhando a função de propiciadora de interações e relações comunitárias, deixando de ser apenas o espaço de circulação ocupado pelo automóvel e para a passagem rápida que não possibilita a fixação de marcas de sociabilidade no território.

"Não creio que alguém possa entender a rua sem tê-la palmilhado dia após dia, com primazia sobre outras formas de circulação. Vê-la dos carros pouco significa. Só a dimensão do corpo-a-corpo com suas sensações revela prazeres, percepções, conflitos ou humilhações. (...) Na calçada realiza-se o universal, o encontro do outro, do diferente cujo ser dá sentido à democracia, por isso mesmo nosso desafio cotidiano. Aí, talvez, se entenda porque André Breton diz que a rua é o único campo de experiência válido. Fora dos espaços fechados e de nossos iguais, dos valores de grupo, na rua, somos submetidos ao encontro do lugar e da

experiência que realmente realizam nosso sentido coletivo ou, na pior das hipóteses, funcionam como cartilha.” (YAGIZI: 2000: 25)

Ao mesmo tempo que as ruas e os becos propiciam uma vivência mais intensa da vida pública, o espaço do pedestre, desprezado no bairro vizinho de São Conrado, diferentemente do espaço do automóvel, permite ainda que o usuário tenha uma vivência mais orgânica do próprio território.

“Andar pelo bairro une o útil ao agradável. As caminhadas que se destinam à resolução de afazeres funcionais, são, ao mesmo tempo, passeios. Têm uma dimensão ritual. Põem o morador em contato permanente com as pessoas e os eventos do seu universo social imediato. É andando que se fica sabendo das coisas. O bairro é passado em revista, é supervisionado, oferecendo-se como espetáculo também. Uma caminhada, mesmo um pouco mais longa, é atenuada pelas muitas quebras e descontinuidades proporcionadas pelo espaço, quer na sua dimensão física, quer na sua dimensão social.” (C. SANTOS, 1985:81)

O caminhar possibilita maior interação com o lugar. O simples trilhar de caminhos cotidianos dos pedestres já modifica o território, que passa a funcionar segundo uma lógica própria de cada um dos caminhantes, sendo inclusive, por vezes, contrária à lógica originária do sistema viário. E, assim como o percurso e o próprio pedestre são modificados pelo espaço e circunstâncias do caminho, o espaço da circulação também sobre transformações a cada nova pegada deixada por seus visitantes. O morador da comunidade e seu território estão intimamente ligados, suas identidades são construídas simultânea e complementarmente.

“Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede de prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (...) A caminhada, que sucessivamente persegue e se faz perseguir, cria uma organicidade móvel do ambiente, uma sucessão de topoi fáticos (...) o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados ilícitos ou obrigatórios). Seleciona portanto.” (CERTEAU,2005:177-178)

Pensando sobre os relatos de espaços, Certeau (2005:199) afirma que “*na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam metaphorai. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou trem.*” A partir desta afirmação, o autor conclui que “*os relatos poderiam*

igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços."

Seguindo a mesma lógica poder-se-ia considerar que o termo "metáfora"⁹⁹ se prestaria para nomear todos os percursos urbanos. Sobre coletivos ou a pé, os caminhos que se torna diariamente acabam por inscrever nos indivíduos grande parte da compreensão sobre suas cidades. O modo como se percorre a cidade, define, em grande medida, como se apreende esta cidade e, por conseguinte, qual a tradução e significado esta terá para cada cidadão.

"O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem, com efeito, uma tríplice função"enunciativa": é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou sejam "contratos" pragmáticos sob a forma de movimentos. (...) O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação."(CERTEAU, 2005: 177)

Se cotidianamente o percurso que se faz ao sair de casa se dá por becos e vielas que vão se modificando diariamente através da vivência e apropriação de seus usuários, é provável que o entendimento que se tenha sobre o território seja de um espaço urbano em constante mutação, acessível a todas as "táticas"¹⁰⁰ individuais. Assim, é possível considerar, também, que as inúmeras apropriações que se observa nos espaços públicos da Rocinha não se tratam de práticas individualizadas e indissociadas, mas sim de "maneiras de fazer" que fazem parte de um sistema regido por uma lógica coletiva e institucionalizada de utilização do

⁹⁹ "Etimologicamente, o termo metáfora deriva da palavra grega metaphorá através da junção de dois elementos que a compõem - meta que significa "sobre" e pherein com a significação de "transporte". Neste sentido, metáfora surge enquanto sinônima de "transporte", "mudança", "transferência" e em sentido mais específico, "transporte de sentido próprio em sentido figurado". Figura de estilo que possibilita a expressão de sentimentos, emoções e idéias de modo imaginativo e inovador por meio de uma associação de semelhança implícita entre dois elementos. De facto, e tendo como base o significado etimológico do termo, o processo levado a cabo para a formação da metáfora implica necessariamente um desvio do sentido literal da palavra para o seu sentido livre; uma transposição do sentido de uma determinada palavra para outra, cujo sentido originariamente não lhe pertencia. Ao leitor é exigido no processo interpretativo uma rejeição prévia do sentido primeiro da palavra, para a apreensão de outro(s) sentido(s) sugerido(s) pela mesma e clarificada pelo contexto, na qual se insere." (CEIA, Carlos, s.v. "Metáfora", E-Dicionário de Termos Literários, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>> (acessado em 06/12/2007).

¹⁰⁰ Michel Certeau denomina de "táticas" ou "maneiras de fazer" as inúmeras práticas cotidianas pelas quais os usuários se apropriam e reapropriam do espaço existente. "(...) operações quase microbianas que se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de "táticas" articuladas sobre "detalhes" do cotidiano."(CERTEAU, 2005:41)

território, mesmo que de forma inconsciente. Segundo Certeau e Carlos Nelson do Santos:

"A análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. (...) Pode-se supor que essas operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos das quais elas são os modos de usar, e portanto desprovidas de ideologias ou de instituições próprias, obedecem a regras. Noutras palavras, deve haver uma lógica dessas práticas. (...) Por esse prisma, a "cultura popular" se apresenta diferentemente, assim como toda uma literatura chamada "popular": ela se formula essencialmente em "artes de fazer" isto ou aquilo, isto é, em consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em jogo um ratio "popular", uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar. (...) essas práticas volta e meia exacerbam e desencaminham as nossas lógicas." (CERTEAU, 2005:42-43)

"(...) não acreditamos na existência prévia e estanque de um conjunto de regras aposto em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe previamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo, a sociedade estará também construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus interpretantes." (C. SANTOS, 1985:49)

Os “becos-espremidos” e os “becos túneis”¹⁰¹, que propiciam os encontros cotidianos na escala do cidadão, são novas formas urbanas criadas e erguidas pela comunidade, geralmente de forma individualizada, mas segundo um entendimento comum à maioria de como “usar” o território. A “construção” destes becos demonstra que a relação estabelecida pela comunidade da Rocinha e seus espaços públicos é intensa e se dá de diversas formas. A comunidade não apenas se apropria do espaço público para suas práticas cotidianas, como também o transforma fisicamente, dando-lhe novos aspectos morfológicos ao criar uma laje-cobertura transformando-o em um túnel ou ao espremê-lo entre duas edificações. Apesar de estas modificações do espaço físico, que constrói lajes e invade o espaço de circulação com novas construções, terem incutidas o componente contemporâneo da desvalorização do espaço público que é visto,

¹⁰¹ Citados no Capítulo 2 – Planeta Rocinha.

Muitas vezes, apenas como um espaço vazio passível de uma privatização.¹⁰² Observa-se, ao mesmo tempo, que a comunidade “cuida” deste espaço público que foi transformado como uma extensão de seu espaço privado. Pode-se, talvez, comparar a gestão do espaço dos becos com uma gestão condominial, onde aquela comunidade sente-se responsável por cuidar e melhorar suas condições físicas instalando iluminação “pública” sob as lajes e assentando novos pisos sobre a terra batida original.

A apropriação e transformação física destes espaços se dão tanto pela invasão, quanto na preservação e melhoria. Não é possível saber ao certo se este cuidado com o espaço público se dá pela consciência de sua publicidade, ou simplesmente por ser considerado realmente privado, pois em um território construído ora coletivamente, ora individualmente, mas nunca por um loteador ou pelo poder público, existem poucos limites pré-definidos sobre o que é público e o que é privado. Ambos vão sendo construídos concomitantemente e por vezes se sobrepondo, em uma luta constante por sua permanência ou expansão.

“O que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus “proprietários naturais”. O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todo. Neste sentido, é mais do que público, ou não apenas público. Pertence a todos em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele. Por isso, o exercício do controle é um poder e um dever. Mais do que simples usuários, os “proprietários naturais” da rua são cúmplices.” (C. SANTOS, 1985:93)

Na cidade formal o espaço privado (o lote) é desenhado a partir da pré-delimitação do espaço público (as ruas, praças, etc), o limite entre o que é público e o que é privado está claramente estabelecido desde o início. Na Rocinha, a construção do espaço público e do espaço privado é menos segmentada, se dá ao mesmo tempo e segundo uma lógica comunitária própria que não dialoga com as normas regulatórias legais.

“(...) a oposição casa/rua tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser

¹⁰² Este fenômeno é percebido comumente na maioria dos territórios urbanos do país, mas torna-se dramático em território informais e muito densos, como a favela da Rocinha, onde disputa-se ferrenhamente cada pedacinho de terra. Muitas vezes as ampliações de casas destes lugares invadem sem constrangimento algum o espaço da rua impedindo a circulação naquele trecho.

fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou seu ponto”. Neste sentido, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali “vivem” como se “estivessem em casa”, conforme salientamos em linguagem corrente.” (DAMATTA, 1997:55)

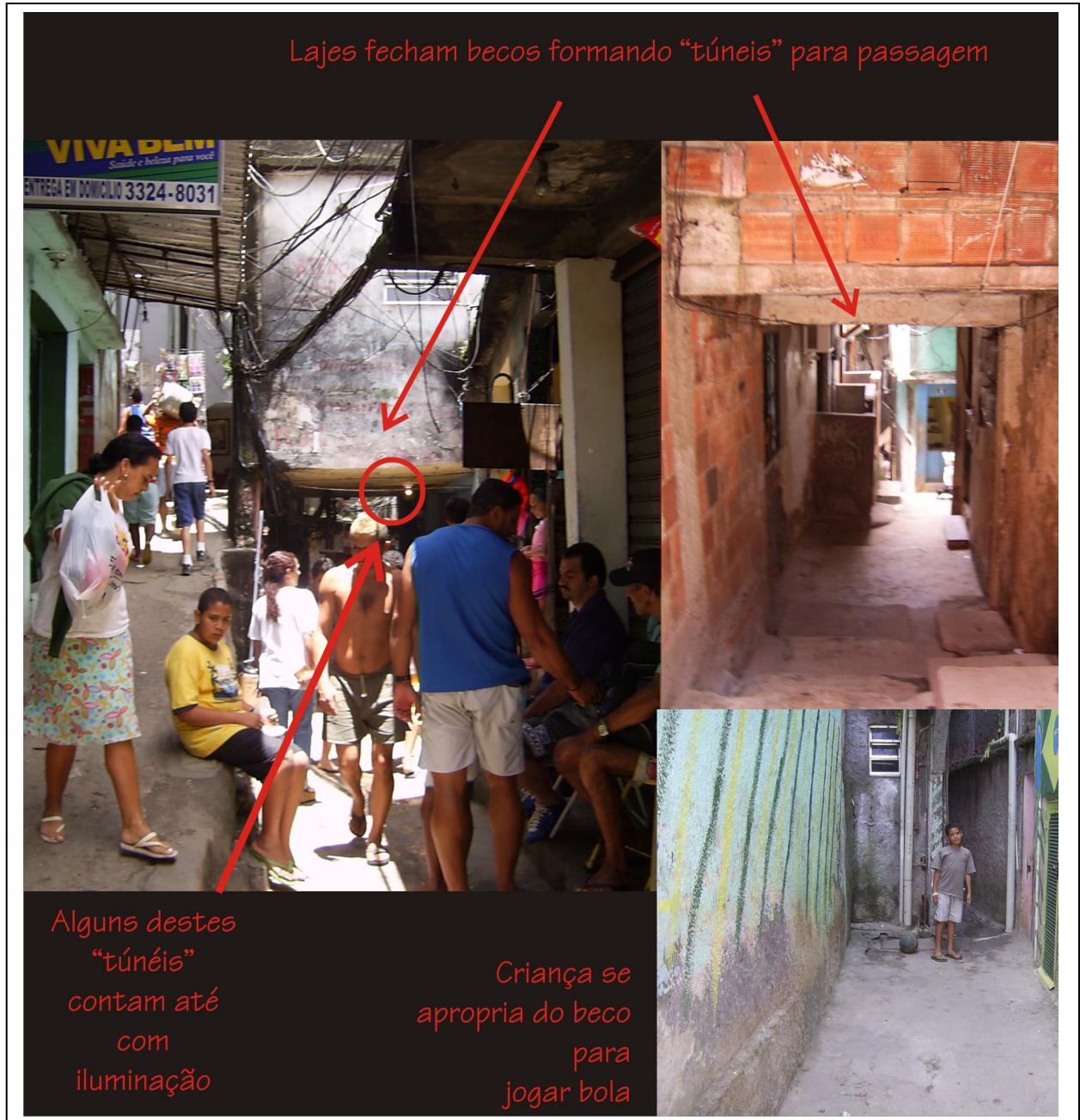


FIGURA 4.1 - Becos na Rocinha

Fotos: Danielle Klintowitz

Curiosamente a palavra rua vem da expressão latina ruga, que significava o sulco situado entre dois renques de casas ou muros em uma povoação qualquer. (C.SANTOS,1985:24). A tradução desta expressão sugere que o marco

delimitatório estava nas construções e a rua era o espaço livre entre elas. Apesar de os romanos comumente fundarem cidades traçando suas vias em cruz, talvez as vias internas do povoado se constituíssem concomitantemente com as casas, não sendo o marco espacial organizador do espaço, papel ocupado pelas construções, como acontece na Rocinha.

Andando pelos becos e vielas, a todo o momento, encontra-se alguém que subverteu o uso habitual da circulação e transformou aquele exíguo espaço em um ambiente de lazer e convívio ou mesmo de afazeres domésticos.



FIGURA 4.2 - Homens jogando cartas sob “beco-túnel”

Foto: Danielle Klintowitz

“A casa na favela está intimamente ligada à rua. Até mesmo por serem edificadas em ruas estreitas, os parentes e vizinhos estão mais próximos. (...) a rua é um prolongamento da casa. (...) A importância da rua na habitação popular ainda tem outros valores. Há um forte sentido de uso público do espaço. (...) nas favelas as ruas são espaços da festa, do lazer, dos encontros afetivos, do trabalho, da brincadeira. (SOUZA ; BARBOSA, 2005:97-98)

“Há um certo lazer pelo simples fato de estar na rua, onde as populações mais desprovidas encontram várias formas de sociabilidade, gratuitamente.” (YAGIZI, 2000:162)

“As mulheres encaram como parte de seu lazer o “ir às compras”. Nestas ocasiões encontram-se com as amigas e conhecidas. Isto não se dá sobre o muro do quintal, ou na porta de casa, ou de janela para janela – se dá na rua, o que é indicativo de um inflexão particular da categoria lazer entre os moradores mais tradicionais do bairro.” (C. SANTOS, 1985:51)

As ruas na Rocinha não são só os espaços de circulação, são verdadeiros espaços de uso coletivo, para as mais diversas atividades cotidianas. Nos becos, existem crianças brincando de bola; homens jogando cartas sobre mesas que foram colocadas literalmente no meio do caminho; crianças apostando corridas de carrinhos em cima de pedras que afloram do terreno; jovens conversando sentados nas soleiras e; ainda mulheres lavando suas roupas nos degraus de suas casas que invadem o espaço destinado à circulação nas vielas.

"A experiência do espaço urbano fundamenta a intuição de que a rua é mais do que via, trilho ou caminho. (...) Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão "alma da rua" significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devocções. (...) A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo e fluxo constante que mistura tudo. Um "microcosmo real" de espaços e relações que tem a ver com o repouso e movimento, com dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante."

(C. SANTOS, 1985:24)

Em territórios como a Rocinha onde a maioria das moradias é muito precária e os equipamentos de lazer são raros, a rua torna-se um espaço fundamental para o desenvolvimento de atividades infantis.

"[SIC] Está vendo só lá, dentre todas as áreas de lazer da comunidade os becos e as lajes são as mais utilizadas. Porque a verdade, a verdade mesmo, aqui onde estamos não tem área de lazer, onde as crianças vão brincar ? Nos becos e nas lajes (...) e brincam de tudo, casinha, boneca, patinete, bicicleta, pipa, jogam bola de gude, e fazem de tudo um pouco."

(COELHO, 2007: 173)

Na favela as categorias *casa* e *rua*, não se apresentam como dois universos distintos como analisa Roberto da Matta (1997), a separação entre a casa e a rua é mais fluido, as fronteiras oscilam e são mutáveis, dependem dos usos e apropriações que podem se modificar no decorrer do dia.

"Para a maioria das crianças brasileiras a vida não apresenta a dualidade 'dentro-fora', a realidade da casa versus a realidade da rua. Elas não vivenciam, ao menos com tanta força este corte crucial. Não há o lado de dentro. A rua não é a extensão da casa, mas o contrário: a casa como prolongamento da rua, espaço apenas um pouco mais reconhecível deste mundo exterior. O lado de fora é quase o padrão de sua existência cotidiana. Vivem nas ruas de terra das periferias, descalças, junto ao esgoto a céu aberto, do lado de habitações precárias e sempre inacabadas, do lado de fora de barracos, das favelas e dos

cortiços. Vivem do lado de fora porque o lado de dentro só é suportável quando se está dormindo."(GARCIA, 1996:120)¹⁰³

"O espaço fora da casa transforma a rua simbolicamente na extensão da casa e nele o brincar da criança se amplia." (COELHO, 2007:182)



FIGURA 4.3 – Becos e suas apropriações

Fonte: Viva Favela - <http://www.vivafavela.com.br>

Fotos: Nando Dias / Walter Mesquita

No universo da favela, as crianças são grandes protagonistas da vida urbana, apropriando-se e reestruturando lugares para suas atividades através de

¹⁰³ In MIRANDA, Danilo Santos de (org.). O Parque e a arquitetura: uma proposta lúdica. Campinas, Papirus, 1996.

“maneiras de fazer” próprias. Estas crianças não têm quintais e *playgrounds* onde brincar, as quadras existentes na comunidade estão, na maior parte do tempo, ocupadas com atividades que exigem inscrições, então se apropriam dos becos e os transformam em seus espaços lúdicos espontâneos e informais, reconstruindo lugares para suas brincadeiras através de “táticas” infantis.

“A característica significativa maior do espaço não está na função que se determina para ele, mas sim na capacidade que esse tem de ser vital, na possibilidade tanto física quanto subjetiva das variadas possibilidades imaginárias que esse oferece aos indivíduos. E em favelas essa característica do espaço é peculiar, se observarmos que a utilização de seus espaços livres por parte dos seus habitantes mirins se destina a diversos propósitos no instante da brincadeira, convertendo-se em lugares sempre propícios ao brincar no imaginário infantil.” (COELHO; DUARTE; VASCONCELLOS, 2006, 76)

Contradicoriatamente, apesar de estarem em um território que convive cotidianamente com a violência, na Rocinha as crianças costumam brincar muito na rua. As crianças e adolescentes sentem a necessidade de estarem em lugares onde possam exercer sua autonomia longe dos olhos dos pais e responsáveis e assim construírem sua identidade e sua ligação com o território onde habitam. Na favela a rua é o lugar onde isto tem espaço para acontecer. Segundo Coelho:

“A relação da criança da favela com o espaço no qual a sua vida cotidiana está inserida é fundamental no processo de constituição de sua infância. (...) Ela busca experimentar todo o espaço que está ao seu alcance e se identifica nele mediante suas conquistas, descobertas e diferentes ações, sejam elas mal ou bem sucedidas. A experiência da brincadeira guarda, assim, um sentido de domínio do espaço. (...) O espaço, como um dos agentes construtores, contribui nesse processo com as diversas possibilidades de apropriação vividas e brincadeiras, e que são despertadas no imaginário infantil. Criança e espaço unem-se no brincar para construção de suas identidades.” (COELHO, 2007, 178)

A falta de espaços próprios para o lazer acaba contribuindo para que esta atividade se dê em qualquer espaço, mesmo que do ponto de vista funcional este não seja propriamente apropriado para isso. Na Rocinha, entretanto, a morfologia dos becos acaba contribuindo para o tipo de apropriação que se faz. O “beco-túnel” coberto por uma laje e normalmente iluminado por uma lâmpada instalada pela própria comunidade propicia um abrigo que protege do sol excessivo ou da chuva, permitindo que o jogo de carta aconteça tranquilamente, mesmo que na passagem. Da mesma forma, o “beco-espremido” propicia o jogo de bola onde os limites do campo e do gol são definidos pelas próprias construções lindeiras e o menino pode jogar sozinho e ter sua bola rebatida pelo “paredão”. As novas

formas urbanas criadas na comunidade possibilitam apropriações que a elas se conjugam e são por elas transformadas.

Os espaços dos becos desta comunidade são elásticos, estão constantemente sendo transformados e recriados pelos seus usuários.

Da mesma maneira que se observa uma grande interação entre os membros da comunidade e a rua em suas práticas de lazer, não se pode deixar de observar que muitas das atividades desenvolvidas nestes espaços acabam por comprometer o uso coletivo e funcionam como privatizações do espaço público, individualizando, particularizando seu uso e usurpando o espaço público dos outros cidadãos. Na Rocinha observa-se diariamente, por exemplo, mulheres lavando roupas nos degraus de suas casas que, por sua vez, estão sobre os becos “espremendo-os”. Esta atividade atrapalha o percurso dos transeuntes, inclusive molhando seus pés, ao mesmo tempo que constrange as donas de casa que precisam realizar algumas atividades domésticas nos espaços públicos pois o ínfimo espaço de suas casas não comporta tais atividades.

“Nas áreas predominantemente residenciais, embora existam atividades coletivas desenvolvidas nas áreas externas, como lavar roupa, por exemplo, elas não são atividades públicas, pois expõem a privacidade das pessoas envolvidas (...) O Exercício de atividades íntimas como lavagem de roupas, ainda que propiciem alguma sociabilização, não são atividades impessoais. Pelo contrário, a presença de pessoas estranhas tendem a inibir as pessoas, geralmente mulheres, que desenvolvem estas atividades.” (ANDRADE, 2002:136-146)

Entende-se, assim, que falta de privacidade não tem o mesmo significado que sociabilidade. A realização de certos afazeres domésticos na rua revela apenas a precariedade das condições de habitabilidade e não um “bom” uso dos espaços públicos, que nestes casos são privatizados para funções particulares e íntimas. DaMatta observa ainda que:

“Não se pode misturar o espaço da rua com o espaço da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito. Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços. (...) Não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa impunemente. Há regras para isso.” (DAMATTA, 1997:55)

A extensão da casa sobre a rua, tanto fisicamente, quanto através das atividades desenvolvidas é prática comum na Rocinha e causa inúmeros conflitos no seio da comunidade.

“(...) a própria população constrói os seus males, no estreitamento das vias (becos) a partir do uso dos limites dos becos para expansão das construções, o que ilustra o desrespeito aos limites e ao outro, dificultando o transitar das pessoas e de móveis. (...) Há uma valorização do mundo da casa que representa o espaço privado na busca do mínimo de conforto e o mundo da rua como “terra de ninguém”. Percebe-se que na formação dos espaços públicos não-edificados os moradores não partilham da noção de uso comum com o próximo. (...) a comunidade vive em conflito consigo mesma em consequência das suas práticas que de certa forma, criam uma espécie de cultura da pouca importância ao ambiente urbano como um todo.” (PEREIRA, 2007: 25-26)

“Na verdade, percebemos nestes conflitos a ausência de pactos explícitos, o que compromete a qualidade das práticas sociais no espaço e, consequentemente, a cidadania. (...) o pacto associativo formal demanda delimitação espacial que inscreve direitos e deveres dos indivíduos no plano individual e coletivo. O que verificamos na Rocinha é que, no que se refere ao uso dos espaços coletivos não-edificados, os interesses particulares de cada um se sobrepõem aos interesses da população geral. Cabe relativizar esta afirmação, entretanto.” (ANDRADE, 2002:129)

É interessante observar como a apropriação do espaço público na Rocinha é tolerada para certo tipo de utilização e em outros não. A mesa colocada no meio da passagem para o jogo de cartas ou o jogo de bola das crianças não parece causar tantos desagravos como a utilização do espaço para atividades domésticas.

A diferenciação entre o espaço da rua e da casa é, de certa maneira, essencial para manutenção da rede de relações que se dá em um e no outro espaço. A rua polariza um conjunto de relações sociais que se opõem à casa. É o mundo das relações contratuais que regem o convívio e a interação daqueles que não têm laços de parentesco. A rua, domínio público por excelência, é o lugar onde se dão as relações mais formais, expostas e visíveis. (C. SANTOS, 1985; DAMATTA, 1997)

Desta forma, certas atividades, mesmo que de certa maneira também privatizem o espaço público, ou dificultem o fluxo, são entendidas como pertencentes à esfera de vida pública e seu desempenho em locais públicos trazem até certa

identidade para o território, outras atividades pertencentes estritamente à esfera de vida privada não são bem aceitas nos espaços públicos.

Carlos Nelson do Santos observou fenômeno semelhante no bairro carioca do Catumbi:

"As calçadas pertencem às casas, o que não significa que sejam parte das mesmas enquanto propriedade. O seu caráter público contrasta, por vezes, com as formas pelas quais são circunstancialmente utilizadas. As diversas maneiras de ocupação destas áreas vivas do espaço urbano criam uma ambiência que os moradores associam ao modo de vida tradicional do Catumbi. Referem-se muito a um tempo em que as cadeiras na calçada eram "a marca registrada" da vida do bairro."
(C. SANTOS, 1985: 51)

Esta intensa interação que se observa no espaço público das vias no território da Rocinha se dá pela existência de dois fatores predominantes: as condições físicas do espaço das ruas e a disposição da população para este tipo de sociabilidade. Apenas a disponibilidade para um tipo de sociabilização dissociada de um espaço que permita esta interação, ou vice-versa, não propicia a complexa rede de vivências observada nas ruas da Rocinha.

4.2. AS PRAÇAS SUSPENSAS DA ROCINHA

“A complexidade as relações do cotidiano na favela da Rocinha é desvendada de diversas formas e uma delas é expressa nos modos de apropriação dos espaços público” (COELHO, 2004: 199 *apud* COELHO, 2007: 178)¹⁰⁴

O processo de verticalização gerou, na Rocinha, assim como em muitas outras favelas e periferias brasileiras, uma paisagem que já se compõe, em quase todos os setores, mais por edificações verticais do que horizontais.

*“A expansão vertical chegou a tal ponto que a administração regional da Rocinha conta que reações contrárias a novas obras vêm partindo dos próprios vizinhos – algo que dificilmente acontecia antigamente. Eles vão à RA para reclamar quando a construção passa determinada altura ou é feita muito próxima à outra casa.”*¹⁰⁵

Nesta nova paisagem verticalizada, as lajes tornaram-se figuras fundamentais no universo da favela. Além de serem utilizadas cotidianamente para as mais diversas funções, as lajes são, hoje, elementos que compõem a identidade da paisagem da Rocinha, aparecendo invariavelmente nas representações e ilustrações feitas de seu território por crianças e adultos.

Estas lajes apresentam grande diversidade morfológica, variando de acordo com a tipologia construtiva da edificação das quais fazem parte, entretanto predominam as lajes sobre edifícios de 2 a 3 pavimentos. Como a topografia da Rocinha é muito irregular, em vários pontos da favela encontram-se lajes, mesmo quando estão sobre edifícios de 3 andares, que estão apenas 1 ou 2 metros acima da rua, pois as construções sobre as quais estão construídas encontram-se em uma cota inferior à da rua. A dimensão de superfície das lajes também varia muito: nas regiões mais precárias a predominância é de lajes com dimensões reduzidas, em torno de 5 metros de comprimento por 5 metros de largura, já nas

¹⁰⁴ COELHO, Glaucineide do Nascimento. Brincadeiras na Favela: A Constituição da Infância nas Interações com o Ambiente. In VASCONCELLOS, 2007.

¹⁰⁵ Trecho retirado da reportagem “Cada vez mais verticais: delimitadas por cercas, favelas crescem para cima e já têm prédios de 7 andares.” O Globo, 9 de Agosto de 2002 *apud* LEITÃO, 2004:198.

regiões mais consolidadas, a predominância é de lajes com dimensões maiores, tendo em média 10 metros de comprimento e 7 metros de largura.

A verticalização e a multiplicação das lajes na paisagem da Rocinha é decorrência de um profundo processo de adensamento construtivo que tem exacerbado, cada vez mais, a forte deterioração da qualidade de vida pública. O solo da favela está quase todo ocupado, quase não há espaço para as brincadeiras das crianças, para as “conversas fiadas”, para as festividades familiares, apenas os estreitos becos subvertidos em espaços de convivência. Ao mesmo tempo, este processo de verticalização retira parte das habitações do solo e, por conseguinte, parte da convivência entre a casa e a rua, o que modifica os modos de viva da comunidade, já que em favelas extremamente densas como a Rocinha, a rua tem um papel fundamental no cotidiano, sendo, em muitos casos, quase um prolongamento do habitat. Neste contexto, o distanciamento entre a casa e a rua é muito significativo e gera transformações na comunidade, que passa a inventar novos modos de “prolongar” o espaço do habitat, agora, alguns metros acima do chão.

Além da falta de espaço físico é preciso lembrar que o pouco espaço livre público existente no solo tem muitos donos que exercem seus domínios com regras claras e rígidas. A criação de novos espaços públicos, implantados alguns metros acima do solo, sobre o espaço privado, constitui-se, então, como uma “estratégia” de fuga da dominação espacial e de conquista de novos territórios com maior possibilidade do exercício de sociabilidades públicas. Enquanto os condomínios fechados de São Conrado criam espaços de lazer e convívio intramuros, extremamente privativos; na Rocinha os espaços de convívio privado estão sendo em grande medida, publicizados permitindo uma inversão da constante privatização e dominação existentes nos espaços públicos da cidade contemporânea. Para Certeau estas pequenas apropriações sociais surgidas no seio das comunidades funcionam como sutis subversões à dominação vigente e através de pequenas “práticas” cotidianas são capazes de provocar grandes transformações nas estruturas sociais.

“Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também

"minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não conformam com ela a não ser para alterá-la; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Essas "maneiras de fazer" constituem as mil práticas pelas quais usuários se reappropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. (...) as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de "táticas" articuladas sobre os "detalhes" do cotidiano. (...) as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes de "vigilância". (...) Do fundo do oceano até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências. Em nossas sociedades, elas se multiplicam com o esfarelamento das estabilidades locais como se, não estando mais fixadas por uma comunidade circunscrita, saíssem de órbita e se tornassem errantes, e assimilassem os consumidores a imigrantes em um sistema demasiadamente vasto para ser o deles e com as malhas demasiadamente apertadas para que se pudessem escapar-lhes." (CERTEAU, 2005: 41, 47)

Em muitos momentos, as lajes que cobrem as construções assumem características de espaços livres públicos de circulação. Como as ruas são estreitas e têm desenhos tortuosos, às vezes não é possível carregar móveis e eletrodomésticos por elas. Para vencer esta dificuldade, os moradores instituíram novos caminhos sobre as lajes de diferentes casas que vão se justapondo e formando percursos, que apesar de irregulares, certamente são menos apertados e mais transitáveis do que muitos caminhos nos becos e vielas. Com o tempo, estes caminhos sobre lajes passam a não funcionar apenas como acesso para carregamento, cada vez mais as *lajes-ruas* assumem caráter de permanência no imaginário dos moradores da comunidade, que já tornaram cotidiano muitos destes acessos.

Embora as *lajes-ruas* não se caracterizem por trajetos contínuos, muitas vezes interrompidos momentaneamente suscitando a necessidade de saltos sobre vazios, através delas o denso território da favela torna-se mais permeável, propiciando uma maior agilidade em alguns trajetos de difícil acesso.

Estes novos percursos são também muito utilizados pelas crianças que descobrem, na subversão da cobertura em rua, uma nova brincadeira e, como não poderia deixar de ser, pelos traficantes de drogas em suas fugas ou para controlar as incursões policiais dentro da favela. Aqui, mais uma vez, o tecido urbano construído de maneira informal surpreende ao revelar o potencial das novas formas, que permitem inúmeras apropriações e funções.

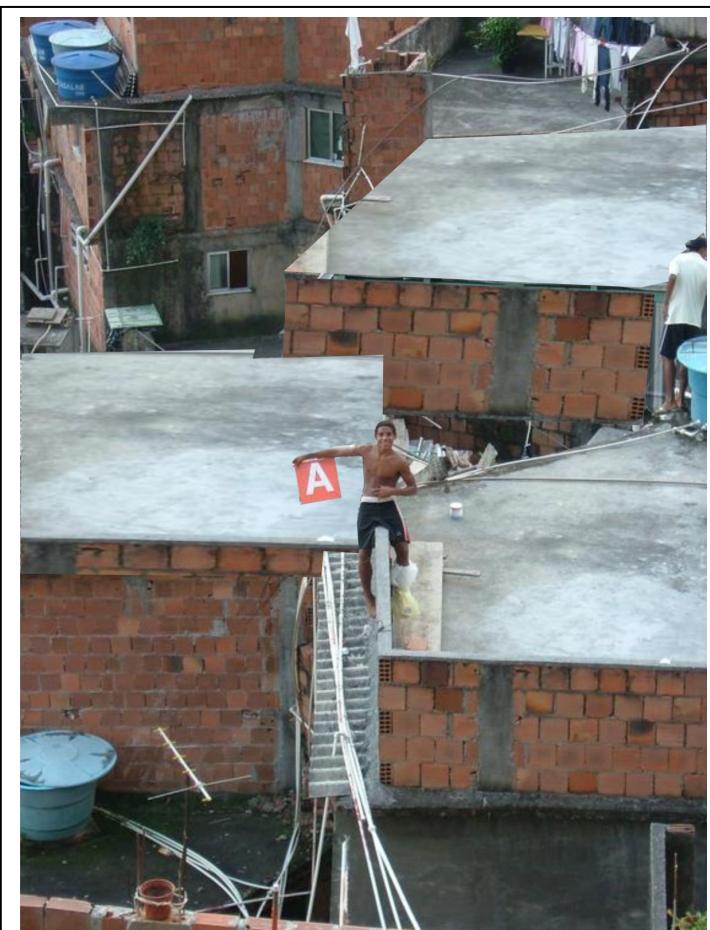


FIGURA 4.4 – Lajes-ruas: as lajes vão se encontrando e formando caminhos suspensos

Foto: Danielle Klintowitz

“A geografia íngreme da Rocinha e a implantação densa de suas construções possibilita que as lajes sejam usadas também como via de pedestres, muitas vezes mais acessíveis do que as calçadas. Nas lajes as crianças se locomovem de forma ágil, ocasionando a necessidade de “pulos” sobre pequenos precipícios. Vimos que esse deslocar favorece não só o conhecimento da permeabilidade da favela, mas também que a criança tenha a percepção da favela “de cima”, aumentando gradativamente o domínio espacial do lugar e fazendo que elas se apropriem de um território cada vez mais vasto, facilitando o processo de enraizamento.” (COELHO; DUARTE; VASCONCELLOS, 2006, 78)

Por causa da grande densidade construtiva existente, as lajes podem se comunicar física e visualmente entre si, criando uma continuidade na paisagem e, ao mesmo tempo, criando um sistema de percursos integrados. Assim, como os becos, no solo, se tornaram em grande medida os lugares do encontro comunitário, as lajes-ruas quanto mais utilizadas, além de caminhos, também podem passar a propiciar o encontro nos percursos cotidianos. Através das lajes-ruas poderá se assistir a reprodução da sociabilidade que se apresenta nos becos, só que alguns metros acima do solo.

Ante da falta de espaço e do concomitante surgimento de uma nova figura espacial, a laje, que destina-se, em um primeiro momento, à construção de um

novo pavimento, recupera-se o espaço livre perdido no solo. Apesar de os becos serem extremamente apropriados pelas crianças na suas brincadeiras cotidianas, as lajes são apontados pelos moradores como os principais locais das brincadeiras infantis.

“O primeiro espaço livre destacado são as lajes, que de uma forma geral demonstram ser o lugar ideal e privilegiado para o lazer ou qualquer atividade de integração social entre crianças e adultos. (...) é nesses espaços que as crianças passam parte do tempo, quando não brincando sozinhas, acompanhadas de algum amigo ou adulto. (...) A apropriação das lajes é freqüentemente ilustrada em falas e aparece nos desenhos das crianças.”(COELHO, 2007, 184)

Às vezes este solo recuperado nas lajes funciona como espaço do convívio e lazer familiar e coletivo, mas, em muitos momentos, adquire também um caráter público no exercício de funções como circulação ou lazer. A densidade construtiva cada dia mais exacerbada acabou por consumir quase todos os espaços livres públicos existentes no solo, diminuindo as possibilidades de preservação e instalação de novos espaços de lazer e convívio na favela da Rocinha. Diante deste fato a laje assume o papel de um novo espaço livre urbano com grande potencial de publicização. Eduardo Yagizi (2000:25) afirma que “à medida que muda a vida pública, muda também o espaço público.”

Hosana Pereira, moradora da Rocinha descreve:

“Com o processo de perda do espaço, que teve início nos anos 80, e que se intensificou nos anos 90 e 2000 (...) adultos e crianças fazem da laje um espaço alternativo para a falta do espaço público, como no caso das brincadeiras, como, por exemplo, jogar bolinhas de gude, brincar de pique e pega.”(PEREIRA,2007:35)

Ao propor os 5 pontos fundamentais para a arquitetura, Le Corbusier demonstrou a importância da recuperação do solo ocupado pelas edificações através da criação de “tetros-jardins” que cumpririam o papel de um “solo criado” para o lazer e atividades comunitárias.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Os 5 pontos de fundamentais de uma nova arquitetura de Le Corbusier foram o resultado das pesquisas realizadas nos anos iniciais de sua carreira. Sua forma final foi publicada em 1926 na revista francesa L'Esprit Nouveau. Os cinco pontos são a sintaxe de fundamentação e ordenação das edificações modernistas. São eles: “1) Os pilotis que elevariam a massa acima do solo, 2) a planta livre, obtida mediante a separação entre as colunas estruturais e as paredes que subdividiam o espaço, 3) a fachada livre, o corolário da planta livre no plano vertical, 4) a longa janela corrediça horizontal e finalmente 5) o jardim de cobertura que supostamente recriava o terreno coberto pela construção da casa” JOHNSON, Philip. In: NESBITT, Kate (org.) Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac & Naify, 2006: 27.

"Para descongestionar a cidade e conquistar-lhe uma imensa superfície acessível nas melhores condições de higiene: Qual é o crescimento das superfícies de terraços construídos no país, sobre todos os imóveis, terraços estanques e acessíveis? Pois os eternos 'impedidores' veriam então existir e (resistir) esse método que não é mais que a expressão do bom senso utilizando o progresso; e o urbanismo poderia estender seus traçados AO TELHADO da cidade, recuperando uma parte dessa superfície acessível e traçando nela uma nova ordem de ruas de repouso, longe do ruído e no meio do verde." (LE CORBUSIER, 2000:113)¹⁰⁷

Nas postulações de Corbusier o teto-jardim moderno funcionaria na esfera de vida privada e social, não tendo sido pensado como um lugar do exercício da vida pública da cidade. Este tipo de espaço foi projetado para suprir a necessidade de espaços de lazer nas residências unifamiliares e coletivas e alguns edifícios comerciais, já que no modelo de cidade que propunha o urbanismo modernista todo o solo urbano seria destinado à vida pública. No projeto da cidade modernista pressupunha-se um tecido urbano rarefeito, onde os tetos jardins estariam afastados uns dos outros, mantendo a privacidade necessária ao desenvolvimento das atividades das esferas de vida privada e social.

Em um processo intuitivo a comunidade da Rocinha tem exercitado, à sua maneira, em seu território, um dos cinco pontos da arquitetura modernista, recriando o solo ocupado.

Mas a laje da favela, que nasce para ser privada e com caráter provisório, por estar inserida em um tecido urbano onde a superfície é profundamente densa, acaba por se inserir, por vezes, no sistema de ações da esfera de vida pública, contrariando o conceito modernista do teto-jardim, e não recria apenas o solo para o lazer privado ou condonial, como propunha Le Corbusier. As lajes, quando associadas a certas ações, transformam-se em um novo tipo de espacialidade pública criada nos territórios informais. Talvez esta diferença explique-se através da reflexão sobre os dois contextos urbanos aqui analisados. A cidade modernista, onde se propunha a criação do *teto-jardim*, caracterizava-se por sua pequena densidade construtiva e pelo solo totalmente público, então, a demanda por espaços livres públicos era praticamente inexistente, assim, não era preciso se recriar espaços públicos, apenas privados. Na Rocinha contemporânea, observa-se justamente o fenômeno contrário e a demanda por

¹⁰⁷ Grifos do autor

espaços públicos é enorme. Neste contexto surge a premência da recuperação do solo, não apenas para atividades do âmbito da esfera de vida privada, mas também no âmbito da esfera de vida pública, assim, a laje transforma-se em uma recriação do solo que oferece grandes possibilidades de publicidade.

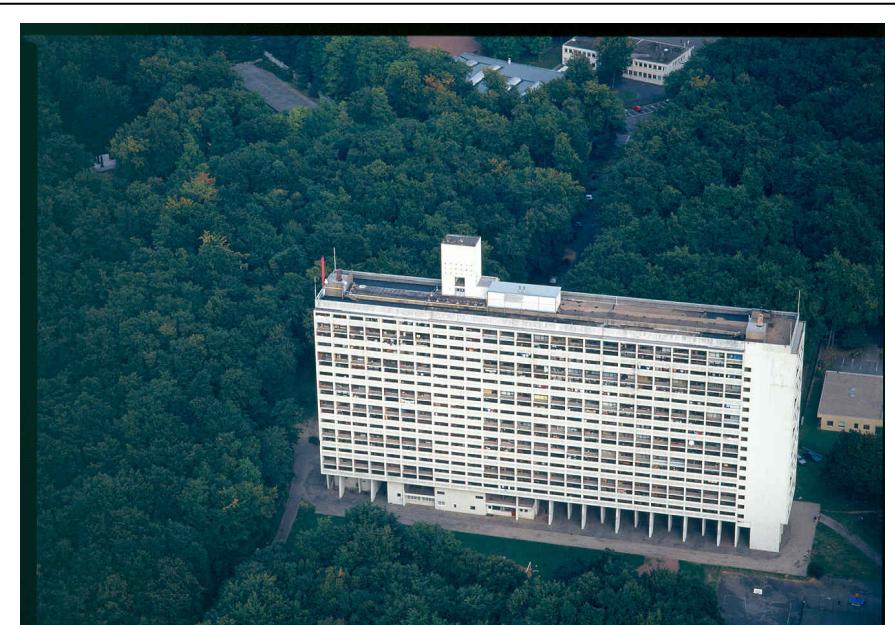


FIGURA 4.5 – Unité d'Habitation de Briey en Forêt

Fonte: Fondation Le Corbusier



FIGURA 4.6 – Lajes: os solos criados na Rocinha

Fonte: www.flickr.com

"As praças também nasceram de necessidade: de espaço para abrigar as atividades de troca e para a tomada de decisões coletivas; de endereço para os encontros, para as festividades; de um símbolo para a comunidade, enfim, de um "centro" facilmente acessível para a realização das mais variadas funções." (BARTALINI,2005)

Trata-se de uma (re)invenção da praça. Aparece uma nova figura espacial na cidade, a praça recriada: a *laje-praça*.

A “nova praça” surge da necessidade atrelada à possibilidade, e não de um plano, o que torna o novo “sistema de praças” fragmentado, diversificado e entremeado no tecido urbano. Esta fragmentação supre a demanda premente por espaços de lazer e convívio pulverizados pelo território que, por sofrer com a baixa acessibilidade e mobilidade em muitos setores, não seria mitigada simplesmente com a existência de uma única grande praça central que teria, inclusive, características de sociabilidade, escala e abrangência muito diferentes das possibilitadas e identificadas nas lajes-praças. Assim como as praças medievais, as lajes-praças nascem diretamente relacionadas à forma do tecido urbano, elas não funcionam apenas no desempenho de funções de convívio e lazer, como também ajudam na reestruturação do tecido urbano, que por ser muito denso acaba gerando novos espaços livres suspensos, sobre as lajes das edificações.

A laje torna-se praça quando assim é usada e volta a ser apenas uma cobertura quando deixa de ser usada como tal. Trata-se de uma apropriação e modificação “de ocasião”, que só transforma o lócus em “lugar praticado” quando usado, voltando a ser apenas suporte físico quando se cessa a ação pública nele exercida.¹⁰⁸ Portanto, a laje, esta nova figura espacial da cidade informal contemporânea, pode ser entendida como praça, em certos momentos, por causa de sua peculiar capacidade de desenvolver diferentes “pracialidades”.¹⁰⁹

“Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações e objetos que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade é o que vai caracterizar o espaço como praça. Desta forma, situações de “pracialidade” poderão ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios. Tem o sentido de praça, ainda que oficialmente possam não ser, por exemplo: os campinhos de futebol nos bairros periféricos das grandes cidades, alguns trechos de parques nos fins-de-semana, a feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro, o calçadão de Copacabana, a Av. Paulista ou a Champs Elysées em Paris quando tomadas pelos pedestres em festas ou manifestações políticas.” (QUEIROGA, 2001:57)

¹⁰⁸ Para Certeau o espaço ou lugar praticado só se constituem como tal pelas práticas que neles são exercidas. *“Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.”* (CERTEAU, 2005:202)

¹⁰⁹ O termo “pracialidade” pode ser entendido como um “estado de praça” que certos lugares adquirem em certos momentos e por determinadas apropriações sociais de caráter público. (QUEIROGA, 2001) “(...) uma prática espacial própria da esfera de vida pública, que pode se estabelecer em determinados momentos, para diferentes sistemas de objetos integrantes do espaço urbano, envolvendo desde ações comunicativas do cotidiano da vida pública, até momentos da vida activa harenditiana, da ação política e suas representações simbólicas. A pracialidade é, como categoria, uma abstração, mas voltada à interpretação de concretudes, existências que se situam no tempo-espacô, participando da construção e metamorfose da vida pública.” (QUEIROGA, 2003)

Da mesma forma que as ações que pracializam as lajes, o espaço físico destas lajes apresenta, em sua origem, um caráter provisório. Estas coberturas já são executadas na intenção de abrigarem novos pavimentos que se construirão no futuro. Mas apesar da transitoriedade de cada laje, a potencial praça que se instaura sobre ela, não é provisória, pois apenas mudará de andar. Ao final da execução de cada novo pavimento, surge uma nova laje que sempre traz consigo uma nova praça e assim sucessivamente. Assim provisoredade é uma característica primordial da laje-praça, que apresenta caráter transitório tanto em seus aspectos físicos, quanto apropriativos. A laje-praça assume inúmeros significados, podendo ser entendida como um novo espaço a cada nova apropriação e “maneira de usar”.

“O ‘próprio’ é a vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em ‘ocasiões’. (...) Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos.” (CERTEAU, 2005: 47)

Um dos fatores primordiais que possibilita que a laje seja entendida como uma forma urbana mais próxima da praça do que de um espaço doméstico como o quintal é o fato de a laje estar exposta à rua. A laje é um espaço que pertence muito mais ao universo social da rua do que da casa. Apesar de sua acessibilidade física restrita, visualmente a laje está mais conectada ao espaço exterior do que ao espaço interior.

“O acesso é fundamental para a apropriação e uso de um espaço. Car et al. (1995)¹¹⁰ classificam os três tipos de acesso ao espaço público de físico, visual e simbólico ou social. (...) Acesso visual ou visibilidade é o primeiro contato, mesmo à distância, do usuário com o lugar. Perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instintivo antes de adentrar qualquer espaço. Uma praça visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso.” (ALEX, 2004:18)

Certamente, apenas, a visibilidade desconectada de outros fatores físicos e ações que ali ocorram, não garante a publicidade da laje-praça, o que a torna pública é o conjunto de determinantes físicas associadas às ações públicas. A visibilidade torna-se um fator publicizador quando quem é visto tem, além da consciência

¹¹⁰ “Car et al. (1995)” - CARR,Stephen; FRANCIS,Mark; RIVLIN,Leanne; STONE,Andrew M. Plubic Space. New York: Cambridge University Press, 1995. *Apud* ALEX, 2004.

desta visibilidade, a intenção de ser visto. Ao intencionarem ser vistos, os atores sociais passam a praticar ações públicas e, assim, publicizam o local sobre o qual realizam suas ações, pois o que dá a pracialidade ao lugar é a ação sobre ele desenvolvida, quando não há uma ação como esta a laje deixa de ser praça.

Apesar de não ser a única característica da publicização da laje, a visibilidade é de grande importância para que isso ocorra. A visibilidade pública promove uma sociabilidade específica com a rua que permite que as brincadeiras, churrascos e encontros, em certos momentos, não permaneçam exclusivamente na esfera de vida privada, porque, mesmo que os participantes do evento não possam ser ouvidos, sempre podem ser vistos e sabem disso, diferente do que acontece no quintal onde se está isolado, normalmente entre muros, dentro do lote privado. Sobre as lajes não se tem “direito a invisibilidade”, sempre se está exposto.

*“Da casa olha-se para rua, que, sendo pública, é de todos. A vista do quintal deve ser, em contrapartida, limitada ao nosso quintal, pois, a materialidade dos anteparos (muros, cercas vivas, trepadeiras, etc.) expressa o direito a uma relativa invisibilidade. Estas fronteiras do respeito mútuo unem e separam ao mesmo tempo. (...) No quintal se expõe uma dimensão da vida cotidiana que é recorrentemente escondida.”*¹¹¹ (C. SANTOS, 1985:49-50)

O fato de o espaço da laje-praça estar exposto retira as relações que nele se estabelecem, do âmbito exclusivo da esfera de vida privada.

“Chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas. (...) Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos.” (HABERMAS, 2003:14-16)

Reforçando, ainda, sua externalidade, existe o fato de que o ingresso às lajes, na maioria dos casos, se dá por escadas externas que são acessadas a partir da rua e não do espaço interno da habitação. Isso se dá justamente porque as lajes são pensadas e construídas como um espaço independente do espaço interno da casa existente. Normalmente as lajes são feitas com a finalidade de possibilitar a construção de uma nova residência para outros membros da família, ou ainda, para o incremento da renda familiar através do aluguel ou da venda. Na Rocinha, vende-se ao aluga-se uma laje como se fosse um outro lote.

¹¹¹ Grifo meu.



FIGURA 4.7 - Escadas de acesso às lajes e novos andares nas edificações

Fotos: Danielle Klintowitz

Na Rocinha, assim como em outras favelas brasileiras, os prédios de apartamento não são entendidos como um condomínio habitacional multifamiliar, e sim como uma série de casas sobrepostas verticalmente, onde os acessos são quase sempre externos não havendo possibilidades para circulação vertical interna à edificação. Da mesma forma, a laje é entendida como uma unidade independente que não faz parte do núcleo central da habitação, é o germe de uma nova habitação, por isso conecta-se diretamente à rua.

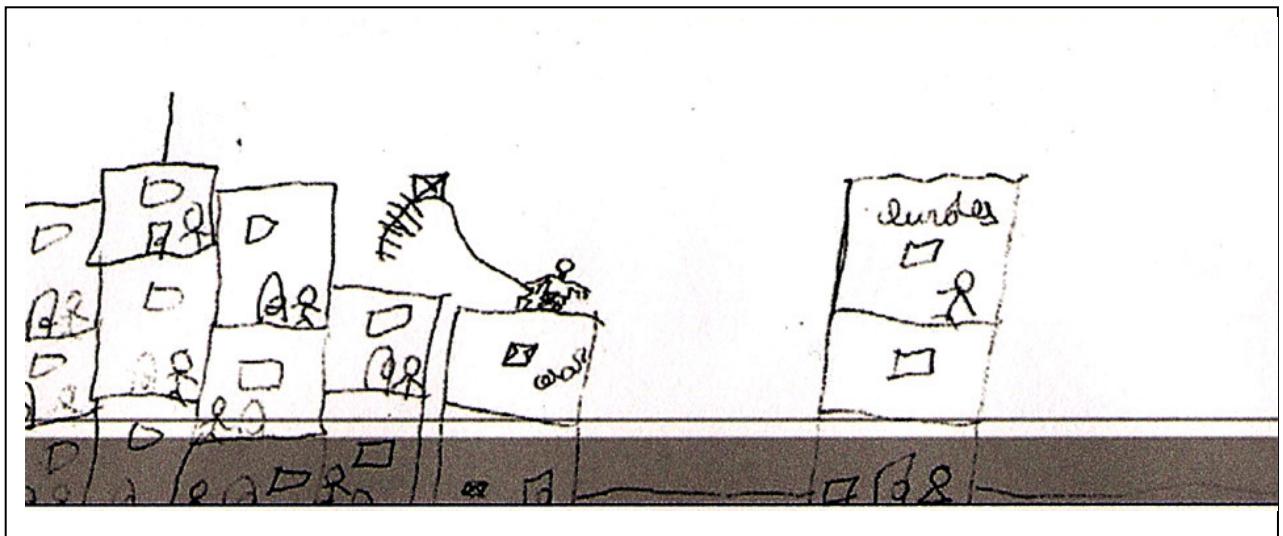


FIGURA 4.8 - Desenho de criança do complexo de favelas Pavão- Pavãozinho representando seu território, onde os edifícios são representados como unidades habitacionais individuais sobrepostas. Interessante notar também a criança soltando pipa no alto de uma laje.

Fonte: MARZUELO. 2005.

O senso comum que vê a laje da favela apenas como um futuro espaço para ampliação da residência está ultrapassado, não representa mais a realidade da maioria das lajes nas favelas atuais. O espaço da laje representa uma oportunidade de negócio. É prática comum os moradores venderem suas lajes para outros construírem uma nova casa sobre suas casas.

“(...) a existência da laje nas casas é um ativo social e econômico importante. A laje é também a principal herança, em geral, que os pais podem deixar para os seus filhos, além de funcionar como áreas de lazer, espaço de reunião da família e dos amigos.” (SOUZA ; BARBOSA, 2005:65)

“Cada andar criado pela laje gera uma nova possibilidade de verticalização. As mutações sistemáticas, típicas da sociedade contemporânea, nas famílias transformam a expansão das áreas de moradia e a verticalização em um estoque imobiliário crescente que vai alojar os novos moradores, em geral oriundos da periferia da metrópole ou do nordeste brasileiro. As lajes viram capital imobiliário. (...) Tem-se, no interior dessa dinâmica arquitetônico-urbanística, o fortalecimento do sempre presente mercado imobiliário, agora extremamente aquecido. (...) Dentro dessa dinâmica, aproveitando-se de uma certa “cultura da laje” no fazer construtivo na favela contemporânea, é que surgem os empreendedores imobiliários que investem seu tempo, sua capacidade de trabalho e pequena monetização na construção de mais andares sobre edificações onde, normalmente, habitavam, acelerando a verticalização, a dinâmica imobiliária e o fluxo dos pobres que transitam no interior do espaço metropolitano.” (MARZUELO, 2004)

Percebe-se, então, que simbólica e morfológicamente a laje está mais conectada ao espaço exterior da rua do que ao espaço interior da casa, como o quintal. Isto é, a laje conecta-se mais fortemente com o espaço público, representado pela rua, do que com o espaço privado, representado pela casa. Se por um lado as escadas de acesso às lajes inibem o acesso de qualquer um, fazendo com que na maioria dos casos seja preciso um convite para se subir na laje de uma pessoa, por outro lado, as mesmas escadas permitem que se acesse a laje de alguém sem que se necessite passar por dentro de sua residência, retirando-a do âmbito do espaço doméstico. Ao mesmo tempo, quando convida-se pessoas para uma celebração na laje, não é preciso que estas pessoas percorram a casa para chegar à festa, diferentemente de uma comemoração no quintal, desta forma nas festas nas lajes não é preciso convidar só “gente de casa” porque os convidados da laje não terão que passar por dentro da casa.

“O quintal enquanto extensão da casa, adquire, em primeiro lugar, um significado de intimidade. O acesso a esta área só é possível literal e metaforicamente, através da casa e, portanto, a “pessoas da casa”. (C.SANTOS,1985:50)

Domingo é dia de festa na laje.



FIGURA 4.9 – Domingo na Rocinha

Fonte: Site Viva favela – <http://www.vivafavela.com.br>

Foto: Nando Dias

No Domingo a imagem que se tem deste território é de uma cidade em festa. As reuniões festivas que acontecem em inúmeras lajes da favela se sobrepõem na paisagem e parece que toda a Rocinha está celebrando seu dia de folga. Nestes espaços com vista privilegiada para a “Cidade Maravilhosa” acontecem diferentes tipos de atividades: tem churrasco, tem feijoada, tem pagode, tem criança nadando em piscinas de plástico, tem gente admirando a paisagem.

Estes encontros nas lajes representam uma parte significativa das atividades de lazer e recreação desenvolvidas na favela da Rocinha. As lajes são os espaços da brincadeira infantil, dos encontros familiares, das festas comunitárias, das rodas de samba e pagode, das reuniões das associações e, ainda, são os mirantes para a deslumbrante paisagem do Rio de Janeiro.

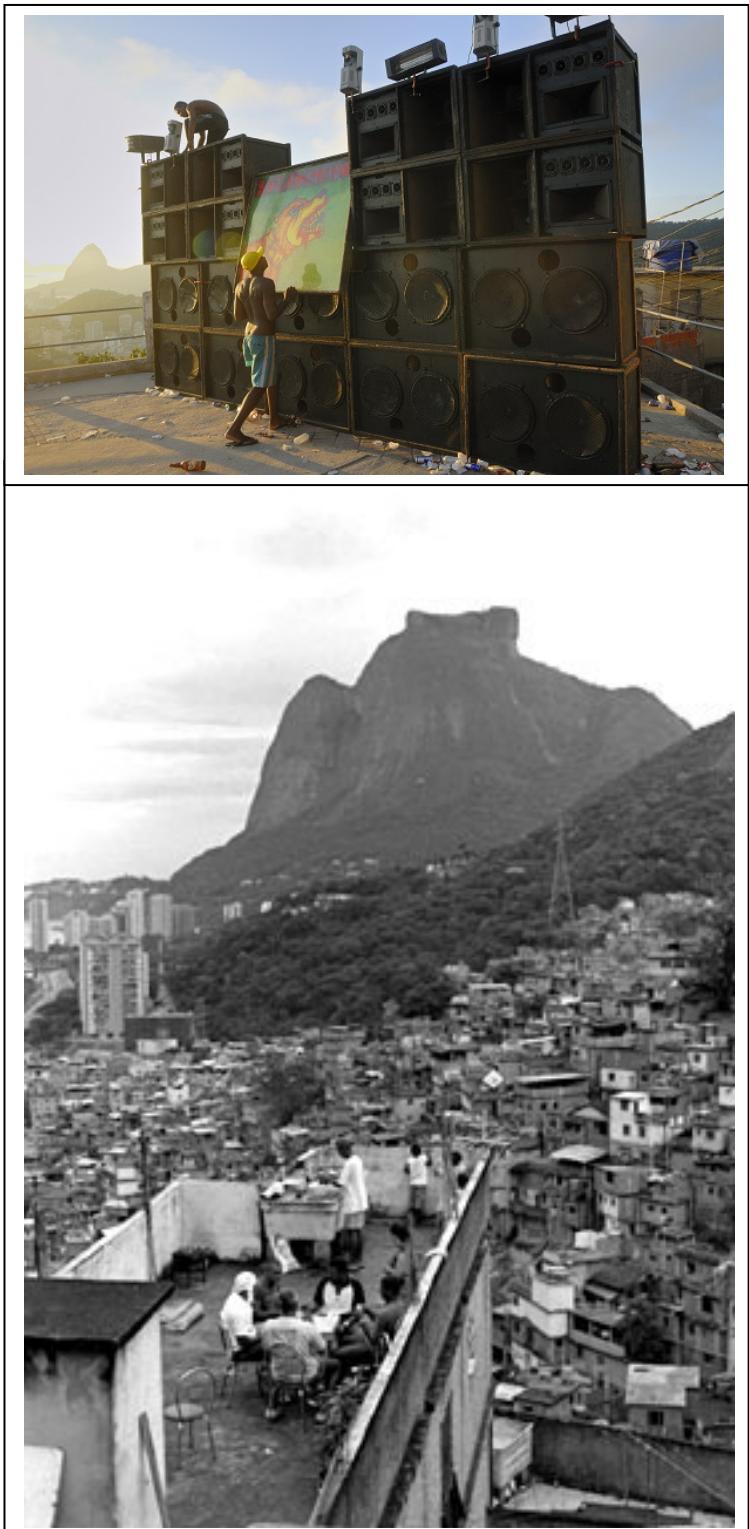
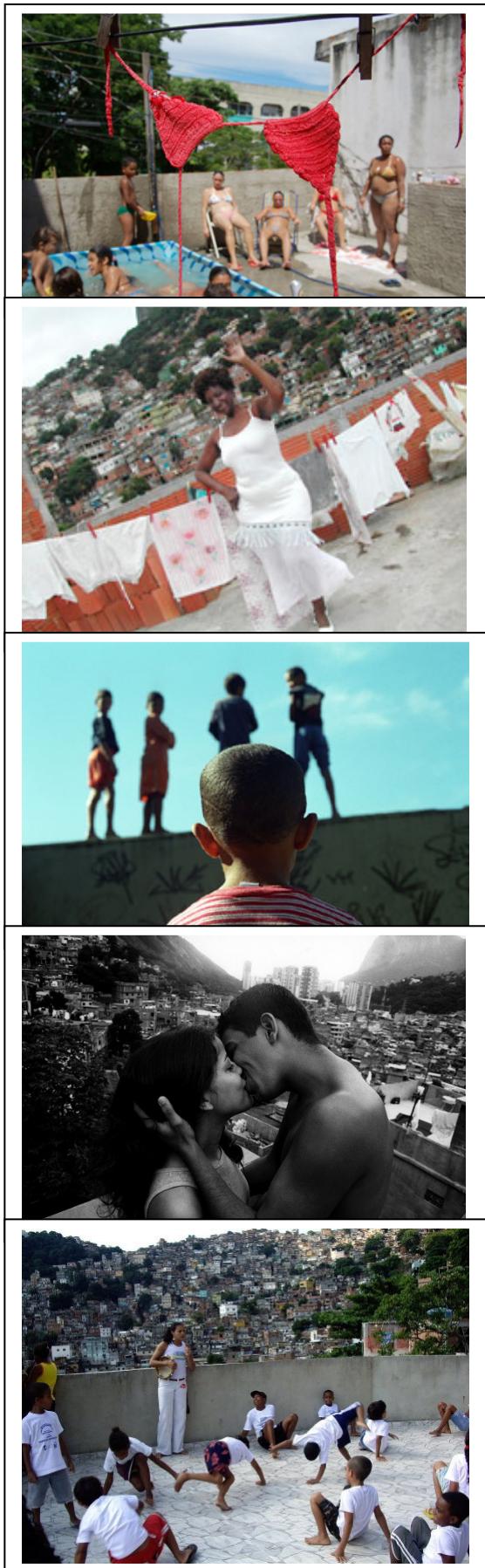


FIGURA 4.10 - Lajes em festa

Fonte: Site Agencia Olhares – <http://www.agenciaolhares.com>

Site Viva Favela - <http://www.vivafavela.com.br>

As lajes não podem ser vistas como quintais tradicionais. Estes novos espaços podem, porém, ser entendidos como híbridos entre “novos quintais”, nos momentos em que nele se realizam ações cotidianas da vida doméstica e familiar e, lajes-praça nos momentos e eventos em que se realizam sobre elas ações que as tornam públicas.

Apesar da publicidade das lajes, de uma forma geral são esses os ambientes que os habitantes da favela utilizam tanto para a socialização como para o desenvolvimento de atividades domésticas. Na Rocinha praticamente não há quintais e as lajes funcionam também como “novos quintais suspensos”. Neles as crianças brincam enquanto as mães lavam roupas. Mas estas atividades mesmo que domésticas e pertencentes à esfera de vida privada, estão sempre expostas aos olhos da rua. Nas lajes-quintais não pode-se esconder. Como nem nos “novos quintais” se tem o “direito a invisibilidade” que se tem nos quintais tradicionais, não causa estranheza que muitas atividades domésticas sejam desempenhadas nos becos, onde estão os caminhos e olhos de todos, afinal nas lajes-quintais também se está exposto aos olhos de todos.

São diversas as brincadeiras e apropriações feitas por crianças nas lajes, mas sem dúvida, as mais significativas são as brincadeiras com pipas que já se tornaram símbolos de algumas favelas cariocas. Existem casos, inclusive de pipas que ficam tremulando no ar com a inscrição dos comandos do tráfico de drogas, como uma representação da territorialização também do céu daquele lugar.

Neste momentos em que as lajes estão atuando apenas como os “novos quintais” que abrigam as brincadeiras das crianças, acabam oferecendo grandes perigos para estas crianças. Muitas destas lajes não têm guarda-corpo ou nenhuma outra proteção, afinal estão ali à espera de novas construções sobre elas. A falta de

proteção nas lajes favorece que as peripécias infantis transformem-se em acidentes com quedas das lajes que ocorrem frequentemente.¹¹²

"O soltar pipas na laje oferece certo perigo (...) apresenta casos de queda devido ao descuido causado pelo alvoroço quando vêm uma pipa "avoada" (quando se desprende da linha que a segura no ar) no dizer dos mesmos que não medem consequências para pegar a pipa, que é transformada num objeto de disputa entre os "pipeiros". Quando conquistam a pipa, os mesmos atribuem o tal feito como símbolo de esperteza, sagacidade e disposição para correr e pular por obstáculos para alcançar o premio." (PEREIRA, 2007:35-36)

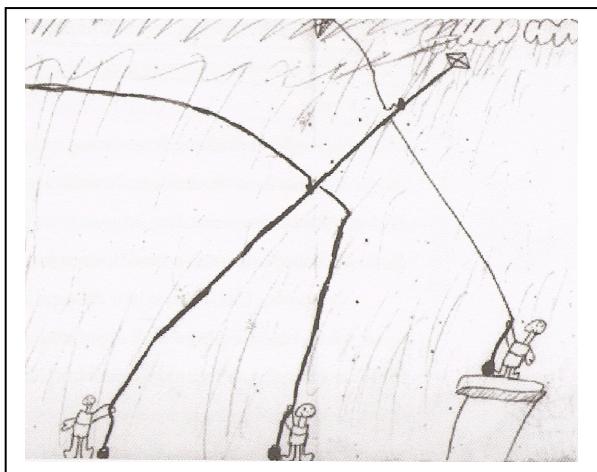


FIGURA 4.10 - Desenho de menino de nove anos que simula brincadeira de pipa sobre a laje.

Fonte: COELHO; DUARTE; VASCONCELLOS, 2006

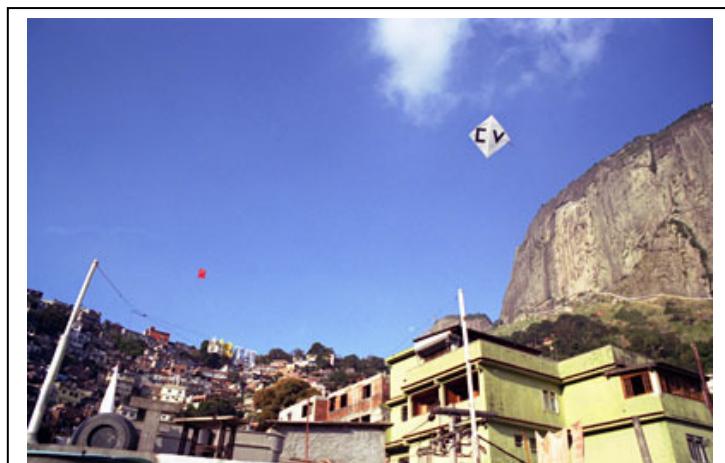


FIGURA 4.11 - Pipa com iniciais do Comando Vermelho demarcando territorialidade.

Fonte: Viva Favela - [Http://www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)

¹¹² Em uma pesquisa realizada pelo Serviço de Neurocirurgia do Departamento Hospitalar Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto (HMACN), conhecido como Hospital Municipal de Ermelino Matarazzo na cidade de São Paulo, constatou que em média, 60% dos pacientes internados na neurocirurgia, tanto adultos quanto crianças, eram vítimas de quedas das lajes. *"Para se ter uma idéia da magnitude desses dados, é importante constatar que, dos 364 procedimentos cirúrgicos realizados pelo HMACN em 2003, 40% foram em vítimas de quedas de laje e que dos 2880 atendimentos ambulatoriais no mesmo ano, 60% deveram-se a esse tipo de acidente. (...) Os dados também apontavam para algumas relações entre o tipo de vítima, período do dia em que ocorre o acidente e o tipo de atividade envolvida. Os dados indicavam que bebês de colo sofrem acidentes pela manhã, período em que as mães sobem às lajes para estender roupas. Crianças são vítimas principalmente nos períodos inversos aos do turno escolar, quando sobem às lajes para soltar pipa, e jovens, em finais de semana, momento de subir à laje para namorar. Os adultos, por sua vez, tornam-se vítimas principalmente aos domingos à tarde, momento do churrasco."* A proporção deste tipo de acidente aumentou tanto, em uma relação direta com a intensificação do uso das lajes para as diversas sociabilizações nas favelas e periferias da cidade, que a equipe de Neurocirurgia do Hospital, dirigida pelo Prof. Dr. Sérgio Branco Soares Júnior, elaborou o Projeto Laje, com o objetivo de reduzir a incidência de Traumatismo Crânio-Encefálico (TCE) e Traumatismo Raqui-Medular (TRM) resultantes das quedas de laje, prevenindo esse tipo de acidente e reintegrando o paciente à sociedade. *"O projeto é desenvolvido com o Mutirão Comunitário que consiste na construção efetiva de proteções na lajes expostas, com a união da comunidade e dos profissionais da saúde que trabalham voluntariamente para isso. O Mutirão prevê também a realização de palestras em escolas, centros comunitários e outros, principalmente nas áreas de risco"* (COVISA, 2005)

A *laje-praça* por estar suspensa, assim como o *teto-jardim* modernista, cria um distanciamento físico dos acontecimentos da cidade, o que faz com que, em muitos momentos – principalmente quando estas lajes estão em cotas muito acima do chão – não pareça estar inserida verdadeiramente no tecido urbano, gerando uma menor relação de pertencimento deste espaço e de seus usuários com a cidade. Entretanto como as lajes-praças não estão isoladas no tecido urbano, pelo contrário, normalmente estão ao lado de outras lajes-praças, como observado na fig. 4.9 ao mesmo tempo em que ocorre este distanciamento da rua, ocorre uma inter-relação entre várias lajes praças. Esta conexão entre as várias lajes-praças cria novas e diferentes relações de publicidade com o solo e com o tecido urbano, pois muitas vezes as trocas e ações públicas se passam apenas entre os espaços suspensos, sem se relacionarem diretamente com o solo.

A condição elevada destes espaços permite que o usuário tenha uma maior leitura do contexto urbano onde está inserido, possibilitando uma maior compreensão da paisagem urbana, o que não ocorre com grande parte das praças urbanas confinadas dentro do tecido urbano e não permitindo ao usuário uma ampliação no olhar para a cidade, que configura-se, neste momento, apenas pelos edifícios do entorno da praça.

Além de seu caráter de visibilidade e convívio, a praça sempre serviu, historicamente, à função de espaço do exercício da cidadania e da ação política. Na laje-praça esta função torna-se presente em função da diferença de cota entre a laje e o solo. Se nas estreitas vielas a visibilidade do território como um todo é comprometido, nas lajes tem-se a amplitude do olhar e pode-se ver e ser visto por todos. Na Rocinha, por causa de sua condição topográfica privilegiada, em cima do morro, as lajes-praças permitem que o morador da comunidade tenha domínio visual da paisagem, de dentro e de fora da favela e, com isso, estabelece-se uma nova relação com a cidade. Não apenas por se estar acima, mas também por se estar à distância, a visão sobre o território é modificada. À distância o olhar torna-se mais objetivo e reflexivo e menos suscetível à mistura de sensações e emoções inebriantes dos percursos e vivências urbanas cotidianas.

Quando se tem a possibilidade de visualização e de apreensão e, portanto, de compreensão do contexto e da paisagem urbana globalmente, minimiza-se simbolicamente a condição de inferiorizado e marginalizado (no *strito senso* da palavra: de estar à margem da sociedade, fora do contexto). Assim, sobre a laje, a favela pode estabelecer uma nova relação simbólica com a cidade. Sobre a laje enxerga-se os espaços que estão fora do território informal e a relação com estes espaços torna-se um pouco mais tangível. Talvez esta condição de apreensão do território externo à favela seja, inclusive, um dos fatores contribuintes para a apropriação por parte da população da Rocinha de territórios externos aos seu limites, como a praia de São Conrado.

Através da laje-praça se eleva o olhar.

"Subir até o alto do World Trade Center é o mesmo que ser arrebatado até o domínio da cidade. O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfico nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyeur. Coloca-a à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual se estava "possuído". Ela permite lê-lo, ser um Olho solar, um olhar divino. Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. (...) No 110º. Andar, um cartaz, semelhante a uma esfinge, propõe um enigma ao pedestre por instante transformado em visionário: It's hard to be down when you're up. (...) Mas "embaixo" (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes pedestres, wandersmänner, cujo corpo obedece cheios e vazios de um "texto" urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão ego como no corpo-a-corpo amoroso. (...) Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada." (CERTEAU, 2005, 170 – 171)

Mas esta possibilidade de um novo olhar só ocorre em espaços populares como a Rocinha, incrustados na região “central” da cidade e com uma topografia favorável. Nos espaços informais localizados nas periferias paulistanas, por exemplo, com relevo em cotas mais baixas, não se tem o domínio da paisagem da cidade formal, como se tem nos espaços localizados em cima dos morros, olha-se apenas para si mesmo. Apesar disso, a laje-praça destes espaços marginais possibilita, ainda assim, uma nova possibilidade de olhar e apreensão, permitindo um olhar geral sobre seu próprio território, o que também é importante enquanto exercício de cidadania e vivência social.

*"Daqui de cima da laje
Se vê a cidade
Como quem vê por um vidro
O que escapa da mão
Uns exilados de um lado
Da realidade
Outros reféns sem resgate
Da própria tensão"*

(*Malabaristas do Sinal Vermelho*, João Bosco)

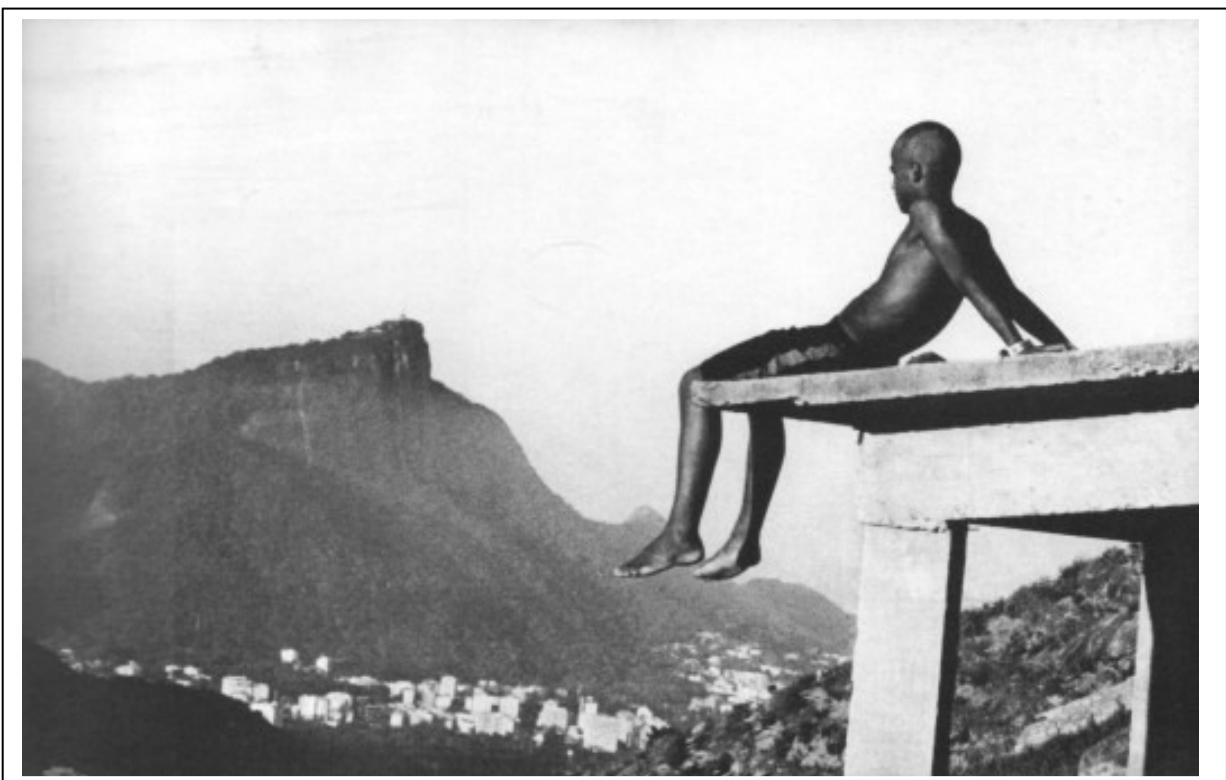


FIGURA 4.12 - Laje como mirante da cidade

Fonte: CYPRIANO,2005

Foto: André Cypriano

Outra vivência interessante que se observa nas lajes-praças é o uso destes espaços como platéias para shows, teatros e eventos que acontecem na rua ou, mais comumente, em outra laje que, neste momento, serve de palco. As *lajes-platéias* e as *lajes-palcos* se valem, além da própria diferença de altura em relação ao solo, da topografia com cotas altas e grandes declividades para criarem “auditórios” e “espaços cênicos”, transformando criativamente condições topográficas ruins para o assentamento habitacional, em um atributo positivo para a apropriação social dos novos espaços construídos.

"A origem etimológica da palavra praça é o vocábulo latino *platéia*, ou *rua larga*." (BARTALINI,2005)

Um show ou uma peça de teatro realizada em uma laje torna-se automaticamente aberto ao público, pois das lajes existentes no entorno pode-se ter uma visão privilegiada dos espetáculos. Muitos moradores da comunidade, proprietários de lajes, reverterem esta possibilidade oferecida pela nova espacialidade em uma fonte de renda ao cobrar entradas para suas *lajes-platéias*, ou ao organizarem um espaço de bares em suas lajes durante as apresentações.



FIGURA 4.13 - Lajes em dia de show

Fonte: Site Viva favela – <http://www.vivafavela.com.br>

Foto: Beto Pêgo

As lajes-platéia transformam-se em novos pontos no território, valorizando determinados locais por suas possibilidades financeiras. Em muitos locais estas lajes-platéias são tão utilizadas que acabam por se institucionalizar, como ocorre no bairro do Candeal Pequeno em Salvador na Bahia, onde existe uma casa de shows do grupo musical Timbalada, o **Gueto Square**, que com o palco instalado em um quintal, pode ser visto por todas as lajes que estão em volta. Os donos destas lajes cobram ingressos mais baratos para a população que não tem acesso à casa de shows. Neste caso, as lajes-platéias estão tão institucionalizadas que os músicos no palco sempre saúdam o público das lajes vizinhas, como se fizessem parte do próprio Guetho Square.¹¹³

“O ponto pode estar ligado ao trabalho ou ao lazer e é caracterizado pelo exercício regular de uma atividade. Tal atividade terá de ser necessariamente de domínio público, sem o que seria incapaz de criar o ponto. Este, por sua vez, poderá ser formalmente reconhecido como no caso do ponto de ônibus, ponto de táxi. O processo, no entanto, não é o mesmo observado no caso do ponto-de-bicho. Aqui será a própria atividade que, ao dotá-lo de significação, torna-o passível de identificação. (...) É necessário, no entanto, algo mais do que um signo para construir um ponto.”(C. SANTOS,1985:70)

As lajes da Rocinha se multiplicam em suas funções e vivências. Ora são praças, ora são quintais, ora são ruas ora são palcos. Estas novas formas surgidas da precariedade e adensamento atreladas às inúmeras sociabilidades que possibilitam, transformaram-se em interessantes espaços de convívio e lazer com grande complexidade de funções. Por outro lado esta quantidade de funções possíveis em um mesmo espaço podem causar conflitos com a sobreposição de atividades da mesma forma como acontece no solo, nos estreitos becos que são disputados e negociados cotidianamente por todos da comunidade.

“Os sistemas assim concebidos têm a virtude de saberem conviver com a ambigüidade. Exemplificamos essa coexistência com seus eventuais efeitos negativos: as dissensões, interferências e conflitos. Como todas as

¹¹³ O Candeal Pequeno é um bairro pobre da cidade de Salvador, na Bahia, onde nasceu o músico Carlinhos Brown que fundou a banca Timbalada. Por ter nascido no bairro, o músico fez um forte esforço para melhorar as condições de vida do lugar, dentre suas iniciativas esteve a construção de uma casa de shows que sedaria os shows de sua banda, trazendo o bairro pobre para o cenário cultural da cidade. De fato, o Guetho Square tornou-se um sucesso e nos domingos, quando aconteciam os shows da banda Timbalada o bairro do Candal era invadido por jovens da classe média bahiana e turistas, que conviviam com os moradores pobres da comunidade. Por tratar-se de uma iniciativa que visava melhorar a qualidade de vida do bairro, as lajes-platéia que se constituíram no entorno do Gueto Square eram prestigiadas pelos músicos da mesma forma que os camarotes da casa de shows.

fronteiras são definidas contextualmente, a única maneira de desfazer acavalamentos não desejados, ou de hierarquizar as diferentes formas de apropriação, tornando-as compatíveis, é a prática permanente da negociação.” (C.SANTOS, 1985:129)

A laje representa bem a relação entre o espaço público e privado na Rocinha, se apresentando ora como público, ora como privado, ora como lugar da vivência na esfera social. Ao andar pela Rocinha percebe-se que o limite entre o que é espaço público e o que é espaço privado é muito tênue, e pode ser subvertido a qualquer momento. O habitante desta comunidade parece muito à vontade para se apropriar de qualquer tipo de espaço público que esteja disponível. Da mesma forma, o espaço privado pode ter uma apropriação pública de uma hora para outra.

“O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais, valores, não se pode interpretar como seu espaço é concebido. Aliás, nesses sistemas, pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido” em outros valores que servem para orientação geral.” (DAMATTA,1997:30)

A própria vida dentro das casas na Rocinha não é completamente privada. As casas são coladas umas nas outras, não há recuos, as paredes são finas, tudo se escuta. A proximidade física faz com que todos saibam e participem da vida doméstica de todos. Em um universo onde não se conhece a privacidade integral a distinção entre o público e o privado torna-se também mais tênue. A moradora Hosana Pereira afirma que:

“Com a proximidade das casas, fruto de tal liberdade, ocorre a perda da privacidade, pois é comum nesse ambiente que a disposição das janelas e portas das casas serem próximas umas das outras, o que faz com que os vizinhos sejam forçados a fazer parte da rotina do outro e conhecer seus hábitos. (...) No atual curso das construções, devido à intensificação das mesmas e ao excesso de proximidade, apresentam uma disposição mais invasiva, ou seja, com janelas e portas de frente para rua ou para casa vizinha permitindo a observação dos hábitos e de sua intimidade por outros. Com a intensificação das construções e proximidade das mesmas, essa garantia da liberdade de ação sem controle por parte dos vizinhos foi perdida.” (PEREIRA,2007:38 -39)

Na Rocinha, as lajes são bons exemplos das novas formas espaciais que o espaço público pode assumir na cidade contemporânea. Nos domingos de sol quando as lajes estão todas ocupadas, verifica-se uma vivência do território que deixa de se passar só no solo e acontece, também, alguns metros acima. As músicas se confundem, os cheiros se fundem, as conversas se misturam.

Com este estudo sobre as novas formas e vivências produzidas nos territórios informais das cidades brasileiras fica claro que não se está produzindo apenas novas morfologias, mas atreladas a elas, está se produzindo novas sociabilidades e consequentemente novos espaços públicos, em um diálogo permanente e indissociável entre a morfologia e as práticas sociais. Na comunidade da Rocinha produz-se a todo o momento espaços que criativamente vão adquirindo novas funções e possibilidades que suprem carências do cotidiano comunitário. Criam-se e recriam-se formas onde possam se exercer inúmeras formas de sociabilidades que, por sua vez, também são recriadas dentro de uma nova e particular forma urbana.

Deste modo, torna-se evidente que a caracterização dos espaços públicos das cidades contemporâneas não pode se limitar às características físicas dos tecidos urbanos, é preciso, também, aliar a estes fatores as análises sobre o tecido social que a eles está profundamente conectado. Só na compreensão da indissociabilidade entre o sistema de objetos e ações (M. SANTOS, 1996) é que se conseguirá uma análise clara e profunda sobre as novas espacialidades públicas da cidade contemporânea.

O território da Rocinha foi todo construído por seus moradores. Ele é a representação precisa de sua comunidade. O estudo de suas questões espaciais revela toda série de relações sociais que lá existem. A identidade da Rocinha está marcada em seu espaço físico, é parte dele, assim como ele também é componente da identidade desta comunidade.

Toda memória coletiva e afetiva da comunidade aparece nos usos e nas apropriações dos espaços e contribuem para construção de uma identidade comum. Segundo Carlos Nelson Ferreira dos Santos:

"O que se denomina "vida comunitária" é um conjunto de desempenhos suportados por "palcos", por "cenários" que tenderão a ser identificados de acordo com o enquadramento em um dos dois modelos. As manifestações sócio-culturais características de um grupo e que servem para distingui-lo, em relação a quem é de fora e para seus próprios membros, sempre estarão referidas a conceitos de "abertura" de espaços. Irão se dar em locais públicos ou naqueles que, por força de um uso especial passarão a ser vistos "como se fossem públicos". (C. SANTOS, 1985:13)

É interessante notar, também como estas novas formas urbanas surgidas nos espaços informais das cidades brasileiras apresentam semelhanças formais com outros espaços já tradicionais de muitas cidades européias. As lajes-praças podem ser entendidas como uma nova tipologia de praça da cidade informal contemporânea que se compõe por uma mescla de características morfológicas e de sociabilidade identificáveis em várias outros tipos de praças existentes nas cidades formais.

"A forma urbana resultante das favelas urbanizadas é bastante semelhante – no traçado e largura das ruas, vielas e becos, no desenho dos lotes, nos gabaritos e recuos das edificações, na apropriação dos elementos do sítio natural (declividade, existência de nascentes, córregos) – à de certos trechos de origem medieval de cidades européias. Há semelhanças nas soluções / adaptações do tecido urbano. O mesmo poderia se dizer das nossas cidades coloniais." (BUENO, 2000:285)

E observando relações entre os aspectos morfológicos e vivências das lajes-praças, com outras formas tradicionais do espaço público da cidade formal, percebe-se que as formas vernaculares que surgem de maneira intuitiva na cidade informal, podem ser entendidas também como produtos da história da cidade. Desta forma, as praças suspensas da Rocinha nos impelem a olhar para esta e outras comunidades que produzem espaços que criativamente vão adquirindo novas funções e possibilidades que suprem carências no cotidiano comunitário. Criam-se e recriam-se formas onde possam se exercer "tradicionais" formas de sociabilidades humanas que, por sua vez, também são transformadas dentro de uma nova e particular forma urbana.

Estes espaços identificados nos territórios informais, que constituem como formas contemporâneas de produção de espaços urbanos, podem ser facilmente associadas à "arquitetura materialmente líquida" que, segundo Solà-Morales, está preocupada em dar configuração à fluidez, inconstância e mobilidade que caracterizam a época contemporânea.

"Formas fluidas, cambiantes, capaz de in-corporar, de fazer fisicamente corpo, não com o estável, mas com o mutável, não buscando uma definição fixa e permanente do espaço, mas dando forma física ao tempo, a uma experiência de durabilidade na mudança que é completamente distinta do desafio do tempo que caracterizou o modo clássico de operação." (SOLÀ-MORALES, 2002:126)

Sendo entendidas como formas contemporâneas de produção informal do espaço público, estas “novas praças” devem ser olhadas por pesquisadores e planejadores urbanos a fim de colaborar na compreensão sobre as necessidades e formas que assumem as sociabilidades nas cidades informais contemporâneas.

“Esta fluidez, em contraponto ao princípio vitruviano de permanência, indica a necessidade de haver enorme maleabilidade dos planejadores do espaço, para considerar a inclusão de novas articulações que possam estabelecer como dado, a mobilidade universal que se está instalando.”

¹¹⁴

Não se está produzindo apenas novas morfologias, mas atreladas à elas, está se produzindo novos modos de sociabilidade e consequentemente novos espaços públicos, em um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais. A todo o momento os espaços criativamente vão adquirindo novas funções e possibilidades que procuram suprir as carências do cotidiano comunitário.

Aparentemente o público e o privado se confundem nesta comunidade. Talvez, esta confusão venha, em parte, de sua formação espacial que não definiu originariamente estas categorias espaciais. Da mesma forma, as relações de dominação estabelecidas também causam entraves à questão da publicidade dos espaços, pois estabelecem regras de conduta e de acesso que restringem práticas e encontros. Entretanto, embora estes fatores pareçam determinantes na constituição dos espaços e em suas apropriações, o que se conclui estudando a Rocinha é que mais do que uma confusão ou sobreposição das esferas de vida pública e privada, o que existe é uma enorme fluidez entre estas categorias, decorrente da razão cotidiana, que constrói regras próprias a partir da interação entre necessidades e práticas estabelecidas. No cotidiano desta comunidade as vivências ultrapassam as determinações jurídicas de propriedade - quando existem - e, principalmente, as abstrações teóricas que classificam em rígidas categorias o que é público e o que é privado. Na cidade informal as esferas de vida oscilam no tempo e no espaço.

¹¹⁴ ARAUJO, Rosane Azevedo de. Urbanismo e estado fluido. In SILVA, Rachel Coutinho Marques da. (org.) A Cidade pelo Avesso: Desafios do Urbanismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / PROURB-UFRJ, 2006:43.



FIGURA 4.14 – Laje em constr

Fonte: Agencia Olhares - <http://www.agenciaolhares.com.br>

Foto: João Alexandre Fir

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEX, SUN.** *Convívio e Exclusão no Espaço Público: Questões de projeto da praça.* São Paulo: Tese de Doutorado – FAUUSP, 2004.
- ALVITO, Marcos.** *As Cores de Acari: Uma Favela Carioca..* Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ANDRADE, Luciana da Silva.** *Espaço Público e Favelas: Uma Análise da Dimensão Pública dos Espaços Coletivos Não-edificados da Rocinha.* Tese de Doutorado – UFRJ / Inst. De Geociências, Rio de Janeiro: 2002.
- ARENDT, Hanna.** *A Condição Humana.* Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.
- BUENO, Laura Machado de Mello.** *Projeto Favela: Metodología para projetos de urbanização.* São Paulo: Tese de Doutorado – FAUUSP, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio.** *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.* São Paulo: Editora 34 / EDUSP, 2000.
- CASÉ, Paulo.** *Favela: uma exegese a partir da Mangueira.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- CERTEAU, Michel de.** *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.* Petrópolis: Vozes, 2005. 11^a. edição.
- CYPRIANO, André.** *Rocinha.* São Paulo: Senac, 2005.
- DAMATTA, Roberto.** *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAVIS, Mike.** *Planeta Favela.* São Paulo: Boitempo, 2006.
- FERNANDES, Manoel do Couto ; LAGÜÉNS, João Vicente Marques ; NETTO, Ana Luiza Coelho.** *O Processo de Ocupação por Favelas e sua Relação com os Eventos de Deslizamentos no Maciço da Tijuca/RJ.* Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Volume 22 , 1999.
- FGV.** *Mapa do Fim da Fone II – Ranking Geral da Região Administrativa do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- FILHO, Aziz; ALVES FILHO, Francisco.** *Paraíso Armado: Interpretações da violência no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Cecília Garconi, 2003.
- FRANCISCO, Cristiane Nunes.** *O Uso de Sistemas Geográficos de Informação (Sgi) Na Elaboração de Planos Diretores de Unidades de Conservação: Uma Aplicação no Parque Nacional da Tijuca, Rj.* São Paulo: Tese de Doutorado - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995.

GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997. 2a. Edição.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2003. 2ª. edição.

IPP - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2003.

IPP - INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *O analfabetismo na Cidade do Rio de Janeiro 1991 – 2000*. Rio de Janeiro: IPP / Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002.

JORDAN, André. *O rio que passou na minha vida*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda, 2006.

KATO, Akinori. *Plazas of Southern Europe*. Tokyo: Process Architecture Co., 1990.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 2ª. edição.

LEFEVBRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2004, 3ª. edição.

LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinete: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha ao longo de cinqüenta anos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LUDEMIR, Julio. *Sorria, você está na Rocinha*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARZULO, Eber Pires. *Espaço dos pobres : identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ 2005.

MIRANDA, Danilo Santos de (org). *O Parque e a Arquitetura: Uma proposta Lúdica*. Campinas: Parirus, 1996.

NERI, Marcelo. *Mapa do Fim da Fone II – Zoom nas Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: FGV / IBRE, CPS, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

PANDOLFI, Chaves D. ; **GRYNSZPAN**, M. *A favela fala*. Rio de Janeiro: Paz e Terra FGV, 2003

PEREIRA, Hosana. *Sociabilidade na Rocinha: Dos Quintais às Lajes*. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

PETROBRÁS AMBIENTAL. *Diagnóstico sócio-ambiental Parque da Tijuca e áreas do entorno*. Rio de Janeiro: 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2001.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. São Paulo: Tese de Doutorado - FAU-USP, 2001.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Espacialidades da Esfera Pública na Urbanização Contemporânea: O Caso da Megalópole do Sudoeste*. In **MAGNÓLI, MARTINELLI**, Miranda ; **TOMINAGA**, Yasuko (org.). *Discutindo a Paisagem*. São Paulo: RiMa, 2006.

RIBEIRO, Paulo Jorge ; **STROZENBERG**, Pedro. *Balcão de Direitos: Resolução de Conflitos em Favelas do Rio de Janeiro: Imagens e Linguagens*. Rio de Janeiro: Maud, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.). *Quando a Casa Vira Rua: A apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Centro de Pesquisas Urbanas, 1985. 3^a. edição.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 2^a. edição.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana do Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004, 2^a. edição.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. *Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM /DUMA/SMAC, 1998.

SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

SERPA, Ângelo (org). *Fala Periferia: Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano*. São Paulo: 2001.

SERPA, Ângelo. *O Espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Ângelo. *Planejamento paisagístico em zonas periféricas urbanas e em áreas de alta densidade populacional: estudos de caso em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP, 1995.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da. (org.) *A Cidade pelo Avesso: Desafios do Urbanismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / PROURB- UFRJ, 2006.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002

- SOLÀ-MORALES**, Manuel de. *Espaços públicos e espaços coletivos*, in **ALMEIDA, M.^a R.**, (org.) *Os Centro das Metrópoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome, 2001.
- SOUZA**, Jailson de Souza ; **BARBOSA**, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SenacRio, 2005.
- SOUZA**, Marcelo Lopes de. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em torno do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA**, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SOUZA**, Maria Adélia Aparecida de (org.). *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA**. *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1983.
- VALLADARES**, Licia do Prado. *A invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VASCONCELLOS**, Vera Maria Ramos de ; **SARMENTO**, Manuel Jacinto (orgs.). *Infância (In)visível*. Araraquara: J.M. Editora, 2007.
- VENTURA**, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- VIANNA**, Hernano (org.). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- VILLAÇA**, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Stúdio Nobel / FAPESP / Lincon Institute, 2001.
- WISNIK**, Gulherme. *Lucio Costa*. São Paulo Cosac & Naify, 2001.
- YAZIGI**, Eduardo. *O Mundo das Calçadas*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2000.
- ZALIS**, Sérgio. *Rio de Janeiro: Vista do Céu*. São Paulo: Editora Caras, 2005.
- ZALUAR**, Alba ; **ALVITO**, Marcos (org.): *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 4^a. edição.
- ZALUAR**, Alba. *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Artigo em Anais de Congresso

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Até parece um céu no chão. O reverso da representação poética: condições de vida na favela da Rocinha no Rio de Janeiro (1930-1990)* (UERJ/UFRJ) – XXIII simpósio ANPUH – anais.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Enfrentando a Vulnerabilidade Social em uma Favela Carioca: aspectos da história da Rocinha (1940 – 1993)*. VIII Congresso Luso – Afro- Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Coimbra: 2004.

MENDES, Bárbara Balzana Pires ; **SIMÕES**, Luis Otávio de Carvalho & **RIBEIRO**, Humberto Marotta ; **CARNEIRO**, Cristiane Gomes ; **COSTA**, Alexander Josef Sá Tobias da. *Mapeamento do uso/cobertura do solo e cicatrizes erosivas nas bacias hidrográficas das vertentes norte e sul do maciço da tijuca*. Rio de Janeiro: X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ, Instituto de Geociência/ IGEO-Departamento de Geografia, 2001.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Praças e pracialidades em design: da visualidade da paisagem à visibilidade dos lugares*. Rio de Janeiro: 1º Seminário de Semiótica aplicada ao Design, PUC-Rio, 2003.

RAMOS, Cíntia Aparecida Almeida. *Um olhar sobre as relações de alteridade entre a cidade oficial do Rio de Janeiro e a favela da Rocinha*. ANPUH. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Os Moradores, a “favela” e o bairro: Lições de urbanidade na confecção do espaço público na Zona Sul do Rio de Janeiro*. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão Social no Novo Milênio, Coimbra: 2004.

Artigo de Revista

COELHO, Glauco ; **DUARTE**, Cristiane Rose ; **VASCONCELLOS**, Vera M. R. de. *A Criança e o Espaço Vivido da Favela: A Complexidade do Espaço nas Interações*. Revista Óculum, Campinas, nº 6, p. 75-86, 2006.

ROLNIK, Raquel. *Exclusão territorial e violência*. São Paulo Perspectiva. 1999, vol. 13, no. 4 pp. 100-111.

SERPA, Ângelo. *Espaço Público e Acessibilidade: Notas Para Uma Abordagem Geográfica*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. *Novas políticas de segurança pública*. Estudos. avançados., 2003, vol.17, nº 47, p.75-96.

Publicações em Página Web

BARTALINI, Vladimir. *Praça: A forma mais que difícil.* São Paulo: Paisagens em Debate – revista eletrônica da área de Paisagismo e Ambiente, FAU-USP, 2005.

BRUM, Mário Sérgio. *Repressão, clientelismo, resistência... relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro.* Klepsidra – Revista Virtual de História, 2004. (<http://www.klepsidra.net/klepsidra19/favelado.htm>)

BURGOS, Marcelo Baumann. *City, territories, and citizenship. Dados.* [online]. Jan./Mar. 2005, vol.48, no.1 [citado em 21 June 2006], p.189-222. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100007&lng=en&nrm=iso

GOMES, M. F. C. *Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro.* Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(131). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(131\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(131).htm)>

MARZULO, Eber Pires. A Favela como Lugar. Revista eletrônica Ambiente, n° 93, La Plata; Fundación CEPA, abr. 2004 . www.revista-ambiente.com.ar

REGINENSI, Caterine. *Favelas.com: uma antropóloga na fronteira do virtual.* Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (32). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-32.htm>> [ISSN: 1138-9788]

REGINENSI, Caterine. *Rio de Janeiro: dois mundos num só lugar. Abordagem da violência a través da mobilidade quotidiana.* Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003, vol. VII, núm. 146(132). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(132\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(132).htm)>

Secretaria Municipal de Saúde - Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA. Almanaque DAN – Doenças e agravos não- transmissíveis. Edição No 1 • Maio de 2005. (Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/saude/vigilancia_saude/dant/0001/Almanaque1.pdf) . Acesso em 12/12/07.

Projetos Arquitetônicos

MAYERHOFER & TODELO – Arquitetura, planejamento e consultoria Ltda. Apresentação para o Concurso Público Nacional de Idéias para Reurbanização do Complexo da Rocinha. Governo do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.